

THIAGO DAVID STADLER

**O PODER DAS PALAVRAS NA IDEALIZAÇÃO DE UM *PRINCEPS* –
EPISTOLÁRIO CRUZADO ENTRE PLÍNIO, O JOVEM E TRAJANO (98 – 113 D.C)**

CURITIBA

2010

THIAGO DAVID STADLER

**O PODER DAS PALAVRAS NA IDEALIZAÇÃO DE UM *PRINCEPS* –
EPISTOLÁRIO CRUZADO ENTRE PLÍNIO, O JOVEM E TRAJANO (98 – 113 D.C)**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Renan Frighetto.

CURITIBA

2010

Aos meus pais, irmãos e amada.

AGRADECIMENTOS

Aos meus *pais*. Tudo o que tenho e sou hoje, devo aos cuidados, apoio e exigências de meu pai Humberto Stadler e minha mãe Helene Ivoni Stadler. Passamos por algumas dificuldades que são próprias da convivência em família e, ao ultrapassarmos estes obstáculos, notamos que os vínculos criados fortaleceram-se. Sei também, que as dúvidas que pairavam sobre a minha escolha profissional, nunca ofuscaram os desejos de sucesso e realização pessoal. Agradeço pela confiança depositada em mim, assim como o incentivo para eu procurar as coisas que possam me fazer feliz. Amo vocês.

Aos meus *irmãos*. Digo que não é fácil ser o irmão mais novo, tendo os dois irmãos mais velhos exercendo a profissão de médico. Porém, confesso que também tem o lado engraçado e libertador, já que parece que sei coisas do mundo que vocês nem imaginam – rotas de viagens que nunca saem do papel. Como quase todo irmão mais novo, tive vocês como inspiração e espelho de vida. Com o passar dos anos deixamos de nos pendurar em galhos de árvores em Ponta Grossa, e passamos a conversar seriamente sobre o rumo de nossas vidas. Rumos que levaram vocês dois, Jackson Rafael Stadler e Bárbara Stadler, para outra cidade, deixando toda a casa para o caçula. É coisa boa! Mas sinto falta de vocês por perto. Amo vocês.

Ao meu *Amor*. Bendita seja a turma de História de 2008 por trazer dentro de si, uma verdadeira Inspiração. Meu anjo, obrigado por tudo o que você tem feito por mim. Acredito que a sua presença nestes quase dois anos iluminou a minha vida e, deu forças para eu seguir e nunca desistir dos meus, que agora são nossos, sonhos. Você esteve presente em péssimos momentos e foi capaz de torná-los mais suportáveis, sabe que tenho esta gratidão para sempre. Obrigado por ser este tesouro em minha vida. Te amo!

Ao meu *amigo e mestre*. Foram seis anos de convivência e admiração que estarão guardados para sempre em meu coração e mente. Obrigado pelo apoio, confiança, orientação e amizade que desenvolvemos ao longo destes anos. Digo, sem nenhuma ressalva, que vejo em sua postura o exemplo que quero seguir dentro de nossa profissão. Meu muito obrigado a ti, meu amigo e mestre Prof. Dr. Renan Frighetto.

Aos demais professores. Agradeço pelo apoio, risadas, conversas e orientações: Prof. Dra. Fátima Regina Fernandes, Prof. Dra. Marcella Lopes Guimarães, Prof. Dra. Martha Daisson Hameister. Em especial, agradeço a disponibilidade e amizade criada em pouco tempo com o Prof. Dr. Darío Sánchez da Universidad de Córdoba. Vários outros professores tiveram importância em minha pesquisa, deixo meus sinceros agradecimentos também a Prof. Dra. Renata Lopes Biazotto Venturini da Universidade Estadual de Maringá e ao Prof. Dr. Fergus Millar da University of Oxford. Aos demais, meu leal obrigado.

Aos *amigos*. Nada seria sem vocês. Foi fantástico passar por tudo o que passamos, com muitas risadas e brincadeiras. Os bancos da Reitoria, a quadra de ogrobol – sim, orgulho de ser um jogador deste brilhante esporte -, a biblioteca e as salas de aula não seriam as mesmas sem vocês. Um dia escreveremos a nossa *História do Mundo* e ficaremos milionários. Parcerito, B1 e B2, Vitô, Fernandinho, Murilão, Marina Bobonato, Fer, guardem estes nomes, pois brilharemos mundo afora, junto com o meu Amor, é claro!!

A *Deus*. Sua proteção e Amor encorajaram-me em todos os momentos. Sigo em Sua direção.

“*Pequena*. Quem foram os loucos que inventaram as medidas,
Como se estas fossem responsáveis em traduzir as coisas vividas?
Não precisamos de palavras como alto, baixo, pesado e leve,
Pois os melhores momentos de nossas vidas não se descrevem.
É, minha Pequena, uma das vantagens desta estranha medição,
Foi o favor que a natureza nos fez, e te colocou na altura do meu coração”.

(Autoria própria, para Naiara Batista Krachenski)

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	i
AGRADECIMENTOS.....	ii
EPÍGRAFE.....	iii
RESUMO.....	vi
ABSTRACT.....	vii

INTRODUÇÃO.....	1
-----------------	---

PRIMEIRA PARTE: “*Que seja adorado como um pai, e não, como um deus*”

1.1. Vivência e escrita: algumas considerações teóricas.....	16
1.2. Lacunas, biografia e novas abordagens da narrativa.....	31
1.3. Cartas: um meio de comunicação e estilo.....	34
1.4. “ <i>Te desejo saúde e felicidade</i> ”: as boas-vindas em um período de <i>confiança mútua</i>	39
1.5. Sistema social e manutenção de interesses: o Clientelismo.....	45
1.6. Trajano e Plínio, o Jovem: dois homens e um ideal.....	53
1.6.1. <i>Marcus Ulpio Traianus (56 – 117 d.C.)</i>	53
1.6.1.1. Apoio material e imaterial na ascensão de Trajano.....	59
1.6.2. <i>Gaius Plinius Caecilius Secundus (61 – 113 d.C.)</i>	65

SEGUNDA PARTE: Virtudes: um instrumento ideológico além da simples retórica

2.1. Variações e permanência de significados.....	69
2.2. Definições, implicações e aplicação do conceito de <i>virtude</i> no mundo antigo.....	70
2.3. Natureza e essência da virtuosidade.....	73
2.4. Por uma praticidade virtuosa.....	78
2.5. “Culto Imperial”: a construção <i>virtuosa</i> de Trajano a partir das mãos de Plínio, o Jovem.....	89

TERCEIRA PARTE: “Mas os deuses apressaram-se para colocar o governo em suas mãos”

3.1. Epistolário cruzado entre Plínio, o Jovem e Trajano: as virtudes em foco.....	100
3.2. <i>Virtus</i>.....	101
3.3. <i>Pietas</i>.....	104
3.4. <i>Aeternitas</i>.....	107
3.5. <i>Disciplina</i>.....	112
3.6. <i>Felicitas e Fortuna</i>.....	115
3.7. <i>Fides</i>.....	117
3.8. <i>Salus e Victoria</i>.....	121
3.9. <i>Providentia</i>.....	125
3.10. <i>Gloria</i>.....	128
3.11. <i>Honor</i>.....	131
3.12. <i>Indulgentia</i>.....	135

4. DE COMO TERMINA ESTA HISTÓRIA.....141

5. REFERÊNCIAS

5.1. FONTES.....	147
5.2. BIBLIOGRAFIA.....	148

6. ANEXOS

6.1. Cargos da Burocracia Romana.....	153
6.2. Mapa do Império Romano (97 – 117 d.C).....	154
6.3. Mapa da Ásia Menor.....	155
6.4. Mapa da Província do Ponto-Bitínia.....	156
6.5. Tabela referente à análise do Livro X.....	157

RESUMO

As cartas trocadas entre Plínio, o Jovem e Trajano revelam diversas situações da vida pública e privada do final do século I e início do século II d.C. Desde pedidos ligados a cidadania, reformas de banhos públicos, construções de teatros e aquedutos, questões ligadas a escravidão e militarismo, até a caracterização do sistema de assistência mútua - o clientelismo - e a força do emprego das expressões virtuosas. Interessante meio de comunicação, as cartas, também podem ser analisadas pelo lado do estilo literário e da função de elaborar uma imagem. Plínio, um governador de província, ao trocar cartas com o Imperador Trajano, colocava-se ao lado do homem mais poderoso de seu tempo. Trajano, em contrapartida, era apresentado pelos escritos de Plínio, como um ótimo soberano, o legítimo *optimus princeps*. Esta elaboração da imagem do imperador ganhou notoriedade através do Panegírico a Trajano, escrito no ano 100 d.C, por Plínio, o Jovem. Todavia, ao nos determos na análise do Epistolário - Livro X - cruzado entre os dois, vemos a possibilidade de construir uma imagem ligada aos feitos, e a situações cotidianas. Fato é que duas situações ficam claras nesta análise do Livro X: a crença de um funcionário nas ações de seu líder e, conseqüentemente, a construção de uma imagem modelar através de expressões dignas de um soberano ideal. Com isso, damos primazia à força que as palavras assumem quando empregadas na situação e no tempo correto. Plínio soube usar estas ferramentas, deixando suas considerações acerca da virtuosidade de Trajano. É com este testemunho de virtuosidade deixado nas epístolas que elaboramos esta dissertação.

Palavras-Chave: *virtudes; clientelismo; imagem ideal.*

ABSTRACT

The letters changed between Pliny, the Youth and Trajan reveal diverse situations of the private and public life of the end of the century I and beginning of the century II AD. Since connected requests the citizenship, reforms of public baths, constructions of theaters and aqueducts, questions connections the slavery and militarism, up to characterization of the system of mutual aid - the political patronage – and the force of the job of the virtuous expressions. Interesting media, the letters, also can be analyzed by interest of the literary style and of the function of elaborate an image. Pliny, a governor of province, upon changing letters with the Emperor Trajan, put itself beside the most powerful man of his time. Trajan, in another hand, was presented by the writing of Pliny, as a great sovereign, the legitimate one *optimus princeps*. This elaboration of the image of the emperor earned notoriety through the Panegyric to Trajan, written in the year 100 AD, by Pliny. However, when we directed our attention to the analysis of the collection of letters – Book X – crossed between the two, we saw the possibility of build an image connection to the deeds, and the routine situations. Fact is that two situations stayed clear in this analysis of the Book X: the belief of a member of staff in the actions of his leader and, consequently, the construction of an image model through worthy expressions of an ideal sovereign. With that, we give primacy by force that the words assume when employed in the situation and in the correct time. Pliny knew to use these tools, leaving its considerations about the virtuosity of Trajan. It is with this testimony of virtuosity, left in the letters, which elaborate this dissertation.

Keywords: *virtues; political patronage; ideal image.*

Introdução

Por onde começar um trabalho? Essa simples pergunta é respondida em diversas aulas e diversos manuais de metodologia científica. Explicam-nos que determinar “o objetivo central deste estudo” é um bom começo. Da mesma forma, a delimitação espacial e temporal se faz tão importante quanto a problemática levantada no início de nossas pesquisas. Hipóteses e mais hipóteses são trazidas à tona, com a esperança de conseguirmos “comprová-las” uma a uma, mas é com a ânsia por respostas que aprendemos a respeitar os limites de uma pesquisa histórica. Lembramos que nossas palavras articulam-se com contextos sobre os quais, dificilmente, podemos atuar como queríamos. Quem sabe a nossa vontade seja a de interagir com os indivíduos que tanto conhecemos, mas que nunca saberemos ao certo como foram. Melhor assim, pois, talvez, se os conhecêssemos como de fato eram, o encanto que nos fez escolhê-los para as nossas pesquisas naufragaria em águas turvas e sem o brilho que lhes concedemos. Ou pior, veríamos que os grandes déspotas e usurpadores também tinham sua parcela de carisma, o que tememos aceitar. Com isso, vemos que a comprovação de nossas idéias deve dar espaço às explicações, já que um veredicto final, geralmente, está nublado por metáforas, metonímias, hipérboles construídas por nós e por nossos “amigos” do passado.

Em um certo momento da nossa pesquisa, fomos instigados a dar “voz” aos indivíduos que tanto estudamos nos últimos anos. Essa provocação originou-se com a apresentação de um esboço de uma analogia entre o contexto aqui estudado e a apresentação de um espetáculo teatral. Sob essa ótica, elaboramos um ensaio que tenta responder a pergunta inicial deste trabalho. Nele apresentamos as intrigas, os pensamentos e as fábulas que remontam ao período do principado de Trajano, sendo que os fatos ilustrados remetem a toda sorte de vícios e virtudes contidas em nossa fonte. Através dessa breve “produção artística”, pretendemos responder e delimitar a nossa pesquisa, em que elementos da historiografia mesclam-se à prática da imitação.

Reforçamos a idéia de que esse recurso só pôde ser idealizado devido às influências dos modelos metodológicos “estabelecidos”, que também serão atendidos nesta dissertação. Agindo assim, queremos apenas pôr em prática algumas orientações tão ricas que recebemos em nossa caminhada. Dentre elas, destacamos o incentivo da busca pelo nosso próprio “modelo” na elaboração da escrita, conhecendo os grandes precursores, mas sem inibir nossa

própria vontade de criação. Assim, iniciamos nossa apresentação temática inspirados pelas concepções aristotélicas da obra *A Poética*, que serviram como guia na elaboração teórica.

“Nos é natural a tendência em imitar”

(Aristóteles, A Poética, IV, 7)

TÍTULO: Cuides do céu, pois da terra teu enviado cuidará.

Personagens: Júpiter, divindade superior.

Trajano, imperador.

Plínio, o Jovem, governador de província.

Suetônio, escritor.

senadores, amigos.

Época: Período de 97 a 113 d.C (data das trocas epistolares entre Plínio e Trajano).

Lugar das Cenas: Roma.

Entardecia. Os últimos homens retiravam-se lentamente dos arredores do Fórum cobertos por densa névoa. Poucas vozes se ouviam nessas redondezas devido ao medo instaurado pelo imperador Domiciano, e não totalmente apaziguado pelo então imperador Nerva. Dos anos 81 ao atual 97 d.C, a trajetória de muitos indivíduos distintos fora interrompida por atos de intolerância política, como mortes e perseguições a filósofos e a matemáticos¹. Foram tempos marcados pelas ações despóticas de um líder que, seguidamente,

¹ **BALSDON**, J.P.V.D. *O Mundo Romano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965, p.68.

era comparado àqueles antecessores que toda a população preferia esquecer. Nomes como o de Nero e Calígula eram o suficiente para que os cidadãos que deixavam o Fórum perdessem noites de sono. E agora, temiam novas punições, já que souberam, por alguns colegas, dos violentos enfrentamentos travados entre o imperador e os homens de vida pública².

Um desses homens que seguiam para suas casas era o então Pretor *Caio Plínio Cecílio Segundo*. Entre seus colegas, era carinhosamente chamado de Plínio, o Jovem, devido às destacadas atividades que seu tio materno, Plínio, o Velho, desempenhara pelo Império. Plínio, um homem de poucas palavras, mas com uma precisão louvável em suas falas, caminhava a passos lentos para sua atual residência. Nascido na localidade de Comos, em 61 d.C, pertenceu, desde pequeno, a um grupo familiar abastado³, cuja principal herança deixada foi o gosto pelos estudos. Cresceu na ausência de seus pais, que morreram cedo, sendo então adotado por seu tio Plínio, o Velho. Alguns indivíduos que o cercavam acreditavam que o jeito comedido desse jovem Pretor foi resultado das perdas de seus familiares. Até mesmo seu tio, que o adotara com tanta disposição e por tão pouco tempo, não foi agraciado pela fortuna da vida. Morreu no ano de 79 d.C em uma das maiores tragédias vistas pelos cidadãos de Pompéia: a explosão do vulcão Vesúvio pegou inúmeras famílias desprevenidas, levando o caos e o desespero até o limite conhecido. Seu tio, um naturalista dedicado, acabou intoxicado pelos gases venenosos expelidos do interior da terra.

Plínio seguiu sua jornada da vida cercado por amigos, quase todos pertencentes à mesma camada social, a dos chamados “homens novos”. Esses eram assim conhecidos por conta de algumas atitudes tomadas por imperadores anteriores, que confiavam nos novos indivíduos do cenário político romano. Alguns desses “novos homens”, como Plínio, por exemplo, pertenciam ao segmento dos equestres/cavaleiros, oriundos das províncias romanas e com um alto grau de conhecimento e de capital material.

A escuridão se adensou. Por entre as árvores que cercavam Plínio, surge um vulto irreconhecível. Controlando a ansiedade e a respiração, continuou seu caminho, de muito já seu conhecido. *Não há de ser nada, sou um homem que segue as regras do Imperador*, pensou. Se fosse abordado por algum desconhecido,alaria que, desde meados de 91 d.C, servia ao Império, primeiro cuidando do tesouro público (*quaestor*), depois representando as camadas menos favorecidas (Tribuno da Plebe) e, agora, um legítimo administrador da justiça

² SANCHÉZ, Dario & MÁRQUEZ, Diego. *Plinio el Joven: Epistulae (tomo I)*. Córdoba: Alción Editora, 2001, p.7.

³ PARATORE, Ettore. *A História da Literatura Latina*. Firenze: Sansoni Editore, 1983, p.748.

(*praetor*). Entretanto, quanto mais se aproximava do vulto, menor era a sensação de perigo. Apesar da noite sombria, conseguiu focar a visão em alguns traços que logo lhe revelaram o perfil de um rosto conhecido.

_ Suetônio, meu amigo, o que faz nesta penumbra? Algo aconteceu para aparecer de repente e tão apressadamente?

_ Ó deuses, obrigado. Plínio, meu amigo, graças que o encontrei. Precisava conversar contigo sobre um assunto que me vem perturbando há alguns meses. Sente-se comigo e escute o que tenho a dizer. Alguns dias antes da morte de Domiciano, circularam, entre alguns amigos, rumores de um sonho que o então imperador tivera. Dizem que ele sonhou com uma auréola de ouro em torno da sua nuca e que previu que a condição do Império, depois de sua própria morte, seria mais próspera e florescente⁴. Ao mesmo tempo em que me alegro por tal notícia, fico preocupado com o que estamos vivendo, pois o nosso imperador não possui forças para um longo governo. E se a prosperidade anunciada por Domiciano morrer junto com o imperador Nerva?

_ Calma, Suetônio. Precisamos sair deste local para conversarmos sem nenhum perigo de enfrentamento. Vamos para minha casa, lá nos reuniremos a *Avidius Quietus*, *Corellius Rufus*, *Verginio Rufos* e *Vestricius Spurinna*⁵, e, após você relatar exatamente o que me contou agora, pensaremos sobre esse tipo de presságio muito caro a nós.

Plínio queria se reunir com seu grupo de amigos e protetores para então pensar a respeito do que ouvira de Suetônio. Apesar da aparente empolgação expressa nos olhos de Suetônio, oriunda das esperanças por tempos melhores, Plínio manteve-se centrado. Seus mestres de estudo, Quintiliano e Nicetas de Esmirna, o ensinaram a prostrar-se de maneira moderada⁶ diante de assuntos dessa natureza, pois, assim, agiria de forma consciente conseguindo situar-se em frente às necessidades que o momento poderia exigir. Com essa postura, Plínio se destacava e conseguia a confiança de todos que o cercavam, o que lhe garantia o prestígio necessário para ocupar cargos na administração imperial. Foi assim que ele trilhou o seu *cursus honorum*, mesmo no período escuro de Domiciano. Sua euforia foi

⁴ MONTERO, Santiago. *Trajano y La Advinación: Prodígios, Oráculos y Apocalíptica en el Imperio Romano (98 – 117 d.C)*. Universidad Complutense: Gérion, 2000, p. 17. *Suetônio, Dom. 23,2*: “*Ipsum etiam Domitianum ferunt somniasse gibban sibi pone cervicem auream enatam, pro certoque habuisse beatiorum post se laetiorumque portendi rei p. statum (...)*”.

⁵ SANCHÉZ & MÁRQUEZ, op.cit.

⁶ HIDALGO DE LA VEGA, Maria José. *El Intelectual, la Realeza y el Poder Político en el Imperio Romano*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1995, p.105.

então contida, já que passara todo o período de Domiciano sem questionar uma atitude do imperador. Esboçar grandes alegrias poderia ofuscar sua própria carreira.

Já era tarde da noite, e vários homens estavam reunidos em torno de Suetônio. Essa situação, por muito tempo, foi impossível de ser sequer imaginada. Apenas com a morte de Domiciano e com algumas atitudes do velho Nerva os antigos grupos de discussões puderam, novamente, se reunir para tratar de assuntos diversos. Das artes à matemática, da política aos casamentos, todos mostravam alegria nas conversas, e, por alguns instantes, o sonho de Domiciano fora deixado de lado. Cidadãos tão distintos quanto os que estavam agrupados não poderiam deixar de falar sobre filosofia, sobre o cotidiano e, inclusive, sobre literatura⁷.

_ Em todo este mês de abril não fiquei quase que um dia sem aparecer na recitação de alguém. Eram todas, sem dúvida, de amigos, e por isso mesmo acabei ficando mais tempo em Roma do que o previsto. Agora quero voltar ao meu retiro e tentar escrever algo de minha autoria, mas nem pensem que a apresentarei em forma de recitação⁸ – falava Plínio.

_ Plínio, meu caro. Todos esperam que você nos brinde com suas coletâneas de cartas, das quais eu mesmo participo. Sabemos da sua preocupação em expor ao público seus escritos literários, mas não nos prive de suas belas cartas – disse Septício Claro, segurando no ombro de Plínio.

_ Sim, sim. Por várias vezes você me animou em reunir e publicar as minhas cartas. Penso em fazer isso, Septício, e já estou a recolhê-las. Porém, sem uma ordem temporal, visto que nunca foi meu objetivo compor histórias. Espero que, no futuro, não nos arrependamos dessa atitude⁹ – sorriu Plínio.

Passado algum tempo, Suetônio tomou a palavra e todos passaram a escutá-lo, de maneira que, ao terminar de relatar o mesmo que contara a Plínio perto do Fórum, toda a sala foi tomada por sentimentos de alegria e tensão. Ninguém duvidava do caráter premonitório dos sonhos, já que eles eram considerados avisos de Zeus¹⁰. Se Domiciano vira, em seus

⁷ SANCHÉZ & MÁRQUEZ, op.cit., p.18.

⁸ Plínio, Ep. I, 13: *“toto mense Aprili nullus fere dies, quo non recitaret aliquis (...) Erant sane plerique amici (...) His ex causis longius quam destinaveram tempus in urbe consumpsi. Possum iam repetere secessum et scribere aliquid, quod non recitem, ne videar, quorum recitationibus adfui, non auditor fuisse sed creditor. Nam ut in ceteris rebus ita in audiendi officio perit gratia si reposcatur”*.

⁹ Plínio, Ep. I, 1: *“Frequenter hortatus es, ut epistulas, si quas paulo curatius scripsissem, colligerem publicaremque. Collegi non servato temporis ordine – neque enim historiam componebam –, sed ut quaeque in manus venerat. Superest ut nec te consilii nec me paeniteat obsequii. Ita enim fiet, ut eas quae adhuc neglectae iacent requiram et si quas addidero non supprimam”*.

¹⁰ MONTERO, op.cit., p.34.

sonhos, um período de prosperidade do Império após a sua morte, todos os ilustres cidadãos poderiam esperar esse momento chegar.

Plínio, como anfitrião, tomou a palavra e disse o que pensava a esse respeito, recordando uma conversa que tivera com o próprio Suetônio:

_ Lembra, meu amigo Suetônio, de uma de nossas cartas, em que você falou sobre um sonho teu? Foi um sonho acerca de um juízo, em que você pedia a mim a prorrogação de um ato. Lembro que conversamos sobre o caráter dos sonhos, que, às vezes, sucedem ao que irá acontecer e, outras vezes, fazem exatamente o contrário¹¹. Dessa mesma maneira, podemos entender o sonho do falecido imperador Domiciano. Meus amigos, tenho a certeza de que os tempos de prosperidade são os que nos esperam. Mas hoje já está tarde. Amanhã nos reuniremos e eu explicarei os motivos da minha certeza. Sigam em paz para suas casas.

Em nova manhã no Fórum, os homens públicos foram surpreendidos com uma notícia vinda da casa imperial: o Imperador anunciou seu sucessor, através da tradição da adoção – *adoptio*. Apesar da elevada idade do então imperador Nerva, essa ação foi vista por alguns como uma medida de prevenção a qualquer ataque pessoal, e não como uma atitude tomada por conta de sua idade avançada. Os rumores em torno da escolha de Nerva comprovavam as feições de uma nova época do Império Romano. O escolhido era um líder do segmento militar, nascido em uma província romana e filho legítimo de outro destacado militar. O senado ganhou contornos de desconfiança em relação ao futuro soberano romano, e uma leva de questionamentos sobre a escolha de Nerva foi o que ditou a manhã do dia 25 de outubro de 97.

_ Ouvi dizer que o escolhido foi o líder responsável por sufocar a revolta de Saturnino, tendo em suas mãos a lealdade de toda a 7ª Legião – *legionii VII Geminae* – lembrou um dos senadores.

- Sim, é verdade. Essa vitória foi celebrada no ano 89. De lá para cá, eu soube pouco de novas vitórias. Sei apenas que o falecido imperador Domiciano também tinha confiança nesse homem. Em poucos anos, esse cidadão percorreu o *cursus honorum*, sendo

¹¹ Plínio, Ep. I, 18: “Scribis te perterritum somnio vereri ne quid adversi in; actione patiaris; rogas ut dilationem petam, et pauculos dies, certe proximum, excusum. Difficile est, sed experiar, 'kai gar t' onar ek Dios estin'. Refert tamen, eventura soleas an contraria somniare”.

nomeado *cônsul*. Mas destacou-se mesmo como *legatus* da *Germania* Inferior e Superior, assim como da *Pannonia* em 96¹².

_ Que os deuses não me escutem, mas o nosso Imperador perdeu o juízo. Como pode alguém escolher esse homem estando *Marco Cornelio Nigrino*¹³ vivo e atuante entre nós?

A realidade era que ninguém poderia fazer nada a respeito da escolha de Nerva. Seu escolhido já acumulava o poder de tribuno e o de *proconsulare imperium maius*, demonstrando que o futuro do Império Romano estava destinado a ele. Não tardou para que rumores surgissem dentro e fora do Fórum, gerando admiração e desconforto entre muitos cidadãos. *O que Plínio terá a dizer sobre isso?*, pensou um de seus amigos, ansioso pela reunião noturna. *O sonho de Domiciano era sobre essa atitude?*

A volta para casa, para alguns, foi feita com uma certa desconfiança no porvir, mas, para o seleto grupo de amigos de Plínio, o Jovem, o fim do dia era visto como o começo de novas discussões. Dessa vez, Plínio não caminhava sozinho por entre as árvores e a escuridão, vinha acompanhado por Titinio Capito. Evidente que o calor das conversas vinha da *adoptio* do novo Imperador, mas Capito também provocava Plínio em relação às obras históricas.

_ O que é mais importante: tornar-se um imperador reconhecido em sua época, ou um escritor que torna-se eterno através de suas obras? – provocava Capito.

_ Pudera eu te dar a resposta, caro Titinio Capito. Se você fez essa pergunta com o intuito de que eu revelasse minha opinião sobre o escolhido de Nerva, terá que esperar a reunião com nossos outros amigos. Mas, se a pergunta foi sincera, respondo com uma de minhas vontades. Vivo pensando, dia e noite, se, de algum modo, poderia elevar-me sobre toda a existência terrena. Essa ânsia responde aos meus desejos de voltar, vencedor, através dos lábios da humanidade. Isso, meu amigo Capito, vislumbro como a maior glória, e sei que a escrita de uma grandiosa obra histórica pode nos dar essa fama e a eternidade¹⁴.

¹² BENNETT, Julien. *Trajan Optimus Princeps: a Life and Times*. London: Taylor & Francis e-Library, 2005, p.IX.

¹³ MONTERO, op.cit., p.24.

¹⁴ *Plínio, Ep. V, 8*: “Itaque diebus ac noctibus cogito, si 'qua me quoque possim tollere humo'; id enim voto meo sufficit, illud supra votum 'victorque virum volitare per ora'; 'quamquam o-!': sed hoc satis est, quod prope sola historia polliceri videtur”.

_ Então proporei um tema para que um dia você escreva. Mas sejamos sinceros, querido Plínio, existe melhor maneira de conseguir a eternidade do que manter-se ao lado do homem mais poderoso de sua época? Eu acredito que não.

_ Ser digno e merecedor de tamanha honra, de fato, é louvável – respirou profundamente e então abriu a porta da sua casa.

Diferente da atmosfera que preenchia a casa de Plínio na noite anterior, hoje não havia um indivíduo que falasse sobre outro assunto que não a *adoptio* realizada pelo Imperador. Naturalmente, com a chegada de Plínio, todos esperavam que o anfitrião revelasse as *certezas* que o enchiam de positivismo no dia anterior. Além das explicações sobre o sonho de Domiciano, agora esperavam algum pronunciamento relacionado à decisão de Nerva. Plínio sentou-se junto de seus amigos; no rosto, a expressão de tranquilidade e otimismo que o diferenciava da maioria dos presentes.

_ Boa noite, bons amigos. Espero que a vinda até a minha casa tenha sido tranquila, um pouco diferente do dia vivido no Fórum – arrancou assim alguns sorrisos dos presentes. Irei direto ao assunto a que aludi na noite passada. Todos se lembram das notícias que nosso amigo Suetônio trouxe até nós. Pois bem, digo a vocês que aquele sonho de Domiciano veio para comprovar outros rumores que chegaram até mim. Devido aos acontecimentos de hoje, não precisarei me esforçar em tantas explicações, já que ouvimos, por nós mesmos, a escolha do Imperador Nerva.

_ Plínio, sabemos que sua postura política sempre foi reta, mas você conhece o escolhido do nosso Imperador? Nós ouvimos falar de alguns feitos militares, de boa conduta, mas parece-nos que a família desse homem, de nome Trajano, não pertence à aristocracia romana. Isso é verdade? – Arrio Antonino tomou a palavra por todos os presentes.

_ Escutem, amigos. Deixem-me relatar o que sei. Em primeiro lugar, devo desculpas a todos vocês por omitir o que lhes direi agora. Após ouvir sobre o sonho de Domiciano, que anunciava tempos de glória após a sua morte, muitas coisas passaram a ter sentido para mim. Alguns meses atrás, eu estava passando em frente ao Capitólio quando um destacado militar consultava os auspícios. Tudo corria normalmente até a inusitada evidência manifestada pelos sinais: ele fora recebido como um *princeps*¹⁵, e não como um homem

¹⁵ Plínio, *Pan.* 5,2: “*Nam ceteros principes aut largus cruor hostiarum aut sinister volatus avium consulentibus nuntiavit; tibi ascendenti de more Capitolium quamquam non id agentium civium clamor ut iam principi occurrat (...)*”.

*privatus*¹⁶, o que levou uma multidão que se aglomerava na saída do Capitólio a saudá-lo como imperador¹⁷. Esse cidadão, de nome Trajano, mais que depressa negou os chamados de *imperator*, demonstrando grande *modestia*.

_ Agora entendo a sua tranqüilidade, querido Plínio. Depois de ouvir o relato de Suetônio, e sabendo desse acontecimento único em frente ao Capitólio, acredito que os auspícios não errariam com essa prova pública de aclamação. Além, é claro, dos sinais mandados por Zeus através dos sonhos do falecido imperador Domiciano – propôs um dos ouvintes.

Com as mãos na cabeça, Plínio sentenciou:

_ O que penso, amigos, é que esse homem chamado Trajano traz consigo grande força. Pensem comigo: seu *cursus honorum* indica que é competente; ele conseguiu abafar algumas revoltas; ganhou a confiança tanto do falecido imperador Domiciano quanto de Nerva; foi aclamado pelos deuses, com provas auspiciais, como um príncipe; foi aclamado também pela população e, hoje, foi declarado na *adoptio* imperial. Se todas essas indicações não significarem a comprovação do sonho de Domiciano, eu não sei o que mais poderia ser.

Murmurinhos tomaram conta da sala de Plínio, o Jovem. Parecia que ninguém acreditava no que estava acontecendo: *um homem privatus sendo aclamado pela população antes mesmo de ser adotado?* Eram tantas as dúvidas e apenas uma a resposta: Trajano fora escolhido por Nerva, pelos deuses e pela população. Como isso havia ocorrido era o que todos queriam saber. Mas nem Plínio, nem Suetônio, nem qualquer outro presente conseguiria explicar os ditames dos auspícios, ou os comportamentos de Nerva e da população. Assim, restava-lhes abrir um grande sorriso, pois os tempos de glória e florescimento estavam cada vez mais próximos.

Aquele 25 de outubro de 97 ficou na lembrança de todos aqueles homens. Aos olhos dos cidadãos, a convivência política ganhou ares de cordialidade, pois tudo parecia mais simples sem as perseguições contra os pensadores. Agora, munidos de confiança, era preciso conhecer melhor a origem e os feitos daquele que, meses atrás, fora escolhido como o próximo imperador romano. Bastava freqüentar algum local público, ou participar de

¹⁶ MONTERO, op.cit., p.22.

¹⁷ Plínio, Pan. 5, 4-5: “(...) siquidem omnis turba quae limen insederat, ad ingressum tuum foribus reclusis illa quidem, ut tunc arbitrabatur, deum; ceterum, ut docuit eventus, te consalutavit imperatorem. Nec aliter a cunctis omen acceptum est. Nam ipse intellegere nolebas; recusabas enim imperare, recusabas, quod erat bene imperaturi”.

quaisquer discussões entre amigos, que logo se ouvia sobre a vida do *adotado imperial*. Filho legítimo de um destacado militar dos tempos do falecido imperador Vespasiano, *Marcus Ulpius Traianus* representava as novas gerações de provincianos. Esse fato gerou, em alguns senadores, uma desconfiança sobre o futuro que o Império teria, já que Trajano não era um membro da aristocracia romana. Contudo, outra parcela dos homens de toga acreditava que, justamente pela origem provinciana, o futuro imperador conheceria as necessidades externas a Roma e, assim, teria capacidade para expandir os domínios imperiais.

Homem de boa idade, 41 anos, Trajano nasceu nos arredores da província da Hispania, e demonstrou, desde cedo, o interesse pela vida política. Assim como vários dos amigos de Plínio, inclusive o próprio Plínio, o futuro imperador caminhou em seu *cursus honorum*. Exerceu funções de questor durante o reinado de Tito, passou a pretor durante o período de Domiciano, mas foi no ano 87 que conseguiu destaque entre os cidadãos. Com a função de comando da 7ª Legião *Geminae*, ganhou reconhecimento e evidência no segmento militar. Sua confiança aumentou na mesma medida que suas responsabilidades, já que assumiu o controle da Germania Inferior e Superior em 92 e da Panônia em 96.

Em pouco tempo, essa lista de informações passou a integrar o dia-a-dia dos cidadãos. Ninguém queria perder um murmurinho sobre a vida de Trajano. Pessoas mais próximas dos círculos dominantes difundiam, com juras de verdade, que o novo escolhido falou, em certo momento, sobre a postura que adotaria em relação aos homens de carreira pública:

— Dando àqueles velhos rapazolas o acréscimo de um respeito formal com que a sua vaidade se possa ostentar satisfeita, conquistará seus corações para sempre¹⁸ — Trajano falara ao imperador Nerva.

Apesar de duvidosa, a declaração não agradou aos que a ouviram. Mas, se esperança havia, era através dos futuros atos de Trajano que ela se revelaria. Esse futuro, por sua vez, acabou se apresentando mais cedo do que o esperado: o velho imperador Nerva, que subiu ao poder em meados de 96, agora, em 28 de janeiro de 98, deixava seu lugar para o escolhido Trajano¹⁹. O sentimento de tristeza misturava-se à euforia das expectativas de dias gloriosos e exultantes. A morte de Nerva pegou desprevenido até mesmo Trajano, que estava no início da sua jornada pelo Danúbio.

¹⁸ PARATORE, op.cit., p.750.

¹⁹ BENNETT, op.cit., p.ix.

Nos meses que antecederam a morte de Nerva, Plínio conseguiu, através de sua postura moderada e colaboracionista, aproximar-se do círculo dominante. As reuniões em sua casa diminuíram, dando espaço a discussões com o falecido imperador, e mesmo com Trajano, o novo imperador. Claro que essa proximidade com o poder não afastou Plínio do seu círculo de intelectuais, apenas ampliou seus contatos. Fato é que Plínio passou a acreditar ainda mais na predestinação de Trajano ao poder imperial, pois, além de conhecer todas as informações que os cidadãos em geral conheciam a respeito do imperador, agora ele tinha contato direto com o futuro *princeps*.

Sabendo da distância em que Trajano se encontrava em relação a Roma, seu *amigo* Plínio resolveu escrever uma carta parabenizando a ascensão ao poder imperial:

— Teus sentimentos de filho, Santíssimo Imperador, incitaram teu desejo para que teu pai prosperasse até o último momento possível, mas os deuses imortais apressaram-se para colocar o governo em tuas mãos, uma tarefa para a qual você sempre esteve designado. Portanto, peço por ti, e por todo o gênero humano, para que possam gozar de toda prosperidade, como convém a teu reino; e como um indivíduo, não mais que um funcionário, *imperator optime*, desejo-te saúde e felicidade²⁰ — redigiu Plínio, o Jovem.

A alegria estava presente em todos os cidadãos, mas com particular tenacidade na figura de Plínio. Seus amigos elogiavam a sua postura de “amigo e conselheiro do imperador”, dizendo que essa posição lhe traria muitas vantagens. Agora, Plínio entendia a antiga provocação de seu amigo Titínio Capito, que lhe perguntara se escrever uma obra histórica traria glórias e a eternidade tal qual o pode fazer a amizade próxima a um líder destacado. Apesar de acreditar na força que Trajano traria para o Império e para os cidadãos, não lhe soava nada mal a idéia de estar tão próximo de um predestinado.

Os contatos entre o imperador e Plínio resultaram em um laço de confiança mútua propagado de diversas maneiras e em diversos momentos. Foi com as demonstrações de fidelidade — *fides* — que ambos os indivíduos passaram a sustentar as ações do outro. Enquanto Plínio assegurava a divulgação e até mesmo a defesa de Trajano nos locais que freqüentava, o imperador, por sua vez, concedia alguns favores a seu fiel amigo. Assim, alguns anos após a ascensão de Trajano, Plínio manifestou o maior apoio que um cidadão poderia oferecer a um

²⁰ Plínio, *Ep. X, 1*: “*Tua quidem pietas, imperator sanctissime, optaverat, ut quam tardissime succederes patri; sed di immortales festinaverunt virtutes tuas ad gubernacula rei publicae quam susceperas admovere. Precor ergo ut tibi et per te generi humano prospera omnia, id est digna saeculo tuo contingant. Fortem te et hilarem, imperator optime, et privatim et publice opto*”.

líder. Era início da tarde de um ensolarado dia de setembro do ano 100 quando, vestido com sua melhor túnica, Plínio adentrou na casa senatorial e colocou-se a falar frente a todos os cidadãos presentes:

_ Homens distintos de nosso Império, escutem-me. Sei que mesmo passados três anos desde a ascensão de nosso indulgente imperador²¹, alguns cidadãos ainda temem pelo futuro de nosso Império. Mas trago a vocês as minhas mais sinceras palavras sobre este predestinado escolhido por Júpiter – assim pedia a atenção de todos os presentes.

_ Ainda que pudessem duvidar, até agora, se eram a sorte e a casualidade que davam aos governantes o domínio sobre a terra, ou se algum desígnio providencial, agora é evidente que nosso príncipe foi nomeado por decisão divina²² – calmamente deliciava-se com suas próprias palavras.

_ Plínio, nosso ilustre amigo e destacado porta-voz, explique suas palavras para que elas ganhem força entre nós. Sabemos que as conquistas de nosso Imperador foram verdadeiras, mas acredita que foi a melhor escolha do falecido imperador Nerva? – questionava um dos senadores representando a voz de alguns outros.

_ Caro cidadão. A escolha do falecido imperador Nerva mostrou-se totalmente coerente. Assim deveria ser o desígnio, nem pela guerra civil, nem pela necessidade de uma república presa pela coação armada; o príncipe foi escolhido em tempos de paz, pela forma da adoção²³. Júpiter enviou sinais claros, que foram percebidos por Nerva. O falecido imperador o adotou como filho, dando a nós um pai e um pontífice a Júpiter²⁴.

Com essas palavras profundas, Plínio convenceu vários cidadãos que se mantinham na dúvida em relação a Trajano. Seu discurso prolongou-se durante toda a tarde daquele dia, exaltando cada ato anterior e posterior à ascensão de Trajano. Plínio, como um astuto conhecedor das palavras, soube escolhê-las de tal maneira que as virtudes do imperador saltavam aos olhos de todos os presentes. Como amigo e conselheiro do soberano, ele suprimiu os problemas e os vícios do líder, elaborando uma imagem perfeita e inquestionável

²¹ Plínio, *Ep. X, 10*: “(...) *indulgentissime imperator* (...)”.

²² Plínio, *Pan. I, 4-5*: “*si adhuc dubium fuisset forte casuque rectores terris an aliquo numine darentur, principem tamen nostrum liqueret diuinitus constitutum. Non enim occulta potestate fatorum, sed av loue ipso coram ac palam repertus, electus dis*”.

²³ Plínio, *Pan. 5, 1*: “*Talem esse oportuit quem non bella ciuilia nec armis oppressa res publica, sed pax et adoptio et tandem exorata terris numina dedissent* (...)”.

²⁴ Plínio, *Pan. 94, 4*: “(...) *Tu voce imperatoris quid sentires locutus, filium illi, nobis parentem, tibi pontificem maximum elegisti* (...)”.

de imperador. Descendo do púlpito com os olhos confiantes e crente em suas próprias palavras, Plínio sabia que cumprira com perfeição o seu objetivo. Demonstrando, com seu discurso, que o período de Trajano seria o de máximo esplendor, deu a todos os presentes a confiança que faltava a alguns. Particularmente, suas palavras também serviram como *gratiarum actio* – agradecimento – para uma das várias conquistas pessoais: o cargo de cônsul concedido pelo Imperador.

Essa história poderia alongar-se em muitas e muitas páginas, contando, por exemplo, como o sonho do falecido imperador Domiciano se realizou na figura de Trajano; ou sobre as diversas e importantes conquistas militares que deram a Trajano títulos e honrarias por onde passava; falando sobre o período no qual os limites do Império Romano atingiram o máximo de expansão que a história encontrou, chegando ao ponto de estudiosos considerarem o principado de Trajano como “uma antecipação fiel do ideal da cultura clássica e da latinidade, como formou o Humanismo”²⁵. Isso sem contar o fortalecimento dos laços de confiança mútua entre Plínio, o Jovem e Trajano, que ganharam cores com as palavras bem empregadas de Plínio e com as ações comedidas de Trajano.

Contudo, não podemos deixar essa história sem um fim. Plínio foi nomeado governador da província de Ponto-Bitínia, cargo que exerceu de 111 a 113 d.C. Nesse período, intensificou as conversas com o Imperador através da troca freqüente de cartas. Assim como com as cartas trocadas com seus amigos, foi possível reunir um livro com as epístolas trocadas com o Imperador, mas tal obra nunca fora publicada em vida pelo autor. De forma repentina, e quem sabe inesperada, a morte participou de uma das reuniões na casa de Plínio, o Jovem, levando-o em meados de 113 d.C. Especula-se essa data devido à brusca interrupção de suas correspondências com o Imperador²⁶. O escolhido de Júpiter, que governaria a terra enquanto o deus comandaria os céus, perdeu assim um grande amigo e propagandista de suas ações. Porém, isso não atrapalhou o prosseguimento do seu principado, já que as expansões continuaram e os títulos aumentaram. Infelizmente para Trajano e felizmente para Adriano²⁷, a morte chegou em meados de 117 d.C.: em meio a uma de suas atividades militares, Trajano não suportou um ferimento e morreu. Suas cinzas foram levadas

²⁵ PARATORE, op.cit., p.681.

²⁶ SANCHÉZ & MÁRQUEZ, op.cit., p.9.

²⁷ Essa é outra história que deixamos para outro momento. Apenas apontamos que Adriano foi o sucessor de Trajano, proclamando-se imperador em 12 de agosto de 117 d.C, logo após a morte de Trajano.

a Roma, onde ganharam a última homenagem sendo despejadas, em sinal de triunfo, aos pés da Coluna²⁸ que tinha por nome: Trajano.

Vimos, nessa forma de apresentação contextual, um meio de apresentar os elementos que perpassam todas as três partes que compõem a nossa dissertação: o primeiro contato com os agentes históricos em destaque, Trajano e Plínio, o Jovem e com suas particularidades e enlaces sociais; a utilização, de forma indireta, de nossa fonte – o Livro X, correspondente às cartas trocadas entre Plínio e Trajano; o detalhe da forma do discurso de Plínio, sempre crente em suas palavras e manuseando-as de acordo com as necessidades; e, por fim, a noção de construir uma imagem de soberano com o uso de virtudes e qualidades.

Todavia, como dito nas páginas iniciais, também vemos a necessidade de expor, de maneira direta, as etapas de elaboração do nosso trabalho. Assim sendo, a problemática com que nos propusemos a trabalhar foi: *como, através do uso das virtudes, Plínio, o Jovem moldou a figura de Trajano como a de um soberano ideal*. Para tanto, nos baseamos nas cartas encontradas no Epistolário cruzado entre ele e o próprio imperador Trajano – Livro X²⁹. Lembremos que as cartas não são instrumentos laudatórios por excelência, ficando esse posto com o Panegírico a Trajano, de autoria do próprio Plínio. Contudo, por esse mesmo motivo, achamos interessante a possibilidade de apresentar um indivíduo através do pouco espaço e das limitações que uma carta impõe – por ser uma forma direta de comunicação.

Para responder a problemática da nossa dissertação, delineamos alguns objetivos a serem cumpridos. O primeiro foi identificar as características de ambos os agentes, Plínio e Trajano, para compreender como se deu o contato entre ambos – o conhecimento total da fonte teve um papel fundamental neste ponto. Sabendo como as relações eram construídas, buscamos teorizar acerca do objeto de nossa pesquisa, a *virtude*. Nesta etapa, levantamos diversas informações acerca do uso da palavra *virtude*, desde a utilização por alguns pensadores gregos até a aplicação do conceito por Plínio, o Jovem. Após compreender algumas concepções de *virtude*, tivemos como último objetivo a definição de algumas virtudes – treze no total. Ou seja, do entendimento *do que é virtude*, passamos para a fase de *quais são as virtudes*.

²⁸ BENNETT, op.cit., p.x.

²⁹ *Pliny Letters, Book X, Panegyricus*. Tradução de Betty Radice. Publicado por Harvard University Press – Cambridge, Massachusetts, London, England.

Assim, para atender aos nossos objetivos e responder a nossa problemática, dividimos a dissertação em três partes: a primeira – *“Que seja adorado como um pai, e não como um deus”* – explora a historiografia do tema, a utilização das cartas como meio de comunicação e forma de estilo, bem como a relação entre Plínio e Trajano, que propiciou a troca de cartas e a construção de uma imagem modelar. A segunda parte – *“Virtudes: um instrumento ideológico para além da simples retórica”* – atende à teorização e à compreensão do objeto de nosso trabalho. Constam as definições, as implicações e a aplicação do conceito de *virtude*, para então abordarmos o uso das qualidades na construção de uma imagem ideal. A terceira parte – *“Mas os deuses apressaram-se para colocar o governo em tuas mãos”* – trata da análise de um longo grupo de cartas do Livro X. Tal análise é feita levando-se em conta a aparição das virtudes, buscando, através de definições e apreciações, a imagem de um soberano ideal pautada na ostentação dessas mesmas virtudes.

Por fim, chamamos a atenção para a tabela que encerra o trabalho, que foi construída através das leituras e da análise pessoal da fonte em questão. A tabela foi dividida em seis partes, que atendem às necessidades desta dissertação – *número das cartas, nomes, locais, virtudes, elogios à Instituição, resumo*. As colunas preenchidas pelo sinal “X” remetem à ausência de informações. Essa tabela teve papel fundamental na conclusão desta dissertação, pois propicia uma rápida consulta e um fácil acesso às informações.

Agora, como Plínio, convidamos todos a entrarem em nossa “sala de discussões” para prosseguirmos com a nossa história

PRIMEIRA PARTE: “*JAMAIS O ADOREMOS COMO UM DEUS, E SIM COMO UM PAI*”

1.1. Vivência e Escrita: algumas considerações teóricas

Confessemos: apresentar um trabalho referente ao período da Antiguidade traz consigo inúmeros questionamentos quanto à metodologia utilizada e à relevância do assunto proposto, o que nos coloca em confronto com uma necessidade de provar passo-a-passo a veracidade das *histórias* que aconteceram em um passado remoto e desconhecido. Esse distanciamento do objeto de estudo imposto pela sucessão cronológica, seja ela entendida pela construção de uma simples *linha do tempo* ou tomada através das discrepâncias sócio-estruturais, é, para alguns, motivo de maior clareza de idéias, já que estamos distantes o suficiente dos acontecimentos para que a nossa análise ganhe caracteres científicos mais elucidativos. Seguem, por outro lado, as opiniões de que justamente esse distanciamento em relação ao objeto faz com que a análise se torne incapaz de representar aquele momento vivido.

Seria uma grande pretensão tentar solucionar esse impasse que envolve todos os estudiosos de História, sabendo ainda que tais discussões seguiriam, inevitavelmente, para “qual a *utilidade* que seu estudo propõe diante da sociedade”. Entendemos que esse questionamento delimita o espaço de atuação da História ao simples *utilitarismo científico* tão apregoadado na modernidade e na contemporaneidade – talvez esteja aí a dificuldade em entender os estudos da *História Antiga*. Essa necessidade de atrelar um caráter útil ou distintivo entre as *várias histórias* teve tamanha relevância nas discussões acadêmicas que se construíram diversos paradigmas ao seu redor. Muitas destas discussões tornaram-se mais “calorosas” com os teóricos modernos e contemporâneos. Contudo, questionamentos dessa mesma natureza foram levantados também por pensadores já na antiguidade e na medievalidade.

Esses debates que envolvem as diversas concepções históricas e os diferentes graus de compreensão acerca dos objetos de pesquisa não acabarão. Assim sendo, posicionar a História como uma ciência, como literatura ou mesmo ficção, são inquietações que acompanham cada novo trabalho proposto por nós, e cabe a nós mesmos explicitar e delinear as vertentes de

pensamento que embasam nosso labor – apresentando argumentos plausíveis para ao menos satisfazer os espíritos mais inquietos³⁰. Dessa maneira, lembramos que, desde as proposições aristotélicas, nas quais o filósofo grego propunha a distinção entre História e Literatura – a primeira cuidava do particular, enquanto a segunda do universal –, passando pela máxima ciceroniana de que a *História é a mestra da vida*³¹, temos uma gama de composições teóricas que compõem o imaginário, traçado durante séculos, das referências que o estudo da História traz para os homens.

Seguindo uma linha imaginária desenhada por brevíssimos comentários, adicionemos a essa discussão outras concepções que tiveram peso nos vai-e-vens da construção histórica. Entre elas, as idéias de Agostinho, que, fundamentadas em grande medida por suas releituras de Platão, Plotino e outros, aliavam o entendimento da História à fé cristã por ele professada – “*compreender para crer, crer para compreender*” . Se nossa proposta fosse a de dar conta das relações entre significados e naturezas históricas também propostas pelos diversos pensadores do século XVIII, como Voltaire, Condorcet e Kant, poderíamos considerá-la longa, se não irreal. Esse emaranhado de concepções históricas ganha mais nós se adentrarmos nos modelos de metodologia rigorosa e nas transformações da pesquisa/conhecimento – propostas de Ranke, Annales, da História Social Inglesa e etc.

Essas rápidas lembranças dos diversos cursos que o estudo da História já tomou não pretendem valorizar uma vertente em detrimento da outra. Apontam, unicamente, para uma idéia de História entendida como um grande *processo* a ser compreendido através de suas várias facetas, de seus vários pontos de vista. Acreditamos que a possibilidade de existência de diversas vertentes, estudos e posicionamentos evidencia o papel “questionador” dos historiadores, e não o de juizes prontos para emitir suas *conclusões finais*. Dessa forma, seja na História Antiga ou na História do tempo presente, compreendemos que os jogos de *seleções de verdades*, de *ações legitimadoras*, bem como a questão da *utilidade prática* da história, seguem um mesmo caminho.

³⁰ Cabe aqui uma breve explanação sobre a posição que admitimos para o nosso trabalho. Primeiramente, deixamos de lado a noção da História ligada ao relativismo ficcional, entendendo que os estudos acadêmicos possuem a capacidade de problematizar e refletir sobre as vivências e experiências temporais dos indivíduos, admitindo lacunas e, por isso, não precisam preencher os vazios da História com contos ficcionais. Em segundo lugar, não vemos a História como uma ciência carregada de preceitos mecanicistas, mas sim, de acordo com Lucien Febvre, como um “estudo cientificamente elaborado”, no qual os procedimentos, métodos e pesquisas não são arbitrários, mas seguem um entendimento empírico, contextualizado e plausível no concerto das demais ciências humanas. Formamos nossos conhecimentos não com o *passado*, mas com o *temporal* – incluindo o tempo presente. (ARÓSTEGUI, Julio. *A Pesquisa Histórica: Teoria e Método*. Trad: Andréa Dore – São Paulo: Edusc, 2006, p. iv.)

³¹ CÍCERO. *Sobre el Orador*. Trad: José Javier Iso. Madrid: Editorial Gredos S.A., 2002.

A questão com a qual nos preocupamos a partir de agora é a de apresentar os teóricos que embasam o presente trabalho. Apontar diferentes concepções para o enriquecimento das discussões, apresentar a metodologia utilizada, os autores contemporâneos ao período estudado – século I e II d.C – e os diversos estudos apresentados nas últimas décadas, assim como os grandes clássicos acerca do tema proposto – *idealização do princeps Trajano a partir das cartas de Plínio, o Jovem*. Como motivador das futuras exposições, usamos uma frase de Sherwin-White, de um texto escrito em 1966, através da qual o autor expôs, com a máxima humildade, o gratificante trabalho de quem adentra o espaço dos estudos históricos: “*After sixteen years of study I still continue to discover links and parallels within the letters that had hitherto escaped me*”³².

Sherwin-White foi o responsável pela elaboração de um dos grandes trabalhos sobre Plínio, o Jovem: “*The Letters of Pliny: A Historical and Social Commentary*”, concluído em Oxford na década de 1960. Em um trabalho de fôlego, mais de oitocentas páginas, o autor propôs uma análise de todo o epistolário pliniano, atendo-se às discussões cronológicas e à autenticidade de tais correspondências, bem como ao estudo sistemático do Livro X – fonte primária do nosso trabalho. Ao estudo do Livro X, Sherwin-White dedica uma parte dividida da seguinte maneira: I) *A Província*; II) *Cronologia das cartas da Bitínia e a ordem das viagens de Plínio*; III) *A complementaridade do Livro X e seu sentido*, entre demais pontos, culminando em um “*comentário acerca das cartas privadas do Livro X*”.

Mais do que um clássico sobre Plínio, o Jovem, essa obra tem a característica tanto de servir como uma introdução aos estudos iniciais sobre o período – final do século I e início do século II d.C – como de gerar discussões entre outros pesquisadores já aclimatizados com o assunto. Outro mérito desse livro é a discussão sobre o “estado da arte” que envolve o assunto em questão. Vê-se um amplo conhecimento e produção da corrente alemã sobre os estudos referentes ao principado de Trajano, como Cl. Bosch – “*Die Kleinasiatischen Münzen der röm*” (1935) -, J. Solch – “*Bithynische Städte in Altertum*” (1925) -; assim como trabalhos ingleses datados de 1889 – “*Pliny’s Correspondence with Trajan*” – de E.G. Hardy, entre muitos outros, como o “*Étude sur la correspondance de Pline le Jeune avec Trajan*”, de L.V. Vidman (1960). O que fica claro com uma obra dessa magnitude é a preocupação em trazer *novas perspectivas* para o estudo, visto que o próprio autor afirma que, no momento em que sua obra foi escrita, “*(...) the study of Pliny has been plagued by amateurs who had nothing to*

³² SHERWIN-WHITE, A.N. *The Letters of Pliny: A Historical and Social Commentary*. Clarendon Press: Oxford, 1996., p. V.

say that had not been said before, or whose enthusiasm, like the worthy E. Allain's, exceeded their erudition and understanding"³³.

Seguindo a mesma escola inglesa de Oxford, outro teórico que embasa nosso trabalho é Fergus Millar, com duas obras: “*El Imperio Romano y sus pueblos Limitrofes*”, de 1973, e “*Trajan: Government by Correspondence*”, de 2000. A primeira obra entra no rol daquelas que tecem algumas considerações acerca do contexto geral, auxiliando com elucidações sobre o povo romano, o senado, a natureza e as funções imperiais, entre outras. Como adendo, incluímos nessa mesma categoria vários outros títulos, como: “*O Homem Romano*”, organizado por Andrea Giardina, com assuntos ligados ao cidadão e ao político romano, ao sacerdócio, à *humanitas* diferenciadora entre romanos e não-romanos e etc. Também salientamos a importância das leituras de “*A História da Literatura Grega*”, de Albin Lesky, e “*A História da Literatura Latina*”, de Ettore Paratore, as quais, tomadas em suas particularidades, enriqueceram a compreensão das vertentes literárias e filosóficas, bem como auxiliaram no apoio contextual acerca do próprio Plínio, o Jovem e do seu círculo de influências – Cícero, Quintiliano, Suetônio, Tácito e outros.

Com relação ao segundo escrito de Fergus Millar, “*Trajan: Government by Correspondence*”, notamos que, nesse pequeno artigo apresentado em um evento italiano intitulado “Trajano Imperador de Roma”, o autor propôs trabalhar com três pontos em particular:

1. Ausências prolongadas de Trajano em Roma;
2. A existência de dois corpos bem distintos de materiais fornecidos pelas Cartas de Plínio, o Jovem;
3. Evidências importantes de fontes jurídicas – *mandata* – encontradas no Livro X³⁴.

Tais abordagens corroboram algumas idéias apresentadas no *Commentary* de Sherwin-White, além de abrirem um leque de possibilidades para as discussões referentes às incertezas de onde Trajano e Plínio estavam enquanto se correspondiam, à existência de um “secretariado”

³³ SHERWIN-WHITE, op.cit.,p. vi.

³⁴ MILLAR, Fergus. *Trajan: Government by Correspondence*. Saggi di Storia Antica 16: Trajano Imperador de Roma – Julián González (ed.). – L'ERMA di Bretschneider, 2000, p.369.

responsável por responder as Cartas e à necessidade de um governador de província se comunicar através de cartas.

Mesmo sendo um texto publicado em congresso, possuindo, portanto, um tamanho limitado, encontramos nele aspectos importantes para o desenvolvimento do nosso trabalho. Um dos pontos que merece destaque é o estudo referente à utilização de termos como *indulgeo* e *indulgentia*, no que tange ao caráter “peticionário” das cartas³⁵. Devido às características próprias da troca de cartas entre Plínio, o Jovem e Trajano – mescla de petições públicas com interesses pessoais –, entendemos que os laços que uniam os dois indivíduos adentravam na esfera do patronato/clientelismo, notado principalmente nas quinze primeiras cartas do total de 124 cartas do Epistolário.

Podemos elucidar essa questão com um fragmento do próprio epistolário³⁶ de Plínio, o Jovem, no qual temos uma petição que evoca a *indulgentia* do *princeps*:

“Indulgentia tua, imperator optime, de que tenho plena experiência pessoal, encoraja-me em arriscar um pedido que se estende aos meus amigos, entre os quais Voconius Romanus tem a reivindicação mais elevada (...). Vem, além do mais, de uma família distinta, e seu pai foi um homem bem sucedido. Além disso, confio que o próprio apelo em seu favor será mais uma prova do teu bondoso interesse– indulgentia tuae”.³⁷

Essa carta serve como base para compreendermos a posição de vários estudiosos, entre eles Fergus Millar, quanto à característica do primeiro corpo textual do epistolário, formado pelas 15 cartas iniciais. Nessa composição, percebe-se o delineamento de uma proximidade maior entre Plínio, o Jovem e Trajano, pois a simples relação de funcionários burocráticos é ultrapassada, caracterizando-se, assim, uma ligação baseada na amizade e na confiança – *amicitia e fides*.

³⁵ MILLAR, op.cit., p.374.

³⁶ Atentamos para o fato de que as traduções das cartas de Plínio, o Jovem foram feitas de forma livre, constituindo, juntamente com esta dissertação, o produto final de nossa pesquisa. Logo, cumprimos com o objetivo de traduzir a totalidade do Livro X de Plínio utilizando para isto a versão bilíngüe – latim/inglês – publicada pela Harvard University Press e traduzida por Betty Radice em 1969.

³⁷ Plínio Ep. X, 4: *“Indulgentia tua, imperator optime, quam plenissimam experior, hortatur me, ut audeam tibi etiam pro amicis obligari; inter quos sibi vel praecipuum locum vindicat Voconius Romanus, ab ineunte aetate condiscipulus et contubernalis (...). Auget haec et natalium et paternarum facultatum splendor; quibus singulis multum commendationis accessurum etiam ex meis precibus indulgentia tuae credo”*.

Como esta dissertação tem por objetivo analisar o papel das virtudes encontradas no Epistolário cruzado entre Plínio, o Jovem e o *princeps* Trajano, e, dessa maneira, construir uma imagem idealizada do soberano, coube também compreender os motivos que poderiam incentivar a elevação de um líder através das palavras. Para isso, foi de fundamental importância correlacionar as idéias sugeridas até aqui com as de Renata Lopes Biazotto Venturini, em seu texto “*As Palavras e as Idéias: o Poder na Antiguidade*”, publicado em 2005.

Venturini expõe com clareza a importância que conceitos como *amicitia* e *fides* ganham no contexto do principado romano. Sua atenção volta-se para as correspondências plinianas, nas quais os termos citados anteriormente “*têm importância fundamental (...), pois são a base de todo o sistema de patronato, já que definem os laços pessoais entre os cidadãos*”³⁸. Contudo, a tarefa de definir *amicitia* e *fides* depende, impreterivelmente, do grupo e das relações às quais o homem político estivesse ligado, motivo pelo qual a autora enquadra esses conceitos em diferentes áreas, como:

- I. *Amicitia* e *fides* no campo jurídico;
- II. *Amicitia* e *fides* no campo privado;
- III. *Amicitia* e *fides* no campo das virtudes;
- IV. *Amicitia* e *fides* e a atividade literária;
- V. *Amicitia* e *fides* e os negócios públicos³⁹.

Esses diversos usos dos conceitos de *amicitia* e *fides* propostos por Renata Venturini demonstram a amplitude de significados que estes termos podem assumir em determinados contextos. Não é por acaso que o título do seu trabalho correlaciona as *palavras* ao *poder* na Antiguidade. Todavia, seu texto foca-se, basicamente, nos nove primeiros livros de Plínio, o Jovem, apresentando, inclusive, algumas tabelas elucidativas quanto à quantidade de ocorrências desses conceitos nas cartas que compõem aqueles livros. Se considerarmos que esses conceitos são decisivos na constituição dos laços patronais e que, nos nove primeiros livros, Plínio se corresponde apenas com seus *amici*, veremos o estabelecimento de tais laços

³⁸ VENTURINI, Renata Lopes Biazotto. *As Palavras e as Idéias: o Poder na Antiguidade*. Diálogos, DHI/PPH/UEM, v.9, n°2, 2005, p.146.

³⁹ VENTURINI, op.cit., p.149-150.

através da posição de destaque de Plínio, o Jovem. Em outras palavras, vemos Plínio como patrono, e não como cliente – como se apresenta no Livro X.

Essa possibilidade de ser ao mesmo tempo patrono e cliente demonstra que a relação patronal necessitava da *confiança mútua* e, mais do que isso, ressaltava as “*diferentes intenções e estratégias, que demonstram a forte articulação com o poder político por parte do autor das Cartas e de seu elenco de correspondentes*”⁴⁰. Intenções e estratégias políticas são o que não faltam nas cartas trocadas entre Plínio e Trajano, assim como o forte caráter político envolto em elogios, conselhos, pedidos e imagens construídas com o consciente intuito de retratar-se dentro das articulações do poder imperial. Ao menos, essa é uma das idéias encontradas no texto “*The Social Economy of Pliny’s Correspondence with Trajan*”, de Carlos F. Noreña, que considera que as cartas trocadas entre os dois personagens criaram a impressão de que ambos eram amigos, uma “ilusão” positiva para ambos.

Assim como Sherwin-White, Millar e Venturini, Noreña também vê o relacionamento de Plínio e Trajano dentro do sistema patronal. Contudo, Carlos Noreña aborda a questão ampliando a visão dessa relação, já que sugere os benefícios que o imperador também teria com esse pacto, e não apenas a posição de subordinado de Plínio. Ambos beneficiar-se-iam com as trocas de cartas em termos “íntimos”, visto que essas correspondências poderiam ser interpretadas como *trocas simbólicas* em um sistema em que a demonstração de amizade servia como importante “capital social”⁴¹. Entendemos esses “termos íntimos” sem qualquer alusão a situações relacionadas à sexualidade; estão, antes, relacionados à própria questão do clientelismo, já que uma das prerrogativas básicas era a *amicitia* aliada à confiança mútua.

Isso fica bem definido quando Noreña direciona seu texto para alguns termos “íntimos” encontrados nas cartas, tais como: *domine* e *mi Secunde Carissime*. O primeiro, utilizado por Plínio, o Jovem por mais de oitenta vezes no Livro X, deve ser diferenciado de outra palavra, *dominus*, que carrega uma carga negativa de “mestre dos escravos”, utilizada por Plínio para se referir a Domiciano. *Domine*, em contrapartida, através de evidências documentais e literárias, passou a ser utilizado em ambientes familiares, com amigos próximos, pessoas de uma mesma situação social/econômica/política⁴² e em outras situações. Logo, a constância do uso de tal vocábulo pode nos passar a idéia de que Plínio buscou construir uma imagem de

⁴⁰ VENTURINI, op.cit., p.153.

⁴¹ NOREÑA, Carlos F. *The Social Economy of Pliny’s Correspondence with Trajan*. American Journal of Philology: The Johns Hopkins University Press, 2007, p.239.

⁴² NOREÑA, op.cit., p.250.

Trajano como a de uma pessoa com quem ele manteve contatos em circunstâncias *privadas*. Da mesma forma, a expressão *mi Secunde Carissime*, utilizada frequentemente nas cartas escritas pelo *princeps* Trajano, demonstra uma certa proximidade entre ambos, visto que também está inserida nas relações de afeto, nos tratamentos parentais e, com maior constância, entre amigos e pessoas próximas⁴³.

Outro aspecto trabalhado no texto *The Social Economy of Pliny's Correspondence with Trajan*, e que nos fez mudar alguns rumos desta dissertação, é a compreensão de termos como *publicus* e *privatus* dentro do contexto no qual estamos focados. Noreña entende que essas concepções, quando analisadas dentro do Epistolário pliniano, devem ser vistas em *margens fluidas*. Ao mesclar assuntos da esfera pública, como, por exemplo, construções de teatros, com assuntos pessoais, tais como a cidadania de seu médico terapeuta, Plínio demonstra que seu posicionamento frente ao *princeps* Trajano independe dos assuntos tratados. É com essa fluidez das esferas do público e do privado que compomos um “retrato” construído por ambos os personagens, em que Plínio, o Jovem se mostra como alguém além de um mero burocrata, como alguém íntimo, amigo do imperador. Ao permitir essa dissolução política, Trajano se afastava de qualquer imagem de um soberano autocrata, demonstrando ser alguém próximo e, por isso mesmo, legitimado por um magistrado que compunha o consenso senatorial⁴⁴.

São essas imagens construídas que, voluntária ou involuntariamente, notamos durante toda a leitura do Livro X, em que o poder imperial, a autoridade e a legitimidade estavam atrelados, entre outras coisas, à crença em uma imagem pública bem formulada. Como sabemos, a imagem de Trajano vista através das Cartas e, principalmente, do Panegírico escrito por Plínio, denota a formação de um soberano ideal escolhido pelos deuses, pelo Senado e pelo segmento militar. Essa e outras questões foram tratadas por Julian Bennett em seu livro intitulado “*Trajan Optimus Princeps: a Life and Times*”, publicado em 1997, no qual, em catorze capítulos, o autor compõe uma biografia de Trajano, mesclada com desdobramentos anteriores a seu governo. Bennett dedica três capítulos à *imagem ideal* – a) *A Public Ideology*; b) *Optimus Princeps*; c) *A Perfect Prince?* –, nos quais encontramos diversas associações que alimentam e, ao mesmo tempo, questionam essa posição de destaque de Trajano.

⁴³ NOREÑA, op.cit., p.253.

⁴⁴ NOREÑA, op.cit., p.259.

Por se tratar de uma *biografia* do *princeps* Trajano, as fontes utilizadas não se resumem apenas aos escritos de Plínio, o Jovem. Também são analisados documentos de Dião Cássio e testemunhos de imperadores posteriores, que tentavam imitar os feitos e a posição virtuosa de *Trajanus*, para além do aparato material – templos, colunas, teatros e etc. Ao analisarmos esses documentos, entendemos os porquês da associação entre Trajano e o *esplendor*. As fontes referentes ao período do principado de Trajano – 98 a 117 d.C – retratam o momento de máxima expansão territorial do Império Romano, momento em que a conciliação política, o comércio e a cultura atingiram altos níveis de propagação; ou, como Ettore Paratore bem colocou, “um período considerado como uma antecipação fiel do ideal da cultura clássica e da latinidade como formou o Humanismo”⁴⁵.

Preocupações com segurança, escravos, justiça, batalhas e etc. também moldaram a imagem de Trajano como o *soberano ideal*, levando-nos a compreender a necessidade dos escritos e das construções exaltarem a figura de “protetor”, depois oficializada como *optimus princeps*, ou, como alguns autores apontam, um verdadeiro *princeps cum imperio*⁴⁶. Todas essas indicações apontam para uma das afirmações mais coerentes que podemos fazer a respeito de Trajano: *certamente ele gozou de grande prestígio ainda em vida*⁴⁷, visto que foi nomeado *optimus princeps* e seu nome foi associado por muitos séculos à Justiça e à virtuosidade política. Mas todo esse prestígio alcançado em vida, assim como sua ascensão no *cursus honorum*, foram conseguidos apenas por sua postura política “invejável”? Esse é outro assunto tratado por Julian Bennett em seu texto “*Trajan Optimus Princeps*”, e de grande importância para compreendermos a chegada de *Trajanus* ao poder imperial.

Um ponto de destaque nessa discussão é a hipótese levantada por Bennett de que o pai de Trajano ocupou a posição de cliente para chegar a postos públicos de destaque e, assim, abrir caminho para o futuro ingresso de seu filho no mundo da política:

“(…) that he was chosen in direct competition with more noble candidates testifies to his skills and patronage, especially as it seems that the Baetican office was reserved for men of promise, destined for the consulship. A suspicious mind would expect the advocacy of some influential

⁴⁵ PARATORE, Ettore. *História da Literatura Latina*. Firenze: Sansoni Editore, 1983, p.681.

⁴⁶ *Princeps* na idéia de garantir o bem-estar da população que o aclamava, sendo responsável pela felicidade de seus súditos. O *imperio* voltado para seu lado guerreiro, que deveria cuidar especialmente da questão alimentar, visto que o “exército marcha sobre a barriga”. (CHIC GARCIA, Genaro. *Trajan y el Arte de Comerciar*. In: *Trajan, Emperador de Roma*. Roma: L’erma Di Bretschneider, 2000, p. 17).

⁴⁷ BENNETT, Julian. *Trajan Optimus Princeps: a Life and Times*. London: Taylor&Francis e-Library, 2005, p.xvi.

person to have played a part here, given that the patron-client system was fundamental to Roman society and to the achievements of *novi homines*”.⁴⁸

Trajanus pater conquistou espaço dentro do mundo político e militar do Império Romano, sendo nomeado *proconsul* da *Baetica*, *legatus Augusti* da Síria, entre tantos outros postos de prestígio. Contudo, entender que todo o sucesso de *Trajanus filius* nas batalhas e no acesso ao poder imperial derivou-se somente das portas abertas por seu pai é menosprezar a força e tantos outros sinais que indicaram sua chegada ao trono. Em referência a esses outros sinais, Santiago Montero escreveu um artigo – “*Trajanus y la Adivinación: Prodígios, Oráculos y Apocalíptica en el Imperio Romano (98 – 117 d.C)*” – no qual apresenta vários subsídios *imateriais* que teriam ajudado Trajano a assumir o Império Romano.

Para o autor, quando Nerva adotou Trajano como seu sucessor, ele estava influenciado por algum tipo de presságio. Montero levanta a seguinte questão: se a destacada posição militar fosse a única condição para Nerva adotar um novo imperador, Trajano seria mesmo o escolhido? Em toda a amplitude do Império, não existiriam outros nomes de peso no segmento militar para assumir o trono? Com esses questionamentos, Montero constrói seu texto apresentando diversos presságios e sonhos que, em certa medida, previam ou legitimavam a escolha de Nerva: desde consultas aos auspícios, de sonhos de Domiciano, até a um dos mais fortes e intrigantes prodígios relatados por Plínio, o Jovem. Nesse, Plínio relata que, antes mesmo de Trajano receber a *adoptio* por parte de Nerva, em uma das suas idas ao Capitólio, ele fora surpreendido com as revelações dos auspícios:

“Os outros príncipes tiveram como presságio a abundância de sangue de suas vítimas ou o vôo para a esquerda das aves, a ti, ao contrário, quando subias como de costume ao Capitólio, receberam-te como se já fosse um príncipe, aclamado pelos cidadãos”.⁴⁹

Esse acontecimento teria ilustrado a predestinação de Trajano ao poder imperial, visto que nenhum dos imperadores que o antecederam recebeu uma *aclamação* antes mesmo de ser adotado. Dessa maneira, Trajano escapa da previsibilidade habitual dos imperadores romanos, pois foi acolhido pela população, conseguiu a *aclamatio pretoriana* – a legitimação militar – e

⁴⁸ BENNETT, op.cit., p.15.

⁴⁹ MONTERO, Santiago. *Trajanus y la Adivinación: Prodígios, Oráculos y Apocalíptica en el Imperio Romano (98 – 117 d.C)*. Universidad Complutense: Gerión, 2000, p.17.

a aprovação divina, isso tudo *antes* de se tornar legitimamente Imperador. É por isso que autores como Santiago Montero entendem que a chegada ao poder por parte de Trajano excedeu as indicações familiares e o destaque militar, dando atenção também a fatores religiosos que figuravam em toda a sociedade romana: “(...) *si la aristocracia romana y, en general, las clases sociales superiores no ocultaron su fe en el carácter premonitorio de los sueños tampoco la plebe renunció a este medio de comunicación con los dioses*”⁵⁰.

Fatores familiares, bom desempenho militar, aceitação popular, presságios e prodígios. Sem dúvida a fusão desses elementos proporcionou um ótimo aparato para o exercício do poder imperial por Trajano. Contudo, a problemática desta dissertação buscou compreender *como Plínio, o Jovem, por meio do Epistolário cruzado entre ele e o princeps Trajano, pôde construir uma imagem ideal de soberano através da “subjetividade” das virtudes*. Já em um primeiro momento, notamos que as *virtudes* exerciam um poder muito além da subjetividade das palavras, galgando espaço entre as *fontes* do poder. Notadamente, essas *virtudes* apresentavam maior peso se fossem exaltadas por indivíduos com boa fama, prestígio e reconhecimento. Isso quer dizer, por exemplo, que a figura de Trajano foi adornada pelas melhores *virtudes*, que tiveram maior peso por terem sido exaltadas por um indivíduo – Plínio, o Jovem – que dominava a oratória, a retórica e a criação literária⁵¹.

Cabe aqui uma importante explicação quanto ao apontamento anterior. Não devemos colocar um peso exagerado nas palavras de Plínio, o Jovem, como atenta Dário Sánchez em seus estudos sobre esse autor. Devemos interpretar os escritos de Plínio como os de um funcionário que cumpria o seu papel dentro da Instituição Imperial e que, dessa maneira, *propagava a ideologia imperial*. Temos, como exemplo, o próprio Panegírico a Trajano, documento escrito e lido por Plínio no ano 100 d.C, em sinal de agradecimento pela concessão do cargo de cônsul. Além dos já mencionados “laços patronais” existentes entre os dois indivíduos, recordamos que as exaltações de Plínio, o Jovem foram influenciadas por fatores externos a isso, como a volta da “liberdade” em reunir grupos de pensadores – proibido anteriormente por Domiciano.

Essa “liberdade” pode ser compreendida através da reaparição de velhos círculos intelectuais no período de Nerva e Trajano, como bem aponta Dário Sánchez em seus comentários introdutórios acerca de Plínio, o Jovem – “*Plinio el Joven: Epistulae*”:

⁵⁰ MONTERO, op.cit., p.35.

⁵¹ SANCHEZ, Dário & MÁRQUEZ, Diego. *Plinio el Joven. Epistulae* (Tomo I). Córdoba: Alción Editora, 2001, p.9.

“(...) pudieron resurgir ante la nueva tolerancia oficial y cicatrizar las profundas heridas promoviendo a un talentoso grupo de miembros encumbrados de la elite y de hombres nuevos, a ocupar sus puestos más relevantes y a dirigir y marcar las tendencias que primaron en el pensamiento político, en la filosofía y, sobre todo, en la literatura. Fue este ambiente de producción y discusión el que entre otros factores contribuyó al auge cultural que se le adjudica al *saeculum Trajani*, en el cual el círculo de Plinio jugó um destacado papel”⁵².

Toda essa conjuntura indica que Plínio, o Jovem pertencia a um grupo seleto, composto de indivíduos com os mesmos interesses, gostos e idéias, com o aparato econômico, social e político equivalentes. Contudo, isso não retira o valor de suas palavras dirigidas ao *princeps* Trajano, apenas o coloca dentro de um segmento privilegiado pelas vicissitudes políticas. Além disso, seguindo os ensinamentos de seus mestres – Quintiliano principalmente –, sua forma “elogiosa” de escrever poderia lhe proporcionar cargos de prestígio na administração do principado⁵³. Verdadeira ou não, a exaltação virtuosa fora feita por Plínio, o Jovem, tanto em seu escrito laudatório, o Panegírico, quanto, de maneira menos acentuada, no Epistolário.

Assim sendo, voltamos nossa atenção, a partir de agora, para os autores que se detêm na questão das *virtudes* aliadas à formação de *soberanos ideais*. Haja visto que o conceito de *virtude* apresenta raízes desde o mundo clássico grego até seus diversos entendimentos em nossa atual sociedade, delimitamos, neste primeiro momento, o campo de pesquisa utilizado nesta dissertação: a) discussões que envolvem o termo grego *aretê*, com um desdobramento básico no que tange a algumas idéias de Platão e Aristóteles; b) a dicotomia entre a *abstração* e a *praticidade* do conceito de *virtude* no período estudado; c) a relação das *virtudes* com o *poder imperial*; d) a contextualização das definições de algumas *virtudes*, como a *pietas* e a *aeternitas*.

Para o primeiro ponto, tomamos por base alguns escritos dos próprios pensadores gregos em questão: *A República*, de Platão, e *Ética a Nicômaco*, de Aristóteles. Através desses autores foi possível construir idéias distintas sobre o mesmo conceito, o que mostrou a flexibilidade que o conceito de *virtude* teve no decorrer do tempo: desde as idéias platônicas

⁵² SANCHÉZ, Dário, op.cit., p.18.

⁵³ HIDALGO DE LA VEGA, Maria José. *El Intelectual, la Realeza y el Poder Político en el Império Romano*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1995, p.105.

em apregoar às virtudes a *síntese que harmonizava a razão e as paixões*, em destacar a superioridade do filósofo (sábio-virtuoso) dentro de uma comunidade política, até a clássica noção aristotélica da *virtude* como um *meio-termo* entre o vício do excesso e o vício da falta⁵⁴.

Todavia, foi essencial o apoio em outros autores que partilham a formação filosófica e, dessa maneira, ajudaram na compreensão do conceito de *aretê/virtude* e de algumas idéias próprias de Platão e de Aristóteles. Entre eles, ressaltamos o trabalho de Zoraida Maria Lopes Feitosa – “*A Questão da Unidade e do Ensino das Virtudes em Platão*”, de 2006 – que, apesar de tratar as virtudes como um objeto de conhecimento dentro dos pensamentos socrático e platônico, nos forneceu suporte para lançar novas idéias em relação ao uso das *virtudes* no período do principado de Trajano. Outro trabalho que destacamos é “*A República dos Antigos e a República dos Modernos*” (2001), de Paulo Levorin, no qual encontramos outras discussões referentes ao bom convívio nas comunidades políticas graças à característica de *impor limites*, inerente às *virtudes*. Nessa mesma linha filosófica, situamos o texto “*Politéia e Virtude: as Origens do Pensamento Republicano Clássico*” (1996), de Mário Miranda Filho, que apresenta uma escrita detida nos vai-e-vens entre a antiguidade e a contemporaneidade, abordando temas relativos à política e às *virtudes*, como, por exemplo, a diferenciação entre as *virtudes* dos filósofos e as *virtudes* cívicas ou políticas⁵⁵.

Em relação às outras abordagens propostas anteriormente, pautamo-nos em um diferente grupo de teóricos que possuem seus trabalhos direcionados para o mundo romano. Eles nos disponibilizam ferramentas para as discussões sobre a real importância das *virtudes* no período estudado, assim como pontos de vista diferenciados acerca do papel por elas desempenhado. Podemos destacar, em primeiro lugar, a parte II do trabalho de Maria Helena da Rocha Pereira – “*Estudos de História da Cultura Clássica*”, de 1992 –, intitulada *Idéias Morais e Políticas dos Romanos*, em que autora traz à tona várias *virtudes* e alguns termos políticos que eram encontrados nas ordens social, jurídica e política de Roma. Conceitos como: *fides*, *pietas*, *gloria*, *honor*, *dignitas*, *gravitas*, *mos maiorum*, *auctoritas*, entre outros, são expostos e definidos através da utilização de inúmeros extratos de fontes diferentes.

⁵⁴ LEVORIN, Paulo. *A República dos Antigos e a República dos Modernos*. Tese de doutoramento no Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), sob orientação do Prof. Dr. Gabriel Cohn, 2001, p.22.

⁵⁵ FILHO, Mário Miranda. *Politéia e Virtude: as Origens do Pensamento Republicano Clássico*. In: QUIRINO, C.L., VOUGA, C., BRANDÃO, G.M (org). *Clássicos do Pensamento Político*. São Paulo: EdUSP, 2004, p. 31.

Trabalho semelhante foi escrito por Manuel J. Rodríguez Gervás em 1991 – “*Propaganda Política y Opinión Pública en los Panegíricos Latinos del Bajo Imperio*” –, no qual o autor define as quatro *virtudes* augustas (*virtus, clementia, iustitia e pietas*) e algumas *virtudes* imperiais (*aeternitas, aequitas, concordia, disciplina, moderatio*, entre outras). Contudo, esse trabalho difere da proposta de Maria Helena, já que propõe uma *justificação do poder imperial através das virtudes*, que têm um papel primordial na “*función de elaborar, formalizar e intensificar la imagen imperial con el objetivo básico de crear una estructura política unitária*”⁵⁶. Essa noção de atribuir valores à imagem imperial através das *virtudes* é corroborada por Maria José Hidalgo De La Vega no texto “*El Intelectual, la Realeza y el Poder Político en el Imperio Romano*”, de 1995. Porém, a autora trabalha esses valores na construção de uma teologia política da realeza⁵⁷, que, ao se concretizar, daria continuidade ao sistema imperial.

Esse texto também apresenta algumas discussões sobre o caráter divino de Trajano – já visto nos escritos de Santiago Montero – e sobre as constantes comparações entre ele e Júpiter. Essas discussões fomentam vários pontos de vista sobre a necessidade de “aliança” do homem com os deuses, respeitado o espaço de atuação de cada um. O próprio Plínio, o Jovem expressa, em seu Panegírico, a identificação de Trajano com Júpiter, mas atenta para o fato de que o imperador não deve ser adorado como uma divindade, e sim como um pai⁵⁸. Dessa maneira, Trajano era visto como *civis* ideal, assumindo a postura de modelo e de inspirador para os outros homens, tornando-se o verdadeiro *homo romanus*⁵⁹ e distanciando-se de quaisquer associações com figuras de tiranos.

É justamente com esta dualidade – *princeps x dominus* – que Maria Luiza Corassin e Renan Frighetto se preocupam em seus artigos. “*A Idealização do Príncipe na Ideologia Aristocrática de Roma*” (1997), de Corassin, traz, como proposta, a formação de retratos de príncipes ideais tomando por fonte três documentos: o *Panegírico de Trajano*, escrito por Plínio, o Jovem, em 100 d.C; a *Vida de Apolônio de Tiana*, de Filóstrato, do século III, e a coletânea de biografias imperiais conhecida pelo título de *História Augusta*, composta no século IV⁶⁰. Em relação aos comentários sobre a idealização de Trajano, a autora não se

⁵⁶ GERVÁS, Manuel J. Rodríguez. *Propaganda Política y Opinión Pública en los Panegíricos Latinos del Bajo Imperio*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1991, p.77.

⁵⁷ HIDALGO DE LA VEGA, op.cit., p.110.

⁵⁸ HIDALGO DE LA VEGA, op.cit., p.117.

⁵⁹ HIDALGO DE LA VEGA, op.cit.

⁶⁰ CORASSIN, Maria Luiza. *A Idealização do Príncipe na Ideologia Aristocrática de Roma*. Campinas: Boletim do CPA, nº 4, jul/dez, 1997, p.198.

aprofunda tanto quanto outros textos, mas, reiteradamente, toca na questão de que o *princeps* não é divino, que ele se destaca pela grande capacidade de trabalho e, o mais importante, que Trajano jurou submeter-se às leis⁶¹ – o que o opunha totalmente à postura de um *dominus*.

Já os textos “*O Soberano Ideal na Obra de Valério do Bierzo*” (1998) e “*A Imagem do Rei nas Fontes Hispano-Visigodas: Aspectos Teóricos*” (2001), de Renan Frighetto, proporcionaram, como os próprios nomes sugerem, uma expansão do nosso quadro teórico. Encontramos, já na primeira obra, um dos apontamentos que clareou algumas noções referentes ao tipo de escrita dos documentos panegirísticos ou dos documentos oficiais com características de propaganda ideológica – como algumas cartas, por exemplo:

“É certo que devemos recordar que Juliano de Toledo descreve o *princeps* desde uma perspectiva oficial e panegirística, visando evidentemente realçar as virtudes do rei que tornava-lo-iam um exemplo a ser imitado e reverenciado por todos os súditos”⁶².

O texto segue na linha de que o então exaltado Wamba – personagem que aparece nos estudos de Renan Frighetto – poderia, ao fim, ser enquadrado como um “mau soberano”, devido aos atos que não foram registrados por Juliano de Toledo. Essa prática de *omitir* acontecimentos que pudessem comprometer a imagem que se pretende construir é comum em documentos que têm por objetivo promover uma imagem virtuosa. Por isso, deve-se ter cuidado ao analisar os personagens *criados* por terceiros – cuidados que também devem ser levados em conta ao analisarmos a nossa fonte. No segundo texto, *A Imagem do Rei nas Fontes Hispano-Visigodas: Aspectos Teóricos*, Frighetto lança algumas considerações sobre as *virtudes*, entendendo-as como necessárias à formação de uma imagem modelar e exemplar. Corroborando noções de outros autores, vemos que Frighetto também atenta para o papel fundamental das *virtudes* na constituição do poder, entendendo-as como “catalisadores do poder”⁶³. Tudo isso indica que o valor dado a este conceito – *virtude* – não deve ser esvaziado em simples argumentação retórica, ou visto como um catálogo de qualidades, mas sim tido como fundamental na construção de um soberano ideal.

⁶¹ CORASSIN, op.cit., p.201.

⁶² FRIGHETTO, Renan. *O Soberano Ideal na Obra de Valério do Bierzo*. Universidad Complutense de Madrid: Gérion, nº 16, 1998, p.468.

⁶³ FRIGHETTO, Renan. *A Imagem do Rei nas Fontes Hispano-Visigodas: Aspectos Teóricos*. Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH) – Anais da XXI Reunião: Rio de Janeiro, 2001, p.83.

Plínio, o Jovem; Trajano; patronato; prodígios; virtudes e imagem ideal. Inegavelmente esses são alguns dos vocábulos que mais aparecem nesta dissertação. Formam uma rede atada por várias outras particularidades, as quais tentamos expor da melhor maneira possível nos capítulos que se seguem. Retomando o início desta Introdução, em que apontamos algumas exigências feitas ao trabalho histórico, entre elas a de “provar” passo-a-passo o que se fala, vemos agora que grandes são os esforços para clarear ao máximo os questionamentos levantados. Todavia, em relação à *utilidade científica*, que, de acordo com a *necessidade mecânica* cultuada pela sociedade em geral, os estudos devem apresentar, faço das palavras de Plínio, o Jovem as minhas palavras: “Pois bem, tenho as reunido – (as cartas) –, porém, sem respeitar sua ordem temporal, senão como cada uma ia chegando às minhas mãos, posto que *não era meu propósito fazer história*”⁶⁴.

1.2. Lacunas, Biografia e Novas Abordagens da Narrativa

Diversas são as formas que temos, em nossos dias, de apresentar um texto histórico, seja pelas diferentes formas de escrita que fogem de um tradicionalismo formal ou pelo uso de documentos variados como fotos, vídeos, jornais, diários e etc. Todas essas configurações buscam aliar certa exigência acadêmica à divulgação do conhecimento para a população em geral. Nessa linha, um dos modos que foi amplamente utilizado para retratar a História em períodos mais distantes – com o intuito de *eternizar* certos acontecimentos, ou com a finalidade pela qual ficou mais conhecido: deixar um registro “individual” para a posteridade⁶⁵ – foi a *Biografia*. Assim, a escrita das *biografias* tinha – e em muitos casos continua tendo – o intuito de servir como um *exemplo* para outros indivíduos; obras que

⁶⁴ Plínio, *Ep. I, I*: “*Colegi non servato temporis ordine (neque enim historiam componebam), sed ut quaeque in manus uenerat*”.

⁶⁵ Aqui se faz necessário um breve comentário: existe a clara diferença entre uma *Biografia* e uma *Autobiografia*. A primeira tem como característica a representação do “outro”, seja um indivíduo ou um grupo. Já a segunda, de acordo com Maira Aparecida Rodrigues, é uma forma de “*autolegitimação*”, mesmo que seja a de legitimar a própria decadência, como discurso ou como história, ou mesmo como identidade humana inserida em uma sociedade que procura legitimar seus próprios interesses”. Em ambos os casos, existe a possibilidade de problematizar e estudar os relatos, visto que os dois podem trazer manifestações acerca de diversos assuntos.

oferecem apoio real e consciente do curso temporal da vida⁶⁶ – influenciando o comportamento de quem as lê.

Deixada de lado por muito tempo devido à tendência de se *biografar* apenas os “grandes indivíduos”, a *biografia* novamente ganhou espaço no campo da História. Isso foi possível devido à nova forma de entender e escrever as biografias, não apenas centrado na figura individual, mas utilizando-se de um aparato contextual, no qual o exemplo específico – o indivíduo – pode ser inserido em um contexto mais amplo. Evita-se ao máximo a “ilusão biográfica”⁶⁷ que Pierre Bourdieu criticou, através da qual as *biografias* tenderiam a retratar um indivíduo constante, previsível, satisfazendo-se com os “modelos que associam uma cronologia ordenada, uma personalidade coerente e estável, ações sem inércia e decisões sem incertezas”⁶⁸ – ou seja, uma História sem lacunas. Hoje, temos a noção de que nem a sociedade, muito menos os indivíduos, seguem “leis imutáveis”, existindo, então, uma realidade fracionada em uma pluralidade de campos. É com a aceitação dessas lacunas na História que a *nova* forma de abordar as *biografias* ganhou relevância atualmente. Temos, com isso, a possibilidade de encontrar diversas facetas em um mesmo indivíduo, ou discutir as variações/permanências das sociedades⁶⁹ que interagem com o biografado.

Dessa forma, a noção de que a *biografia* seria basicamente uma “cronologia” – por exemplo: 1712: Jean-Jacques Rousseau nasce em Genebra, no dia 28 de junho; 1719: é publicado o *Robinson Crusué*, de Daniel Defoe, que expressa um dos traços fundamentais do pensamento de Rousseau e etc. – passa a ser questionada. Não podemos, é claro, tirar a importância das datações, mas passamos a discutir os costumes, a sociedade, a política e/ou a economia de um período histórico usando, para isso, a *personificação* de um caso.

⁶⁶ RODRIGUES, Maria Aparecida. *Autobiografias: as Formas de Escrita do Eu*. Fragmentos de Cultura, Goiânia, v.14, n.19, p.1693-1717, set. 2004, p.1702.

⁶⁷ “(...) produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como um relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar”. (BOURDIEU, Pierre. *A Ilusão Biográfica*. Paris: 1986. In: AMADO, J; FERREIRA, M.M. *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 185).

⁶⁸ LEVI, Giovanni. *Usos da Biografia*. In: AMADO, J; FERREIRA, M.M. *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 169.

⁶⁹ É interessante apontar que, mesmo em um estudo no qual procuramos encontrar uma “sociedade superficial” em que age o indivíduo biografado, temos que entender que existem especificidades próprias da sociedade e, conseqüentemente, do indivíduo. É claro que não podemos negar a existência de uma íntima relação entre sociedade e indivíduo. Contudo, também há uma considerável margem de liberdade que origina as incoerências dos confins sociais, ou seja, que nos coloca as “lacunas” no estudo de uma biografia contextual. “Portanto não devemos aplicar os mesmos procedimentos cognitivos aos indivíduos e às sociedades; e a especificidade das ações de cada indivíduo não pode ser considerada irrelevante ou não pertinente.” (*Usos & Abusos da História Oral*/ Janaína AMADO e Marieta de Moraes FERREIRA (coord.) – 4º Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996., p.182).

Mesmo propondo novas maneiras de entendimento e de metodologia, notamos que as *biografias* continuam a exercer fascínio entre os leigos e, notadamente, percebe-se um aumento significativo da sua presença nos espaços acadêmicos de discussão. Não cabe aqui entender os motivos pelos quais esse gênero literário chama tanta atenção – seja pela curiosidade de conhecer o *íntimo* de personalidades, pela necessidade de exemplos, ou pela busca de valores morais – visto que não é esse o objetivo do presente trabalho. Entretanto, acrescentemos ainda que as *biografias* proporcionam algo muito específico: a possibilidade de se retratar um indivíduo apenas em seus momentos de auge, ou tão somente em casos infortúnios. Por isso, o leitor deve ter em conta que a construção de uma *biografia* é feita conscientemente e com alto grau seletivo, e cabe a cada um escolher como as irá ler e como utilizará a imaginação/interpretação para compreender as trajetórias individuais e o contexto que propiciou a seleção dos casos específicos.

Apesar do presente estudo não trabalhar com uma fonte de caráter tradicionalmente biográfico, podemos levar em consideração essas novas abordagens e formas de escrita propiciadas por tal gênero literário. Em nossa Introdução, apontamos para a necessidade da compreensão do contexto apresentado em forma de peça teatral, visto que, a partir de agora, tomaremos a liberdade em traçar um contexto diluído⁷⁰ nas lacunas formadas a partir do levantamento da biografia de um personagem. Reafirmamos que a narrativa, com sua racionalidade própria, constrói sentidos que “só convencem quando o construto significativo (...) por ela configurado, torna transparente e cognoscível a ausência, a lacuna ou a negação de sentido nos conteúdos interpretados do passado experimentado”⁷¹. Dessa forma, não temos a intenção de iniciar este trabalho com as clássicas palavras “Nascido em” ou “No ano 56 d.C”, mas sim com uma mescla na qual as ações/vivências de nossos dois personagens – Plínio, o Jovem e Trajano – tornam-se visíveis nas vicissitudes entre o contexto da época e suas respectivas biografias.

⁷⁰ Com esta forma de estudo, podemos delegar tanto ao contexto quanto à biografia os papéis de norteador ou “secundário” da pesquisa, cabendo à natureza do trabalho esta classificação – trabalho biográfico, ou uma dissertativa acerca de um assunto.

⁷¹ RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica – Teoria da História: os Fundamentos da Ciência Histórica*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001, p. 170-171.

1.3. Cartas: um meio de comunicação e estilo.

“Gostaria de saber se os fantasmas existem, se você considera que eles possuem forma própria e uma força divina, ou, não havendo consistência e realidade, recebem aparência somente de nossos temores (...)”.⁷²

Esse pequeno trecho citado foi extraído de uma coletânea de cartas trocadas entre Plínio, o Jovem e várias figuras públicas do Império Romano, cartas essas que põem em discussão diversos assuntos. Essa carta específica encontra-se no Epistolário VII, 27, e foi enviada para Licínio Sura, cônsul por três vezes e homem de confiança do então imperador Trajano. Hoje, poderíamos nos assustar se um homem que exercesse um cargo de total confiança em nosso governo dirigisse uma carta pública a outro membro da sociedade política indagando a existência de fantasmas. Contudo, ao trabalharmos com uma sociedade em que diversas forças *imateriais* agem em paralelo com os distintos assuntos suscitados pela convivência político-social, entendemos a relevância em adentrar nessa atmosfera religiosa/mítica. As chamadas forças *imateriais* podem ser entendidas pelas situações em que presságios, prodígios e interpretações divinas ligam-se diretamente à realidade *material* – a ascensão ao poder, a ida ou não a uma guerra, as relações de amizade e traição e etc. Não são os *phantasmata* retratados na Ep. VII, 27 de Plínio, o Jovem que nos interessam, mas sim o fato de que tal epístola clareia o caminho por onde pretendemos conduzir o nosso trabalho, visto que a chegada ao poder do Imperador Trajano apresenta alguns traços em que presságios, sonhos e prodígios justapõem-se a campanhas militares, influências políticas e atos públicos.

Várias são as categorias e definições que delimitam o nosso estudo, todas com a intenção de facilitar e de dar coesão às idéias aqui propostas. Tendo isso como premissa, antes de adentrarmos nas discussões levantadas anteriormente, devemos, em um primeiro momento, esclarecer que todo o trabalho basear-se-á nas cartas trocadas entre Plínio, o Jovem e Trajano. Tal forma de comunicação não apresentava nenhum traço de anormalidade no ambiente político, era antes um meio prático e usual para a comunicação quando levamos em

⁷² MONTERO, Santiago. *Trajano y La Adivinación: Prodígios, Oráculos y Apocalíptica en el Imperio Romano (98 – 117 d.C)*. Universidad Complutense: Gerión, 2000., p. 36. Plínio, VII,27: “*et mihi discendi et tibi docendi facultatem otium praebet. Igitur perquam velim scire, esse phantasmata et habere propriam figuram numenque aliquod putes an inania et vana ex metu nostro imaginem accipere*”.

consideração as distâncias das províncias em relação a Roma. Prova dessa utilização normal das cartas como veículo de comunicação é o total de dez livros deixados por Plínio, o Jovem, escritos entre 97 e 113 d.C, contendo inúmeras epístolas. Tais epístolas propiciaram a formação de um *corpus* de informações a respeito do cotidiano político, econômico e social do principado romano. Os nove primeiros livros, acredita-se, foram compilados pelo próprio Plínio, o Jovem; já o Livro X aparece como resultado de uma compilação após a sua morte. Como testemunho da possível organização dos 9 primeiros livros pelo próprio autor, temos a carta 1 do Livro I:

“Frequentemente você me animou para que eu reunisse e publicasse as minhas cartas, se é que alguma delas apresenta uma finalidade literária. Pois bem, as reuni, porém, sem respeitar sua ordem temporal, apenas fui organizando na medida em que cada uma chegava em minhas mãos, visto que não era meu propósito fazer história. Agora, eu desejo que nem você se arrependa do teu conselho, nem eu de segui-lo. Agora irei buscar as cartas que até o momento estão esquecidas, e não deixarei de incluir as que escreverei no futuro”.⁷³

Essa epístola foi escrita a seu amigo Septício Claro entre os anos de 97 e 102 d.C, de acordo com as datações de R. Syme⁷⁴. Nela, encontramos explicações sobre os motivos que levaram Plínio a tornar públicas suas correspondências. Como todo trabalho que se quer publicar, as *Epistulae* de Plínio, o Jovem também passaram por revisões. Contudo, a historiografia que debate sobre esse assunto mantém-se flexível sobre o alto ou o baixo teor de “revisão”, ou mesmo de “redação” exigidos para a publicação. Essas discussões enquadram-se, basicamente, em três linhas: 1ª) estudiosos – entre eles o filólogo norte-americano Albert Bell Jr. – que vêem nas Cartas o “gosto” e a redação original de Plínio, o Jovem, característicos do círculo de amizades que o cercava; 2ª) um grupo de pesquisadores que notam a falta de espontaneidade nas Cartas, ainda mais se comparadas às de Cícero, o que serve de argumento para o alto teor de revisão pelo qual as Cartas teriam passado para sua publicação – destacam-se, nesse grupo, Sherwin-White, Dário Sánchez, e outros; 3ª) uma postura entre as duas linhas anteriores, pela qual as Cartas de grande extensão são postas em

⁷³ Plínio, *Ep. I, 1*: “Frequenter hortatus es, ut epistulas, si quas paulo accuratius scripsissem, colligerem publicaremque. Collegi non servato temporis ordine (neque enim historiam componebam), sed ut quaeque in manus venerat. Superest, ut nec te consilii, nec me paeniteat obsequii. Ita enim fiet, ut eas, quae adhuc neglectae iacent, requiram, et, si quas addidero, non supprimam”.

⁷⁴ SANCHEZ, Dário & MÁRQUEZ, op.cit., p.09.

dúvida, já que seriam apenas imitações de exercícios de oratória – Gamberini destaca-se com esse posicionamento intermediário⁷⁵.

Revisadas ou não, essas epístolas são consideradas como um *corpus* único, quase como uma narrativa⁷⁶, através da qual conhecemos pouco a pouco a vida de Plínio e do seu círculo de amizades. A variedade de receptores e de assuntos transmite várias facetas de Plínio: desde o *amicus* cortês, o estudioso tenaz, complacente com seus escravos e libertos, o genial orador, o autor modesto, o magistrado eficiente, o súdito leal, o advogado triunfante, até o bom esposo⁷⁷:

“Na companhia de Plínio, nós iremos ao Senado, onde, sem a preocupação com os fatos, as leis e a eloquência, julgam-se politicamente crimes de direito comum, onde os cônsules imperiais dissimulam sob as ações de graças republicanas e a realidade de sua servidão; à Basílica Júlia, repleta tanto de entusiastas sinceros quanto de rumores pagos; à sala de leituras, onde os gritos de alegria se acabam num bocejo; ao Palácio das Vestais, onde Junia trata da doença sofrida por Fânia; nós reencontraremos, sob o Pórtico, Espurina, muito incomodado pela comissão de Régulo; ao Templo da Concórdia, onde Cúrio, o filho mau, chora a fortuna e não a ternura da ausência materna. Ouvindo Plínio, nós conheceremos todos os casamentos, todos os nascimentos, todas as mortes, todos os testamentos, todos os orçamentos, todas as posses da toga ou do laticlavo, todas as solicitações, todos os descaminhos, todas as agonias, todos os sucessos, todos os reversos da intriga ou do mérito; (...) com Plínio, nós aprenderemos que as terras aumentaram de preço, particularmente nas proximidades de Roma, onde os candidatos eram obrigados a empregar um terço de sua fortuna em bens fundiários: (...), que a sociedade romana se inclina – como a nossa –, mais voluntariamente diante do dinheiro do que diante da virtude (...)”⁷⁸.

Com tantos assuntos tratados nessas epístolas, vemos que uma das capacidades de Plínio era a de desenvolver temas complexos no curto espaço de uma carta. Nesse sentido, ao lermos seus testemunhos, temos a sensação de que cada carta encerra em si mesma toda a temática proposta, com muito estilo, requinte, riqueza de linguagem, várias figuras retóricas e a plasticidade de suas descrições⁷⁹. Entendemos essa riqueza literária ao notarmos a profunda

⁷⁵ SANCHEZ, op.cit., p.10.

⁷⁶ SANCHEZ, op. cit.

⁷⁷ SANCHEZ, op.cit., p.11.

⁷⁸ ALLAIN, E. Apud: VENTURINI, Renata Lopes Biazotto. *As Palavras e as Idéias: o Poder na Antiguidade*. Diálogos, DHI/PPH/UEM, v.9, n°2, p.152,153.

⁷⁹ SANCHEZ, op.cit., p.13.

admiração, ou mesmo a emulação, a Cícero⁸⁰; as afeições a Homero⁸¹, Catulo e Calvo⁸², Demóstenes⁸³, Platão⁸⁴ e etc., tendo, nessas influências dos modelos clássicos, o estímulo para a formação do estilo⁸⁵ de sua escrita. A essa formatação estilística, o historiador argentino Dário Sánchez adiciona um fator importante, o tempo que Plínio deveria se dedicar para desenvolver suas habilidades literárias, ou seja, o apreço pelo *otium*. Encontramos essa temática, explícita ou implicitamente, nas cartas de Plínio, visto que, naquele período, o *otium* era um importante indicador para demonstrar a dedicação a assuntos não-econômicos (*negotium*)⁸⁶. Logo, o estilo de escrita de Plínio demonstrava que *otium* e *studium* estavam interligados, correspondendo às exigências impostas pelo grupo literato a que ele pertencia – produção literária que atendia ao “patrimônio implícito” de seu segmento social.

Interessante apontar que as trocas de correspondências entre Plínio e esse grupo de amigos – trocas essas que correspondem aos nove primeiros livros – não se restringe a assuntos de literatura, religião e etc., mas revela uma grande rede de pedidos e favores, o que denota laços de clientelismo⁸⁷ entre esses personagens. Cabe ressaltar que esse tipo de relacionamento só era possível devido ao capital cultural comum entre os indivíduos. Dessa forma, pedidos de escolha de gênero, perdão de dívidas e etc. figuram no ambiente clientelar/patronal⁸⁸.

Todas essas questões que aparecem nas correspondências entre Plínio, o Jovem e seu círculo de amizades⁸⁹ são também contempladas, em certa medida e com seu devido respeito, nas trocas epistolares entre Plínio e Trajano. Essas cartas compõem o Livro X, que possui um total de 124 epístolas, sendo 72 escritas por Plínio e 52 por Trajano. A dinâmica apresentada nesse Livro segue sempre a sequência: dúvidas, elogios e pedidos de Plínio seguidos pela

⁸⁰ Plínio I, 2: “Não deixei totalmente de lado o estilo gracioso do nosso admirado Cícero (...)”. “*Nec est quod putes me sub hac exceptione veniam postulare. Nam quo magis intendant liman tuam (...)*”.

⁸¹ Plínio utiliza o recurso do *orde praeposterus*, pelo qual reverte em narração a sequência temporal de acontecimentos para intensificar seu clímax – recurso típico de Homero. (SANCHEZ, op.cit.,p.15)

⁸² Exemplo: Plínio I, 16.

⁸³ Exemplo: Plínio I, 2.

⁸⁴ Exemplo: Plínio, I, 10.

⁸⁵ O uso do grego na escrita, por exemplo, mostrava o domínio da “língua das artes” e da “cultura mais elevada”, significando que o indivíduo e seu círculo de amigos detinham um código comum e de alto grau cultural.

⁸⁶ SANCHEZ, op.cit., p.11.

⁸⁷ Essa questão será mais aprofundada quando dissertarmos acerca dos laços entre Plínio, o Jovem e Trajano.

⁸⁸ Exemplos: Plínio, Ep. I, 24; Ep. II, 4, 9.

⁸⁹ Podemos citar vários indivíduos que compunham esse círculo de amigos. Contudo, um dos homens que merece destaque é Virginio Rufo. Plínio remete-se a ele como seu tutor e como alguém que o tratou como um filho, porém, esse homem morrera aos 83 anos após sofrer uma queda. Virginio ocupou por três vezes o cargo de cônsul e sua morte foi sentida até mesmo pelo *princeps* Trajano, que prestou honra em seu funeral público. Na Ep. II, 1 direcionada a Voconio Romano, Plínio presta suas homenagens a Virginio, dizendo “*Talvez existam ou cheguem a existir cidadãos similares a ele em virtude, porém não em glória.*”

resposta de Trajano. Ou seja, em nenhum momento o imperador dirige-se primeiro ao seu subordinado. Como se pode notar pelo número de respostas de Trajano, algumas cartas de Plínio ficaram sem respostas, e outras, devido a sua natureza, eram apenas informativas e, portanto, não precisavam de uma réplica. Assim como nos nove primeiros livros, os assuntos tratados no Livro X são variados: conselhos⁹⁰ de Trajano a Plínio, como projetos que estavam deixados de lado em algumas cidades (*Ep. X, 24, 91, 99*); promessas de enviar um engenheiro para as obras (*Ep. X, 42*); confirmação de várias decisões tomadas por seu *legatus* (*Ep. X, 28, 44, 109, 121*); encorajamento para que Plínio tomasse outras decisões (*Ep. X, 67*), etc.

As ações e os assuntos tratados nas cartas ganham relevância no momento em que o centro do principado – Roma – necessitava de informações de suas diversas províncias. Saber quais políticas deveriam ser implementadas; se existia a necessidade de enviar reforços militares; se uma nova *supersticio* – cristianismo – deveria ser vista com preocupação e tantas outras questões, apontam para a forte contribuição que as cartas de Plínio, o Jovem trouxeram para entendermos esse tipo de diálogo. Contudo, esse livro apresenta assuntos que fogem ao âmbito político e assentam-se em particularidades da vida de Plínio – principalmente nas 15 primeiras cartas. Nelas, os pedidos de cidadania para amigos (*Ep. X, 5, 6*) e de cargos públicos para alguns conhecidos (*Ep. X, 4, 12*) mostram-se como uma prática comum e recorrente. Isso nos indica a relação de clientelismo entre Plínio e Trajano, na qual Plínio passa ser visto como cliente – diferentemente do que percebemos no conjunto de cartas dos outros nove livros.

Essa mescla de assuntos apresentados no Livro X nos leva a duas idéias complementares e essenciais para o entendimento do conteúdo do Epistolário em questão: 1ª) a exaltação de Plínio à figura de Trajano, utilizando, para isso, a amizade entre ambos e o apelo às virtudes que moldam o imperador não só como um bom governador, mas também como a encarnação do “ideal senatorial” do *civilis princeps*⁹¹; 2ª) a noção de um imperador trabalhando próximo ao seu *legatus* na administração da província – Ponto-Bitínia –, fato que gerava um laço de confiança mútua e também figuras de administradores e benfeitores modelos. Como a 1ª idéia traz elementos que serão discutidos ao longo de toda a dissertação, neste momento, concentramos esforços para elucidar o segundo ponto em questão.

⁹⁰ NOREÑA, op.cit., p.252.

⁹¹ NOREÑA, op.cit., p.254.

1.4. “Desejo-te saúde e felicidade”: as boas-vindas em um período de *confiança mútua*

Para esclarecer as questões de “trabalho próximo”, “confiança” e “amizade”, tomamos como exemplo a Ep. X, 23, em que as necessidades provinciais aparecem junto a pedidos de benesse:

“O banho público em Prusa, *domine*, está velho e dilapidado, e as pessoas estão muito ansiosas para que seja reconstruído. A minha opinião é que você convenientemente pode conceder esta petição⁹². Haverá dinheiro disponível para a construção, primeiro das somas que eu comecei a arrecadar dos indivíduos privados, segundo porque as pessoas estão preparadas para aplicar na construção do banho as concessões que normalmente fazem para os financiamentos na distribuição de azeite. Isto é, além do mais, um plano digno de prestígio do povoado e do esplendor do teu principado”.⁹³

Em um primeiro momento, notamos a *proximidade* entre o governador de província e o Imperador quando se deveriam tomar decisões. Como vimos, existia a necessidade de transmitir ao poder central a situação em que seus domínios longínquos se encontravam. Assim, Plínio descreve rapidamente a necessidade pela qual a região de Prusa passava – a *reforma do banho público*. Contudo, essa petição foi construída de tal maneira que a forma discursiva já se mostrava conveniente/favorável a uma resposta positiva do soberano. Ao mesmo tempo em que descrevia a situação propondo um *trabalho próximo* com o Imperador, Plínio posicionou-se de uma maneira decidida, mostrando *confiança* em seus atos e nas decisões de Trajano.

Essa atitude de Plínio pode ser entendida de várias maneiras, mas há uma idéia que se sobressai: Plínio possuía *legitimidade* – dada pelo próprio Imperador – para expor os assuntos daquela forma. Ao apresentar os dados econômicos envolvidos na reforma do banho público, posicionando-se frente ao assunto de forma concisa e segura – “*somas que eu comecei a arrecadar*”; “*as pessoas estão preparadas*” –, Plínio apresentava-se como dono da situação, esperando apenas o aval de Trajano – “*você convenientemente pode conceder esta petição*”. Entendemos que essa legitimidade de Plínio, o Jovem só era possível devido aos laços de

⁹² Nas Cartas 70 e 110 aparece que uma licença do Imperador foi necessária para as construções e os trabalhos fora dos fundos públicos.

⁹³ Plínio, Ep. X, 23: “*Prusenses, domine, balineum habent; est sordidum et vetus. Itaque magni aestimant novum fieri; quod videris mihi desiderio eorum indulgere posse. Erit enim pecunia, ex qua fiat, primum ea quam revocare a privatis et exigere iam coepi; deinde quam ipsi erogare in oleum soliti parati sunt in opus balinei conferre; quod alioqui et dignitas civitatis et saeculi tui nitor postulat.*”

amizade e confiança que Trajano, como imperador, lhe propiciava. Essa situação demonstra o que Trajano esperava de seu subalterno: que este exercesse um *poder delegado* e o representasse nas comunidades distantes, tomando atitudes que julgasse condizentes com a administração do Império Romano. A noção de delegar o poder para resolver os problemas mais distantes de Roma fica clara em algumas passagens das epístolas escritas por Trajano:

“Não vamos nos esquecer de que a principal razão para enviar você a tua província era a evidente necessidade por muitas reformas. Nada, de fato, tem mais necessidade de correção que a situação que você descreveu em tua carta, pois criminosos sob sentença não só foram liberados sem autorização, mas foram restaurados ao estado de funcionários honestos (...)”.⁹⁴

“Espero que você tenha chegado a Bitínia sem qualquer doença em ti ou em teu grupo, e que tua viagem para Ephesus tenha sido tão tranqüila quanto o teu retorno. A data de tua chegada a Bitínia, *Secunde carissime*, eu anotei de tua carta. As pessoas daí irão *estimar*, penso eu, que eu estou agindo em meu próprio interesse, e você terá que deixar claro para eles que você foi escolhido como um representante para uma missão especial⁹⁵. Tua primeira tarefa deve ser inspecionar as contas dos vários povoados, que estão evidentemente confusas (...)”.⁹⁶

Com essas duas epístolas de Trajano, vemos que o posicionamento adotado por Plínio, o Jovem na *Ep. X, 23* mostra-se como algo pretendido pelo próprio Imperador – cuidar das finanças. Ao afirmar que Plínio foi enviado como representante para uma *missão especial*, Trajano reforça a nossa idéia de poder delegado. Já na *Ep. X, 32* fica clara a necessidade de reformas pelas quais as províncias deveriam passar, e Trajano reafirma que essa seria uma tarefa para seu representante – Plínio. Ressaltamos, assim, que requisitos como *trabalhar próximo, amizade e confiança* tornam-se essenciais em um ambiente com inúmeros interesses

⁹⁴ Plínio, *Ep. X, 32*: “*Meminerimus idcirco te in istam provinciam missum, quoniam multa in ea emendanda adparuerint. Erit autem vel hoc máxime corrigendum, quod qui damnati ad poenam erant, non modo ea sine auctore, ut scribis, Liberati sunt, sed etiam in condicionem proborum ministrorum retrahuntur (...)*”.

⁹⁵ Como *legatus propraetore Ponti et Bithyniae consular potestate*, por compromisso direto de Trajano; c.S.230. Não confundir-se com o posto de *corrector* (como *Maximus* em Achaia, VIII. 24) cujos deveres foram confinados para financiar, trabalhando ao lado do governador regular.

⁹⁶ Plínio, *Ep. X, 18*: “*Cuperem sine querela corpusculi tui et tuorum pervenire in Bithyniam potuisses, ac simile tibi iter ab Epheso ei navigationi fuisset, quam expertus usque illo eras. Quo autem die pervenisses in Bithyniam, cognovi, Secunde carissime, litteris tuis. Provinciales, credo, prospectum sibi a me intellegent. Nam et tu dabis operam, ut manifestum sit illis electum te esse, qui ad eosdem mei loco mittereris. Rationes autem in primis tibi rerum publicarum excutiendae sunt; nam et esse eas vexatas satis constat (...)*”.

políticos e econômicos, e que, como vimos, tais requisitos estavam em harmonia entre Plínio e Trajano.

Contudo, a *Ep. X, 23* apresenta um último ponto para a compreensão das duas idéias levantadas anteriormente: a maneira elogiosa com que Plínio, o Jovem encerra sua petição – “*um plano digno de prestígio do povoado e do esplendor do teu principado*”. Novamente notamos a proximidade entre ambos – *amizade* – e a liberdade em mesclar assuntos “oficiais” a votos pessoais de um funcionário. A alternância entre pessoal/oficial que permeia toda a carta cumpre com o objetivo de moldar a figura *virtuosa* de Trajano, visto que reformas públicas – para o *bem comum* – mostravam a eficácia e o esplendor do principado e, por conseguinte, do soberano que autorizava tais medidas. Porém, essa mesma mescla entre elogios e obras públicas leva-nos a entender que, nessas trocas epistolares, os âmbitos do público/privado encontravam-se em *margens fluídas*.

Essa imprecisão nos mostra que a fronteira efetiva entre o público e o privado, tanto em petições quanto nas atitudes pessoais, muda constantemente devido à imersão em sistemas políticos nos quais a simbologia e as demonstrações pessoais tornam-se fundamentais no que se refere ao capital *social*⁹⁷. Somadas a isso, temos discussões em que o binômio estrutural *privado/público* recai em posturas adotadas por indivíduos de vida pública imersos em uma sociedade⁹⁸ repleta de vicissitudes entre o *bem coletivo* e as *manifestações pessoais*. Esse seria o caso da Epístola de Plínio, visto que ele se apresenta como um indivíduo de vida pública preocupado com o *bem comum*, mas envolto por situações pessoais⁹⁹. Tal fato nos leva a crer que as noções de *publicus* e *privatus* formam um modelo de coexistência, ou seja, são tidos de maneira conjunta. Essa idéia pode ser entendida como uma alusão ao fato de que

⁹⁷ NOREÑA, op.cit.,p.239.

⁹⁸ Algumas dessas discussões ganharam maior notoriedade, como é o caso do trabalho feito por Philippe Ariès em *Por uma História da Vida Privada*. Notadamente um trabalho que se pauta em recortes temporais mais recentes – se comparados a esta dissertação –, mas que mostra as divergências que os termos *público* e *privado* apresentaram no caminhar da História: “Levei algum tempo para entender onde estava a divergência (...) e agora entendo melhor que o problema não é tão monolítico como eu pensava (...) 1º) *público* como o ambiente da sociabilidade anônima, e o *privado* confunde-se com a família ou com o próprio indivíduo; 2º) *público* é o Estado, os serviços prestados por este e o *privado*, ou “particular”, era tudo que escapasse dos domínios do Estado.” (*História da Vida Privada, 3: Renascença ao Século das Luzes*. Philippe Ariès e Roger Chartier; trad. Hildegard Foist. – São Paulo: Companhia das Letras, 1991., p.17).

⁹⁹ Hoje nos fica claro que a Política sobrevive ao se respeitarem e reconhecerem os próprios limites da vida privada e pública. Entretanto, não devemos perder de foco a condição das Cartas de Plínio, o Jovem e Trajano, as quais tratam efetivamente de ambas as esferas, porém com conteúdos próprios de quem ostenta uma ligação acima do “mundo institucional”.

aquilo que se fazia “atrás das portas” – *privado* – era igual e de mesma intensidade ao que se fazia no Senado¹⁰⁰.

Fazer no *público* o mesmo, ou com intenções parecidas, que se faz no *particular*. Essa imagem criada com os vai-e-vens dos conceitos torna-se real ao analisarmos outra epístola do Livro X, na qual Plínio, o Jovem faz alguns agradecimentos a Trajano. A carta em questão – *Ep. X, 12* – refere-se ao recebimento, por parte de Plínio, de um cargo sacerdotal, graças à boa reputação do então cônsul romano, que se mostrou lisonjeado por receber o cargo religioso:

“Estou ciente, *domine*, que não há nenhuma honra maior para minha reputação, do que um favor dado por ti. Peço, além disso, para unir às honras que me foram dadas por tua bondade em conceder-me um sacerdócio, seja ele de *auguratum* ou de *septemviratum*, pois há vagas em ambas as ordens. Em virtude de meu sacerdócio, eu posso adicionar oradores oficiais em teu favor, os quais eu já ofereço em minha vida particular de cidadão leal”.¹⁰¹

Essa carta possui uma riqueza de informações sobre a sociedade, o indivíduo, a religião, as atitudes do soberano e etc., além de apresentar algumas especificidades do *publicus* e do *privatus*. Em um primeiro momento da epístola, Plínio faz um agradecimento por ter tido a honra de receber um cargo sacerdotal – por mérito próprio. A concessão de um cargo sacerdotal a um indivíduo de carreira pública¹⁰² demonstra que tal nomeação não se ligava à *vocação*, e sim ao *estatuto social* do indivíduo. Isso é compreendido devido à representatividade que um cargo religioso tinha diante da comunidade. Logo, tal posição social ficava restrita aos “homens¹⁰³, cidadãos e com bom nascimento”¹⁰⁴. Plínio atendia a tais requisitos, e Trajano está ciente disso ao nomear um indivíduo capaz de gerir a carreira de magistrado aliada à de sacerdote¹⁰⁵.

¹⁰⁰ NOREÑA, op.cit., p.246.

¹⁰¹ Plínio, *Ep. X, 13*: “Cum sciam, domine, ad testimonium laudemque morum meorum pertinere tam boni principis iudicio exornari, rogo dignitati, ad quam me provexit indulgentia tua, vel auguratum vel septemviratum, quia vacant, adicere digneris, ut iure sacerdotii precari deos pro te publice possim, quos none precor pietate privata.”.

¹⁰² As epístolas *X, 3-A e 3-B* fazem alusão ao bom comportamento de Plínio, o Jovem como cidadão e membro do Senado, além da nomeação ao cargo de tesoureiro de Saturno.

¹⁰³ As mulheres participavam do *poder sacerdotal*, mas exerciam funções secundárias tais como vestais ou flâmíneas.

¹⁰⁴ GIARDINA, Andrea. *O Homem Romano*. Lisboa: Editora Presença. 1991, p.53.

¹⁰⁵ Assim como Plínio, o Jovem, vários indivíduos exerciam um posto público aliado a um cargo religioso, o que, para alguns autores, era causa de diversas intrigas entre magistrados e sacerdotes. Essas brigas aconteciam devido ao fato dos magistrados – *sem* um cargo religioso – exercerem funções sacerdotais, tais como as

Tendo em consideração as observações anteriores, somadas ao fato de Plínio saber das vagas em ambas as ordens sacerdotais – *auguratum* e *septemviratum* –, chegamos às promessas de orações e à nebulosidade das esferas *publica/privada*. Pelo conteúdo final da carta 13, entendemos que as atitudes que Plínio já apresentava em sua vida *privada/particular* poderiam ser potencializadas com esse cargo religioso e, conseqüentemente, *público*. As orações feitas “atrás das portas” seriam as mesmas que agora, como sacerdote, seriam praticadas no ambiente de um colegiado¹⁰⁶ religioso. Aparentemente, podemos visualizar uma divisão entre os conceitos de *publicus/privatus* quando Plínio posiciona-se entre sua vida pré e pós cargo sacerdotal. Entretanto, tal noção dar-se-ia apenas no âmbito teórico, visto que as mesmas medidas – orações – deveriam constar em ambas as esferas. Com esse ponto de vista, pensamos que a frágil fronteira desses conceitos, considerados nesse período – 98 a 117 d.C – , ganha solidez ao estabelecermos uma relação entre o *grau de visibilidade* e as *conseqüências* com as noções de público e privado¹⁰⁷.

Alguns autores, como Carlos F. Noreña, entendem que a epístola ganha o caráter de interesse público, ou apenas de circunstâncias pessoais, de acordo com o alcance que os assuntos tratados teriam na estrutura do principado. Por exemplo: se a aparente doação de um cargo sacerdotal devido à boa-reputação de Plínio, o Jovem – *caráter privado* – implicasse em mudanças na forma da interpretação divina, uma simples carta de interesse pessoal ganharia *visibilidade* e *conseqüências públicas*.

Devemos recordar que Plínio, seguindo as vontades de um amigo¹⁰⁸, deu *visibilidade* às cartas ao torná-las públicas – os nove primeiros livros do Epistolário. Isso mostra que, de uma forma ou de outra, essas epístolas compunham o imaginário *público*, visto que a publicação permitia o acesso de todos os assuntos ali tratados aos indivíduos que pudessem e desejassem acessá-los. Contudo, dissertar sobre as alternâncias conceituais que a publicação proporciona não pode ser fundamentada com a leitura do Livro X, visto que ele não chegou a

celebrações com sacrifícios e as consultas aos auspícios, além de ser através dos cônsules que eram estabelecidas as novas divindades romanas. Desse modo, a máxima “os magistrados representavam os homens e os sacerdotes os deuses” seria falível, visto que os magistrados dispunham de um poder capaz de intervir tanto em questões do povo quanto em relação aos deuses. A função na qual a exclusividade dos sacerdotes era inegável era na interpretação e transmissão do “direito sagrado”, através da qual era possível propor soluções aos problemas dos *homens versus deuses*. O interessante deste conflito – magistrados *versus* sacerdotes – é a necessidade de legitimação por parte dos sacerdotes às normas magistras, ou seja, apesar da maior autonomia dos magistrados, fazia-se necessária uma *aprovação* por parte dos sacerdotes. (GIARDINA, op.cit., p.54-62).

¹⁰⁶ Plínio, o Jovem assume o cargo de *augur* em 103 d.C. Logo, essa carta foi endereçada a Trajano quando este não estava presente em Roma na Primeira Guerra contra os Dácios.

¹⁰⁷ NOREÑA, op.cit., p.254.

¹⁰⁸ Plínio, Ep. I,I.

ser disponibilizado em vida por Plínio, o Jovem. Assim, o *grau de visibilidade* das cartas do Livro X, no período da real troca epistolar, ficou restrito a poucos indivíduos¹⁰⁹, deixando, nos meandros das *consequências*, a riqueza de possibilidades de análise que o livro pode nos oferecer.

As *consequências* referentes às ações públicas ou privadas encontradas nos assuntos tratados entre Plínio e Trajano ganham clareza com a leitura e a interpretação da totalidade das cartas trocadas. Nota-se a formação de *grupos* de epístolas com naturezas voltadas para os *beneficia* imperiais – *privatus* –, e outras formuladas com conteúdos oficiais – *publicus*. São as quinze primeiras cartas as que compõem o grande bloco das petições pessoais – *beneficia* imperiais –, escritas possivelmente entre 98 e 105/106 d.C, quando Plínio ainda estava na península itálica. Entretanto, mesmo que esse grupo de epístolas caracterize-se como pessoal, devemos conservar a noção de “le lettere sono private, ma di pubblico interesse”¹¹⁰, visto que haviam *consequências* para situações maiores. A *Ep. X, 13* nos serve como exemplo, uma vez que a “doação” de um cargo sacerdotal era *pessoal*, mas a “ocupação” era uma solenidade *pública*, tal qual a sua funcionalidade – mesmo assim, a carta em questão está no bloco das quinze primeiras cartas.

Essas oscilações encontradas no Epistolário de Plínio, o Jovem e Trajano ressaltam a concepção de que o relacionamento pessoal de ambos os personagens foi além das interações na esfera pública. Quando menos, essa é a mensagem que as Cartas nos passam, seja voluntária ou involuntariamente¹¹¹. Seguindo essa linha de raciocínio, notamos que a forma pela qual as Epístolas foram apresentadas – construídas a partir de diferentes tons – nos dá base para abordarmos as relações político-sociais a partir da noção de existência de um *círculo pessoal político* no período do principado de Trajano. Isso nos remete à construção de um cerco de conselheiros/amigos¹¹² ao redor do *princeps* Trajano, que estava rodeado, dessa

¹⁰⁹ Existem algumas dúvidas sobre se realmente as cartas eram respondidas pelo próprio Imperador Trajano. Contudo, essa questão sobre a real autoria das respostas não se mostra importante. Todas elas foram formuladas como se fossem escritas por Trajano – quem sabe ele mesmo as escreveu todas –, assim como qualquer outro documento oficial. Uma vez em circulação, eram lidas e tidas como se procedessem diretamente do Imperador. (NOREÑA, op.cit., p.252).

¹¹⁰ CUGUSI, Paolo. *Evoluzione e forme dell'epistolografia latina nella tarda repubblica e nei primi due secoli dell'impero con cenni sull'epistolografia preciceroniana*. Rome: Herder, 1983. Apud. NOREÑA, Carlos F. *The Social Economy of Pliny's Correspondence with Trajan*. American Journal of Philology: The Johns Hopkins University Press, 2007, p.242.)

¹¹¹ NOREÑA, op.cit., p.250.

¹¹² Outros indivíduos que faziam parte desse círculo político pessoal: Apolônio de Tiana, Eufrates de Tiro, Vestricius Spurinna e Lucius Caesennius Sospes – desde religiosos até cônsules. (MONTERO, op.cit., p.18).

maneira, por um leque de indivíduos dotados de capacidade mental, moral e intelectual e dispostos a discutir diversos assuntos de maneira diferente do modo tratado no Fórum.

Plínio foi, claramente, um dos indivíduos ligados ao círculo pessoal político de Trajano, e nele ostentava uma posição privilegiada, o que não significava que ele teria maiores poderes políticos que outros indivíduos com uma posição social igual a sua. Prova disso foi o comportamento passado pelas respostas de Trajano as suas cartas. Plínio, o Jovem apresentava poderes iguais aos de seus predecessores e, quando assumiu o cargo de governador da Bitínia, a única “marca” que o diferenciou dos outros foi a mudança da condição desta mesma província de *pública* para província *imperial*¹¹³. A ligação de Plínio ao círculo de Trajano, através da construção de uma relação de *amizade*, levou vários autores à percepção de uma forma de “vínculo nas extensas redes de clientela imperial e senatorial que uniam imperadores e seus subordinados”¹¹⁴.

1.5. Sistema Social e Manutenção de Interesses: o Clientelismo

Como previsto anteriormente, ao dissertarmos sobre a rede de pedidos e favores contidos nos nove primeiros livros de Plínio, a questão do clientelismo/patronato ganha, agora, corpo na relação entre este e Trajano. Para iniciarmos as discussões referentes a esse ponto, utilizamos a composição de carta 5 do Livro X:

“Quando eu estava seriamente doente ano passado, *domine*, e com perigo de vida, chamei um médico terapeuta cujo cuidado e atendimento eu não posso recompensar adequadamente sem o teu interesse bondoso. Peço, portanto, que você conceda cidadania romana a ele. Ele é um residente “estrangeiro”, de nome *Arpocras*, e sua liberdade foi dada pelo seu patrono, também estrangeiro. Era *Thermuthis*, esposa de *Theon*, e morreram há algum tempo.

¹¹³ A província da Bitínia era originariamente *pública*, governada por procônsules, mas um decreto senatorial aprovado por Trajano converteu-a em *província imperial*, passando a ser comandada por um *legatus Augusti pro pretore*. (NOREÑA, op.cit., p.243).

¹¹⁴ NOREÑA, op.cit., p.242.

Eu também peço para conceder plena cidadania romana a *Hedia* e *Antonia Harmeris*, as mulheres livres da nobre senhora *Antonia Maximilla*. *Está em teu desejo que eu faça esta petição*”.¹¹⁵

Nessa epístola, a questão central é um pedido de cidadania ao médico que salvou a vida de Plínio, o Jovem quando ele esteve seriamente doente. Existe um apelo à *indulgentia* do *princeps* Trajano para que essa petição fosse atendida, o que, caso se confirmasse, concretizaria então o laço de confiança e amizade entre o superior e o subordinado. Notamos, pelo teor da carta, que Plínio já apontava para um resposta positiva de Trajano, visto que sua construção discursiva se concentrou nos elogios e no apelo para que se demonstrasse gratidão ao homem que salvou sua vida. Contudo, a petição em forma de *beneficia* imperiais tratava de uma questão complicada sobre a cessão de cidadania.

O então terapeuta Arpocras era de origem egípcia, o que, de acordo com as instruções da época, tornava-o inelegível para adquirir a condição de cidadão romano. Porém, as indicações de Plínio dão a entender que Arpocras residia na cidade grega de Alexandria, o que possibilitava o pedido de cidadania romana. Vários foram os pontos de discussão a respeito desse caso, todos tratados na *Ep. X*, 6¹¹⁶. Entretanto, o que chama a atenção é o início da epístola, onde há um agradecimento pelo comprometimento de Trajano em conceder a cidadania ao terapeuta: “*Obrigado, domine, por teu comprometimento em conceder plena cidadania às mulheres livres da referente Antonia, e cidadania romana ao meu terapeuta Arpocras*”. O que decorre dessa situação é que o pedido de cidadania feito na *Ep. X*, 5, mesmo

¹¹⁵ Plínio, *Ep. X*, 5: “*Proximo anno, domine, gravissima valetudine usque ad periculum vitae vexatus iatralipten adsumpsi; cuius sollicitudini et studio tuae tantum indulgentiae beneficio referre gratiam parem possum. Quare rogo des ei civitatem Romanam. Est enim peregrinae condicionis manumissus a peregrina. Vocatur ipse Arpocras, patronam habuit Thermuthin Theonis, quae iam pridem defuncta est. Item rogo des ius Quiritium libertis Antoniae Maximillae, ornatissimae feminae, Hediae et Antoniae Harmeridi; quod a te petente patrona peto.*”

¹¹⁶ Plínio, *Ep. X*, 6: “*Obrigado, domine, por teu comprometimento em conceder plena cidadania às mulheres livres da referente Antonia, e cidadania romana a meu terapeuta Arpocras. Mas quando fornecia sua idade e propriedade de acordo com tuas instruções, fui lembrado pelas pessoas mais experientes que, visto que o homem é egípcio, eu não deveria pedir cidadania romana para ele antes de ele tornar-se um cidadão de Alexandria. Eu não tinha compreendido que existiam quaisquer distinções entre egípcios e outros estrangeiros. Pelo que eu havia pensado, era suficiente informá-lo a condição de liberdade dada por um estrangeiro e que seu patrono havia morrido há algum tempo atrás (...) Para prevenir mais delongas a teu interesse bondoso, eu dei os detalhes da idade e propriedade a seu homem livre, como instruído.*” “*Ago gratias, domine, quod et ius Quiritium libertis necessariae mihi feminae et civitatem Romanam Arpocrati, iatraliptae meo, sine mora indulxisti. Sed cum annos eius et censum sicut praeceperas ederem, admonitus sum a peritioribus debuisse me ante ei Alexandrinam civitatem impetrare, deinde Romanam, quoniam esset Aegyptiu. Ego autem, quia inter Aegyptios ceterosque peregrinos nihil interesse credebam, contentus fueram hoc solum scribere tibi, esse eum a peregrina manumissum patronamque eius iam pridem decessisse (...) Annos eius et censum, ne quid rursus indulgentiam tuam moraretur, libertis tuis quibus iusseras misi.*”

sendo alvo de irregularidades e inconsistências, aparece, na *Ep. X, 6* – também escrita por Plínio –, já atendido, dado o comprometimento do *princeps* Trajano. Essa postura adotada pelo *princeps* denota confiança em seu subordinado a ponto de que este resolvesse os problemas referentes à petição de cidadania.

Todo esse trâmite ganha roupagens patronais quando, na *Ep. X, 7*¹¹⁷, Trajano afirma que conceder cidadania romana aos alexandrinos não era uma regra de seus predecessores¹¹⁸, sendo aceito apenas em casos especiais. Dessa forma, as petições de Plínio, o Jovem, pode-se dizer, eram vistas como *casos especiais*, dignos de serem atendidos mesmo indo contra as regras estabelecidas pela tradição imperial. Para Plínio e Trajano estabelecerem esse grau de comprometimento, era necessária a vivência do binômio daquilo que entendemos como os conceitos-chave do clientelismo/patronato: a *amicitia* e a *fides*¹¹⁹. Os dois termos têm uma forte carga subjetiva que compunha o vocabulário político do momento. Ambos podiam correlacionar-se em categorias que mostravam ligações com os campos jurídico, público e privado, bem como com as questões referentes à literatura e às virtudes, todas dentro de um sistema que indicava os laços patronais dos indivíduos. Para a historiadora Renata Lopes Biazotto Venturini, os termos *amicitia* e *fides* podem ser entendidos nas correspondências plinianas – nos nove primeiros livros em especial, mas também no Livro X – como:

“A *amicitia*, que poderíamos traduzir muito genericamente por amizade, sugeria diversas formas de envolvimento social. Quando nos referimos à instituição da *amicitia* já deixamos transparecer tal diversidade. Ela significava uma relação entre os *amici*, na qual a afetividade vinha se ligar às determinações pragmáticas da vida. Ela não era apenas um laço subjetivo de afeição, mas era também uma ligação objetiva baseada na *assistência mútua* e na *fides*, isto é, na lealdade entre os *amici*”.¹²⁰

Notamos que esse binômio recai em esferas institucionais, e não apenas de afeição pessoal. Isso nos aponta para a seriedade dos “pactos” pelos quais a sociedade permitia que necessidades particulares se mesclassem ao espaço de atuação política. Essa conjuntura

¹¹⁷ Plínio, *Ep. X, 7*: “Seguindo as regras de meus predecessores, eu não pretendo conceder a cidadania aos alexandrinos exceto em casos especiais (...)”. “*Civitatem Alexandrinam secundum institutionem principum non temere dare proposui (...)*”.

¹¹⁸ É esta a situação do terapeuta Arpocras: como egípcio residente em Alexandria, primeiramente deveria conseguir cidadania alexandrina para depois pleitear a cidadania romana.

¹¹⁹ VENTURINI, op.cit., p.146.

¹²⁰ VENTURINI, op.cit.

patronal exigia um conjunto de obrigações através das quais os indivíduos envolvidos deviam atuar em favor daqueles que sustentavam as ações levadas a cabo. Lembremos que Plínio, o Jovem, em diversas cartas, mostrou-se tanto cliente como patrono nas relações sociais, o que, de certa forma, demonstrava “a sua capacidade de influência nos caminhos para o acesso aos mecanismos de decisão nas esferas de poder.”¹²¹ Isso nos leva a crer que os laços de patronato eram atados com a prerrogativa básica da *confiança mútua*. Os envolvidos nessa relação mútua de confiança baseavam-se na idéia de *in fide clientelamque suam recepti* – “na boa fé eu te recebo como cliente”¹²². Quase como uma resposta a essa prerrogativa, temos três cartas do Livro X – 85, 86(a) e 86(b) – que terminam com esta clara alusão à *fides* e ao *dever*:

“Teu homem-livre e o procurador Maximus, por todo o tempo em que mantivemos contato, sempre se mostraram honestos, trabalhadores, conscientes e mantenedores da disciplina e do teu interesse. É com satisfação que lhe dou esse testemunho com toda a boa-fé, como é exigido pelo meu dever a ti”.¹²³

“Gavius Bassus, *domine*, prefeito de Ponticae, sempre demonstrou altos princípios, honestidade, e trabalho em suas funções oficiais, assim como respeito a minha pessoa. Dou meu apoio e recomendação, com toda boa-fé, como é exigido pelo meu dever a ti”.¹²⁴

“Recomendo (...)”¹²⁵ Ele serviu nas legiões sob o teu comando, e ele deve a ti e a tua generosidade pelo treinamento que recebeu. Aqui estiveram outros soldados e cidadãos que tiveram experiência junto à justiça e à humanidade deste homem, e pediram para oferecer tributos pessoais e públicos a ele. Trago esses fatos para tua informação de toda boa-fé, como é exigido pelo meu dever a ti”.¹²⁶

¹²¹ VENTURINI, op.cit., p.150

¹²² VENTURINI, op.cit., p.152.

¹²³ Plínio, Ep. X, 85: “Maximum libertum et procuratorem tuum, domine, per omne tempus, quo fuimus una, probum et industrium et diligentem ac sicut rei tuae amantissimum ita disciplinae tenacissimum expertus, libenter apud te testimonio prosequor, ea fide quam tibi debeo”.

¹²⁴ Plínio Ep. X, 86(a): “Gavius Bassus, domine, praefectum orae Ponticae integrum probum industrium atque inter ista reverentissimum mei expertus, voto pariter et suffragio prosequor, ea fide quam tibi debeo”.

¹²⁵ Uma parte substancial desta carta fora perdida.

¹²⁶ Plínio Ep. X, 86(b): “(...) quam ea quae speret instructum commilitio tuo, cuius disciplinae debet, quod indulgentia tua dignus est. Apud me et milites et pagani, a quibus iustitia eius et humanitas penitus inspecta est, certatim ei qua privatim qua publice testimonium perhibuerunt. Quod in notitiam tuam perfero, ea fide quam tibi debeo”.

Essa configuração, ligada aos direitos e deveres do “pacto” clientelar, tende a ressaltar as idéias ligadas à capacidade material, intelectual e moral dos indivíduos, dando a entender que estes se sujeitavam a esse tipo de vínculo cientes de sua condição dentro desta “organização social”. Tal sujeição pautava-se na já descrita *assistência mútua* e na *lealdade* dos pactuantes, os quais deveriam possuir algo a “pedir” e alguma coisa a “oferecer”. Logo, a relação de Plínio, o Jovem e Trajano, relação que formava um sistema de clientela imperial e senatorial, operando à distância e por contato indireto¹²⁷ – pelas cartas –, deve responder a todas as premissas até aqui levantadas. Exemplos do cumprimento desse “pacto” figuram claramente, como vimos, nas quinze primeiras cartas do Livro X, nas quais a série de petições em favor das cidadanias figura fora da esfera de deveres formais de Plínio.

No entanto, somadas a essas circunstâncias de favorecimentos pessoais, encontramos, nas cartas, outras indicações desse laço de amizade, confiança e, por conseguinte, de patronato entre Plínio e Trajano. São termos como *domine*, *carissime* e *indulgentia* que são explorados, ou manipulados, na já conhecida fluidez¹²⁸ das esferas do *publicus* e *privatus*, termos esses que propiciam a importante noção de proximidade entre os dois indivíduos. O vocábulo *indulgentia*, utilizado rotineiramente por Plínio, é considerado um termo particular dos discursos paternalísticos¹²⁹, e, dessa maneira, encontra-se em oito cartas das quinze primeiras do Livro X – 2, 3, 4, 5, 6, 8, 10, 13. Contudo, são os outros dois termos – *domine* e *carissime* – que se destacam no epistolário cruzado entre o *princeps* e o governador de província.

Ao analisarmos o Livro X como um todo, encontramos cerca de 82 ocorrências do vocábulo *domine*, todas elas empregadas por Plínio, o Jovem – apenas nas quinze primeiras cartas ele ocorre onze vezes; nas outras, Plínio se refere a Trajano como *imperator sanctissime* (Ep X, 1), *imperator optime* (Ep X, 4), *indulgentissime imperator* (Ep X, 10), *optime imperator* (Ep X, 14). Plínio usa o vocativo *domine* no contraponto do vocábulo *dominus*¹³⁰, sendo este último carregado de negativismo, visto que era mais utilizado com o sentido de “mestre dos escravos”. Não nos aprofundaremos nas questões que envolvem a

¹²⁷ NOREÑA, op.cit., p.245.

¹²⁸ Para além das discussões referentes a esse assunto, cabe ressaltar que, ao manter as *margens fluidas* entre o público e o privado, Plínio, o Jovem, mais do que proclamar a noção do “falo em público o que eu digo no privado”, conseguia demonstrar a tão querida proximidade com o Imperador.

¹²⁹ NOREÑA, op.cit., p.256.

¹³⁰ Veremos adiante que Plínio, o Jovem utiliza-se desse termo para caracterizar o imperador Domiciano, que, em seus escritos, ocupa a posição do exato oposto de Trajano.

semântica das palavras, visto que a complexidade dos estudos do termo *dominus*¹³¹ excede aquilo que necessitamos para a compreensão do assunto aqui tratado. Deve-se, contudo, ficar claro o uso do vocábulo *domine* nas relações de amizade e de patronato.

Carlos F. Noreña, no texto *The Social Economy of Pliny's Correspondence with Trajan*, diz, com base em Dickey, que Plínio, usando o vocativo *domine*, tentava criar uma imagem de Trajano como uma pessoa com quem ele manteve contato em contextos privados. Tal termo encontra-se definido nos escritos de Noreña como sendo:

“(...) usado primeiramente nas correspondências entre amantes, depois o termo – *domine* – ganhou feições entre membros da família, e finalmente foi generalizado e passou-se a usar em cartas políticas entre indivíduos de mesma condição social ou superiores”.¹³²

Através da leitura do corpo epistolar de Plínio, fica claro que, em nenhum momento, ele identificou Trajano como um burocrata, um amante, um membro da família ou alguém de sua mesma condição social, sendo todas essas categorias dignas do termo *domine*. Logo, entendemos que Plínio faz uso desse termo como alguém que sugere um relacionamento pessoal, fato que tanto potencializa a relação entre ambos quanto distingue Trajano de outros burocratas imperiais.

Porém, todo o esforço de Plínio em construir um espaço de relações pessoais em seu discurso – dadas as 82 ocorrências do vocativo *domine* no Livro X – perderia seu valor se Trajano não correspondesse às expectativas e impressões de amizade criadas por Plínio, o Jovem. Entretanto, já vimos que o *princeps* correspondia positivamente aos pedidos de cidadania a amigos, ao médico de Plínio e a outras pessoas, sendo essa uma forma de confirmar a distinção que Plínio buscava transparecer em suas epístolas. Embora essas concessões fossem suficientes para admitirmos a idéia de *assistência mútua e lealdade* no “pacto” clientelar entre ambos, algumas cartas do Livro X mostram um Trajano cordial e preocupado com seu amigo/conselheiro, ultrapassando os limites das simples concessões e chegando ao ponto do interesse nos acontecimentos triviais:

¹³¹ Para o profundo entendimento de tal assunto vide: **DICKEY**, Eleanor. *Latin Forms of Address: from Plautus to Apuleius*. Oxford: Oxford University Press, 2002 e **ROLLER**, Matthew. *Pliny's Catullus: The Politics of Literary Appropriation*. TAPA 128: 265-304, 1998.

¹³² **NOREÑA**, op.cit., p248.

“Você fez bem em mandar notícias, meu *Secunde carissime*, pois estou muito interessado em saber que tipo de viagem você está tendo na volta para tua província. Você foi prudente em adaptar-se às condições locais, viajando de barco e carruagem”.¹³³

“Fico feliz em saber através da tua carta, meu *Secunde carissime*, do júbilo e da devoção com que, sob tua direção, meus companheiros soldados e os provincianos celebraram o aniversário de minha ascensão”.¹³⁴

Na *Ep. X, 16* vemos um *imperator* curioso e interessado pela viagem de seu funcionário, mas com palavras e um modo de agir que indicam uma proximidade maior que o esperado em um documento oficial. Tal percepção ganha força com a *Ep X, 53*, em que Trajano demonstra gratidão pelas celebrações e rituais referentes ao aniversário de sua ascensão. Acreditamos que esse tipo de agradecimento, referente à celebração de uma data importante, figurava dentro de um hábito exercido para com outros funcionários públicos, algo rotineiro e de boa-fé, que não necessariamente indicava uma proximidade exclusiva com Plínio, o Jovem. Já o interesse em saber de detalhes da viagem de retorno à Bitínia, assim como o posicionamento favorável às atitudes prudentes de seu *legatus*, indica um maior apreço por Plínio.

Agradecimentos, interesse, curiosidade, celebrações e alegrias são conteúdos claros nas duas epístolas expostas anteriormente. Porém, tão clara quanto isso, é a forma pela qual Trajano remete-se a Plínio, o Jovem: *mi Secunde carissime*. Essa talvez seja a maneira mais efetiva que poderia ser usada para criar a impressão¹³⁵ de amizade entre ambos os personagens. Novamente, os estudos de Dickey esclarecem que o uso dessa expressão é uma baliza no que se refere ao afeto, e que é usada ocasionalmente pelos amantes, mas com maior frequência entre amigos e conhecidos¹³⁶. *Carissime*, entretanto, não era um termo freqüentemente usado em correspondências entre imperadores e subordinados – usava-se

¹³³ Plínio *Ep X, 16*: “*Recte renuntiasti, mi Secunde carissime. Pertinet enim ad animum meum, quali itinere provinciam pervenias. Prudenter autem constituisti interim navibus, interim vehiculis uti, prout loca suaserint.*”

¹³⁴ Plínio *Ep X, 53*: “*Quanta religione et laetitia commilitones cum provincialibus te praeunte diem imperii mei celebraverint, libenter, mi Secunde carissime, agnovi litteris tuis*”

¹³⁵ NOREÑA, op.cit., p.253.

¹³⁶ DICKEY, Eleanor. *Latin Forms of Address: from Plautus to Apuleius*. Oxford: Oxford University Press, 2002. Apud: NOREÑA, Carlos F. *The Social Economy of Pliny's Correspondence with Trajan*. American Journal of Philology: The Johns Hopkins University Press, 2007, p.253.

geralmente o cognome¹³⁷ –, o que nos aponta que o respeito e o tratamento dispensados por Trajano a Plínio realmente os colocavam mais como amigos do que como funcionários imperiais.

Mas um ponto ainda merece destaque: para consolidar um laço clientelar deve-se atender à premissa do “ter algo a *pedir* e alguma coisa a *oferecer*”. Paira em nosso imaginário a noção de que um imperador nada teria a *pedir* a um funcionário imperial. Contudo, essa proximidade entre Trajano e Plínio, o Jovem mostra o contrário, justamente porque ambos viam, no relacionamento clientelar, algo útil¹³⁸ a ambas as carreiras:

“It might be argued that Pliny was clearly a man of importance and that a Roman senator, consul, augur, and imperial legate did not require an extensive correspondence with the emperor in order to demonstrate his high status within the Roman élite (...) for it may have been one of Pliny’s aims to demonstrate to future generations that he was a close adherent not any emperor but specifically of Trajan. (...) For Trajan, as for any Roman emperor, public image was as important as a record of accomplishments and policies for the creation of a positive reputation among contemporaries and subsequent generations.”¹³⁹

Mostrar proximidade a um imperador com traços de reformador da *persona* e da *dignitas*¹⁴⁰; proclamá-lo como a encarnação do ideal senatorial de *civilis princeps*. Ser este imperador ilustrado com ótima reputação e com potencial de atingir uma imagem igual, se não superior a de Augusto. Esse jogo de impressões sociais, auto-representações, amizade íntima e acordos patronais, manifestados no Epistolário cruzado entre Plínio, o Jovem e Trajano, passa a ser melhor entendido quando conhecemos algumas particularidades e alguns assuntos do dia-a-dia desses mesmos personagens. Assim sendo, passamos a dar cor e vida a esses dois indivíduos, que, até aqui, foram tratados como peças estruturais de um pacto sócio-político.

¹³⁷ Carlos F. Noreña declara que o outro único caso em que um imperador utiliza o termo *carissime* em uma correspondência a um oficial, foi Marcus Aurélio a um procurador – Fronto. (NOREÑA, op.cit)

¹³⁸ Lembremos que é exatamente a idéia de *assistência mútua* que move um tipo de sistema como o patronato.

¹³⁹ NOREÑA, op.cit., pp.256-257.

¹⁴⁰ Essas duas noções significavam que a dedicação profissional, assim como a moralidade e a dignidade, deveriam pautar-se na benesse das magistraturas. (VENTURINI, op.cit., p.145).

1.6. Trajano e Plínio, o Jovem: dois homens e um ideal

1.6.1. *Marcus Ulpius Trajanus* (56 – 117 d.C)

Militar destacado, homem justo, cidadão honroso, *princeps* virtuoso e predestinado ao poder. Essas características, aliadas a um momento de grande expansão territorial, a políticas de “conciliação” e ao equilíbrio entre Imperador e Senado, formam o imaginário referente ao principado de Trajano. Tal é a construção positiva do período de 98 a 117 d.C que alguns autores o consideram como uma “antecipação fiel do ideal da cultura clássica e da latinidade como formou o humanismo”¹⁴¹. Notadamente, um dos maiores divulgadores dessas características positivas, com feições de tranqüilidade e preocupações com o esplendor do principado, foi Plínio, o Jovem, através de seus testemunhos – o Epistolário e o Panegírico¹⁴² a Trajano.

Contudo, como veremos no decorrer do trabalho, Plínio foi um intelectual e um porta-voz senatorial que, seguindo à risca os ensinamentos de seu mestre Quintiliano¹⁴³, portava-se como um indivíduo público que se adaptava às necessidades do momento para ocupar postos de prestígio na administração pública¹⁴⁴. Logo, devemos entender seus escritos a partir de seu posicionamento social, que teve influência na caracterização, feita por Plínio, de que aquele período – principado de Trajano – foi o momento em que a humanidade esteve mais próspera e feliz. Apesar desse cuidado com a forma que Plínio tratava dos assuntos do principado, temos vários exemplos posteriores a Plínio que disseminavam a imagem de um ótimo principado.

Quando nos deparamos com as saudações feitas pelo Senado a cada novo Imperador no século IV d.C, percebemos a forte tradição, cultivada durante séculos, em propagar o

¹⁴¹ PARATORE, op.cit., p. 681.

¹⁴² Foi inicialmente um discurso oficial de agradecimento ao cargo de cônsul – 1º de setembro de 100 d.C – intitulado de *gratiarum actio*. Esse longo texto ao Imperador Trajano foi reescrito e publicado mais tarde por Plínio, sendo conhecido hoje como o Panegírico de Trajano. (CORASSIN, op.cit., p.199).

¹⁴³ Nascido na Hispania Tarraconensis, e com sua formação em Roma, Quintiliano ganhou fama e prestígio como professor de retórica. Foi um dos mestres de Plínio, o Jovem, e existem alusões de que influenciou os estudos de Tácito. Após aposentar-se do cargo de cônsul, Quintiliano escreveu sua grande obra, a *Institutio Oratoria*, composta de doze livros com o objetivo de mostrar a formação perfeita de um orador – Cícero foi seu grande inspirador. Suas obras não tiveram grande impacto na posterioridade – em *de causis corruptae eloquentiae*, apresentou seus ódios e sua aversão a Sêneca –, mas é considerado como a raiz do Humanismo Formalista. (PARATORE, op.cit., p.699-701).

¹⁴⁴ HIDALGO DE LA VEGA, op.cit., p.105.

principado de Trajano como “próspero e feliz”. Aos novos soberanos desejava-se que superassem a *felicidade* do período de Augusto e a *excelência* de Trajano, pois a integridade e a virtuosidade do último eram exaltadas tanto pelos senadores¹⁴⁵ quanto pelo exército¹⁴⁶.

Tamanho foi o legado virtuoso de Trajano que, mesmo no período medieval, sua conduta tornou-se lendária. Em uma das narrações medievais que tratam da virtuosidade de Trajano, conta-se que, certa vez, uma viúva parou Trajano impedindo-o de seguir em uma campanha militar. A viúva implorou ao Imperador por justiça contra os assassinos de seu filho, e Trajano comunicou que seu caso seria cuidado após a volta da campanha, ao que foi surpreendido por um rápido questionamento da senhora viúva: “E se você não voltar?”. Trajano lhe respondeu que, se ele não voltasse, o seu assassino teria feito a coisa errada. Mas a viúva mesmo assim continuou: “E o senhor acha certo adiar a responsabilidade de fazer o bem?” – referindo-se ao julgamento dos assassinos de seu filho. Foi quando Trajano desmontou de seu cavalo, pensou e respondeu: “Descansar, soldados. Está claro para mim que este caso deve ser solucionado antes da minha partida. A justiça me chama e a compaixão me prende aqui”¹⁴⁷.

Justiça e Excelência. Vimos que palavras dessa natureza remontam à atmosfera tranqüila do principado de Trajano. Contudo, apesar dessa caracterização positiva do referido período, estudos recentes passam a questionar a validade de tal imagem. Toda a exaltação do governo, construída com base no desmerecimento de Domiciano, passa a ser revista quando estudiosos indicam que várias ações de governo de ambos os imperadores seguiam a mesma linha. Maria José Hidalgo de La Vega, no texto “*El Intelectual, la Realeza y el Poder Político en el Imperio Romano*”, chega a propor que o governo de Trajano foi mais autocrático e autoritário¹⁴⁸ que o de Domiciano. Todavia, foi mascarado por uma eficiente propaganda política que idealizava os traços de *libertas* e *moderatio*. Mesmo com esse aparato propagandístico, a autora acredita que não foi possível “esconder” as contradições e os resultados históricos do principado de Trajano.

Ao abordarmos a comparação entre Trajano e Domiciano no que se refere à *excelência* do principado, temos como objetivo indicar um dos principais contrapontos usados pelo

¹⁴⁵ Poucos imperadores, ou nenhum, foram mais afortunados em suas relações com o Senado romano. (MILLAR, Fergus. *El Imperio Romano y sus Pueblos Limítrofes*. Madrid: Ed. Castilla, 1973, p.42).

¹⁴⁶ BENNETT, op.cit., p.17.

¹⁴⁷ BENNETT, op.cit.

¹⁴⁸ HIDALGO DE LA VEGA, op.cit., p.108.

panegirista Plínio, o Jovem. Todo o culto imperial construído através das virtudes imperiais levava em consideração a real oposição entre um *optimus princeps* – Trajano – e os “tempos funestos de Domiciano”¹⁴⁹. Várias foram as maneiras buscadas por Plínio para passar a idéia de legitimação do poder de Trajano – *consensus universorum*, *adoptio*, virtudes, presságios. Contudo, ao criticar o passado – Domiciano – no intento de glorificar o presente, Plínio construía uma legitimação pautada na *renovação* imperial. Essa idéia soma-se a uma particularidade de Trajano: ele foi o primeiro imperador de origem provinciana. Tal fato o colocava em uma posição de dualidade política: de um lado, era visto como um *renovador*, representando as regiões periféricas de Roma; de outro, como alguém que merecia certa dose de *desconfiança*, justamente por não pertencer a uma família tradicional romana.

Em outras palavras, Trajano situava-se entre a *tradição* e a *inovação*¹⁵⁰. A primeira se constituía pela inspiração nos homens marcantes do fim da *rei publicae*; a segunda era como uma quebra dos preceitos tirânicos do governo de Domiciano. Muitos autores apontam as *Ep. X, 88, 89, 100* como exemplos do posicionamento em que os preceitos tradicionais mesclavam-se com o “por vir”:

“Desejo, *domine*, que este aniversário e tantos outros que virão tragam muitas felicidades a ti, e que, com saúde e força, você possa adicionar à fama imortal e à glória de tua reputação tuas novas realizações”.¹⁵¹

“Escrevo em reconhecimento de tuas orações, *mi Secunde carissime*. Que eu possa ter muitos aniversários felizes graças à prosperidade contínua de nossa *rei publicae*”.¹⁵²

Nota-se que Plínio, o Jovem, em sua carta, parabeniza mais um aniversário de Trajano – 18 de setembro –, o que era um costume em sinal de respeito a tal acontecimento. Deseja que “festividades” como essa voltem a acontecer e que Trajano consiga novas realizações, que seriam adicionadas às suas já boas reputação e glória. Temos, com isso, um pedido de *continuidade* do exercício de poder, visto que, com saúde e força, Trajano poderia conquistar

¹⁴⁹ HIDALGO DE LA VEGA, op.cit., p.111.

¹⁵⁰ HIDALGO DE LA VEGA, op.cit., p.123.

¹⁵¹ Plínio *Ep.X, 88*: “*Opto, domine, et hunc natalem et plurimos alios quam felicissimos agas aeternaque laude florentem virtutis tuae gloriam et incolumis et fortis aliis super alia operibus augebis*”.

¹⁵² Plínio *Ep. X, 89*: “*Agnosco vota tua, mi Secunde Carissime, quibus precaris, ut plurimos et felicissimos natales florente statu rei publicae nostrae agam*”.

novos feitos para ele e, por conseguinte, para o Império. Contudo, é na *Ep. X, 89*, a resposta de Trajano, que fica mais explícito o meandro entre tradição e inovação. O *princeps* agradece pela felicitação feita por Plínio reforçando as esperanças de que possa comemorar outras datas como essa. Por fim, declara que isso poderia acontecer graças à prosperidade contínua da *rei publicae*. Podemos entender essa exaltação final do status próspero da *rei publicae* como um manifesto em respeito ao antigo; a tradição que modelos dessa Instituição – Camilos, Cipiões, Fabricios, também as dualidades entre César e Bruto, Casio e Sexto Pompeu¹⁵³ – construíram em prol de um bem maior, que agora, no principado de Trajano, poderia alcançar o esplendor.

Se realmente foi essa a intenção de Trajano ao escrever a carta, ou se apenas cumpriu com o protocolo de agradecimento, dificilmente saberemos responder. Todavia, foi este jogo de imagens – a de um *princeps* respeitoso às leis, vinculado aos personagens do fim da República e antônimo da *dominatio* de Domiciano¹⁵⁴ – que Plínio, o Jovem preocupou-se em passar em seu Panegírico e em seu Epistolário. Entendemos que, em grande medida, a contraposição construída em torno de Trajano – respeitador das *tradições* e *inovador* no que tange a seu predecessor – tem como objetivo passar uma imagem segura de um soberano que não ostentava uma linhagem tipicamente *imperial*.

Um ponto interessante nessa discussão é entendermos que, apesar de Trajano¹⁵⁵ não pertencer a uma família aristocrática tradicional, sua linhagem era detentora de muitas posses e pertencente ao segmento equestre, que, desde o final século I d.C, vinha ocupando cargos de magistraturas locais e funções provinciais e municipais. Tais riquezas familiares eram necessárias para que os indivíduos pudessem almejar a carreira pública, carreira que o pai¹⁵⁶ natural de Trajano trilhou nos governos de Vespasiano e Tito. Já o acúmulo de posses da família de Trajano, acredita-se, provinha da comercialização de óleo, e foram, talvez, aumentadas com alianças de casamentos¹⁵⁷.

¹⁵³ HIDALGO DE LA VEGA, op.cit., p.106.

¹⁵⁴ HIDALGO DE LA VEGA, op.cit.

¹⁵⁵ Ao detalharmos a nomenclatura oficial de Trajano encontramos algumas informações: quanto ao seu *praenomen*, ou nome pessoal, *Marcus*, era um nome comum por todas as regiões do mundo romano. O *gentilicium Ulpus* é cognato do latino *Iupus* (lobo) e provavelmente deriva do grupo lingüístico itálico do Osco-Umbrio. Seu *cognomen Trajanus* o diferenciava de quaisquer parentelas que possuísem o mesmo *praenomen*. Isso nos indica que sua linhagem paternal, da *gens Ulpia*, fixou-se na Itália (Santiponce), no sul da Hispania, a alguns quilômetros de onde hoje se encontra Sevilha. (BENNETT, op.cit., p.18, 21)

¹⁵⁶ *M. Ulpus Trajanus pater* foi um homem de destaque nos governos de Vespasiano e Tito. Podemos relacionar algumas indicações de seu *cursus honorum* que compõem a obra *Trajan Optimus Princeps* de Julien Bennett: procursul da Baetica (60 d.C); *legatus legionis X Fretensis* na Síria (67 d.C); *suffect consul* (70 d.C); *legatus Augusti* da Capadócia (70 d.C); *legatus Augusti* da Síria (73 d.C); *sadalis flavialis* (79 d.C).

¹⁵⁷ BENNETT, op.cit., p. 23.

O que fica claro é a posição proeminente da *gens* a que Trajano pertencia – *Ulpia* –, caracterizados como uma “elite provincial” que, provavelmente, chegou a Roma através das reformas políticas de Augusto. Apesar dessas reformas, o acesso ao poder era garantido a poucas pessoas, havendo a necessidade de passar por alguns ritos de aceitação social. Acredita-se que essa etapa foi alcançada pela família de Trajano no ano 73 d.C, quando seu pai foi “acolhido” como um *patrício* e apontado como *quindecemuir sacris faciundis*¹⁵⁸. Com a concessão de seu pai, o jovem Trajano conseguiu aumentar o seu acesso aos círculos políticos de sua época, dando início ao seu *cursus honorum*. Lembremos que poucas eram as formas de mobilidade social capazes de elevar um indivíduo a cargos de destaque na estrutura política romana – basicamente o patronato, as indicações e o destaque militar conduziam ao ingresso na política. Dessa forma, utilizando-se desses aparatos, nos anos 74 e 75 d.C, com apenas 18 anos, Trajano entra como *vigintivir*, partindo, em seguida, para a seção que o tornaria conhecido: as legiões (legião da Síria, começando como *tribunus laticlavus*).

Em pouco tempo, as características militares de Trajano, que são lembradas até os nossos dias, apareceram, ao passo que, em apenas dez anos de serviço público, *Trajanus* destacou-se de *tribunus laticlavus* da legião da Germânia para *legatus legionis VII Geminae*. Essa rápida crescente passou também pelas funções de questor (81 d.C) e de pretor (86 d.C), degraus importantes para alcançar o comando total contra a revolta de Saturnino (89 d.C). Tal campanha punitiva que Trajano levou a cabo com sucesso rendeu-lhe o cargo de cônsul (91 d.C), e é considerada como uma *abre-portas* para a futura *adoptio* de Nerva como seu sucessor no comando de todo o Império.

Santiago Montero, em seu texto “*Trajano y la Advinación: Prodígios, Oráculos y Apocalíptica en el Imperio Romano (98-177 d.C)*”, refere-se à vitória alcançada contra Saturnino como a única ação militar de destaque que conhecemos do período pré-Imperial de Trajano¹⁵⁹. O fato é que tal campanha elevou a figura de Trajano até os cargos de cônsul, de *legatus Augusti* da Germânia Inferior e Superior (92/93 d.C) e de *legatus Augusti* da Panônia (95/96 d.C)¹⁶⁰. Toda essa ascendência no *cursus honorum* proporcionou uma atmosfera em que a imagem de Trajano era admirada tanto pelo segmento do exército como do Senado. Entretanto, entre a admiração pelo seu comportamento militar e sua adoção formal como o sucessor do Império Romano, ficam dúvidas que Santiago Montero enquadra no âmbito dos

¹⁵⁸ BENNETT, op.cit., p. ix.

¹⁵⁹ MONTERO, op.cit., p.24.

¹⁶⁰ BENNETT, op.cit., p. ix.

presságios e prodígios. Com relação a isso, o posicionamento desse autor é: se a destacada posição militar fosse a única condição para Nerva adotar um novo Imperador, Trajano seria mesmo o escolhido?¹⁶¹ Em toda a amplitude do Império não existiriam outros nomes de peso no exército capazes de assumir o governo?

Esses apontamentos adentram na esfera religiosa que emanava no mundo romano e que possuía real força nas decisões tomadas. Retomemos agora o início deste trabalho, momento no qual destacamos a dúvida que pairava sobre a existência de *phantasmata*, levantada por Plínio na *Ep. VIII, 27*. Depreendemos dessa dúvida a crença que os integrantes de camadas superiores tinham em assuntos *imateriais* – “si la aristocracia romana y, en general, las clases sociales superiores no ocultaron su fe en el carácter premonitorio de los sueños tampoco la plebe renuncio a este medio de comunicación con los dioses”¹⁶². Logo, se Nerva buscou adotar o melhor sucessor entre os homens, poderia ter levado em conta, além dos fatores políticos e militares, as opiniões divinas e os fatores astrológicos.

Reforçamos que a idéia dessa abordagem é a de mesclar um aparato *imaterial* – prodígios, interpretações divinas – com instrumentos *materiais* – relações de amizade, guerras, patronato –, que, ao interagirem, dão-nos base para construirmos a trajetória de Trajano ao poder e sua posterior imagem de soberano virtuoso. Sabendo que o *princeps* Trajano foi seguidamente comparado a Júpiter, inclusive compartilhando o epíteto de *Optimus* e sendo considerado o “agente de Júpiter sobre a terra”¹⁶³, entendemos a importância da abordagem *imaterial*. Somada a isso, temos a noção de um *princeps* que, apesar das comparações com o tradicional protetor de Roma, mantinha intocável a sua qualidade de humano – não divino –, o que nos chama a atenção para as ações *materiais*. Supomos, dessa forma, que a mescla dessas características nos fornece maior parâmetro para discutir o principado, os personagens envolvidos e a sua condição virtuosa.

¹⁶¹ MONTERO, op.cit.

¹⁶² MONTERO, op.cit., p.35.

¹⁶³ MONTERO, op.cit., p.29.

1.6.1.1. Apoio Material e Imaterial na Ascensão de Trajano

Iniciemos a discussão com uma revelação e um presságio transmitidos por dois indivíduos diferentes: o pai de Trajano e o historiador grego Dion Cássio. No ano de 80 d.C, Trajano *pater* exercia o cargo de pró-cônsul na Ásia Menor quando foi surpreendido por uma revelação dada pelo Oráculo de Dídima: seu filho assumiria o trono de Roma na condição de “senhor do universo”¹⁶⁴. Podemos contestar essa “visão” como duvidosa, visto que provinha de um pai e que o período era de transição imperial – morte de Vespasiano (69-79 d.C) e ascensão de Tito (79-81 d.C). Entretanto, devemos lembrar que, naquele momento – segunda metade do século I d.C –, os presságios não necessitavam de explicações, ainda mais se eles se confirmassem depois¹⁶⁵. Colocaríamos um peso exacerbado nesse fato se o considerássemos decisivo para que, dezoito anos depois, Trajano assumisse o Império Romano. Contudo, esse não foi o único fator *imaterial* da chegada de *Trajanus* ao poder. Anos depois, Dion Cássio relatou uma notícia que causara estranheza:

“Falou-se que alguns sinais de envenenamento apareceram para Ulpio Trajano e para Acílio Glabário quando estes entraram para o consulado; a Glabário anunciava a destruição, porém, a Trajano, a ascensão ao poder imperial”.¹⁶⁶

Pelo momento retratado nessa Epístola, tratava-se do ano de 91 d.C quando Trajano compartilhava o consulado com Glabário. Claramente, Dion Cássio aponta quase uma predestinação ao trono por parte de Trajano. Eram sinais que teriam acontecido sete anos antes da saída de Domiciano do poder. Este também participava, segundo Suetônio, das notícias ligadas à *imaterialidade*, pois anunciara, em seus últimos dias de vida, um sonho¹⁶⁷ no qual os futuros imperadores seriam melhores devido à *moderatio* – característica encontrada em Trajano. Lembremos que o relato de Dion Cássio é posterior ao principado de Trajano – século III d.C. Apesar disso, a legitimação através de *sinais* não se torna

¹⁶⁴ MONTERO, op.cit., p.15.

¹⁶⁵ MONTERO, op.cit., p.16.

¹⁶⁶ MONTERO, op.cit.

¹⁶⁷ De acordo com o testemunho de Suetônio: “(...) sonhou que uma corcunda de ouro se formara em sua nuca, e que, dela, recebeu a informação de que a condição do Império seria, depois dele, mais próspera e florescente, como, de fato, sucederam, com graça e moderação, os imperadores que o sucederam” (“*Ipsum etiam Domitianum ferunt somniasse gibbam sibi pone cervicem auream enatam, pro certoque habuisse beatiorem post se laetiorumque portendi rei p. statum, sicut sane breui euenit abstinentia et moderatione insequentium principum*”). (MONTERO, op.cit., p.17).

inconsistente. Mesmo passados alguns anos, a força desse Imperador estava viva nos documentos redigidos por pessoas públicas, reafirmando que a figura do *princeps Trajanus* foi um forte exemplo aos governos posteriores.

Dion Cássio; Domiciano, através dos registros de Suetônio; seu próprio pai. Imaginações e relatos de figuras fortes como essas estiveram ligadas, de uma forma ou de outra, aos presságios e sonhos em torno da ascensão de Trajano. Porém, Plínio, como o grande divulgador da ideologia imperial e da imagem de Trajano, ficou com a incumbência de relatar o maior de todos os presságios que envolveram o acesso do *princeps* ao poder. No começo de 97 d.C, em uma de suas idas ao Capitólio, Trajano, acompanhado de seu batalhão, foi surpreendido com as revelações dos auspícios:

“Os outros príncipes tiveram como presságio a abundância de sangue de suas vítimas ou o vôo para a esquerda das aves. A ti, ao contrário, quando subias como de costume ao Capitólio, receberam como se já fosses um príncipe, aclamado pelos cidadãos.”¹⁶⁸

Podemos, através desse testemunho, concluir que Trajano fora aclamado antes mesmo de sua adoção por parte de Nerva – a *adoptio* aconteceu apenas em 27 de outubro de 97 d.C. A aclamação precoce seria o ponto final de quaisquer dúvidas a respeito da predestinação ao poder, visto que não apenas os presságios divinos haviam se manifestado, mas agora estava atestada a sua legitimidade *terrestre* – aclamação dos cidadãos. Nenhum dos imperadores que antecederam a Trajano foram aclamados pela população antes de realmente ganharem a legitimação dos auspícios. Trajano, diferentemente de todos, foi acolhido pela população, conseguiu a *aclamatio praetoriana* e a legitimação divina, e isso tudo *antes* de se tornar legitimamente Imperador. Por esses motivos, e por Trajano recusar¹⁶⁹ o título de *imperator* antes de assumir tal posição, foi que Plínio viu, nesse presságio, a prova sem contestação de que *Trajanus* era o “escolhido” – “Agora é evidente que nosso príncipe foi nomeado por decisão divina”.¹⁷⁰

¹⁶⁸ Plínio, *Pan* 5, 3-4: “Nam ceteros principes aut largus cruor hostiarum aut sinister volatus avium consulentibus nuntiavit; tibi ascendenti de more Capitolium quamquam non id agentium civium clamor ut iam principi occurrit.”

¹⁶⁹ Ao recusar ser aclamado *Imperator* pela multidão antes de o ser de fato, Trajano estaria dando mostras de sua *moderatio* e, assim, confirmando o sonho de Domiciano.

¹⁷⁰ Plínio, *Pan*. 1, 4-5: “Non enim occulta potestate fatorum, sed av Ioue ipso coram ac palam repertus, electus est”.

Com o intuito de facilitar a compreensão dessas características especulativas e *imateriais*, o historiador Santiago Montero montou, em seu texto *Trajano y la Advinación: Prodígios, Oráculos y Apocalíptica en el Imperio Romano (98-177 d.C)*, um quadro¹⁷¹ no qual constam as principais ocorrências relatadas:

ANO	TIPO DE SIGNO	SIGNIFICADO
78/80 d.C	Consulta ao Oráculo de Dídima	“senhor do universo”
91 d.C	Envenenamentos	Poder a Trajano, morte a Glabarion
96 – out. 97 d.C	Especulações astrológicas?	Sucessor de Nerva
97 d.C	<i>Omnen</i> do Capitólio	<i>imperator</i>

Cada um desses presságios aponta para uma situação que deixava clara a chegada de Trajano ao poder. Entretanto, acreditamos que todos os presságios dificilmente sustentar-se-iam por eles mesmos. Ou seja, havia a necessidade de um aparato *material* que, aliado às adivinhações, proporcionava a legitimação do poder imperial e o consequente imaginário virtuoso em torno do *princeps* Trajano.

Dessa forma, vemos a necessidade de discutir alguns dos meios *materiais* que adornaram a figura de Trajano, da chegada ao poder até o seu exercício. Lembremos que, ao assumir o Império Romano, Trajano trazia consigo as raízes de um “estrangeiro”, fato que, enquanto alguns autores consideram como importante delineador da sua política centrada em expansões provinciais, outros vêem como normal para o período, visto que a aristocracia tradicional estava sendo suprimida pela nova aristocracia. Mesmo com os embates entre a aristocracia tradicional e a nova aristocracia, Trajano, diferentemente de vários de seus antecessores, assumiu uma postura cuidadosa em relação aos homens do Senado, visto que eles ainda representavam um dos poderes de Roma. Utilizando-se de uma de suas qualidades – moderação –, Trajano prostrou-se diante do Senado, assumindo que: “dando àqueles velhos

¹⁷¹ MONTERO, op.cit., p.25.

rapazolas o acréscimo dum respeito formal com que a sua vaidade se possa ostentar satisfeita, conquistará seus corações para sempre.”¹⁷²

Podemos nos perguntar se essa foi uma atitude sensata frente ao segmento que, apesar de fraco naquele momento, ainda proporcionava legitimidade e base de apoio aos imperadores. Entretanto, Trajano detinha duas “armas” que lhe davam suporte para pensar daquela maneira: o amplo apoio do segmento militar e o suporte propagandístico de um dos novos homens, Plínio, o Jovem. Esses dois apontamentos são o que entendemos como *apoio material*, ou seja, algo que não transcendia a realidade, fatos concretos de uma sociedade marcada pelos movimentos militares e apoios pessoais. Sendo assim, atenhamo-nos primeiramente à questão militar.

No mesmo momento em que o Senado não ostentava mais a importância que possuía no período republicano, o apoio militar ganhou tanto espaço que a legitimação frente aos senadores foi preterida à legitimação frente às tropas – *aclamatio praetoriana*. No caso do imperador Trajano, sua experiência e sua liderança nesse segmento serviram como catalisadores na legitimação e no apoio das tropas. Deve-se entender que o apoio das forças legionárias não fora conseguido apenas no ambiente dos campos de batalha, pois Trajano mostrou seu comprometimento em querelas que envolviam seus soldados em questões administrativas. Temos, no epistolário de Plínio, alguns exemplos das atitudes que tornaram possível a construção de uma imagem de líder militar moderado:

“*Publius Accio Aquila, domine*, um centurião da sexta ‘corte’ da cavalaria auxiliar, pediu que lhe enviasse uma petição implorando pelo status¹⁷³ de cidadã para sua filha. Era difícil recusar, especialmente sabendo que você fica prontamente compassivo em ouvir as petições de teus soldados”.¹⁷⁴

Ora, notamos que o comprometimento de Trajano com seus soldados era evidente, chegando até mesmo a comprometer-se com questões de ordem particular – cidadania de filhos. Assim, podemos entender alguns dos motivos pelos quais as legiões receberam tão

¹⁷² PARATORE, op.cit., p.750.

¹⁷³ Talvez uma criança ilegítima, ou uma *peregrina*; se o homem era cidadão, seus filhos legítimos também seriam cidadãos.

¹⁷⁴ Plínio, Ep. X, 106: “*Rogatus, domine, a P. Accio Aquila, centurione cohortis sextae equestris, ut mitterem tibi libellum per quem indulgentiam pro statu filiae suae implorat, durum putavi negare, cum scirem quantam soleres militum precibus patientiam humanitatemque praestare*”.

bem a Trajano – a imediata *aclamatio praetoriana* –, visto que seu empenho para com eles era efetivo:

“Li a petição que você remeteu em favor de *Publius Accius Aquila*, centurião de sexta ‘corte’ da cavalaria, e concedi sua petição. Assim, dei cidadania para sua filha e lhe envio uma cópia da ordem para repassar a ele”.¹⁷⁵

Atitudes como essa, aliadas às suas vitórias e à prosperidade nos campos de batalha, renderam-lhe inúmeros títulos e saudações. A fama de conquistador militar passou a influenciar na gradual aceitação senatorial, visto que, frente às legiões, o respeito já estava consolidado. Vimos que, desde antes de se tornar *imperator*, Trajano exerceu cargos militares – *legatus legionis VII Geminae*¹⁷⁶ –, o que lhe deu notoriedade. Contudo, a *fama* de conquistador se deu após o ingresso no poder imperial. Foram as campanhas contra os dácios¹⁷⁷ em 101-102 e 105-106 d.C e, principalmente, contra os inimigos tradicionais dos romanos, os partos em 117 d.C, que originaram os títulos e a construção da imagem de um imperador expansionista. Foi após o triunfo da primeira guerra contra os dácios que Trajano recebeu o título de *Dacicus*, conseguindo, através do Senado, a sua nova rubrica: SPQR OPTIMO PRINC(ipi)¹⁷⁸ – (S)enatus (P)opulus(q)ue (R)omanus.

Certamente as campanhas contra os dácios e os partos ganham maior relevância nos estudos sobre as batalhas que ocorreram durante o principado de Trajano. Entretanto, o ímpeto expansionista do *princeps* gerou vários outros combates e dominações¹⁷⁹ no decorrer de seu comando. Antes de partir para suas “grandes investidas”, Trajano fundou uma colônia na Numídia e, longe dali, um acampamento militar em Lambesa, para controlar as vias de

¹⁷⁵ Plínio, *Ep. X*, 107: “*Libellum P. Accii Aquilae, centurionis sextae equestris, quem mihi misisti, legi; cuius precibus motus dedi filiae eius civitatem Romanam. Libellum rescriptum, quem illi redderes, misi tibi*”.

¹⁷⁶ Lutou na Revolta de Saturnino, saindo vencedor. Logo no ano 92 foi apontado como *legatus Augusti* das duas Germânicas – Inferior e Superior. Em 96 d.C já era tido como *legatus Augusti* da Panônia.

¹⁷⁷ Essas guerras travadas contra os dácios tiveram como finalidade fortificar as fronteiras, e também foram condicionadas pelas grandes riquezas de ouro e prata. As fontes diretas acerca desse acontecimento foram perdidas. Logo, o estudo tende a limitar-se aos extratos de Dião Casio. Outro registro utilizado é o estudo da “Coluna de Trajano”, onde as figuras esculpidas formam um testemunho da enérgica e qualificada atuação dos dácios frente a todos os outros povos da antiguidade. (MILLAR, *El Imperio Romano ... op.cit.*, p 256)

¹⁷⁸ BENNETT, *op.cit.*, p.11.

¹⁷⁹ Podemos pensar que não existiam focos de resistência contra os romanos, porém, na segunda campanha contra os dácios, temos um exemplo de um intento em formar uma confederação de povos, liderada pelos dácios, que estavam ameaçados pelo poderio romano. Porém, essa situação não durou muito tempo, visto que Decébalos – rei dos dácios – teve sua cabeça cortada e enviada a Roma. (MILLAR, *El Imperio Romano ... op.cit.*, p.255).

acesso ao Saara¹⁸⁰. Esses postos mostram outra faceta de Trajano, pois evidenciam sua preocupação com os pontos de abastecimento, tais como o Egito¹⁸¹ e a África. Por isso, criou, nessas regiões, colônias como Thamugadi e Cuicul, para manter o controle do arrecadamento de grãos. Todos os esforços que Trajano demonstrou em relação a essas colônias mostram algumas das localidades-chave para que a política expansionista pudesse lograr sucesso. Com o controle desses locais – a partir de 106 d.C –, o Império Romano passou a contar com posições estratégicas para intervir/vistoriar as caravanas vindas da Pérsia, da Síria e do Egito, além de adotar uma nova rota pelo Mar Vermelho, estabelecendo contato com a *Terra dos elefantes* – Somália – e com a Índia¹⁸².

Notamos que são inegáveis a formação militar e, conseqüentemente, a legitimação dada a Trajano por esse segmento tão importante do principado romano. Tendo o apoio pretoriano em sua maneira de governar, restava conseguir os votos de confiança dos magistrados romanos. É dessa forma que o segundo “*apoio material*”, ou seja, o suporte propagandístico de Plínio, o Jovem ganha força e destaque na legitimação pública senatorial. Vimos que o relacionamento do Imperador com o Senado apresentava características de cordialidade. Contudo, apesar dessa imagem de prosperidade e paz interna, sabe-se que conflitos entre poder imperial e grandes proprietários aristocráticos existiram. Esses conflitos não foram retratados de maneira acintosa nos testemunhos deixados por Plínio, o Jovem, os quais, devido à natureza laudatória e patronal, possuem a finalidade de exaltação do poder imperial.

Dessa forma, é importante salientar que, assim como o período de *tranqüilidade* propagado por Plínio não teve início no principado de Trajano, os conflitos entre poder imperial e grandes proprietários aristocráticos também não tiveram sua gênese nesse momento. Foi com Nero (54 a 68 d.C), e posteriormente Domiciano (81 a 96 d.C), que os conflitos entre os poderes imperial e aristocrático foram maiores. Essa oposição resultou em perseguições, confiscos de bens e processos capitais, aos quais os senadores foram submetidos¹⁸³. Porém, no principado de Trajano, em que a nova aristocracia – camada urbana mais abastada – ganhava espaço, esses conflitos foram de menor amplitude. Isso pode ser entendido pelo fato de que Trajano possuía uma visão mais aberta dos problemas provinciais

¹⁸⁰ CHIC GARCIA, op.cit., p.18.

¹⁸¹ O Egito era o maior fornecedor de trigo para a distribuição gratuita dos grãos à população pobre – Lei Frumentária.

¹⁸² CHIC GARCIA, op.cit., p.19.

¹⁸³ CORASSIN, op.cit.

romanos, sabendo que o Império não girava mais em torno da preponderância da cidade de Roma. Muitos dos novos aristocratas eram advindos de famílias de origem equestre e buscavam seu espaço no cenário político romano. Uma dessas famílias foi exatamente a de Plínio, o Jovem – escritor, governador, cônsul e *idealizador* da figura de Trajano.

1.6.2. *Gaius Plinius Caecilius Secundus* (61 – 113? d.C)

Nascido por volta de 61 d.C, pertenceu a uma família abastada, que lhe proporcionou ótimos estudos. Ganhou o epíteto de Jovem por ser sobrinho, por parte de mãe, e filho adotivo de Plínio, o Velho¹⁸⁴, que morreu no incidente do Vesúvio, relatado por Plínio, o Jovem¹⁸⁵. Seus estudos começaram na linha da retórica e das leis, tendo Quintiliano e Nicetas de Esmirna como seus principais orientadores. Seus escritos estão carregados de influências de Quintiliano, principalmente na sua maneira “elogiosa” de escrever – alguns autores, como María José Hidalgo de La Vega, consideram essa forma de escrita como “colaboracionista”¹⁸⁶. Não tardou para iniciar sua carreira de advogado – aos dezoito anos – e, em pouco tempo, conseguiu uma rápida ascensão no *cursus honorum*: começou como questor no reinado de Domiciano (91 d.C) – cuidava do tesouro público –, passou, no ano seguinte, a tribuno da plebe e, em 95 d.C, a pretor – administrador da justiça.

Todavia, é com a rápida passagem de Nerva pelo poder do Império e, posteriormente, com o governo de Trajano, que Plínio alcançou cargos de destaque e de influência, capazes de *legitimar* as ações de um Imperador. As transições no ambiente público propiciaram a Plínio tanto a formação de uma rede de amigos quanto conhecimentos de amplitudes diversas.

¹⁸⁴ Plínio, o Velho (23 a 79 d.C) desempenhou várias funções civis que o mantiveram perto dos imperadores – Vespasiano e Tito –, tendo também exercido a função de oficial de cavalaria na Germânia. Escreveu diversas obras, mas a única obra que chegou até nós foi *Naturalis Historia*, em que o autor discorre sobre o cosmo, a geografia, a antropologia, a zoologia, a botânica, a mineralogia, a história da arte e etc. (PARATORE, op.cit., p. 688).

¹⁸⁵ Algumas cartas que compõem o corpo epistolar da produção de Plínio, o Jovem referem-se a seu tio: Ep. I, 1, 19; Ep. III, 5; Ep. V, 5, 8; Ep. VI, 1, 2, 16, 20. (PLÍNIO, O VELHO. *Historia Natural I-II*. Trad: Antonio Fontán, Ana Maria Moure Casas. Madrid: Editorial Gredos, 1995, p.11).

¹⁸⁶ Ao caracterizar Plínio, o Jovem como “colaboracionista”, María José Hidalgo de La Vega traz a idéia de que o personagem não apresentava um posicionamento *crítico* em relação ao governo vigente. Quando Plínio, o Jovem estava submetido ao poder de Domiciano, nem levantava nenhuma crítica nem posicionava-se contrário às atitudes do governante. Porém, com a saída de Domiciano do poder e a entrada de Nerva/Trajano, começam as críticas e o rebaixamento da figura do antecessor – “Plínio deveu muito do seu êxito no *cursus honorum* a Domiciano, entretanto, não é essa a impressão que seus escritos deixaram.”. (NOREÑA, op.cit., p. 256).

Essa rede de amigos formou-se através de gostos e idéias em comum, além das afinidades pessoais que acabaram marcando as tendências do pensamento político, filosófico e literário do *saeculum Traiani*¹⁸⁷. Tal fato pode ser explicado pela proximidade com indivíduos como Tácito, Suetônio e Marcial, os quais, juntamente com vários outros amigos – vide os nove livros de epístolas –, proporcionaram a Plínio o contato com e a apreciação das letras gregas.

O contato com a cultura grega é visto por alguns autores como uma tentativa de emular¹⁸⁸ o maior dos oradores, Cícero. Essa aproximação já era observada nos tempos do próprio Plínio, o Jovem, pois Marcial¹⁸⁹, em seus epigramas, apontava idéias nessa linha, como notamos nos seguintes versos:

“Ele dedica os dias inteiros à exigente Minerva,
enquanto prepara para os ouvidos dos centúviro
algo que as gerações vindouras poderão comparar
com as obras do Arpinte.”¹⁹⁰

Apesar do epigrama responder a uma necessidade de cliente e patrono¹⁹¹, podemos analisá-lo verso a verso para compreendermos o que Marcial sugeriu. No primeiro verso, entendemos que Plínio dedicava seus dias à exigente deusa das Artes e Sabedoria – o uso do

¹⁸⁷ SANCHÉZ, op.cit., p.18.

¹⁸⁸ As discussões atuais entre os historiadores têm levado em consideração uma distinção conceitual em relação a alguns termos que antes eram agrupados em apenas uma categoria. Um exemplo destas novas interpretações diz respeito ao termo *imitatio*. De acordo com Elena Torregaray Pagola, há a necessidade de delimitar a aplicação dos conceitos *imitatio*, *aemulatio* e *comparatio*: “Así, la *imitatio* implicaría un deseo consciente por parte del imitador de plagiar los modos y actuaciones de Alejandro; la *aemulatio*, por su parte, consistiría en el deseo de alcanzar o incluso superar las obras de Alejandro pero sin imitarle necesariamente; y finalmente, la *comparatio*, respondería a la acción de terceras personas, fundamentalmente los autores de las fuentes clásicas (...)”. (PAGOLA, Elena Torregaray. *La Influencia del Modelo de Alejandro Magno en la Tradición Escipiónica*. Universidad Complutense: Gêrion, 2003, p.140). Esse apontamento conceitual nos dá base para situar a questão acerca da tentativa de Plínio, o Jovem em *emular* o orador Cícero.

¹⁸⁹ Nascido na Hispania Tarraconensis, Marcial (39 a 104 d.C) buscou uma “mão bondosa” para tirar-lhe da pobreza. Foi inscrito na ordem dos equestres por Tito, o que não foi suficiente para sair da indigência. Seus epigramas trouxeram a popularidade, mas não o bem-estar esperado, pois as camadas ricas viam seus versos mais como difamatórios do que de qualidade. (PARATORE, op.cit., p.704).

¹⁹⁰ Marcial 10.20.14-27: “Totos dat tetricae dies Minervae, / dum centum studet auribus uirorum, / hoc quod saecula posterique possint / Arpinis quoque comparare chartis”. Tradução. de Paulo Sérgio Ferreira, em Marcial, *Epigramas*, vol. IV (Lisboa 2004) p.31. Apud: PEREIRA, Virgínia Soares. *Plínio e a Sombra Tutelar de Cícero*. Ágora. Estudos Clássicos em Debate 8, 2006, p.79.

¹⁹¹ PEREIRA, Virgínia Soares, op.cit., p. 80.

*otium*¹⁹². Ao dizer que Plínio buscava o conhecimento nos estudos, e passava-os aos magistrados – *centúviro*s – através do domínio da retórica – *ouvidos dos centúviro*s –, Marcial apontava para a idéia de que as gerações vindouras poderiam comparar Plínio com os livros/conhecimentos de Cícero – *Arpinte* refere-se à localidade de Arpino, onde nasceu Cícero. Apesar dessa clara comparação com Cícero, Plínio revelou, em suas cartas, a plena consciência de que os tempos haviam mudado, e tal comparação era impossível¹⁹³. Apesar da conhecida distância, em termos oratórios, entre os dois personagens, vários são os estudos que apontam para o modelo ciceroniano encontrado nas cartas de Plínio, o Jovem: “Plínio alude aos textos – *de Cícero* – seja se utilizando do modelo ou reciclando a linguagem a fim de modelar a escrita individual”¹⁹⁴. Além dos estudos referentes à linguagem e aos modelos literários comuns – ou emulados –, temos as tentativas de comparar as “vidas” de Cícero e Plínio, o Jovem:

“Plínio e Cícero: vidas (quase) paralelas. Um e outro tiveram a sorte de nascer no seio de uma família da ordem eqüestre, que lhes proporcionou os meios necessários a uma formação intelectual e moral de elevado nível. Ambos se prepararam, através de estudos na área do direito e da retórica, para o exercício de funções de relevo como a de advogado (*patronus*), a profissão que abria então o caminho ao exercício de outras funções públicas. Ambos passaram pela experiência militar (obrigatória) e ambos se revelaram pouco atraídos por ela. Prosseguiram, depois, a carreira da vida percorrendo todos os degraus do *cursus honorum* e, por essa via, ingressando na política. Alcançado o topo da carreira política (o consulado), ambos exerceram funções na qualidade de governadores de uma província na Ásia Menor (Cícero na Cilícia, Plínio na Bitínia-Ponto), ambos foram encarregados por provinciais de fazer a sua defesa em tribunal, ambos ocuparam o honroso cargo de áugure”¹⁹⁵.

Adicionadas a essas semelhanças, temos ainda as circunstâncias de que ambos – Plínio, o Jovem e Cícero – estiveram muito próximos dos “senhores do mundo” do seu tempo. Cícero com César, Pompeu e, por um breve momento, com Octávio; Plínio com Domiciano,

¹⁹² O *otium* esboçava o ideal de vida retirada, para se consagrar aos estudos. Na Epístola I, 22 encontramos a expressão *studiosum otium*, ou seja, a ligação entre estudos e “ócio” era essencial para a produção de um literato/estudioso. (ROCHA PEREIRA, Maria Helena da. *Estudos de História da Cultura Clássica*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1992, p.385).

¹⁹³ Plínio, o Jovem transcreveu um trecho do epigrama de Marcial na carta XXI do Livro III, em que noticia o falecimento do poeta e seu reconhecimento para com ele.

¹⁹⁴ MARCHESI, Ilaria. *The Art of Pliny's Letters. A Poetic of Allusion in the Private Correspondence*. Cambridge University Press, 2008, p.218.

¹⁹⁵ PEREIRA, Virgínia Soares, op.cit., p. 81.

Nerva e Trajano. Foi a proximidade entre Plínio, o Jovem e Trajano que delineou toda a propaganda política em torno do poder imperial do principado. Como dito anteriormente, era necessário compreender algumas particularidades desses indivíduos para entendermos a construção dos laços de clientelismo/patronato que os envolviam. Notamos, com isso, que a necessidade de legitimar-se perante o Senado foi possível devido ao hábil manuseio propagandístico de Plínio e à relação de *fides* e *amicitia* construída através dos aparatos morais, econômicos e sociais – *confiança mútua* – capazes de dar cor ao pacto firmado entre os dois.

Podemos afirmar que o poder, a autoridade e a legitimidade do imperador Trajano – assim como de qualquer outro governante – dependem, em grande escala, da *crença* dos subordinados, e essa *crença* em Trajano foi formada, entre outras coisas, pelo uso de virtudes na modelagem da imagem pública construída por Plínio, o Jovem¹⁹⁶. Em uma das cartas do Epistolário – *Ep. III, 21* –, Plínio escreveu para seu amigo Cornélio Prisco uma dedicação à morte de Marcial – poeta epigramático –, que, como vimos anteriormente, havia escrito um epigrama em sua homenagem. O fato que chama a atenção nessa carta, e que ilumina as discussões futuras, é algo tocante àquela *crença*, a necessidade de formar um ideal que ultrapasse os limites do tempo. Ou seja, a vontade de propagar uma imagem modelar. Dessa maneira, interpretemos as palavras que Plínio dirigiu à memória póstuma de Marcial como se elas se encaixassem nos discursos proferidos à exaltação do ideal de Plínio – a imagem virtuosa do *princeps Trajanus*: “*O que mais se pode dar a um homem do que um tributo que lhe trará fama e imortalidade? Talvez você possa me perguntar se estes versos serão imortais, talvez não, mas ele os escreveu com esta intenção*”.

¹⁹⁶ NOREÑA, op.cit., p.260.

SEGUNDA PARTE: VIRTUDES: UM INSTRUMENTO IDEOLÓGICO PARA ALÉM DA SIMPLES RETÓRICA

2.1. Variações e Permanências de Significados

Um dos grandes desafios com que os historiadores se deparam ao buscar compreender uma sociedade antiga e suas várias esferas é o uso de conceitos que foram utilizados naquele período e que atravessaram a História perdurando até a nossa contemporaneidade. Sabemos que a grafia das palavras pode sofrer algumas alterações com o passar do tempo, além da mudança de significado que pode ocorrer nesse percurso histórico. Pierre Bourdieu, na obra *A Economia das Trocas Lingüísticas: o que falar quer dizer*, tratou a polissemia inerente à sociabilidade da língua como algo legítimo. Para o autor, devemos entender que os “diversos sentidos de uma palavra se definem na relação entre o núcleo invariável e a lógica específica dos diferentes mercados lingüísticos”¹⁹⁷. Isso explicaria o porquê de palavras como “trabalho”, “família”, “mãe” e, no caso desta dissertação, “virtude”, receberem significações diferentes tanto entre membros de uma mesma sociedade, como em diferentes períodos da História.

Ferramenta comum nesse tipo de estudo, a busca pela etimologia da palavra aparece como uma forma de se traçarem as variações e/ou as permanências dos significados durante o percurso histórico. Cabe ressaltar que acreditamos na necessidade de interagir as palavras – relação do texto – com a situação em que foram utilizadas – contexto. Não adentraremos, porém, nas questões da sociolingüística, da etnometodologia, ou mesmo da chamada pragmática. Apenas levamos em consideração que as palavras, tal como “virtude”, são produzidas e compreendidas dentro de um contexto mais amplo¹⁹⁸. Logo, tendo em mãos a definição do termo e compreendendo o contexto no qual a palavra está inserida, podemos construir um *saber histórico*. Entretanto, tal construção pode exceder as elucubrações abstratas referentes a um conceito, muitas vezes entendido como algo sem “materialidade”. Por isso, o presente trabalho pretende materializar e, como veremos, *personificar* o conceito de virtude.

¹⁹⁷ BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Lingüísticas: o que falar quer dizer*. Trad: Sérgio Miceli [et ali]. – São Paulo: Edusp, 2008, p.26.

¹⁹⁸ LOZANO, Jorge. *Análise do Discurso: por uma Semiótica da Interação Textual*. São Paulo: Littera Mundi, 2002, p.38.

2.2. Definições, implicações e aplicação do conceito de *virtude* no mundo antigo

Virtude. É sobre essa palavra de pesada carga subjetiva, à qual conseguimos, sem muito esforço, atribuir uma infinidade de definições, que iremos nos deter daqui para frente. Sabemos que o entendimento de um termo está ligado a várias noções relacionadas à ideologia, à filosofia, a aspectos culturais e etc. Essa amplitude de campos nos quais se pode aplicar a idéia de *virtude* nos condiciona a delimitar, ou identificar os domínios da atuação conceitual. Dada essa amplitude, tendemos a categorizar o conceito de *virtude* agregando a ele outras palavras que unam o abstrato – o conceito – ao concreto – o empírico –, na tentativa de formar um fluxo contínuo entre essas duas realidades. Assim, por exemplo, surgem as virtudes *morais*, *políticas*, *teológicas*, *cardeais* e *imperiais*, em que a complementaridade da palavra justaposta não retira o traço comum de todas elas: a formação de conjuntos nos quais as qualidades aliam-se à habitual prática do bem¹⁹⁹. Nota-se que a especificação político-ideológica de cada *categoria* da *virtude* recai, dessa forma, na maneira como o conceito aliar-se-á à “excelência humana” ligada à noção do reconhecidamente *melhor*.²⁰⁰

O mais justo, o mais sábio, o que possui grande coragem, o piedoso e o clemente são exemplos claros que temos em nosso imaginário quando a questão incide no “reconhecidamente melhor”, ou tão somente na *virtuosidade*. A ligação direta entre o conceito e seu antônimo aparece como uma possibilidade interessante nessa caracterização. Com isso, podemos dizer que a palavra *virtude* sempre guarda em si uma oposição ao *vício*. É exatamente esse jogo de oposições que alimenta a “humanidade” do conceito, o que

¹⁹⁹ Diversos são os *tratados* feitos sobre a questão das virtudes, sejam eles elaborados na Antiguidade, no Medievo e, com muita ênfase, na Modernidade e na Contemporaneidade. Alguns deles ganharam destaque por abordarem as virtudes ligadas ao meio político, outros por aproximarem esse conceito com a fixação divina. Apesar desta dissertação limitar-se às *virtudes imperiais e morais*, utilizamos este espaço para ao menos citar as outras virtudes relacionadas no corpo do texto: a) **virtudes cardeais**: *prudência*, *justiça*, *fortaleza*, *temperança*; b) **virtudes teológicas**: *fé*, *esperança*, *caridade*. Apesar de algumas dessas virtudes ganharem espaço em nossas discussões, atentamo-nos para a carga ideológica variante, ou seja, para o fato de que cada contexto exige definições particulares. Por fim, utilizamos um exemplo para demonstrar a influência e o fascínio que o conceito de virtude exerceu sobre as sociedades européias e que se manteve vivo no imaginário de nossos dias: a propagação do épico *Psychomachia*, de *Aurelius Clemens Prudentius*, que conta a batalha das sete virtudes contra os sete vícios malignos, ou os pecados capitais, que eram: *castidade* – *luxúria*; *generosidade* – *avareza*; *temperança* – *gula*; *diligência* – *preguiça*; *paciência* – *ira*; *caridade* – *inveja*; *humildade* – *arrogância*. Todas essas concepções formam um corpo de virtudes que são usadas de acordo com as necessidades de cada período, fazendo com que cada autor adicione ou retire as premissas que melhor se adaptam ao seu objetivo final.

²⁰⁰ QUIRINO, C.L., VOUGA, C., BRANDÃO, G.M (org). *Clássicos do Pensamento Político*. São Paulo: Edusp, 2004., p.30.

proporciona a *materialização* de uma idéia. Junto à idéia do contraposto, temos que compreender que a aproximação do abstrato ao material deve passar pela faculdade do *não-isolamento*. Ou seja, o conceito aqui analisado – *virtude* – apresenta-se com um aspecto capaz de transformar e moldar indivíduos, idéias, instituições e etc, desde que sejam postos em relação a algo, isto é, que não se encontrem *isolados*. Assim sendo, podemos dizer que a virtuosidade se constrói através da oposição a outrem e com a sua circulação em diversas naturezas, o que lhe proporciona um caráter social. Posto isso, começaremos a delinear o nosso conceito-chave a partir da etimologia da palavra *virtude*, buscando, em suas primeiras concepções, o auxílio necessário às futuras discussões.

De acordo com a etimologia, a palavra “virtude” – *uirtus*, em latim – é composta a partir da palavra *uir*, que significa varão²⁰¹, homem. No período com o qual trabalhamos – séc. I e II d.C – *uirtus* respondia a duas situações diferentes. Por um lado, temos a definição que a aproxima de “virtude” ou “valor”, exprimindo, nesse caso, todos os valores ou virtudes romanas. Por outro, *uirtus* transmite uma noção mais restritiva de mérito ou coragem pessoal, intimamente relacionada à bravura militar, sendo assim uma virtude específica²⁰², a “virilidade”, aquilo que definiria o ser romano ideal²⁰³.

Entretanto, quando essas definições dizem respeito a um campo de valores morais, devemos lembrar da forte influência helênica na construção dos preceitos morais romanos. Dessa maneira, apesar de *uir* designar o varão, o homem, foram as qualidades e os conteúdos moral-filosóficos dos gregos²⁰⁴ que deram forma ao conceito de virtude para as sociedades posteriores.

Esse legado cultural que envolve romanos e gregos permeia toda a atmosfera das discussões referentes ao conceito de virtude. Como vimos anteriormente, em cada período da história os termos passam a acumular significados diferentes. Conhecendo a importância que a cultura helenística teve na formação da cultura romana, sabemos que, por adesão ou rejeição

²⁰¹ Além de significar o indivíduo do sexo masculino, “varão” foi utilizado por Plutarco na obra *Vidas Paralelas* com o significado de “esforçado, respeitável, homem de vida extraordinária”.

²⁰² “*Virtus* é a virtude que adorna os imperadores desde Augusto até Teodósio, é uma qualidade outorgada pelos deuses e é uma mescla de coragem, independência e tenacidade. Ainda que em seu princípio fosse aplicada à atividade militar, posteriormente foi usada para designar ao governante de maneira geral. Não expressa unicamente valentia humana, já que transcende esse conceito para assentar-se no divino. Nesse mesmo plano se encontra a *Victoria*, consequência de todo imperador com *virtus*, que determina que o imperador seja aclamado *invictus*.”. (GERVÁS, Manuel J. Rodríguez. *Propaganda Política y Opinión Pública en los Panegíricos Latinos del Bajo Imperio*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1991., p.78).

²⁰³ ROCHA PEREIRA, Maria Helena da. *Estudos de História da Cultura Clássica*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1992, p.398.

²⁰⁴ GERVÁS, op.cit., p.77.

dos valores helenísticos, os romanos construíram um aparato de conhecimento que foi utilizado, transformado e acrescentado nas vidas pública e privada. Um exemplo do contato entre essas civilizações é a aproximação feita entre as quatro virtudes cardeais da filosofia grega – coragem, moderação, justiça e sabedoria – e as quatro virtudes augustas: *virtus*, *clementia*, *iustitia* e *pietas*. Contudo, a correspondência direta entre essas virtudes passa a ser questionável quando os imperadores romanos ostentam tantas outras virtudes, ou continuam com as quatro primeiras, mas com associações diferentes da original²⁰⁵.

Como vimos, além de buscar a origem latina da palavra virtude, temos a necessidade de nos aproximarmos do vocábulo grego referente a esse conceito. Assim, vamos ao encontro do termo *aristós* – o escolhido, o melhor da comunidade – e também da palavra *aretê*, visto que seu significado remete ao contexto de “o mais justo dos homens”. Esses vocábulos, assim como o latino, trazem consigo toda uma construção de excelência humana, ligada a qualidades como beleza, fortaleza, valentia e etc. Os homens que possuíssem essas qualidades, ou que se sobressaíssem em algumas delas, estavam naturalmente propensos a se tornarem líderes, senhoreando os demais e mostrando assim a sua virtuosidade de comando²⁰⁶. Com a proximidade entre virtuosidade e liderança, atentamos para o efeito que a palavra *virtude* gera diante dos homens: ela necessariamente direciona-se para o social, e não para uma prática de um agente particular²⁰⁷. Assim, notamos que as etimologias latina e grega do termo virtude apontam para a mesma direção: o ideal de otimização.

Contudo, é natural que as sociedades criem problemas político-sociais quando surge um indivíduo, ou um grupo de indivíduos, com características superiores aos demais – o mais forte tende a impor/dominar o mais fraco; o mais belo gera ciúmes nos menos belos, etc. Todas essas abordagens que nos parecem tão atuais foram debatidas por autores gregos do período clássico, que, em certa medida, tentaram responder e apontar caminhos para o homem atingir a *aretê*. Diversas foram as idéias exploradas naquele período que colocavam a *aretê* como uma síntese que harmonizava “razão e paixão”²⁰⁸, que transformava ambas em algo

²⁰⁵ NAKAGAWA, Aki. *Le Virtù degli Imperatori e dei Personaggi Notevoli nelle Epigrafi di Comunità Locali: Il caso dell'Italia Settentrionale*. Tese de doutoramento do Departamento de Letras e Filosofia da Universidade de Bologna, sob direção da Prof. Dr. Ângela Donati, ano acadêmico 2006/2007, p.1.

²⁰⁶ FEITOSA, Zoraida Maria Lopes. *A Questão da Unidade e do Ensino das Virtudes em Platão*. Tese apresentada ao programa de pós-graduação em Filosofia Antiga, do Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo. Orint: Prof. Dr. Marco Antonio Zingano, 2006., p.16.

²⁰⁷ FEITOSA, op.cit., p.9.

²⁰⁸ Entendemos que o termo *paixão* não é correlato com a noção de “amor latente”, mas sim no contraponto com a *racionalidade*, ou seja, passa a figurar no âmbito das emoções – sejam boas ou más.

melhor²⁰⁹. Outras noções mais objetivas apregoavam que o caminho da *virtude* tinha como única intenção o exercício e a realização do que há de melhor para *determinado fim*²¹⁰.

Em ambos os casos, e em quase todos os outros imagináveis, essa percepção do “melhor” nos leva a outro traço interessante do conceito de virtude: em uma sociedade, a virtuosidade é uma *condição rara*, ou seja, a *atribuição de uma virtude* é raramente realizada. Sabemos da dificuldade em categorizar alguém como virtuoso, seja por orgulho próprio ou mesmo pelo alto grau de exigência que essa palavra impõe ao possível destinatário. Fato é que alguns autores passam a incorporar a idéia de *graus de virtuosidade*, que variam de acordo com a natureza humana. Isso nos remete às discussões iniciadas pelos filósofos gregos no período Clássico, em especial Platão e Aristóteles, que dedicaram alguns estudos teorizando acerca da virtude na sociedade em que viviam. Como vemos importância no conteúdo moral-filosófico desses autores, para a construção do nosso conceito em questão, apresentamos algumas idéias referentes a isso.

2.3. Natureza e Essência da Virtuosidade

A noção de graus de virtuosidade, como dito anteriormente, aparece nas discussões do período Clássico intercalada à discussão sobre a disparidade entre as funções políticas e os ocupantes de tais cargos – distinguiram-se as *virtudes* ostentadas pelos filósofos das *virtudes* cívicas ou políticas. Essa distinção pode ser abordada da seguinte maneira: na obra *A República*, Platão montou um paralelo entre o *social* e a *alma*. Cada uma das partes, num e noutro campo, ganhavam a atribuição de uma virtude própria – suporte para a clássica “tripartição social do Estado”. Assim, os governantes detinham a razão que lhes proporcionava a *sabedoria*; os guardiões possuíam a particularidade de uma vontade apaixonada que remetia a sua *valentia* e, por último, os trabalhadores estavam imbuídos de grandes apetites que lhes garantiam a *temperança*²¹¹. Essa distribuição de afazeres e *virtudes* nos passa a idéia de uma tentativa de ordenamento político-social. Cada um, dentro de seus

²⁰⁹ QUIRINO, C.L., VOUGA, C., BRANDÃO, G.M, op.cit.

²¹⁰ FEITOSA, op.cit., p.10.

²¹¹ LESKY, Albin. *História da Literatura Grega*. Lisboa: F.C. Gulbenkian, 1995. p.558.

próprios limites, deveria cumprir com o que lhe compete. Dessa forma, a *vida política* alcançaria o equilíbrio²¹²:

“Informados por alguns séculos de ideologia igualitária, não nos é mais fácil compreender esta questão da superioridade do filósofo e de seu lugar na comunidade política. Digamos brevemente que Platão e Aristóteles, a despeito de suas profundas convicções constitucionalistas, legalistas, não só não se furtaram a expor as consequências políticas desta superioridade, como foram além, proclamando a legitimidade da deferência do governo, em casos excepcionais, ao sábio-virtuoso (...) o único título realmente inquestionável ao governo é a sabedoria virtuosa”.²¹³

Notamos com isso que o conceito de *virtude* tem como tendência infiltrar-se em assuntos de diversas naturezas, mas são em assuntos que envolvem poder, admiração e justiça que este conceito se sobressai.

Essa tendência em classificar as virtudes de acordo com a posição social ocupada, em diferentes graus, nos remete a duas questões importantes: as possibilidades de se ensinar as virtudes aos homens que detém determinada função, e a de serem as virtudes inatas ao homem. Essa discussão ganhou espaço nos escritos de Platão e de Aristóteles, tendo inclusive mostrado uma das quebras de pensamento entre ambos. O primeiro apontou para a *não possibilidade* de se ensinar as *virtudes*, exceto se aparecesse um sábio que conseguisse defini-las antes do ensinamento, o que para ele não existiu. Para compreender essa idéia, fazemos uso de um paradoxo no qual a incógnita “x” é substituída pelo conceito *virtude*:

- a) Se não podemos conhecer “x”, não podemos saber nada sobre “x”;
- b) Se não podemos saber nada de “x”, como identificá-lo?
- c) Se não podemos identificar “x”, como reconhecê-lo sujeito de uma investigação?
- d) Tudo isso implica que: se não podemos conhecer “x”, não podemos encontrá-lo.²¹⁴

²¹² Juntamente com as três virtudes descritas – sabedoria, valentia e temperança – juntava-se a elas a 4ª virtude cardinal: a justiça. Quando as coisas estavam em ordem, ela – a justiça – estaria em tudo e sobre tudo, atribuindo a cada parte o seu justo lugar e mantendo a harmonia do conjunto. (LESKY, op.cit.).

²¹³ QUIRINO, C.L., VOUGA, C., BRANDÃO, G.M., op.cit.

²¹⁴ FEITOSA, op.cit., p.120-121.

Temos, com esse paradoxo²¹⁵, uma alusão à impossibilidade de alguém ensinar as virtudes, visto que se quer poderíamos conhecê-las de fato. Essa idéia passa a ser entendida quando vemos que Platão ligava a *virtude à alma*²¹⁶. Logo, era pouco provável que se pudesse ensinar algo relacionado à alma humana²¹⁷ – só poderíamos saber coisas sobre as *virtudes* se pudéssemos saber *o que é virtude*. Em contrapartida, seu discípulo Aristóteles entendia que a *aretê* não estava condicionada à ligação com a alma, mas sim que era possível realizar *atos virtuosos* através da repetição. Ou seja, era a *vontade do homem* que gerava o *hábito virtuoso*:

“A virtude é, portanto uma disposição adquirida voluntariamente que consiste, em relação a nós, na medida definida pela razão em conformidade com a conduta de um homem ponderado. Ela ocupa a média entre duas extremidades lastimáveis, uma por excesso, a outra por falta. Digamos ainda o seguinte: enquanto nas paixões e nas ações, o erro consiste ora em manter-se aquém, ora em ir além do que é conveniente, a virtude encontra e adota uma justa medida. Por isso, embora a virtude segundo sua essência e segundo a razão que fixa sua natureza, consista numa média, em relação ao bem e à perfeição ela se situa no ponto mais elevado”.²¹⁸

Com esse trecho retirado da obra *Ética a Nicômaco*, podemos traçar diversas linhas de pensamento que acabam por convergir em um ponto comum, e até majoritário, do que se compreende por virtuosidade. Já inicialmente, Aristóteles coloca a *virtude* ligada à noção de *disposição adquirida voluntariamente*, ou seja, existia a possibilidade de um indivíduo não-virtuoso por natureza – *virtude inata* – tornar-se capaz de mudar essa condição. Tal feito ganha corpo se este indivíduo agir como um *homem ponderado*, visto que a virtuosidade encontrava-se entre o vício do excesso e o vício da falta²¹⁹. Essa preposição levantada por

²¹⁵ A saída para esse paradoxo não é respondida de forma clara por Platão na obra *Menon*. Apenas indica-se que, apesar de não possuímos conhecimento acerca do objeto inquirido – temos o conhecimento por *recordação* –, é necessário ter uma opinião. O interessante é que Platão não distingue “opinião” de “conhecimento”. (FEITOSA, op.cit., p.121).

²¹⁶ “A alma é a essência do homem; sendo ela inteligência – ou seja, *razão* –, então a virtude é uma consequência dessa inteligência, portanto a virtude é conhecimento, e, se virtude é conhecimento, ela se resume em uma só e única”. O objetivo deste trabalho não consiste em analisar as concepções de *alma*, *conhecimento*, *essência*, *razão* e *saber* dos autores clássicos gregos. Contudo, a frase citada no início desta nota refere-se à chamada 1º fase do pensamento platônico, o qual, de acordo com Zoraida Maria Lopes Feitosa, divide-se em mais duas fases. Para um maior entendimento vide: FEITOSA, Zoraida Maria Lopes. *A Questão da Unidade e do Ensino das Virtudes em Platão*.

²¹⁷ FEITOSA, op.cit., p.11.

²¹⁸ ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Trad. Mario da Gama Kury – Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1995, II-6.

²¹⁹ LEVORIN, Paulo. *A República dos Antigos e a República dos Modernos*. Tese de doutoramento no Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), sob orientação do Prof. Dr. Gabriel Cohn, 2001., p.22.

Aristóteles condiciona a *virtude* a uma posição de destaque, mas, apesar desse *ponto elevado*, deve-se cuidar para não ir além do conveniente, mantendo-se na justa medida – noção do meio-termo²²⁰:

“Pode-se sentir tanto o medo, a confiança, o apetite, a cólera, a compaixão, e de uma forma geral o prazer e o sofrimento, em excesso ou em grau insuficiente; e em ambos os casos, isso é um mal. Mas senti-los no momento certo, em relação aos objetos e às pessoas certas, e pelo motivo e da maneira certa, nisso consistem o meio-termo e a excelência característicos da *virtude*”.²²¹

Essas idéias e extratos expostos até aqui nos passam algumas informações do conteúdo moral-filosófico que autores do período clássico grego expuseram em suas obras. Na imensidão de tratados e registros escritos por esses autores, com certeza podemos encontrar muitas outras abordagens sobre essa mesma temática. Contudo, uma idéia acerca das *virtudes* fica evidente com as leituras: a ligação da *virtude* com as *essências* do homem, tais como o conhecimento, a compaixão, os saberes, a ética e a felicidade²²². Temos com isso a derivação de que as idéias apresentadas acerca das *virtudes* objetivam atingir um estado elevado de bem-estar²²³, em que a busca pela *essência* funde-se com regras de conduta humana.

Nasce daí a dificuldade em localizar um verdadeiro *homem virtuoso*, aclamado por Platão e por Aristóteles; um exemplo que pudesse ser exaltado e seguido por outros indivíduos. Talvez isso ocorresse devido à falta de necessidade em proclamar um único homem detentor de inúmeras qualidades. Isso se explicaria ao se notar como a vida nas comunidades se organizava: os mais jovens deveriam imitar os mais velhos. Estes eram detentores das *virtudes* e serviam de exemplo aos futuros homens de valor, desencadeando

²²⁰ Ponto interessante nessa discussão é a idéia de que nem sempre se deve admitir o “meio-termo” como norteador, visto que existem atitudes que já são maléficas em sua raiz: “pois algumas entre elas têm nomes que já em si mesmos implicam maldade, como, por exemplo, o despeito, o despudor, a inveja, e, no âmbito das ações, o adultério, o roubo, o assassinato. Com efeito, nessas ações e paixões e outras semelhantes, a maldade não está na falta ou excesso, mas implícita nos próprios nomes. Nelas nunca será possível haver retidão, mas tão somente erro. E no que se refere a essas ações e paixões, tampouco a bondade ou a maldade dependem, por exemplo, do cometer adultério com a mulher certa, no momento e da maneira certos, mas simplesmente qualquer delas é um erro.” (Ética a Nicômaco, II, 6)

²²¹ Aristóteles, *Ética*, II – 6.

²²² Muitas das discussões propostas por Platão e por Aristóteles tinham a noção de atingir um estado elevado de bem-estar: a vida feliz, o estado da boa-aventurança. Dessa forma, o domínio das *virtudes/aretê* demonstrava a capacidade de gerir uma vida através de conhecimentos superiores.

²²³ Em que consiste esse *bem-estar/felicidade*? Aristóteles respondeu que tal felicidade seria atingida na medida em que o homem realizasse virtuosamente o que lhe é natural, ou seja, viver de acordo com o bom desenvolvimento do espírito racional, ser *obediente, possuir e pensar sobre o elemento da razão*.

quase uma “corrente do bem”. O fato é que, para esses autores, a compreensão das *virtudes* desencadeava diversas questões alheias à simples idealização/exaltação de um indivíduo que as ostentasse²²⁴.

Isso nos leva a uma afirmação feita no início deste trabalho, quando vimos que o conteúdo moral-filosófico das *virtudes* teve sua base construída pelos gregos, com a ressalva de que vários apêndices foram agregados pelas sociedades posteriores. Se a idealização/exaltação é ligada ao conceito de *virtude*, entendemos que, em algum momento histórico, essa apropriação se fez necessária, mostrando que, de fato, os conceitos devem ser estudados respeitando o contexto histórico no qual estão inseridos.

Deixemos de lado por um breve momento a questão da exaltação, para aproximar o debate das *virtudes* aos nossos dias. Ao nos apropriarmos dos temas tratados pelos autores já citados – Platão e Aristóteles –, chegamos a uma concepção de *virtude* que muito se assemelha às nossas acepções: “*disposição firme e constante para a prática do bem; boa qualidade moral; valor; legitimidade; modo austero de vida*”²²⁵. Tais definições remetem a ações legitimadoras do *bem*, sendo que grande parte dessas definições paira sobre um terreno de abstrações tão explorado por nossos autores gregos. Todavia, notamos alguns rastros de *praticidade* no sentido dado pelo imaginário dos dias de hoje, tais como a *legitimidade* ligada à *virtuosidade*. Nenhum argumento relacionado a esse ponto foi trazido no debate com os autores gregos, devido à preocupação deles em estabelecer argumentos relacionados com um “bem supremo”, quase inatingível.

Contudo, essa alteração entre a *essência das virtudes* e sua *real aplicação* – abstração *versus* praticidade – nos proporciona o resgate da noção de idealização que apresenta um íntimo relacionamento com as ações legitimadoras destas. Essa conjuntura *prática* do conceito de *virtude* ficou em segundo plano nos escritos dos clássicos gregos. Entretanto, ganhou corpo através da herança das práticas políticas típicas dos romanos. Vimos que o grau de alteridade entre gregos e romanos propiciou, dentre outras coisas, a adesão e a rejeição de práticas, conceitos, costumes e etc. Assim, vemos *virtudes* como a *moderação*, a *concordia*, a *clemência* e a *fidelidade* – que ficariam, com os gregos, condicionadas aos princípios morais

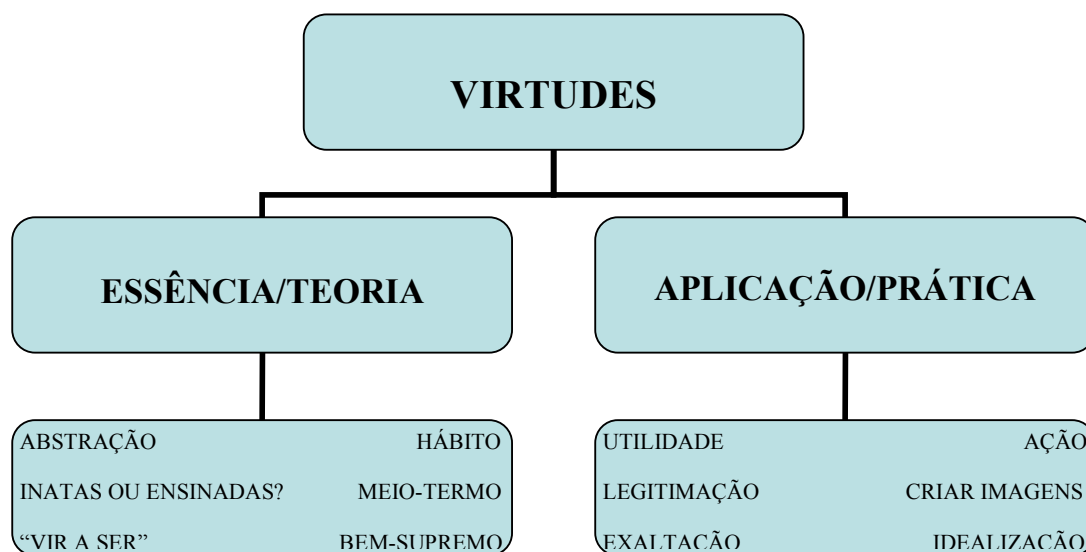
²²⁴ Essa “falta” de um modelo virtuoso pode ser preenchida com o inimaginável sábio-virtuoso de Platão. Esse exemplo no qual Platão se baseava é entendido por alguns autores como a concepção da imagem de Sócrates, quem teria acumulado todas as *virtudes* de que Platão falava, tornando-se “belo, nobre e dominador de sua razão e de suas paixões.” Contudo, esse indivíduo dificilmente poderia figurar no mundo prático vivido pelos homens comuns. (QUIRINO, C.L., VOUGA, C., BRANDÃO, G.M., (org)., op.cit.)

²²⁵ Novo Dicionário da Língua Portuguesa, 2º Ed. – RJ: Editora Nova Fronteira S.A, 1986.

de *confiança*, *justiça*, *bondade* e *afeto* – serem exaltadas uma a uma, sem a necessidade de entender sua *natureza*, mas sim sua aplicação no orbe político romano. Dessa forma, passamos a discutir o conceito de virtude de acordo com concepções romanas, nas quais a praticidade ultrapassa a teorização, sempre levando em consideração que essas duas categorias não são opostas, mas pertencentes a um *continuum*.

2.4. Por uma Praticidade Virtuosa

“O valor da *virtude* está na ação”; “A *virtude* afirma-se melhor na prática”. Com essas duas frases e com as idéias até aqui apresentadas, conseguimos arquitetar um eixo comparativo entre a *teoria* e a *prática*, ou, em outras palavras, entre a *essência* e a *aplicação* do conceito de *virtude*. Assim, construímos um organograma para referenciar tal comparação:



Apesar do organograma aparentar uma ruptura entre a teoria e a prática da concepção de virtude, reafirmamos que essa dualidade não se apresenta como excludente. Ao construir tal esquema, objetivamos o clareamento teórico, pois, de acordo com nossas leituras, foi possível encontrar autores com idéias ligadas à essência da virtude e, outros, com a sua

aplicação social. Dessa forma, a parcela intitulada “*Essência/Teoria*” tem como representantes os filósofos gregos – Platão e Aristóteles. Logo, todas as definições ligadas às condutas, à moralidade e, principalmente, à busca pelo Bem-Supremo – seja pelo hábito ou pela condição inata – enquadram-se no que chamamos de “essência virtuosa” – algo sentido individualmente, e não delegado por outrem. Já na segunda parcela do organograma, “*Aplicação/Prática*”, reunimos um conjunto de ações propiciadas pelo uso das virtudes. Aqui enquadram-se os teóricos propagadores da prática, entre eles Cícero e Plínio, o Jovem, que fazem uso das virtudes em diversas ocasiões: para exaltar homens públicos, para utilizar as virtudes em seus discursos e para criar imagens modelo através da idealização. Essa parte do organograma foi moldado pelas duas frases que deram início a este tópico, ambas escritas por Cícero (106 – 43 a.C) em duas de suas obras: *Dos Deveres* e *Da República*. Logo, entendemos que o esquema representa as necessidades que o conceito de virtude exerceu em gregos e romanos. Se para uns o momento era de reflexão, para outros era momento de ação. São esses choques de valores que moldam o conceito em questão e que propiciam os nossos estudos acerca da virtuosidade em diferentes períodos.

Assim sendo, temos em Cícero uma nova tradição que expõe o conceito de *virtude* como algo “palpável”. Sabe-se que esse ícone da oratória romana teve como um de seus objetivos a transferência das discussões filosóficas dos centros especializados – escolas filosóficas – para o Fórum romano. Essa atitude foi tomada na pretensão de que as palavras ditas nas escolas, ou os conceitos formulados nas mentes dos mestres de sua época, pudessem se transformar em obras que exaltassem a República romana. Interessante apontar que essa suposta *praticidade* virtuosa pregada por Cícero não se desligava da prática do *bem*, mas se inseria numa vivência austera e constante. Era necessário e essencial formar a consciência dos indivíduos inculcando-lhes um sistema rígido de valores morais, tendo como premissa que esta formação moral/ética não estava separada da vida cotidiana e de suas responsabilidades frente à sociedade²²⁶, o que acabava por preservar o conteúdo moral-filosófico dos gregos.

A formação moral aliada às responsabilidades nos leva a uma prática social que se torna um ponto passível de ser correlacionado à virtuosidade apregoada nos tempos de Cícero: a *amicitia*. Já vimos que essa prática fora amplamente exercida por Plínio e o *princeps* Trajano, conotando os laços de clientelismo/patronato. Logo, a situação exposta no capítulo

²²⁶ EHRHARDT, Marcos Luis. *O Arquiteto Social: Sêneca e a Construção de Modelos para a Sociedade Romana nos Tempos do Principado a partir da Historia Magistra Vitae*. Tese de doutoramento no programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, sob orientação do Prof. Dr. Renan Frighetto, 2008, p.111.

anterior torna-se mais clara quando encontramos em Cícero – o maior expoente de Plínio – proposições aliando *virtudes* à *amicitia*. Tal fato nos remete à insistência encontrada nos documentos de Plínio em tentar mostrar a sua real aproximação com o Imperador, denotando amizade e uma possível virtuosidade no relacionamento entre ambos.

Os contextos de Cícero e Plínio foram certamente diferentes, mas a construção da amizade baseada na virtuosidade tem grande peso nas nossas futuras discussões acerca da idealização do *princeps* Trajano. O que apontamos agora é que o apelo à *ação* e à *prática* feito por Cícero baseava-se na idéia de que as *virtudes* deveriam existir nas relações da vida comum – amizade²²⁷ –, e não serem vistas apenas como palavras magníficas, o que, em certo ponto, encontramos nos escritos de Plínio, o Jovem. Em nenhum momento afirmamos que o relacionamento estabelecido por Plínio e Trajano ficou apenas em atitudes laudatoriamente vazias, visto que o Livro X e suas particularidades nos mostram indícios da real proximidade entre ambos. O que concebemos é o inegável aparato verbal com que Plínio percorre as fronteiras entre os conceitos de *virtute* e *amicitia*, às vezes as apresentando como “magníficas palavras”.

Notamos que os conceitos acima citados estavam vivos na atmosfera do mundo romano, seja no final da República ou no início do Principado. Contudo, eles são entendidos quando delimitamos um *locus* de aplicação, ou seja, no caso do principado romano, tais conceitos eram determinados levando-se em conta a capacidade material, intelectual e moral dos indivíduos envolvidos, podendo ser encontrados em diversos grupos assim estabelecidos:

“Manter um amigo é ter a consciência de poder contar com ele nas horas mais difíceis, como por exemplo, uma dor e um exílio (...). Adquirir, cultivar e reaprender as virtudes, também é função da *amicitia*, segundo Sêneca. Para ele a *amicitia* pode ser encontrada em toda a parte; no Senado, nas ruas e mesmo em sua própria casa. (...) Mas não poderíamos deixar de destacar que a *amicitia* cumpre uma função primordial: a sobrevivência no jogo do principado romano”.²²⁸

²²⁷ Essas idéias, relacionadas à *amicitia*, já haviam sido relatadas por Aristóteles, que considerava que a amizade era mais importante que todos os outros bens – sem amigos não podemos exercer a virtude nem ter uma vida plena e feliz.

²²⁸ EHRHARDT, op.cit., p.113-114.

No extrato acima, vemos três ações correlacionadas com as *virtudes*: adquirir, cultivar e reaprender. Todas vão ao encontro das distinções que apresentamos entre *essência* e *praticidade*, além de apontarem para dois pontos interessantes: se *adquirimos* as *virtudes* através da amizade, é porque estas não são inatas – contrariando Platão; e se *reaprendemos* as mesmas *virtudes*, é porque elas são esquecidas ou mudam de característica com o tempo – é o “hábito” que torna o homem virtuoso. Esta dissertação não tem como pretensão aprofundar as discussões sobre o conceito puro de *amicitia*, nem sobre a abordagem que Sêneca²²⁹ se propôs a fazer sobre ela²³⁰. Este pequeno resgate tem como objetivo dar solidez ao nosso argumento central: o conceito de *virtude* sofreu várias alternâncias de acordo com as necessidades de cada período, conservando em sua essência a necessidade moral-filosófica²³¹, mas mudando o raio de aplicação e a forma de abordar os assuntos adjacentes a ele.

O que notamos com as idéias relacionadas à amizade e à “sobrevivência no jogo do principado” é a aproximação com o contexto onde Plínio e Trajano atuaram. Essa configuração pela qual o conceito de *virtude* ganhou novas ramificações, visto que as *relações* entre os indivíduos passam a ser levadas em conta, é vista em uma das cartas de Plínio:

“Há muitos anos não se via diante dos olhos do povo romano uma cena tão simbólica e memorável como o funeral público de Virgínio Rufo, cidadão destacado, memorável e não menos feliz (...). Conseguiu escapar ao rancor daqueles Césares a quem havia resultado odioso e quase invejado por causa de suas virtudes; quanto a Trajano, Virgínio deixou-o, enquanto moribundo, sabendo-o virtuoso, o melhor e grande amigo seu, ao ponto de Trajano lhe prestar a honra de um funeral público (...)”.²³²

Temos aqui uma homenagem ao homem chamado Virgínio Rufo²³³, que falecera com 83 anos devido a uma queda. Plínio descreve que o funeral público deu grande prestígio ao Imperador, ao seu tempo e, inclusive, ao Fórum e aos oradores. Retomando a nossa discussão,

²²⁹ “O papel reservado a *amicitia* é uma constante nos textos senequianos, e aqui ele parece querer retomar Cícero, que dedica parte de seus escritos a destacar o papel da *amicitia*, tanto no âmbito privado quanto no âmbito público.” (EHRHARDT, op.cit., p.112)

²³⁰ Para essa discussão vide: EHRHARDT, Marcos Luis. *O Arquiteto Social: Sêneca e a Construção de Modelos para a Sociedade Romana nos Tempos do Principado a partir da Historia Magistra Vitae*.

²³¹ Cícero na obra *Da Amizade* entendia a virtude como algo humano, não egoísta, nem soberba, de tal modo que costuma velar pelos interesses de todos os povos e protegê-los”.

²³² Plínio Ep.II, I: “Post aliquot annos insigne atque etiam memorabile populi Romani oculis spectaculum exhibuit publicum funus Vergini Rufi, maximi et clarissimi ciuis, perinde felicitis. (...)Caesares quibus suspectus atque etiam inuisus uirtutibus fuerat euasit, reliquit incolumem optimum atque amicissimum, tamquam ad hunc ipsum honorem publici funeris reseruatus (...)”.

²³³ Na carta II, I, Plínio diz que Virgínio Rufo ocupou, por três vezes, o posto no consulado, atingindo todas as glórias que um particular poderia querer. Além de ter se negado a aceitar a “dignidade imperial”.

vemos que a virtuosidade se mostrava como algo a ser invejado e também anunciado a outrem. Essas duas características percebidas na Epístola são delineadas nas relações de amizade e inimizade, construindo a noção, apresentada por Ehrhardt, de “sobrevivência no jogo do principado romano”. Em alguns momentos, as *virtudes* poderiam ser passíveis de punição – inveja de um César; já, em outros, eram proclamadas abertamente para demonstrar a importância que indivíduo que as possuía tinha para a sociedade. Essa carta nos deixa a par da visibilidade e da necessidade de identificar exemplos virtuosos na vida pública. Nesse meio de vivência, mais do que ser virtuoso, era necessário ser considerado pelos terceiros como alguém bom. Por isso, o valor dessa carta para a comunidade política era alto.

Nesse jogo de interesses sociais, no qual a virtuosidade tinha papel modelador, entendemos que era necessário existirem formas ou modos de aquisição das virtudes. A filósofa Zoraida Maria Lopes Feitosa, em sua tese “*A Questão da Unidade e do Ensino das Virtudes em Platão*”, apresentou três modos de aquisição das virtudes relacionados ao pensamento grego clássico. Levando em consideração a teoria proposta por Feitosa, propomos o acréscimo de um quarto modo de aquisição para adequá-la aos estudos do nosso recorte temporal:

Modos de aquisição das <i>VIRTUDES</i> propostos por Zoraida Feitosa	<i>NATUREZA</i>	<i>EXERCÍCIO</i>	<i>APRENDIZAGEM</i>
---	-----------------	------------------	---------------------

Acréscimo proposto	Aquisição por <i>CONSIDERAÇÃO</i>
---------------------------	-----------------------------------

Esse quarto elemento refere-se à já citada idéia de que as *virtudes* são sociais, e não particulares. Entendemos que, no período estudado – fins do século I e início do século II –, o indivíduo necessitava da “consideração” de outrem para exaltar ou refutar suas qualidades. A esse “outro indivíduo” devemos acrescentar-lhe características que o tornassem capaz de transpor para o *social* as qualidades do então “homem virtuoso”, *considerando-o* independentemente de as qualidades terem sido adquiridas por *natureza*, *exercício* ou

aprendizagem. Isso nos mostra que a “aquisição” das virtudes poderia se dar através das palavras e dos discursos, que teriam por função legitimar, exaltar, delegar e, conseqüentemente, *considerar* que o indivíduo havia adquirido tais qualidades. Exemplificamos essa nova consideração: na Epístola *II, I*, Virginio Rufo é considerado um homem de grande prestígio. Não sabemos se tal disposição foi um “dom natural”, se foi através do *exercício* de seus três consulados que Virginio chegou a esse ponto, ou se a sua vivência – o seu *aprendizado* – lhe deu bagagem para sua virtuosidade. Contudo, nenhuma dessas *considerações* seria feita se Plínio, o Jovem, ou até mesmo Trajano – representantes de um grupo social específico –, não o investissem de tais qualidades. Isso denota a necessidade de um “terceiro” *considerar* Virginio um virtuoso, para então tirar as qualidades do particular e expô-las *socialmente*.

Chegamos ao ponto em que ocorre a interação entre o *falado* e o *aplicado*, em que há o enlace dos saberes/conhecimentos com as práticas de vivência do cotidiano, o que nos proporciona ultrapassar as complexas elucubrações teóricas e chegar aos exemplos humanos, tais como o apresentado por Plínio, o Jovem – Virginio Rufo. Essa aproximação das *virtudes* com o elemento *humano* é a chave para os estudos nos quais as qualidades dos indivíduos passam a ser exaltadas diante de terceiros, ou seja, o conceito de *virtude*, além de *materializado* nas relações do cotidiano, passa a ser *personificado* em determinados agentes das sociedades.

A cada nova idéia ou a cada nova ramificação que o conceito de *virtude* ganha, notamos a complexidade e o uso diferenciado que esse vocábulo tem em nosso estudo. Compreendemos que existe a necessidade de conhecer essas diversas concepções para então nos debruçarmos em um caso específico, ou até mesmo para propormos novas abordagens sobre tal conceito. Ambas as necessidades pretendemos atender nesta dissertação, que tem como caso específico a idealização de Trajano feita por Plínio, o Jovem. As novas abordagens, por sua vez, se dão pela proposta de um “modo de aquisição de virtude” – já apresentado – e por uma *função* das virtudes no principado romano – que será apresentada nos próximos tópicos.

Contudo, propomos agora a fusão de algumas idéias de Aristóteles, Cícero, Sêneca e Plínio, o Jovem para incrementarmos a noção de “ser virtuoso”, adequando-as aos limites desta dissertação. Para tanto, devemos atender a estas duas prerrogativas: a) a *amizade* está em sintonia com o *bem-supremo* (felicidade); b) o *bem-supremo* (felicidade) torna-se

imperativo na concepção de um *modelo virtuoso*. Logo, buscamos a *felicidade* através dos bons hábitos, e esses, geralmente, se desenvolvem em um círculo de *amizades*. Tal grupo de amigos nos ajuda a adquirir, cultivar e reaprender as *virtudes* até o ponto de nos tornarmos *homens ponderados*. E, de uma forma nem egoísta, nem soberba, passamos a ser admirados por tais qualidades, o que, naturalmente, ou através de propagandas, ocasiona a propagação de uma *imagem virtuosa* para os outros indivíduos.

Concebemos novas *virtudes*, novas formas de manusear esse conceito. Mas estamos, principalmente, *criando* imagens-modelo que passam a ser admiradas devido ao rótulo de virtuosidade que damos a elas. Isso chama a atenção para a questão do momento vivido, já que cada período da História dá cor a diferentes *virtudes* e aos seus diferentes usos²³⁴, umas se sobressaindo às outras, deixando o seu rastro de subjetividade nas sociedades e nas individualidades. Assim sendo, notamos que a admiração dos modelos de virtuosidade denota uma busca por exemplos – *personificação de qualidades* – dentro das sociedades.

Vimos que, mesmo com sua categorização tri-definida, na qual governantes, guardiões e trabalhadores deveriam seguir um modelo pré-concebido de *virtudes*, essa noção de imagens-modelo era buscada. Todavia, esses exemplos eram tão perfeitos que se tornavam inimagináveis na convivência em um mundo imperfeito e, portanto, real. Foi com a criação de modelos individuais “possíveis” que o conceito de *virtude* passou a integrar o imaginário das sociedades posteriores aos gregos – algo realmente palpável ou, como dito, carnal. Cada vez mais, reforçamos que pensar apenas na *natureza/essência*²³⁵ das palavras nos distancia do mundo material. Quem sabe foi esse um dos motivos pelos quais os romanos optaram pela aplicação prática do conceito *virtude*, mantendo o conteúdo filosófico, mas alterando a *forma*

²³⁴ Em um primeiro momento dos escritos de Platão, o *conhecimento* era a *aretê* de destaque. Já para Cícero, a *justiça* se apresentava como a *virtude* principal. Em épocas de expansão conquistadora dos romanos, havia a tendência de as *virtudes Felicitas* e *Victoria* ganharem espaço; em cultos religiosos, a *Pietas*. Dessa forma, notamos que o momento vivido exerce pressão na escolha das *virtudes* aclamadas. (GERVÁS, op.cit., p.78)

²³⁵ A dicotomia entre *essência* e *praticidade* apresentada neste trabalho pode caracterizar-se com maior precisão ao opormos a *essência* à *existência*. Dessa forma, ficam mais explícitos os objetivos que gregos e romanos tiveram com a idéia de *virtude*: os primeiros em defini-la, enquanto os segundos em utilizá-la – colocar no âmbito da “existência”. Desenvolvemos essa idéia a partir da exposição da palestra intitulada “*Parmênides e Melisso na obra ‘A Física – Audição Natural’ de Avicena (Ibn Sina)*”, feita pelo Prof. Dr. Jamil Iskandar no dia 02/07/09, na Universidade Federal do Paraná, departamento de História. Como se pode notar, tal apresentação teve como foco a obra de Avicena. Contudo, tal autor apresentava traços neo-platônicos e aristotélicos, chegando a apropriar-se do conceito aristotélico de *bem* – ligado à noção de conhecimento e não materialidade, como vimos anteriormente ao nos depararmos com a “busca pela felicidade” na obra *Ética a Nicômaco*. Avicena não tratou sobre a temática das *virtudes* propriamente ditas, porém, ao se preocupar com a *alma*, com o *bem* e com a dicotomia entre *essência* e *existência*, aproximou-se das discussões referentes à formação de conceitos-chave para um entendimento mais complexo das particularidades entre o “vir a ser” e o “existir”.

de utilizar tais idéias. Essa nova forma correlaciona-se diretamente à necessidade da *personificação* dessas *virtudes*, não em qualquer indivíduo, mas no *homem político romano*.

Podemos identificar características dessa correlação nas sociedades atuais, que vêem padres e papas como indivíduos dotados de grande fé; professores e mestres como detentores da sabedoria; juízes e promotores ligados à justiça. Entretanto, essas classificações aproximam-se mais da categorização platônica que dos propósitos romanos. Estes preocupavam-se com a busca de *um* indivíduo que detivesse reunidas *todas* as virtudes anteriormente mencionadas. Alguém capaz de ser justo, clemente, sábio, piedoso, que comandasse diversas campanhas militares com *Victoria* e *Felicitas*; um indivíduo dotado de habilidade militar e rodeado por homens influentes na sociedade à qual pertenciam.

Com essa nova caracterização, notamos que transferir todas essas *virtudes* para apenas um indivíduo implica em um uso diferenciado do conceito até aqui analisado. Ao adentrarmos no espaço característico do principado romano, vemos que a relação entre a virtuosidade e a figura do *princeps* não se baseava apenas na noção de *ser feliz*. Aqui, a figura do *homem político virtuoso* atrela-se ao *poder político*, ou seja, o indivíduo deve ter um papel de destaque dentro da sociedade²³⁶ e esta, por conseguinte, exalta e legitima o *homem político*²³⁷ através das *virtudes* – *consideração*. Tal processo criou uma nova característica: as virtudes dissolveram-se dentro da sociedade romana – em sua dimensão coletiva –, e ligaram-se cada vez mais à figura singular do líder²³⁸.

Neste momento, devemos refletir sobre as *virtudes* como verdadeiros *signos* de poder, um aparato ideológico que era capaz de transmitir mensagens específicas acerca do que um

²³⁶ Essa *sociedade* deve ser entendida como um pequeno grupo capaz de influenciar as idéias de dado momento, podendo ser compreendido na noção de “círculo de contatos”. Tais círculos são fenômenos característicos da elite social romana desde o período republicano. Contudo, notamos que, no Império, algumas transformações e uma maior difusão marcam tal situação: “Los círculos son un fenómeno asociativo de carácter complejo y multifacético, que contiene, em estructuras de carácter informal, modalidades de relación social de gran relevancia en la organización interna de la *elite senatorial y ecuestre* (...) en realidad, el círculo es um concepto de análisis con el que intentamos asir a uma realidade difusa y variada, en torno a las redes de clientelares que definen las relaciones de patronazgo y las jerarquias internas de las elites.” (SANCHEZ, Dário & MÁRQUEZ, Diego. *Plinio el Joven. Epistulae* (Tomo I). Córdoba: Alción Editora, 2001, p.16).

²³⁷ Esse *homem político* deve ser compreendido como um representante destacado, que ganha inúmeras caracterizações durante o transcorrer da história romana – começou definido como um herói em Tito Lívio e Plutarco; passou para uma espécie negativa de representatividade com Tácito, terminando com os “monstros transviados” de Suetônio. (GIARDINA, Andrea. *O Homem Romano*. Lisboa: Editora Presença, 1991, p.44).

²³⁸ Cícero logrou a integração das *Virtutes populi Romani* e as *Virtutes Imperatoris* em seu *De lege Manilia*, posto que virtudes como *Clementia*, *Victoria* ou *Iustitia* eram atributos do povo romano e não de um indivíduo em específico. Desse modo, elas integram definitivamente o corpo de qualidades na idealização dos governantes. (GERVÁS, op.cit., p.78).

determinado imperador gostaria que seus súditos pensassem²³⁹ dele. Essa idéia também fora abordada, em certa medida, pelos teóricos gregos. Contudo, o viés dado por eles era de uma vida política atrelada a um “bem maior” – o hábito virtuoso de uma vida inteira levaria os homens políticos²⁴⁰ a buscarem a *honra*²⁴¹. O interessante desse paralelo é que, em ambos os casos – busca pela *honra* e *consideração de signos de poder* –, a identificação entre *virtude* e *vida política* ligava-se mais com quem *concede* do que com quem *recebe* tais atributos. A diferença está justamente na intensidade e na especificidade com que tais qualidades são atribuídas.

As conexões entre *honra*, *virtudes* e *vida política* não respondem apenas a uma exigência de retórica ou de teorização, mas formam um componente fundamental nos trâmites do “oportunismo” político. Vimos que o *equilíbrio* de todas essas categorias, juntamente com o cumprimento dos afazeres que a vida política exigia, seria a premissa para o ordenamento político e, conseqüentemente, para a ostentação virtuosa dos respectivos grupos sociais. Porém, nossa preocupação não repousa mais sobre governantes sábios, guardiões valentes e trabalhadores comedidos, mas sim em uma sociedade que acolhe *um* único indivíduo capaz de acumular e exercer com primazia as virtudes de todas as camadas sociais e, quiçá, dos deuses. Dessa maneira, entendemos que o papel das virtudes no principado romano era outro. Para o historiador Manuel J. Rodríguez Gervás, as virtudes, no momento do principado romano, possuíam um caráter marcado pela disposição política, ou, como aparece em seu texto “*Propaganda Política y Opinión Publica en los Panegíricos del Bajo Imperio*”, “las virtudes tenían pues la función de *elaborar, formalizar e intensificar la imagen imperial con el objetivo básico de crear una estructura política unitaria*”²⁴².

Sabemos que a estrutura política de um principado era, por natureza, unitária e centralizadora, pois a individualidade do líder ressaltava à formação da Instituição imperial. Isso era comum em um período em que as várias responsabilidades, excentricidades e tipos comportamentais dos líderes caracterizavam os governos em “bons” ou “ruins”. Essas caracterizações eram construídas através de propagandas e discursos, nos quais o uso das virtudes e dos vícios elaborava, formalizava e intensificava a imagem imperial:

²³⁹ NOREÑA, Carlos. *The Communication of the Emperor's Virtues*. Journal of Roman Studies, London, v.91, 2001., p.153.

²⁴⁰ Para autores como Aristóteles, o homem virtuoso estava sujeito a sofrimentos e infortúnios como qualquer outro, visto que tais qualidades estavam ao alcance de todos.

²⁴¹ ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Trad. Julio Palli Bonet – Madrid: Editorial Gredos, 1985, p.21.

²⁴² GERVÁS, op.cit., p. 77.

“(…) todos os escritos de propaganda, os tratados de boa conduta, os discursos edificantes, os manifestos, panfletos, sermões, elogios, epitáfios, as biografias de heróis exemplares, em suma, todas as expressões verbais que um meio social dá às virtudes que reverencia e aos vícios que reprova, e que lhe servem para defender e propagar a ética onde se apóia sua boa consciência”.²⁴³

Um ponto importante nessa discussão é entendermos que a grande maioria desses documentos era escrito por terceiros, visto a dificuldade de um líder criar uma imagem *virtuosa* de si mesmo. Isso implica, naturalmente, na existência de um grupo de indivíduos preocupados na elaboração e na própria legitimação dos atos do “melhor dentre os homens”. No fundo, tais discursos formados através de reverências e de reprovações possuem como objetivo a *persuasão* e a elaboração de uma crença na qual os súditos possam acreditar e seguir. Talvez seja este o maior desígnio dos propagandistas: convencer ao outro de que determinado indivíduo pode corresponder às expectativas criadas através de seus escritos, geralmente pautadas em virtudes e vícios.

A frase: “o povo dependia essencialmente da palavra”, seja escrita ou falada, mostra a real força que o uso das *virtudes* em documentos/discursos poderia conceder a indivíduos diante do Senado, do Fórum, dos exércitos ou mesmo do povo em geral. As palavras agem como instrumentos e máscaras²⁴⁴ nas vicissitudes da política e do poder. Isso sugere que o uso das palavras certas em momentos certos pode resolver questões ligadas a legitimações, disputas, recepções, conciliações, rebaixamentos e etc. Nesse contexto, um simples testemunho a respeito da *virtuosidade* de um indivíduo pode torná-lo um exemplo a ser seguido por todos. Todavia, deve-se ter o cuidado de não “esvaziar” o sentido das *virtudes*, entendendo-as apenas como um instrumento de retórica²⁴⁵. Elas eram de fato necessárias para a justificação e a legitimação dos soberanos perante a sociedade, e não apenas “palavras jogadas ao vento”.

²⁴³ DUBY, Apud: CORASSIN, Maria Luiza. *A Idealização do Príncipe na Ideologia Aristocrática de Roma*. Boletim do CPA, Campinas, n° 4, jul/dez, 1997, p. 197,198.

²⁴⁴ VENTURINI, Renata Lopes Biazotto. *As Palavras e as Idéias: o Poder na Antiguidade*. Diálogos, DHI/PPH/UEM, v.9, n°2, p. 142-155, 2005., p. 144.

²⁴⁵ HIDALGO DE LA VEGA, Maria José. *El Intelectual, la Realeza y el Poder Político en el Imperio Romano*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1995, p.111.

O que fica claro é que as considerações feitas, levando-se em conta a proposição de Gervás, definem a *função* que as *virtudes* possuíam no ambiente do principado romano. Contudo, tal explanação não contempla “*como, através das virtudes, elaborar e intensificar a imagem imperial calcada em um ‘programa’ teórico-político?*”. Uma das respostas foi delineada anteriormente, já que através da *glorificação* de um indivíduo, mostrando suas qualidades, torna-se possível construir uma imagem ideal. Outra forma que consideramos essencial para criar uma unicidade é a contraposição do “idealizado” a outro que deve ser diminuído²⁴⁶. Essa idéia encontra-se no texto “*El Intelectual, la Realeza y el Poder Político en el Imperio Romano*”, de Maria José Hidalgo de La Vega, e corrobora a definição de Gervás, pois, na medida em que intensificamos uma imagem, colocamos outras em níveis inferiores – consciente, ou inconscientemente.

Assim, compreendemos que, se, do lado puramente conceitual que outrora discutimos, a *virtude* mantinha seu contraponto com o *vício*, agora, com a aplicação do conceito em um contexto prático, é o “detentor das virtudes” que se opõe ao seu “contra-exemplo”. Tal oposição é construída através da conciliação dos elementos teóricos definidores de um *homem virtuoso* com as atitudes práticas²⁴⁷ por ele realizadas, sustentando assim a posição almejada de “soberano ideal”. Se existirem contradições na relação entre prática e teoria, cabe aos autores laudatórios diminuir ao máximo as discrepâncias, passando a fiel imagem de um “homem perfeito”²⁴⁸.

Pouco a pouco, notamos que os documentos referentes à exaltação da virtuosidade, sejam gregos, romanos, ou mesmo atuais, tendem a desvirtuar-se do objetivo de dar um retrato “verdadeiro” ou “histórico” do personagem, tendo antes a finalidade de persuadir o *outro*²⁴⁹. Do mesmo modo, a criação das figuras de *contra-exemplo* também são apresentadas de forma extremada e convincente. Com isso, vemos que a existência de um grupo de

²⁴⁶ HIDALGO DE LA VEGA, op.cit.

²⁴⁷ FRIGHETTO, Renan. *O Soberano Ideal na Obra de Valério do Bierzo*. Gerión, nº16, 1998, Servicio de Publicaciones, Universidad Complutense, Madrid., p.468.

²⁴⁸ A idéia de exaltar um indivíduo a ponto de “apagar” fatos que pudessem comprometer a imagem que se pretende construir pode ser entendida quando lemos documentos panegirísticos e oficiais. No texto *O Soberano Ideal de Valério do Bierzo*, do Prof. Dr. Renan Frighetto, temos essa questão abordada na relação entre Juliano de Toledo e Wamba: “É certo que devemos recordar que Juliano de Toledo descreve o *princeps* desde uma perspectiva oficial e panegirística, visando evidentemente realçar as virtudes do rei, que torná-lo-iam um exemplo a ser imitado e reverenciado por todos os súditos.” O texto segue na linha de que o então exaltado Wamba poderia, ao fim, ser enquadrado como um “mau soberano”, devido aos atos que não foram registrados por Juliano de Toledo. Essa prática de *omitir* acontecimentos é comum em documentos que têm por objetivo promover uma imagem virtuosa, por isso deve-se ter cuidado ao analisar os personagens *criados* por terceiros.

²⁴⁹ CORASSIN, op.cit.

indivíduos capazes de *elaborar* a formação da imagem de um novo soberano, e de denegrir a imagem de um déspota, mostra-se tão importante quanto as reais atitudes tomadas por esses líderes.

Após essa breve discussão acerca da virtuosidade e da sua importância na elaboração de uma estrutura política, seguimos o trabalho com o objetivo de aplicá-la no estudo do nosso caso: o Epistolário cruzado entre Plínio, o Jovem e o *princeps* Trajano – Livro X. Vimos que as construções conceituais apresentam particularidades de acordo com o período em que estes termos são utilizados - temporalidades condizentes. Por fim, enfatizamos um último ponto antes de nos atermos ao caso específico: cada autor dá o respaldo necessário para *legitimar* as ações do personagem a ser exaltado levando em conta a percepção do destinatário ao qual o documento é dirigido.

2.5. “Culto Imperial”: a construção *virtuosa* de Trajano a partir das mãos de Plínio, o Jovem.

“Conhecer os dois lados de uma mesma moeda”. Esse ditado, conhecido por seu apelo à desconfiança, alerta os indivíduos para a possibilidade de mudanças, que, no caso desta dissertação, podem ser interpretadas como a caracterização dos agentes sociais como inconstantes, vulneráveis, “duas caras”. Se esse mesmo ditado fosse considerado no período do principado de Trajano, principalmente em meados de 113 d.C, pouco antes de sua marcha ao Oriente²⁵⁰, poderíamos interpretá-lo da seguinte forma: de um lado da moeda, a imagem cunhada do próprio *princeps*; na outra face, a representação de Júpiter. A representação do *princeps Trajanus* junto a Júpiter nos dá a idéia de uma fusão do humano com o divino, em que ambas as faces da moeda transmitem uma idéia de *otimização*. Essa união do humano ao divino contribuiu para a legitimação do poder, visto que a comparação entre Trajano e Júpiter foi amplamente explorada pelas “propagandas políticas”, no intuito de dar consistência à ideologia imperial.

Vimos, no capítulo anterior, alguns presságios e adivinhações que fazem uma comparação de Trajano com o divino, comparação essa que pode ser caracterizada como um *apoio imaterial* que cria uma *teologia imperial* ligada ao *princeps* Trajano. O estabelecimento

²⁵⁰ HIDALGO DE LA VEGA, op.cit., p.116.

dessas relações recai sobre a esfera da religiosidade, que acaba se consolidando como um espaço possível para o estabelecimento da *virtuosidade* de um líder, já que nada é mais virtuoso e digno de admiração do que a proximidade com o divino. Esse foi, como pudemos ver, um dos meios pelo qual a figura de Trajano ganhou notoriedade entre os imperadores romanos, pois assim sua imagem fora vinculada à *teoria da origem divina*. Através dessa teoria, o líder ganha uma espécie de respaldo teológico, pois foi escolhido pelos deuses antes de ser adotado pelo soberano em atividade. No caso de Trajano, Plínio, em seus escritos, diz que todo o poder – o *imperium* – do *princeps* tinha o amparo do *consensus universorum*, que lhe outorgou as condições de “o melhor dos homens” e *electus a diis*²⁵¹.

Ao nos referirmos ao amparo do *consensus universorum*, devemos levar em conta que a utilização desse argumento não possuía propriamente uma validade jurídica, mas se mostrava tão essencial quanto a aclamação oficial, visto que afirmava a plena legitimação do líder no poder. Plínio, o Jovem chegou ao ponto de considerar que o *consensus* do Senado, assim como a *adoptio* de Nerva, foram apenas uma ratificação da vontade superior de Júpiter²⁵². Ao considerar a *adoptio* como uma expressão da eleição proclamada pelos deuses, Plínio constrói o imaginário no qual Trajano e Júpiter apresentavam-se, respectivamente, como *Trajanus Optimus Princeps* e *Iupiter Optimus Maximus*, uma comparação que quase ultrapassa os limites entre o homem e os deuses. Contudo, apesar de Plínio considerar Trajano como *divinitus constitutus* e *diis simillius*, foi categórico ao afirmar que:

“Jamais o veremos como um deus, jamais como uma divindade, pois não tratamos de um tirano e sim de um cidadão; não de um *amo* e sim de um pai. E o que mais o enobrece e exalta é que ele mesmo se considera como mais um entre nós, e sabe tanto que é um homem como que está a governar os homens”.²⁵³

Dessa forma, a exaltação não invade o terreno da idolatria, mas coloca o *princeps* como uma expressão da providência divina²⁵⁴, fazendo com que a posição de Trajano

²⁵¹ HIDALGO DE LA VEGA, op.cit., p. 120.

²⁵² HIDALGO DE LA VEGA, op.cit., p.122.

²⁵³ Plínio, Pan 2, 3-4: “Nusquam ut deo, nusquam ut numini blandiamur: non enim de tyranno sed de cive, non de domino sed de parente loquimur. Unum ille se ex nobis – et hoc magis excellit atque eminet, quod unum ex nobis putat, nec minus hominem se quam hominibus praeesse meminit”.

²⁵⁴ Plínio, ao escrever o Panegírico em sinal de agradecimento a Trajano, traçou diversas comparações com o divino. Contudo, no quesito de demonstrar a expressão divina, damos ênfase a esta passagem: “Agora, livre e

escapasse do sobrenatural para assentar-se na *representatividade* direta dos deuses. Contudo, essas idéias só alcançariam os objetivos político-ideológicos quando a *teologia imperial*²⁵⁵ estivesse fundada em crenças e convicções nas quais os súditos realmente acreditassem. Atingindo essa meta, o soberano passa a ser visto não apenas como um *líder*, mas como *protetor* e *salvador* de toda a humanidade²⁵⁶. Esse tipo de visão pode ser encontrado em algumas cartas de Plínio, nas quais a *felicidade* e a *segurança de todo o gênero humano* dependem da proteção de Trajano:

“Celebramos com júbilo apropriado, *domine*, o dia de tua ascensão²⁵⁷ ao Império, e oferecemos orações aos deuses para mantê-lo com saúde e prosperidade em favor do gênero humano, cuja segurança e felicidade dependem da tua proteção. Nós também administramos o juramento de sujeição²⁵⁸ dos teus companheiros-soldados na forma normal, e achamos que os provincianos tomaram isso como uma prova da tua lealdade”.²⁵⁹

“Celebramos com solenidade o dia em que a segurança da caminhada humana foi felicissimamente transferida ao teu cuidado, fazendo nosso juramento público e ações de graças aos deuses, a quem nós devemos tua autoridade”.²⁶⁰

As duas Epístolas – 52 e 102 – relatam os juramentos e os agradecimentos feitos aos deuses pelo dia da ascensão do *princeps* Trajano, dia em que diversos segmentos da sociedade prestavam júbilo público em favor do imperador. Notamos pelo exemplo de Plínio que a proteção de todos estava nas mãos de Trajano, visto que ele fora escolhido pelos deuses. Toda essa configuração de respeito, júbilo e proteção ajudou a alimentar as crenças e as convicções em torno da figura de Trajano, que passou a ser visto como *cosmocrator*, ou seja, como “senhor do mundo”. Interessante lembrar que, antes mesmo de Trajano assumir o trono, os presságios vistos por seu pai natural – *Mario Ulpio Trajano* – já apresentavam a imagem de

despreocupado, cuida apenas do céu, já que creditou a ti – Trajano – o cuidado e o trabalho referentes a todo o gênero humano”. (*Pan* 80, 4).

²⁵⁵ A configuração de uma *teologia imperial* tem sua máxima assimilação nas monarquias teocráticas do Baixo-Império, nas quais os fatores de caráter mágico-religiosos contribuem para a formação da ideologia política.

²⁵⁶ HIDALGO DE LA VEGA, op.cit., p.109.

²⁵⁷ 28 de janeiro. O *dies imperii* era quando o imperador fora saudado como *imperator* pelo exército.

²⁵⁸ O *sacramentum* anual de lealdade ao imperador e a sua família.

²⁵⁹ Plínio, *Ep. X*, 52: “*Diem, domine, quo servasti imperium, dum suscipis, quanta mereris laetitia celebravimus, precati deos ut te generi humano, cuius tutela et securitas saluti tuae innisa est, incolumen florentem que praestarent. Praeivimus et commilitonibus ius iurandum more sollemni, eadem provincialibus certatim pietate iurantibus*”.

²⁶⁰ Plínio, *Ep. X*, 102: “*Diem, quo in te tutela generis humani felicissima successione translata est, debita religione celebravimus, commendantes dis imperii tui auctoribus et vota publica et gaudia*”.

Trajano como o “senhor de todos”. Todavia, essa posição superior não se confundia com a figura de um déspota, visto que, em Trajano, esse poder revelou-se como um *vindex libertatis* – remontando à tradição augusta, caracterizando-o como o salvador do *imperium* e da *res publica*²⁶¹.

Essas caracterizações estão todas nos escritos de Plínio, o Jovem, nos quais se restabelece a imagem de um *princeps* que restaura e respeita as leis – mesmo ele sendo superior a todos – e que, por isso, é visto como uma *síntese do aristocrata pacífico e do chefe militar*²⁶². Um exemplo dessa postura encontra-se em uma carta escrita pelo próprio Imperador Trajano, referente a certa questão que envolvia a disponibilidade de mais soldados:

“Eu também ouvi de *Gaviu Bassus*²⁶³ que o número de soldados designados por minhas ordens era inadequado. Mandeí uma cópia de minha resposta junto com esta carta para a tua informação. É importante distinguir entre as necessidades de uma situação e a probabilidade do teu desejo em estender teus privilégios. O interesse público deve ser nosso único interesse, e na medida do possível nós devemos manter a regra de que soldados não devem ser retirados da ativa”.²⁶⁴

Notamos que a preocupação com o “interesse público” deveria ser norteadora das questões levantadas por quaisquer indivíduos – mesmo em assuntos referentes às tropas –, o que demonstra a exata medida entre o *pacificador* – respeito às leis – e o *chefe militar*.

Essas características, apontadas por Plínio e próprias de um soberano que respeita a todos, demarcam a tipicidade de uma imagem ideal, que se apresenta marcada por símbolos tanto racionais quanto carismático-religiosos. É com essa mescla de valores que Plínio construiu a imagem de um soberano, seguindo, de acordo com a historiadora Maria Jose Hidalgo de La Vega, quatro premissas básicas: a *libertas*; a submissão do *princeps* às leis; a *adoptio* e, por fim, as *virtudes imperiais*²⁶⁵. Visto que esta dissertação objetiva o estudo da construção de um soberano ideal através das *virtudes*, tomaremos superficialmente as outras

²⁶¹ HIDALGO DE LA VEGA, op.cit., p.112.

²⁶² HIDALGO DE LA VEGA, op.cit., p.113.

²⁶³ Prefeito de Pontic Shore. Não estão claros quais os deveres desse indivíduo, nem o porque ele solicitou mais tropas.

²⁶⁴ Plínio, Ep. X, 22: “Et mihi scripsit Gavius Bassus non sufficere sibi eum militum numerum, qui ut daretur illi, mandatis meis complexus sum. Cui quae rescripsissem, ut notum haberes, his litteris subici iussi. Multum interest, res poscat an hoc nomine eis uti latius uelit. Nobis autem utilitas demum spectanda est, et, quantum fieri potest, curandum ne milites a signis absint”.

²⁶⁵ HIDALGO DE LA VEGA, op.cit., p.125.

três premissas. Antes mesmo de abordarmos algumas dessas características, antecipamos que alguns autores as consideram contraditórias por natureza:

“Estes puntos que en el propio texto pliniano se manifiestan de forma contradictoria, habida cuenta de la incompatibilidad entre libertad y autocracia, *adoptio* e *cognatio*, dan cumplida cuenta de las líneas programáticas de la política de un emperador que en el ejercicio del poder desarrolló una síntesis de la actividad política y militar, en la que la actividad militar y sus beneficios económicos servían para solucionar los problemas sociales y económicos propios de las transformaciones que se produjeron en el império”.²⁶⁶

Temos em vista que a exaltação por princípios ideais esbarrava nas próprias tensões sociais vividas no período. Dessa forma, Trajano buscou controlar essas tensões com medidas equilibradas, passando uma imagem de estabilidade político-econômica, refletida nos escritos de Plínio, o Jovem.

Com efeito, a harmonia vivida no principado de Trajano devia-se em grande medida à presença daquelas premissas levantadas anteriormente, que podem ser resumidas das seguintes maneiras:

- *Libertas*: enquadra-se dentro das *virtudes imperiais*, mas guarda em si a oposição à tirania. Ao ser entendida dentro do principado romano, era a característica que garantia aos cidadãos as liberdades cívicas. Teve grande importância nas propagandas políticas de Augusto, representando a sua “virtude” frente a qualquer usurpador²⁶⁷. Já quando nos referimos ao período de Trajano, a *libertas* teve papéis diferenciados, caso levemos em conta o programa político exterior, ou o interior. No primeiro, o peso do conceito recaiu na potencialidade expansionista e integradora. No segundo, a *libertas* correlacionou-se à vontade de Trajano em valorizar os cidadãos, tentando, dessa forma, recompor a confiança das instituições republicanas²⁶⁸ – sabendo que o Senado estava com uma imagem fraca e desgastada.

²⁶⁶ HIDALGO DE LA VEGA, op.cit., p.126.

²⁶⁷ GERVÁS, op.cit., p.80.

²⁶⁸ HIDALGO DE LA VEGA, op.cit, p. 125.

- *Respeito às leis*: entende-se na contraposição ao governo de Domiciano, que passou uma imagem de perseguidor e intolerante. Ao se mostrar submisso às leis, Trajano passava duas idéias importantes para a legitimidade de seu principado: a) por estar seguindo as leis, mostrava que elas eram coerentes e corretas; b) agindo assim, ele se mostrava como qualquer outro cidadão – apesar de ser o *melhor dentre todos*.
- *Adoptio*: essa premissa é utilizada dentro de um *sistema político* que se rompe com a sucessão genealógica, dado que qualquer forma política que lembrasse uma monarquia hereditária – inclusive o emprego da palavra *rex* – era repudiada pelos romanos. “Se o império é sobre todos, o representante deve ser eleito dentre todos”²⁶⁹. A frase resume a idéia de sucessão por *adoptio*, visto que o novo imperador seria buscado fora do seio da família. Vimos aqui que, no caso de Trajano, sua *adoptio* pelo imperador Nerva foi uma simples confirmação da vontade suprema, dado que Trajano já havia sido escolhido em uma espécie de “eleição divina”.

A última das premissas citadas diz respeito ao uso das *virtudes imperiais*, que, como vimos, destinam-se à fomentação de uma imagem modelar e exemplar de um soberano, uma imagem que seja capaz de apresentá-lo, ao menos no campo teórico, como alguém superior a todos os que o cercam²⁷⁰. É com a “encarnação” das *virtudes* que, geralmente, o *princeps* nutre-se de carisma e poder, podendo então se colocar entre o divino e o humano. Entendemos que essa *construção virtuosa* era um costume que estava presente em toda a ideologia política que cercava o *princeps* Trajano, visto que muitas das *virtudes* encontradas/exaltadas em sua pessoa promoviam e asseguravam, nos grupos sociais que o cercavam, a difusão de um *culto imperial*.

Se somarmos a essas quatro premissas, apresentadas por Maria José Hidalgo de La Vega, as funções das *virtudes* definidas por Manuel J. Rodríguez Gervás – “elaborar, formalizar e intensificar a imagem imperial com o objetivo básico de criar uma estrutura política unitária” – percebemos que ambas apontam na direção de uma utilização das *virtudes* para a formação de uma espécie de culto imperial. Assim sendo, entendemos que a fusão de ambas as idéias propicia uma definição das *virtudes* compatível com todas as esferas do principado romano.

²⁶⁹ HIDALGO DE LA VEGA, op.cit., p.121.

²⁷⁰ FRIGHETTO, Renan. *A Imagem do Rei nas Fontes Hispano-Visigodas: Aspectos Teóricos*. Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH) – Anais da XXI Reunião: Rio de Janeiro, 2001., p.81.

Hidalgo de La Vega propõe, com o mesmo teor de Gervás, que as *virtudes* “*Tenían, pues, la función de elaborar, formalizar e intensificar la imagen imperial en la perspectiva de ir participando como un factor más en la construcción de una teología política de la realeza.*”²⁷¹

Indubitavelmente, notamos que as teorias da *virtude* ligadas ao período do principado romano apresentam raízes comuns no que tange a sua definição e a sua aplicabilidade. Tendo isso em mente, propomos um complemento às teorias que ora apresentamos, visto que a união e a interdependência são características inerentes às discussões em torno das *virtudes*. Para isso, apresentaremos um resumo contendo apenas a “essência” dos argumentos propostos por três autores e, por fim, sugeriremos uma complementação dessa abordagem.

No texto *Propaganda Política y Opinión Pública en los Panegíricos Latinos del Bajo Imperio*, Manuel Rodríguez Gervás considera que as *virtudes* agem na *formação de uma estrutura política unitária*. Por sua vez, Maria José Hidalgo de La Vega propõe, em seu texto *El Intelectual, la Realeza y el Poder Político en el Imperio Romano*, que as *virtudes* podem ser vistas como *agentes formadores de uma teologia imperial*. O terceiro autor, Renan Frighetto, credita às *virtudes*, em um contexto paralelo²⁷², o papel de *formar uma imagem modelar e exemplar de soberano*.

Apesar da diferença de argumentos apresentados pelos três autores, destacamos a interdependência de todos. Por conta dessa interdependência, é imprescindível levarmos em conta a fusão de suas idéias na elaboração de uma “nova” forma de se entender a *função* das *virtudes* no período do principado romano. Propomos então, como uma nova característica usada na elaboração de um aparato virtuoso em torno de um soberano, a *formação de uma prática político-ideológica que visa angariar apoio de variados extratos sociais*.

Estrutura política unitária, teologia imperial, imagem modelar e exemplar, apoio dos extratos sociais. Quaisquer dessas perspectivas levantadas anteriormente são visíveis no período do principado de Trajano, sejam tomadas individualmente ou no todo. De um modo geral, sabemos que a construção de um *governo unitário* depende da sua legitimação ideológica, que está sujeita à assunção, por parte do soberano, de um conjunto de idéias que alcancem a condição de *ideologia suprema* e pelas quais ele se paute. Para isso, nada mais

²⁷¹ HIDALGO DE LA VEGA, op.cit., p.110.

²⁷² No texto *A Imagem do Rei nas Fontes Hispano-Visigodas: Aspectos Teóricos*, Renan Frighetto utiliza as *virtudes* para demonstrar que elas agiam na integração dos visigodos no interior da *ciuitas* greco-romana.

convincente que lançar mão de uma *teologia imperial*, através da qual se constrói um modelo de soberano submisso aos auspícios e aos deuses, mas com uma *configuração exemplar* e superior a todos os outros homens. Por fim, apesar de sua superioridade, o *princeps* necessita do *apoio* de homens fiéis para poder desenvolver seu domínio e seu poder. Vemos, dessa forma, que as *virtudes* exercem um papel determinante em todas as fases da constituição de um governo unitário: são necessárias para a ascensão ao poder, para a sua manutenção e para o seu desenvolvimento.

Ao considerarmos essas noções no período por nós estudado, notamos que Plínio desenhou o poder exercido pelo *princeps* Trajano como moderado e tolerante, ou seja, sempre muito próximo à exemplaridade. Contudo, estudos recentes apontam para uma possível falácia nessa questão. Muitos acreditam que Trajano não só continuou vários aspectos da política de Domiciano – amplamente criticado por Plínio e autores contemporâneos a ele – como chegou a aumentar o caráter autocrático do poder²⁷³. Como essa questão exige conhecimentos além dos aqui propostos, direcionamos a discussão para a necessidade do principado de Trajano buscar subterfúgios através de ideologias que lhe dessem legitimidade para construir um governo central, unitário e diferente de Domiciano. Quase como um imperativo, a oposição entre Trajano e Domiciano era apresentada, de modo favorável a Trajano, através da *teologia imperial* – a proposta de Hidalgo de La Vega –, com a qual as *virtudes* davam contornos carismáticos ao *princeps* diante da comunidade.

A legitimação através de uma ideologia religiosa, no nosso caso, a *teologia imperial*, está intimamente ligada às *virtudes*, posto que elas elevam o *princeps* a uma posição intermediária entre o humano e o divino, muito notada nos *cultos imperiais*²⁷⁴. Esse caráter religioso pôde ser visto anteriormente nos vários júbilos e juramentos aos deuses em sinal de agradecimento pela proteção que Trajano propiciava a todo o gênero humano. A construção de estátuas, de algo *material*, portanto, era uma outra forma de se mostrar agradecido: “(...) Peço para que, primeiramente, permita que eu adicione uma estátua tua junto às outras, que irá adornar o templo que pretendo construir (...)”²⁷⁵.

Com efeito, a *qualificação otimizada* que o envoltório religioso propicia constrói, voluntária ou involuntariamente, uma *imagem modelar e exemplar* de soberano. Logo, uma

²⁷³ HIDALGO DE LA VEGA, op.cit., p.108.

²⁷⁴ HIDALGO DE LA VEGA, op.cit., p.109.

²⁷⁵ Plínio, Ep.X, 8: “(...) Rogo ergo ante omnia permittas mihi opus quod incohaturus sum exornare et tua statua (...)”.

estrutura política unitária baseada em uma teologia imperial tem, em seu líder, a *personificação* de todos os ideais pertencentes aos grupos sociais atuantes. Como vimos, devemos levar em conta que essa ostentação virtuosa era dirigida a um grupo determinado, que estivesse eminentemente vinculado aos círculos de poder²⁷⁶. Nessa configuração, entendemos que o uso das *virtudes* poderia ser um “catalisador do poder”²⁷⁷, já que, ao se trajar de *virtudes*, o indivíduo poderia acelerar sua chegada ao poder, e, ao conquistar o status desejado, o *efeito* estabilizar-se-ia.

Por fim, delineamos com maior clareza a proposta de considerar as *virtudes* como uma prática política que visa *angariar apoio* das camadas sociais importantes – no caso do principado de Trajano, principalmente os homens de vida pública e o segmento do exército. Ainda que o soberano estivesse legitimado por uma *teologia imperial* e fosse visto como um *modelo exemplar*, ele necessitava do apoio dos cidadãos para sustentar seu poder. Dessa forma, as *virtudes* não deveriam apenas moldar o indivíduo como um *exemplo* de soberano “divino”, mas também aproximá-lo das camadas sociais que o legitimavam.

O importante é notar que caracterizar Trajano como um *escolhido de Júpiter* – nos limites entre o divino e o humano – acaba por distanciá-lo, e muito, da realidade vivida pelos outros homens. Por isso, ao vincularmos as *virtudes* à *busca de apoio*, entendemos que Trajano também deveria ser visto como um benfeitor mais próximo aos homens, ou seja, o *princeps* não era apenas um distante enviado divino, mas sim a encarnação do *ideal senatorial de civilis princeps*²⁷⁸. Essa proximidade proporcionava mais intimidade e mais tranquilidade tanto ao *princeps* quanto ao principado como um todo, visto que o fato de estar próximo aos homens comuns distanciava o *princeps* da imagem de um autocrata. No caso de Trajano, além da condição de *autoridade emanada* pelo consenso senatorial e popular²⁷⁹, temos a grande aceitação das legiões – *aclamatio pretoriana*.

Se para o Senado era importante a identificação de um *princeps* ao ideal senatorial, para as legiões era imprescindível que Trajano figurasse como um exemplo militar e como

²⁷⁶ FRIGHETTO, *A Imagem do Rei ...* op.cit., p.81.

²⁷⁷ Esse termo foi retirado do texto *A Imagem do Rei nas Fontes Hispano-Visigodas: Aspectos Teóricos*, do Prof. Dr. Renan Frighetto. No contexto original, a função de “catalisador do poder” aliava-se à idealização de um soberano frente a um determinado grupo social: “*Uma idealização especialmente pautada por uma série de uirtutes diretamente relacionadas com a tradição clássica e cristã e que tinha por objetivo a construção da imagem do princeps christianus sacratissimus que deveria colocar-se como parâmetro modelar para a sociedade hispano-visigoda e, principalmente, como catalisador do poder frente ao corpo nobiliárquico*”. (p.83).

²⁷⁸ NOREÑA, op.cit., p.254.

²⁷⁹ NOREÑA, op.cit., p.259.

detentor da *Victoria*²⁸⁰. Essa posição de soberano vitorioso era legitimada pelo segmento militar tanto pelas práticas em campo de batalha, com a exaltação da *Victoria*, como pela confiança e apoio nos assuntos referentes às particularidades da vida dos legionários. Assim como os escritos de Plínio demonstravam um Imperador próximo a seu funcionário – ao *legatus* –, preocupado com construções públicas e benfeitorias senatoriais, também encontramos, em algumas cartas de Plínio, indicações da proximidade de Trajano aos ideais militares:

“Posso felicitá-lo, *optime imperator*, no teu próprio nome e como *rei publicae*, numa grande e gloriosa vitória²⁸¹ na melhor tradição de Roma? Eu oro aos deuses para que teus projetos/desígnios encontrem-se com a tua felicidade, e que a glória do teu Império seja renovada e aumentada por tuas destacadas virtudes”.²⁸²

Nessa primeira Epístola – 14 –, encontramos uma referência à *victoria*, tão importante para um imperador considerado expansionista e militar. De acordo com Gervás, no texto *Propaganda Política y Opinión Pública en los Panegíricos Latinos del Bajo Imperio*, a *victoria* era assimilada não apenas a uma campanha em específico, mas à capacidade do imperador deter o *imperium infinitum*, ou seja, deter a chefia de todo o Império. Com essa epístola, compreendemos que a proximidade de Trajano aos legionários possuía a legitimação dentro dos campos de batalha – através das vitórias. Já a aproximação entre o imperador e seus legionários, no que tange à vida particular, foi relatada na primeira parte desta dissertação, ao falarmos das cartas 106 e 107²⁸³, que tratam da cidadania dada à filha de um legionário.

²⁸⁰ Manuel Rodríguez Gervás, em seu texto *Propaganda Política y Opinión Pública en los Panegíricos Latinos del Bajo Imperio*, relata a mudança que o conceito de *Victoria* sofre do período republicano para o imperial romano. No primeiro momento, essa *virtude* ligava-se a uma teologia do triunfo baseada no direito dos auspícios e enquadrada nas instituições, de tal modo que o vencedor mantinha uma espécie de divinização temporal, sempre e quando seu triunfo estivesse dentro de algumas condições, *iustus triumphus*, sendo a primeira de todas a participação pessoal na vitória. Contudo, no final da República e, principalmente, no Principado, sofreu uma mudança significativa, pois passou a referir-se à assimilação da vitória – de qualquer vitória – pelo Imperador que detinha a chefia não de uma campanha concreta, mas de todo o principado, através do *imperium infinitum*. (GERVÁS, op.cit., p.81).

²⁸¹ Na Dácia, entre 102 e 106 d.C.

²⁸² Plínio, Ep. X, 14: “*Victoriae tuae, optime imperator, maximae, pulcherrimae, antiquissimae et tuo nomine et rei publicae gratulor, deos que immortales precor, ut omnes cogitationes tuas tam laetus sequatur eventus, cum virtutibus tantis gloria imperii et novetur et augeatur*”.

²⁸³ Vide páginas 62 e 63.

Entendemos que a questão de *angariar apoio* dos segmentos importantes da sociedade romana estava bem definida nos escritos de Plínio. A sua habilidade de escrita respondia aos anseios de todos os envolvidos, incluindo ele próprio. Não questionamos a sensibilidade política de Trajano ao enfrentar tanto os homens de toga quanto os de armas, visto que seus inúmeros títulos senatoriais referentes às ações militares são inegáveis. Mas a sua postura exemplar, transmitida século após século²⁸⁴, deveu-se mais às belas palavras de um súdito leal que às próprias ações reais. Plínio, sob o jugo de um *optimus*, soube retratar um soberano ideal e, sem “inocência”, colocou-se ao lado do mesmo. Apenas um indivíduo com sentimentos aguçados e com grandes influências poderia figurar tão perto de um líder exemplar. Assim, passamos à etapa de análise de algumas virtudes específicas exaltadas por Plínio, o Jovem no Livro X, a fim de demonstrar como Trajano fora retratado pelas hábeis mãos de um correspondente provinciano.

TERCEIRA PARTE: “MAS OS DEUSES APRESSARAM-SE PARA COLOCAR O GOVERNO EM TUAS MÃOS”

3.1. Epistolário cruzado entre Plínio, o Jovem e Trajano: as *virtudes* em foco

²⁸⁴ Devemos atentar para a seguinte questão: não sabemos ao certo qual foi o impacto dos escritos de Plínio, o Jovem no período em que foram escritos. Sabemos que, *a posteriori*, foram levados em conta – principalmente o Panegírico.

Nesta etapa final da nossa dissertação, optamos por uma metodologia pragmática, na qual tanto o contexto apresentado como as discussões acerca do conceito de virtude possuem fundamental importância na análise de diversas cartas do Livro X. Apresentaremos definições de algumas virtudes, de acordo com os teóricos que utilizamos, e desenvolveremos suas definições tendo em vista as cartas de Plínio. Para isso, destacamos a importância da tabela²⁸⁵ localizada no final deste capítulo, que serve como um guia na localização das principais virtudes proclamadas por Plínio. Consideramos que a principal função das cartas trocadas entre Plínio e Trajano foi a de comunicação, mas também entendemos que vários foram os trechos que continham mensagens ligadas ao “melhor dos homens”. Salientemos que a construção discursiva das cartas indica um movimento um tanto sutil de elaboração de imagens, e não uma distorção intencional – como o caso do Panegírico, por exemplo. Para o historiador Darío Sanchéz, Plínio, no Livro X, simplesmente reproduz a ideologia oficial²⁸⁶ do período, porque, aparentemente, acreditava nela, ou ao menos queria assim apresentar-se.

Fato é que podemos encontrar, em 34 das 72 cartas escritas por Plínio, alguma referência às qualidades e virtuosidades do imperador. Para enumerar e definir essas virtudes, utilizamos dois textos como base, “*Propaganda Política y Opinión Pública en los Panegíricos Latinos del Bajo Imperio*”, de Manuel Gervás, e “*Estudios de História da Cultura Clássica*”, de Maria Helena da Rocha Pereira, que apresentam um rol de 26 virtudes²⁸⁷, dentre as quais 12 podem ser encontradas²⁸⁸ no Livro X – algumas com mais frequência, outras apenas uma vez. Apesar deste trabalho não focar a visão de Trajano em relação a Plínio, verificamos que também

²⁸⁵ A formulação da tabela teve como inspiração dois trabalhos: o texto “*As Palavras e as Idéias: o Poder na Antiguidade*”, da historiadora brasileira Renata Lopes Biazotto Venturini, e o artigo “*Trajan: Government by Correspondence*”, do historiador inglês Fergus Millar. Há, no primeiro trabalho, uma tabela que apresenta as ocorrências dos termos *fides* e *amicitia* nos nove primeiros livros de Plínio, o Jovem. Já no segundo, a tabela é mais parecida com a nossa, pois Fergus, para além de se deter sobre o Livro X, apresenta algumas informações adicionais tais como datas e localizações. A tabela apresentada no final do nosso trabalho foi dividida em 6 partes: número das cartas e seus remetentes; nomes encontrados em cada carta; locais citados; virtudes ligadas aos indivíduos; elogios à Instituição do Império e um breve resumo de cada epístola.

²⁸⁶ Interessante notarmos que, apesar do Panegírico ser o documento *laudatório* por excelência, temos, nas Cartas trocadas entre Plínio, o Jovem e Trajano, o uso da *Aeternitas* e da *Providentia*, ambas categorias não citadas no Panegírico e invocadas/celebradas no Livro X. (HIDALGO DE LA VEGA, Maria José. *El Intelectual, la Realeza y el Poder Político en el Imperio Romano*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1995, p.111).

²⁸⁷ Totalizamos, ao final de nossos estudos, 40 virtudes que eram celebradas no mundo romano. Contudo, utilizamos esses dois estudos que teorizam e selecionam algumas das mais frequentes e importantes virtudes. São elas: *virtus, clementia, iustitia, pietas, aeternitas, aequitas, concordia, disciplina, felicitas, fortuna, fides, honos, libertas, liberalitas, moderatio, providentia, salus, spes, victoria, gloria, honor, dignitas, gravitas, labor, sapientia, humanitas*.

²⁸⁸ Encontradas: *virtus, pietas, aeternitas, disciplina, felicitas, fortuna, fides, providentia, salus, victoria, gloria, honor*.

aparecem virtudes ligadas ao governador de Ponto-Bitínia. Um total de 9 cartas, das 52 escritas por Trajano, contém alguma referência às virtudes contidas nos textos teóricos analisados, sem contar as diversas cartas que, como vimos, eram remetidas com o vocativo *mi Secunde carissime*.

Cabe agora analisar, carta por carta, a incidência das virtudes exaltadas por Plínio, definindo-as dentro do momento do principado romano.

3.2. *Virtus*

Que *virtus* deriva de *vir* é observação que já consta em nosso trabalho. Vimos também que essa palavra recebeu diversas acepções quanto a sua essência e sua representatividade dentro das sociedades antigas: desde as definições de “ser homem” – não necessariamente no que diz respeito a um momento da vida, senão no sentido de “ser homem direito”²⁸⁹ –, até suas ligações com a valentia, ou mesmo como termo genérico de todas as virtudes que um homem pode ostentar. Sua amplitude é tamanha que, em alguns períodos, autores como Sêneca consideravam que todas as ações de um sábio deviam concordar com e corresponder à *virtus*²⁹⁰, enquanto, em outros momentos, a *virtus* estava intimamente ligada apenas às ações militares²⁹¹. Porém, um traço dessa virtude foi sempre o mesmo: sua relação com a boa conduta, a constância, a adequação, nas quais se mesclam preceitos de coragem, tenacidade e alma. É esse o vocábulo que constantemente se relaciona à palavra grega *aretê*, significando “o melhor dos homens”. Se esse homem, em tempos de guerra e expansão, ostentasse a *virtus*, teria como consequência a *victoria*, o que o caracterizaria como *invictus*²⁹². É importante salientar que essa virtude adornou os imperadores romanos, de Augusto a Teodósio, com uma particularidade que não dizia respeito apenas à sua conduta: a *virtus* deveria ser outorgada pelos deuses. Com isso, o imperador conquistava fama e honra.

²⁸⁹ ROCHA PEREIRA, Maria Helena da. *Estudos de História da Cultura Clássica*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1992, p.398.

²⁹⁰ ROCHA PEREIRA, op.cit., p.407.

²⁹¹ GERVÁS, Manuel J. Rodríguez. *Propaganda Política y Opinión Pública en los Panegíricos Latinos del Bajo Imperio*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1991, p.78.

²⁹² GERVÁS, op.cit.

Sendo assim, temos três cartas do Livro X de Plínio, o Jovem que ora podemos destacar:

“Teus sentimentos de filho, Santíssimo Imperador, incitaram teu desejo para que teu pai prosperasse até o último momento possível, mas os deuses imortais apressaram-se para colocar o governo em tuas mãos, uma tarefa para a qual, de acordo com tuas virtudes, você sempre esteve designado. Portanto, rezo por você e por todo o gênero humano, para que possam gozar de toda prosperidade, como convém a teu reino; e como um indivíduo, não mais que um funcionário, *imperator optime*, desejo-te saúde e felicidade”.²⁹³

Essa é a primeira carta do Livro X, escrita logo após a morte do Imperador Nerva – janeiro de 98 d.C – para dar as boas-vindas ao novo imperador romano. Veremos que essa epístola constará em outros tópicos referentes às diversas virtudes que nela aparecem. Assim sendo, abordaremos, agora, a questão da *virtus/virtutes*. O primeiro ponto que destacamos é a anuência dos deuses à posse de Trajano: Plínio diz que o novo imperador queria que seu pai²⁹⁴ prosperasse até o final; os deuses, porém, queriam a presença de Trajano na liderança do Império. Dessa forma, o novo imperador já chega ao poder legitimado, para assumir uma função designada a ele pelos deuses. A escolha dos deuses fora tomada devido às *virtutes* de *Trajanus*, que forneciam todo o aparato governamental esperado por eles e pelo gênero humano. Notamos que não há nenhuma conotação militar nessa epístola, mas entendemos que a incidência da *virtus* recai sobre o acúmulo de todas as virtudes, dando assim a idéia de “o melhor dos homens”, o escolhido pelos deuses.

Na mesma linha, a Epístola X, 88 apresenta a palavra *virtutis* com conotações a “diversas virtudes”, visto que se trata de outra carta comemorativa, escrita para felicitar o aniversário de Trajano:

²⁹³ Plínio Ep.X, I: “*Tua quidem pietas, imperator sanctissime, optaverat, ut quam tardissime succederes patri; sed di immortales festinaverunt virtutes tuas ad gubernacula rei publicae quam susceperas admove. Precor ergo ut tibi et per te generi humano prospera omnia, id est digna saeculo tuo contingant. Fortem te et hilarem, imperator optime, et privatim et publice opto*”.

²⁹⁴ Lembremos da tradição da *adoptio*, pela qual Trajano era considerado um “filho” de Nerva, visto que este o adotou como seu sucessor.

“Estas são minhas orações, *domine*, que este aniversário e tantos outros que virão tragam muitas felicidades a ti, e que com saúde, força e virtudes, você possa adicionar, à fama imortal e à glória da tua reputação, novas realizações”.²⁹⁵

Nessa carta, a situação era, naturalmente, diferente daquela da primeira epístola. Vemos que, para além das felicitações pelo aniversário de Trajano, não há qualquer evocação à participação dos deuses, assim como qualquer conotação a guerras, *victoria*, etc. Podemos dizer então que a *virtutis* opera como um agente formador da conduta de Trajano, uma conduta constante e adequada que possibilitaria o aumento de fama e das novas realizações do imperador. Interessante notarmos que a anuência dos deuses à *virtus* dos imperadores possibilitava a busca pela fama e pela honra, fato que encontramos também na carta 88.

Essas duas epístolas formam a imagem de um imperador com *virtus*, ou seja, legitimado pelos deuses, com a conduta própria de um bom homem, aliado à boa reputação e à fama. Contudo, vimos que o período de Trajano é lembrado por suas conquistas militares, sendo considerado o momento de máxima expansão do Império Romano. Apesar dessa característica, as cartas do Livro X não tratam das diversas campanhas e conquistas militares levadas a cabo pelo imperador. Uma das únicas exceções é a epístola X, 14, que, pelo seu conteúdo, acreditamos que foi escrita durante a primeira guerra contra os Dácios, entre 101 e 102 d.C. Nela aparece a palavra *virtutibus*:

“Posso felicitá-lo, *optime imperator*, em teu próprio nome e como *rei publicae*, por uma grande e gloriosa vitória, na melhor tradição de Roma? Peço aos deuses para que todos os teus projetos/desígnios encontrem-se com a felicidade, e que a glória do teu Império seja renovada e aumentada por tuas destacadas virtudes”.²⁹⁶

Da mesma maneira que aparecem nas outras cartas, podemos interpretar essas “virtudes” como o acúmulo de todas as outras, como uma referência ao *optime* – o detentor das qualidades mais destacadas. Contudo, o contexto nos faz pensar em outras particularidades, visto que o momento retratado era de guerras, conquistas e, por conseguinte,

²⁹⁵ Plínio Ep. X, 88: “*Opto, domine, et hunc natalem et plurimos alios quam felicissimos agas aeternaque laude florentem virtutis tuae gloriam et incolumis et fortis aliis super alia operibus augebis*”.

²⁹⁶ Plínio Ep. X, 14: “*Victoriae tuae, optime imperator, maximae, pulcherrimae, antiquissimae et tuo nomine et rei publicae gratulor, deosque immortales precor, ut omnes cogitationes tuas tam laetus sequatur eventus, cum virtutibus tantis gloria imperii et novetur et augeatur*”.

vitórias. Vimos que uma das possíveis características do detentor da *virtus* era, justamente, o alinhamento com a *victoria* – também presente na carta. Temos o apelo às divindades para que elas se posicionem favoravelmente – felicidade e glória – a todos os projetos de Trajano e do Império.

Lado a lado com a ostentação da *virtus*, atentamos para o vocativo utilizado por Plínio nas cartas 1 e 14: *optime imperator*. Essa titulação aparece em outras epístolas, mas devemos salientar que tal título – *optimus* – só fora oficializado pelo Senado no ano 114 d.C.²⁹⁷. Logo, notamos que Plínio já concedia a condição de *optimus* a Trajano desde 97 d.C, fato que serve de argumento para o que entendemos como uma antecipação à formação de uma imagem de soberano ideal. Assim sendo, percebemos que os testemunhos de Plínio, o Jovem foram favoráveis à ostentação da *virtus* por parte de Trajano, tanto no âmbito da legitimação divina como das boas condutas e da sua ligação com as ações militares.

3.3. *Pietas*

Juntamente com a *virtus*, a *pietas* compõe o quadro das quatro virtudes augustas – somadas à *clementia* e à *iustitia*. Nos primeiros usos dessa palavra, como nas obras do poeta romano Ênio (239 – 169 a.C), havia a tendência de vinculá-la ao foro íntimo da consciência²⁹⁸, como fundamento de todas as boas relações. Essa característica não se perdeu, visto que a *pietas* representava toda a ligação interna e espiritual do sistema imperial romano²⁹⁹. Tais laços eram vistos tanto no âmbito político como no familiar. Tradicionalmente, constituía um sentimento de afeto e devoção estrito a pais e filhos, mas acabou adentrando nas relações entre governantes e governados, nas quais a “lealdade com laços de parentesco em política era uma obrigação suprema que, por vezes, impunha vinganças inexplicáveis”³⁰⁰.

Esboçamos, com essas premissas, a particularidade da *pietas*: ela não entra no rol das glórias pessoais, mas é ostentada por aqueles que cumprem deveres com os outros. Isso, nos

²⁹⁷ BENNETT, Julien. *Trajan Optimus Princeps: a Life and Times*. London: Taylor & Francis e-Library, 2005, p.x.

²⁹⁸ ROCHA PEREIRA, op.cit., p.330.

²⁹⁹ GERVÁS, op.cit., p.79.

³⁰⁰ ROCHA PEREIRA, op.cit., p.328.

meandros da vida pública, condiz com as noções de que: a) o governante com *pietas* tem um vínculo de dever e afeto com seus cidadãos; b) o governado que apresenta a *pietas* deve ser leal a seu líder. Dessa forma, se as pessoas que cercam o soberano possuem a *pietas*, as ações e os comportamentos do líder certamente condizem com o esperado pelos subordinados, fazendo assim com que ele mereça a lealdade de todos os seus súditos. Porém, assim como a *virtus*, a *pietas* também está relacionada ao divino. O soberano que ostenta essa virtude está dotado de um signo subjetivo da graça divina, sendo caracterizado como o ponto de partida de todos os acordos entre deuses e imperadores. Essa caracterização ganha força com a obra de Virgílio – Eneida (XII.839) –, na qual Júpiter, ao se reconciliar com Juno, concede a *pietas* como um apanágio aos romanos³⁰¹.

Quando nos atemos ao Livro X, notamos que vários são os testemunhos de cidadãos que, por conta da *pietas*, devem lealdade a Trajano. Dessa maneira, entendemos que os cidadãos só são leais devido ao afeto e ao sentimento de dever/responsabilidade com que Trajano trata os assuntos inerentes ao Império. Tomemos dois exemplos:

“(...) por tua bondade em conceder-me um sacerdócio, seja ele de *auguratum* ou de *septemviratum*, pois há vagas em ambas as ordens. Em virtude de meu sacerdócio posso adicionar oradores oficiais em teu favor, que eu já ofereço em minha vida particular de cidadão leal”.³⁰²

Essa carta foi utilizada anteriormente quando falamos sobre a função sacerdotal de Plínio, mas agora ela passa a ser analisada sob o ponto de vista das virtudes. A *pietatem* que consta nessa epístola é referente à lealdade de Plínio a Trajano, e não ao afeto do imperador pelo subordinado. Contudo, entendemos que essa relação de lealdade se dava em mão dupla, visto que, em diversas cartas escritas por Trajano, encontramos benfeitorias típicas de alguém preocupado com a situação de seus subordinados. Como exemplo disso, consideremos a carta 24:

³⁰¹ ROCHA PEREIRA, op.cit., p.329.

³⁰² Plínio, Ep.X. 13: “(...) *indulgentia tua, vel auguratum vel septemviratum, quia vacant, adicere digneris, ut iure sacerdotii precari deos pro te publice possim, quos nunc precor pietate privata*”.

“Se a construção de um novo banho em Prusa não afeta as finanças da cidade, não há nenhuma razão para nós não cedermos a esta petição; contanto que nenhum novo imposto seja cobrado e que não haja mais nenhum serviço essencial que use tais fundos”.³⁰³

Nela não encontramos nenhuma citação à *pietas*, mas percebemos a preocupação do *princeps* com a cobrança de impostos e com serviços de grande importância para a cidade. Ao demonstrar que sua posição dependia da condição financeira da região, reforçando que nenhuma atitude que prejudicasse os moradores – como o aumento de impostos – deveria ser tomada, Trajano demonstrava seu dever para com os súditos. Como vimos, a *pietas* estava ligada ao foro íntimo da consciência, o que nos leva a crer que as atitudes em prol da coletividade demonstravam que o imperador não agia apenas em nome da sua glória pessoal. Dessa maneira, quando Plínio exprime sua lealdade a Trajano na carta 13, e em várias outras, recebe como resposta o cumprimento dos deveres assumidos pelo imperador.

Complementando essa questão, temos exemplos de lealdade de outros cidadãos, como são os casos de *Julius Largus* na carta 75 e os de outras cartas de agradecimento nas quais soldados e cidadãos prestam juramentos em sinal da sua lealdade a Trajano:

“Celebramos com júbilo apropriado, *domine*, o dia da tua ascensão³⁰⁴ ao Império, e oferecemos orações aos deuses para mantê-lo com saúde e prosperidade em favor do gênero humano, cuja segurança e felicidade dependem da tua proteção. Nós também administramos o juramento de sujeição³⁰⁵ dos teus companheiros/soldados na forma normal, e vimos que os provincianos tomaram isso como uma prova de lealdade”.³⁰⁶

Notamos que as cartas de júbilo, felicitação de aniversário e agradecimento tendem a evocar diferentes virtudes e a fazer diversos elogios à Instituição. Da mesma maneira, aparecem os sinais de lealdade ao imperador como signo de sujeição ao protetor do gênero humano. Vemos também a reciprocidade de ações leais, já que o líder dá a proteção como um

³⁰³ Plínio, *Ep. X*, 24: “*Si instructio novi balinei oneratura vires Prusensium non est, possumus desiderio eorum indulgere, modo ne quid ideo aut intribuatur aut minus illis in posterum fiat ad necessarias erogationes*”.

³⁰⁴ 28 de janeiro. O *dies imperii* era o dia em que o imperador era saudado como *imperator* pelo exército.

³⁰⁵ O *sacramentum* anual de lealdade ao imperador e a sua família.

³⁰⁶ Plínio, *Ep. X*, 52: “*Diem, domine, quo servasti imperium, dum suscipis, quanta mereris laetitia celebravimus, precati deos ut te generi humano, cuius tutela et securitas saluti tuae innisa est, incolumem florentemque praestarent. Praeivimus et commilitonibus ius iurandum more sollemni, eadem provincialibus certatim pietate iurantibus*”.

ato de dever/afeto pelos cidadãos, e eles, em sinal de agradecimento, o coroam com seus votos de lealdade.

Por fim, recuperamos o início de uma das epístolas usadas na análise da *virtus* e seu contexto geral:

“Teus sentimentos de filho, Santíssimo Imperador, incitaram teu desejo para que teu pai prosperasse até o último momento possível, mas os deuses imortais apressaram-se para colocar o governo em tuas mãos, uma tarefa para a qual você sempre esteve designado”.³⁰⁷

Ao recorrermos à versão latina dessa carta, lemos, no começo da epístola, a frase “*Tua quidem pietas*”. As traduções dessa passagem apontam para a condição de “sentimento, lealdade” de um filho para com seu pai. Lembremos que, tradicionalmente, era essa a função da *pietas*: afeto e devoção nos laços familiares. Contudo, entendemos que essas palavras devem ser consideradas no contexto da *adoptio*, pelo que Nerva adotou Trajano como seu sucessor – adoção política, e não familiar. Um ponto de destaque é que os desígnios divinos dessa epístola atenderam a condição de anuência da *virtus*, e, como vimos, também a *pietas* pressupõe um acordo inicial entre o homem e o divino. Em última análise, Trajano deveria apresentar a *pietas* como qualquer outro romano, pois Júpiter havia proclamado tal virtude como inerente a todos os romanos. Dessa maneira, a *pietas* está presente no Livro X tanto na figura de Trajano como na de Plínio, em se tratando de uma condição necessária para a manutenção dos relacionamentos, assumindo um aspecto de sinal de afeto/lealdade entre os cidadãos.

3.4. *Aeternitas*

Essa é uma das virtudes que mais se confunde com os conceitos filosóficos transcendentais. Por isso, e devido ao seu valor impreciso dentro do campo das virtudes, alguns estudiosos não a consideram uma virtude. Contudo, desde a personificação sagrada dos imperadores, a partir de Augusto, a *aeternitas* figurou dentre as virtudes imperiais, e seu

³⁰⁷ Plínio, Ep. X, I: “*Tua quidem pietas, imperator sanctissime, optaverat, ut quam tardissime succederes patri; sed di immortales festinaverunt virtutes tuas ad gubernacula rei publica quam suscepas admoveere*”.

significado é igual ao de *immortalitas*³⁰⁸, ou seja, relaciona-se às noções de eterno, imortal e infinito, deixando claro o porquê da sua inconsistência. Sabemos que as discussões que entram nas particularidades do “eterno” tendem, inegavelmente, a recair nos assuntos relacionados às divindades, aos milagres e aos ciclos viciosos. Porém, devemos situar essa virtude nas questões referentes ao Império Romano, o que nos leva à seguinte proposição: por se tratar de uma virtude imperial, entendemos que o imperador era “eterno”. Mas o que fica impreciso é entender se o imperador detinha a *aeternitas* por ser imperador, ou porque o Império Romano, mantido por ele, era eterno por natureza³⁰⁹. Destaquemos que essa virtude não aparece no Panegírico e que, no Epistolário, aparece poucas vezes. Nas vezes em que aparece no Livro X, podemos usá-la para entendermos sua atribuição ao *princeps* Trajano.

Um dos casos em que a *aeternitas* aparece no Epistolário refere-se a uma proposta de grandes obras:

“Em consideração da tua nobre fortuna, que combina com tua posição suprema, penso que devo trazer a teu conhecimento quaisquer projetos que são dignos de teu imortal nome e glória, e que possam combinar utilidade com magnificência.

Há um grande lago³¹⁰, não muito longe de Nicomedia. Por ele, mármore, produtos das fazendas e madeira para construção são facilmente transportados de barco até a estrada principal; depois disso tudo, são pegos com as carretas, com muita dificuldade e aumentando as despesas. (Para conectar o rio com o mar³¹¹) muito trabalho seria exigido, mas não há falta dele. Há abundância de pessoas das campinas, e muito mais dos povoados e, parece certo que todos irão ajudar alegremente com o esquema que beneficiará a todos.

Depende de você mandar um engenheiro ou arquiteto, se achar necessário, para fazer uma pesquisa exata e determinar se o lago está acima do nível do mar. Os peritos locais dizem que é quarenta cúbicos³¹² acima. Olhei o local e acho que há um canal cavado por um dos antigos reis da Bitínia, penso que foi pretendido para drenar os campos adjacentes ou ligar o lago com o rio, mas não estou seguro disso; ele está inacabado, e novamente não posso afirmar se isso aconteceu porque o rei morreu repentinamente ou desesperou-se para terminar o trabalho. Isso,

³⁰⁸ GERVÁS, op.cit., p.79.

³⁰⁹ GERVÁS, op.cit.

³¹⁰ Lago Sophon (agora lago Sabanja), 18 milhas Sudeste de Nicomedia. Drenado a Nordeste dentro do Mar Negro via um afluente do Rio Sangarius. Plínio deseja conectá-lo por canal com um rio navegável fluindo do Oeste, no Golfo de Izmid.

³¹¹ Algo necessário para deixar o texto compreensível.

³¹² Hoje é de 120 pés. Não se sabe nada sobre esse canal.

no entanto, só me faz despedir-me com entusiasmo para vê-lo realizar o que os reis apenas podiam tentar: perdoe-me pela minha ambição em relação a tua maior glória”.³¹³

A epístola traz várias indicações de como Plínio, através de seus olhos de governador de província, via a situação do Império Romano. Durante toda a escrita, notamos a preocupação com e a dedicação às obras públicas, que expressavam o poder que o principado de Trajano podia ostentar diante dos outros. Pelo teor da carta, concluímos que havia dificuldades no trabalho que Plínio sugeria ao imperador, visto que mesmo os antigos reis da província da Bitínia não obtiveram sucesso em sua realização. Contudo, todas essas dificuldades materiais seriam recompensadas se realizadas com júbilos e glórias ao idealizador das reformas³¹⁴. É assim que Plínio invoca várias características de Trajano, tais como: fortuna (*fortuna*), posição suprema (*magnitudinem*), nome imortal (*aeternitate*) e glória (*gloria digna*).

Notamos que a *aeternitas* foi utilizada como immortalização do nome de Trajano, pois ele levaria a cabo uma obra que nem os reis antigos conseguiram realizar. Dessa forma, Plínio propunha que Trajano ficaria marcado para sempre como o idealizador de uma grande obra pública, o que deixaria seu nome vivo para a *aeternitatem*. Vemos que o uso dessa virtude ligou-se mais à figura do *princeps* do que à Instituição, ou seja, a *aeternitas* aparece, nessa epístola, como algo próprio de Trajano, e não do Império. Sabemos, porém, que as obras eram um indicativo da “saúde” do Império, e que a imortalidade de um nome tinha como consequência a prosperidade de todos que o cercavam. Exaltando a *aeternitas* de Trajano, Plínio immortalizava todo o Império, bem como os indivíduos que participavam de tal empreitada, como ele.

Devemos levar em conta as nossas exposições anteriores, nas quais propomos que um dos meios mais utilizados no mundo romano para adquirirem-se virtudes era, justamente, a

³¹³ Plínio, *Ep. X, 41*: “Intuenti mihi et fortunae tuae et animi magnitudinem convenientissimum videtur demonstrari opera non minus aeternitate tua quam gloria digna, quantumque pulchritudinis tantum utilitatis habitura. Est in Nicomedensium finibus amplissimus lacus. Per hunc marmora fructus ligna materiae et sumptu modico et labore usque ad viam navibus, inde magno labore maiore impendio vehiculis ad mare devehuntur (...) hoc opus multas manus poscit. At eae porro non desunt. Nam et in agris magna copia est hominum et maxima in civitate, certaue spes omnes libentissime adgressuros opus omnibus fructuosum. Superset ut tu libratores vel architectum si tibi videbitur mittas, qui diligenter exploret, sitne lacus altior mari, quem artifices regionis huius quadraginta cubitis altiores esse contendunt. Ego per eadem loca invenio fossam a rege percussam, sed incertum utrum ad colligendum umorem circumiacentium agrorum na ad committendum flumini lacum; est enim imperfecta. Hoc quoque dubium, intercepto rege mortalitate an desperato operis effectu. Sed hoc ipso (feres enim me ambitiosum pro tua gloria) incitor et accendor, ut cupiam peragi a te quae tantum coeperant reges”.

³¹⁴ Na resposta de Trajano a essa proposta de Plínio, o imperador se mostrou tentado em levar a diante tal empreitada, mas mostrou-se também comedido, pedindo diversas pesquisas e funcionários experientes. (Plínio, *Ep. X, 42*).

consideração. Lembremos que toda a terceira parte desta dissertação deve ser entendida através deste ponto de vista: Plínio *considerando* Trajano como virtuoso, utilizando-se de diversas virtudes, com diversas funções. Mas o interessante de analisarmos essa construção no Livro X é a constante presença de outros indivíduos *considerando* Trajano como virtuoso, todos se remetendo a Plínio para que ele transmitisse seus votos e seus júbilos. Esse é o caso da epístola 59:

“Flavius Archippus pediu-me, por tua prosperidade e teu nome imortal, para remeter uma petição que ele colocou em minhas mãos. Penso que é meu dever conceder esta petição feita desta maneira, provido que informei Furia Prima, sua acusadora, das minhas intenções. Ela também me passou uma petição que eu envio com esta carta, de modo que você possa ouvir ambos os lados e, dessa forma, sinta-se capacitado em decidir o que deve ser feito”.³¹⁵

Essa carta trata de um dos casos mais longos retratados no Livro X: o julgamento de Flavius Archippus. Acusado de falsa mineração, apresentou diversos documentos – de Domiciano e de Nerva – comprovando que sua sentença estava anulada e que suas práticas já estavam voltadas para a filosofia³¹⁶. O caso ganhou notoriedade graças à convocação de jurados para uma sessão judicial, para a qual Archippus fora convocado, mas pediu isenção devido a sua profissão de professor de filosofia. Alguns indivíduos ficaram indignados e pediram para que Archippus voltasse a cumprir sua pena pela falsa mineração. Isso indignou o então professor que, por isso, recorreu a Plínio e a Trajano para que resolvessem seu caso.

Flavius Archippus apela para a *aeternitas* do imperador, mostrando novamente que tal virtude possuía estreita ligação com o indivíduo, e não com a Instituição. Para esclarecer melhor a separação entre o indivíduo e a Instituição que ele representa, podemos usar como exemplo algumas curtas passagens de outras epístolas: “para que possam gozar de toda prosperidade, como convém a seu principado” (*Ep. X, 1*); “estaria mais de acordo com a atmosfera pacífica de seu principado” (*Ep. X, 3-a*); “a glória do teu Império seja renovada” (*Ep. X, 14*), etc. Vemos, com isso, que existiam momentos em que se desejavam todos os tipos de votos ora para o principado, ora para o tempo de Trajano, e não para o indivíduo.

³¹⁵ Plínio, *Ep. X, 59*: “*Flavius Archippus per salutem tuam aeternitatemque petit a me, ut libellum quem mihi dedit mitterem tibi. Quod ego sic roganti praestandum putavi, ita tamen ut missurum me notum accusatrici eius facerem, a qua et ipsa acceptum libellum his epistulis iunxi, quo facilius velut audita utraque parte dispiceres, quid statuendum putares.*”

³¹⁶ Caso apresentado na Epístola X, 58.

No que tange à *aeternitas*, com a ajuda do “*Index de Pline Le Jeune*”, não encontramos nenhum caso em que tal virtude apareça relacionada somente à “eternidade do Império Romano”; ela aparece, antes, vinculada ao nome imortal de Trajano. Podemos interpretar a seguinte epístola como um indicativo da imortalidade do Império, embora tal imortalidade também seja pautada pelas ações e pelas palavras do imperador:

“Bitínia e Ponto, *domine*, estão submetidas ao código de leis feitas por Pompeu, que não fez previsão para o pagamento de honorários de entrada para os elegidos ao senado local pelos censores; mas, em algumas cidades, onde pessoas acima do número legal têm sido nomeadas por tua permissão, eles estão pagando cerca de mil denários. Aconteceu também do governador Anicius Maximus fazer uma regra (ainda que em poucos lugares) pela qual as pessoas eleitas pelos censores também devem pagar uma entrada, que varia de cidade para cidade. Remeto a ti a questão de se, de agora em diante, todas as pessoas eleitas senadoras devem pagar uma soma fixa de entrada; essa decisão que almeja a permanência deve vir apenas de ti, cujos feitos e palavras devem viver para sempre”.³¹⁷

A questão tratada na carta refere-se a algumas imprecisões nas leis, visto que o código proposto por Pompeu não era aceito em todas as localidades e que um determinado governador já havia elaborado outras regras de conduta. Plínio, ao final da carta, pede a ajuda de Trajano, e diz que a decisão do imperador tem a característica de ser “permanente”, além de desejar que seus feitos e suas palavras durem para sempre (*aeternitas*). Temos claramente a ligação com a imortalidade das próprias ações do imperador, mas, se interpretarmos que um código ou uma lei permanente referem-se ao todo imperial, a *aeternitas* passaria a integrar o corpus legal do Império. Apenas dessa maneira podemos encontrar o caráter de eterno atrelado à Instituição, e, como dito, mesmo assim, derivado das palavras e feitos do indivíduo.

Assim sendo, a *aeternitas*, que pertence ao grupo das virtudes imperiais, também foi divulgada por Plínio, o Jovem. Vimos exemplos de Plínio exaltando o nome eterno de Trajano; o apelo de outro indivíduo – Archippus – a essa mesma virtude e, por último, a tentativa em propagar a imortalidade do imperador através de leis permanentes. Por fim,

³¹⁷ Plínio, *Ep. X*, 112: “*Lex Pompeia, domine, qua Bithyni et Pontici utuntur, eos, qui in bulen a censoribus legantur, dare pecuniam non iubet; sed ii, quos indulgentia tua quibusdam civitatibus super legitimum numerum adicere permisit, et singula milia denariorum et bina intulerunt. Anicius deinde Maximus proconsul eos etiam, qui a censoribus legerentur, dumtaxat in paucissimis civitatibus aliud aliis iussit inferre. Superest ergo, ut ipse dispicias, an in omnibus civitatibus certum aliquid omnes, qui deinde buleutae legentur, debeant pro introitu dare. Nam, quod in perpetuum mansurum est, a te constitui decet, cuius factis dictisque debetur aeternitas*”.

analisamos a Epístola 83 com o intuito de *considerar* a *aeternitas* de Trajano evocada por um vasto grupo de pessoas, diferentemente de todas as cartas apresentadas anteriormente:

“As pessoas de Nicéia, *domine*, cobraram-me oficialmente, pelo teu nome imortal e tua prosperidade, que eu deveria assegurar, pelo que há de mais sagrado, enviar uma petição ao senhor. Senti que não poderia recusar esse pedido, e então a petição foi entregue a mim e eu a envio com esta carta”.³¹⁸

Aqui, notamos o apelo de toda uma comunidade ao nome imortal de Trajano – freqüentemente acompanhado pelo desejo de prosperidade do mesmo. Isso demonstra que esse sentimento filosófico estava difundido por diversas partes da sociedade romana, mesmo que, talvez, não com a intensidade que Plínio redigia em seus testemunhos. Contudo, acreditamos que a personificação dessa característica divina deu a Trajano o *status* que ele precisava para figurar entre os deuses e os mortais – característica bem trabalhada por Plínio, já que o imperador não poderia nem chegar à categoria de um deus, nem aparentar-se tão igual aos homens, visto que fora eleito por Júpiter.

3.5. *Disciplina*

Instruções, conduta metódica e procedimentos para colocar as situações em ordem. São essas algumas das características da *disciplina*, que, tal como a *aeternitas*, é considerada por vários autores – Gervás entre eles – como uma qualidade apenas, e não uma virtude³¹⁹. A presença da *disciplina* no Livro X é mínima, estando vinculada ao cuidado na manutenção da ordem vigente. O exemplo mais claro encontra-se na carta 29:

³¹⁸ Plínio, *Ep. X*, 83: “*Rogatus, domine, a Nicaeensibus publice per ea, quae mihi et sunt et debent esse sanctissima, id est per aeternitatemque tuam salutemque, ut preces suas ad te perferrem, faz non putavi negare acceptumque ab iis libellum huic epistulae iunxi*”.

³¹⁹ GERVÁS, op.cit.

“*Sempronius Caelianus*, que é um excelente jovem, descobriu dois escravos entre os recrutas e enviou-os a mim³²⁰. Adiei juízo sob eles, até que eu possa pedir teu conselho sobre qual seria uma sentença conveniente, sabendo que você é fundador e ‘possuidor’ da disciplina militar. Minha principal razão para hesitar é o fato de que os homens já tinham prestado juramento de sujeição, mas não haviam sido matriculados numa unidade³²¹. Peço a ti, *domine*, para contar-me que curso seguir, especialmente como uma decisão passível de fornecer um precedente”.³²²

Essa epístola, de todo o Livro X, é a que expõe mais objetivamente a formação militar do imperador Trajano. Vimos, em outras oportunidades, que assuntos referentes a legiões e soldados eram atenciosamente atendidos pelo *princeps*. Contudo, o que agora nos chama a atenção é a exaltação da disciplina militar. Plínio construiu seu discurso destacando a legitimidade que Trajano teria em julgar casos de soldados, já que sua formação e suas ações políticas eram voltadas para o expansionismo e para as frentes de batalha. Mais do que possuir a disciplina militar, *Trajanus* era considerado, por Plínio, como o fundador de tal conduta.

Ao se delegar tamanha importância a essa característica, podemos inserir na discussão a proposta que lançamos no capítulo anterior, sobre a *função das virtudes em angariar apoio* das camadas sociais que cercavam Trajano. De acordo com o nosso parecer, o imperador precisava ostentar características próprias de seus subordinados – no caso militar, a *victoria*; aqui, a *disciplina* – para que parecesse estar próximo deles. Um indivíduo que buscasse, por diversos meios, manter a ordem vigente através de boas condutas estaria compartilhando com seus “semelhantes” a vontade de proceder favoravelmente a todos. Encontramos algumas indicações sobre o “bem geral” nas respostas de Trajano:

“(…) Se as pessoas portarem-se contrárias à disciplina, devem ser presas onde estiverem; e se as ofensas são muito sérias para uma punição sumária, no caso de soldados, você deve notificar

³²⁰ Nenhum escravo pode servir no exército, seja qual for a capacidade; a ofensa era a de procurar cidadania por meio ilegal e punível com a morte.

³²¹ Não se sabe se os recrutas destinavam-se às legiões ou ao *auxilia*.

³²² Plínio, *Ep. X*, 29: “*Sempronius Caelianus, egregius iuvenis, repertos inter tirones duos servos misit ad me; quorum ego supplicium distuli, ut te conditorem disciplinae militaris firmatoremque consulerem de modo poenae. Ipse enim dubito ob hoc maxime quod, ut iam dixerant sacramento, ita nondum distributi in numeros erant. Quid ergo debeam sequi rogo, domine, praesertim cum pertineat ad exemplum*”.

aos oficiais superiores dizendo que aqueles estão contra eles. Já em relação às pessoas que passam pelo caminho à volta de Roma, você pode informar-me através de cartas”.³²³

A carta 78 trata da situação privilegiada e, porque privilegiada, vigiada de Bizâncio. Trajano refere-se à necessidade de enviar guarnições de apoio para a manutenção da segurança e para a proteção daquela região. Tudo deveria ser feito para manter a *disciplina*, seja dos militares, seja dos simples transeuntes que passassem pela região. Novamente, temos a clara ligação entre a *disciplina* e a manutenção da ordem vigente, que só seria conseguida com a aplicação de regras de conduta e de procedimentos previamente estabelecidos, que deveriam ser seguidos por todos.

Uma questão interessante no tocante à *disciplina* é que nós conseguimos, através dos poucos testemunhos de Plínio e Trajano, traçar um fio condutor da *disciplina* pregada pelo soberano. Na primeira epístola (29), vimos a exaltação do possuidor e fundador da disciplina militar; já na segunda (78), notamos, pelas próprias palavras do Imperador, que havia a necessidade de se seguirem as *disciplinae*, sendo punidos aqueles que não a seguissem. Para finalizar, expomos outra situação:

“Recomendo (...)”³²⁴ Ele serviu nas legiões sob teu comando, e deve a ti e a tua generosidade pela disciplina/treinamento que recebeu. Aqui estiveram outros soldados e cidadãos que experimentaram a justiça e a humanidade deste homem, e pediram para oferecer tributos pessoais e públicos a ele. Trago esses fatos para tua informação de toda boa-fé, como é exigido pelo meu dever a ti”.³²⁵

Dois pontos merecem destaque nessa carta: o primeiro diz respeito à *disciplina* passada por Trajano ao indivíduo em questão, o que reafirma a nossa idéia da *proximidade* que o líder deveria ter com as camadas que o apoiavam, visto que o contato e a identificação entre o imperador e seus governados era essencial para a manutenção do poder. Em segundo,

³²³ Plínio, Ep. X, 78: “Si qui autem se contra disciplinam meam gesserint, statim coerceantur; aunt, si plus admiserint quam ut in re praesenti satis puniantur, si milites erunt, legatis eorum quod deprehenderis notum facies aut, si in urbem versus Venturi erunt, mihi scribes”.

³²⁴ Uma parte substancial dessa carta foi perdida.

³²⁵ Plínio, Ep. X, 86 (b): “(...) quam ea quae speret instructum commilitio tuo, cuius disciplinae debet, quod indulgentia tua dignus est. Apud me et milites et pagani, a quibus iustitia eius et humanitas penitus inspecta est, certatim ei qua privatim qua publice testimonium perhibuerunt. Quod in notitiam tuam perfero, ea fide quam tibi debeo”.

notamos como o exemplo de Trajano, através de suas orientações/treinamento, formou um soldado que era visto pelos outros como alguém justo e humano.

Nesse sentido, vemos que a figura de Trajano fora consolidada também pela *disciplina*, uma vez que o Imperador: a) era possuidor e fundador da *disciplina* militar; b) exigia que as pessoas seguissem a *disciplina*, ou seriam punidas; c) passava adiante a *disciplina*, ensinando aos outros os seus procedimentos.

3.6. *Felicitas e Fortuna*

Essas duas virtudes geralmente aparecem juntas e, de acordo com Manuel Gervás, são os valores que mais aparecem nos panegíricos e nas moedas (*Felix*)³²⁶. Ambas ganharam importância no período da *Pax Romana* (século I e II d.C), quando a situação do Império Romano foi considerada estável graças à proteção das regiões fronteiriças pelas legiões. Assim, notamos que essas virtudes possuem ligação com o aspecto militar, não no sentido da *victoria*, mas delineando as características da felicidade, da fortuna e dos bons espíritos com que as pessoas poderiam viver no momento da *Pax*. Para além de querermos personificar essas virtudes, entendemos que a *felicitas* e a *fortuna* respondiam à segurança e à tranquilidade que o líder conseguia passar aos seus subordinados. De acordo com as crenças romanas, a *felicitas* era o signo objetivo da ajuda dos deuses ao imperador³²⁷.

Essas considerações nos deixam cientes de que, desde Augusto, a *felicitas* e a *fortuna* eram exaltadas pelos romanos. Assim sendo, podemos concluir que essa exaltação advinha de uma longa tradição, que Trajano, aos olhos de Plínio, deveria conservar e ampliar. Plínio deu indicações de que tal tarefa fora feita:

“Eu sei, *domine*, que minhas petições não são esquecidas por tua memória que nunca deixa passar uma oportunidade para fazer o bem. Mas como você mostrou-me indulgência até este momento, posso lembrá-lo e, ao mesmo tempo, adicionar urgência a minha petição, na qual

³²⁶ GERVÁS, op.cit.

³²⁷ BURDEAU, F. *L'empereur d'après les Panegyriques Latins: Aspects de l'Empire Romain*. Paris, 1964. Apud: GERVÁS, Manuel J. Rodriguez. *Propaganda Política y Opinión Pública en los Panegíricos del Bajo Imperio*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1991, p.79.

pedi que você honre *Attius Sura* com um cargo de *praetura* agora que há uma vaga? Essa é tua única ambição, que é nutrida pela distinção da família, por tua honrada conduta em tempos de pobreza e, acima de tudo, pela felicidade do teu reino, que encoraja qualquer assunto a ser beneficiado por teu interesse bondoso”.³²⁸

O teor da carta pode ser relacionado à questão do clientelismo, apresentada no tópico 1.5, na primeira parte desta dissertação. Justamente por pertencer ao *corpus* das quinze primeiras cartas do Epistolário, sabemos que os pedidos de cidadania, cargos e as ambições pessoais são tratados com a utilização do termo *indulgentia*. Contudo, essa questão não será tratada aqui. O que nos chama a atenção é a frase: “nutrida (...) pela felicidade do teu reino” (*ante omnia felicitas temporum*), que comprova que o bom momento iniciado por Augusto, com a *Pax Romana*, mantinha-se no período do principado de Trajano. Plínio utiliza-se de sua proximidade com o imperador para fazer o pedido de Sura, o que acontece devido à atmosfera segura e tranqüila que permite ao Imperador tratar de qualquer assunto. Interessante notar que Plínio anexou, à carta 58 – sobre o julgamento de Archippus –, um decreto do imperador Nerva, em que também havia uma referência à “felicidade do nosso tempo”: “Há algumas questões, cidadãos, que não necessitam de nenhum decreto em tempos felizes como o nosso (...)”³²⁹.

Como era de se esperar, em nenhum momento há qualquer referência a “bons momentos” no período de Domiciano. Apenas os tempos de Augusto, Nerva e Trajano são lembrados com entusiasmo. Fato é que poucas são as referências à *fortuna* e à *felicitas* no Livro X. Algumas delas, como nas cartas 2 e 94, em nada condizem com a virtuosidade. Na carta 2, Plínio utiliza o termo *felix* para demonstrar seu estado de espírito ao se tornar pai. Na outra, fala sobre a “*parum felix matrimonium*” – infelicidade – de Suetônio, devido à impossibilidade de ter filhos.

Temos apenas mais um exemplo que podemos entender no sentido dos “bons tempos” do governo de Trajano. É a mesma epístola já citada sobre a construção de uma obra pública que nem os antigos reis da Bitínia conseguiram levar a cabo (Ep. X, 41). No início da carta, lemos:

³²⁸ Plínio, Ep. X, 12: “Scio, domine, memoriae tuae, quae est bene faciendi tenacissima, preces nostras inhaerere. Quia tamen in hoc quoque indulsisti, admoneo simul et impense rogo, ut Attium Suram praetura exornare digneris, cum locus vacet. Ad quam spem alioqui quietissimum hortatur et natalium splendor et summa integritas in paupertate et ante omnia felicitas temporum, quae bonam conscientiam civium tuorum ad usum indulgentiae tuae provocat et attollit”.

³²⁹ Plínio, Ep. X, 58: “Quaedam sine dubio, Quirites, ipsa felicitas temporum edicit (...)”.

“Em consideração a tua nobre fortuna, que combina com tua posição suprema (...)”³³⁰. Essa “fortuna” pode ser entendida como a possibilidade, ou, mais que isso, como o destino de Trajano, que elevaria ainda mais as glórias do período vivido. Notamos que, enquanto a *felicitas* remetia à felicidade e aos bons espíritos, à *fortuna* eram acrescentados o jogo do destino, a possibilidade e mesmo a sorte.

Dessa maneira, compreendemos que, de acordo com as cartas de Plínio, o Jovem, Trajano manteve a *Pax Romana* graças à *felicitas* e à *fortuna*. Interessante apontar que nenhum dos exemplos apresentados remeteu-se a questões militares ou mesmo a signos divinos. Os exemplos analisados ora apresentam um caráter de encorajamento, como uma forma de induzir a tomada de uma atitude, ora fazem menção à possibilidade de elevar o espírito da *fortuna* até pontos antes não atingíveis.

3.7. *Fides*

“Cimento do Império Romano e característica distintiva do seu modo de estar no mundo”³³¹: é dessa maneira que a historiadora Maria Helena da Rocha Pereira entende a *fides* na sociedade romana. Essa frase serve para demonstrar que as várias configurações sociais do Império Romano estavam ligadas através de um ponto em comum, a *fides*. Por muito tempo, essa virtude foi utilizada para marcar a diferença entre um romano e um bárbaro. Os triunfos romanos eram gloriosos graças à *iustitia* e à *fides* com que as conquistas eram feitas, evidenciando o bom caráter do povo romano e o respeito aos inimigos. Mas também vimos que a *fides*, juntamente com a *amicitia*, formavam a base das relações políticas, especialmente entre patronos e clientes³³². Isso indica que tal virtude estava presente tanto no campo interno da política romana quanto no de suas dominações, portanto externo.

Vários historiadores lançaram idéias acerca dessa virtude – Maria Helena, Renata Venturini, Manuel Gervás, entre outros –, demonstrando o peso que a *fides* possuía nas

³³⁰ Plínio, *Ep. X*, 41: “Intuenti mihi et fortunae tuae et animo magnitudinem convenientissimum (...)”.

³³¹ ROCHA PEREIRA, op.cit., p.326.

³³² NAKAGAWA, Aki. *Le Virtù degli Imperatori e dei Personaggi Notevoli nelle Epigrafi di Comunità Locali: Il caso dell'Italia Settentrionale*. Tese de doutoramento do Departamento de Letras e Filosofia da Universidade de Bologna, sob orientação da Prof. Dr. Ângela Donati, ano acadêmico 2006/2007, p.162.

relações entre governantes, governados e amigos. Dessa maneira, entendemos que as definições do termo repousam nas noções de lealdade e confiança, bem como nas de palavra de honra – fazer o que se diz –, juramento e, inclusive, no sentido de “garantia”, sendo esse o valor original da *fides*³³³. Todas essas concepções envolviam os trâmites internos e externos da política romana, sendo assim possível que trabalhemos com tal virtude em duas linhas específicas: a) na Política Externa, a função da *fides* estaria ligada à capacidade de congregiar todos os povos sob a égide de Roma, com o apelo à justiça romana; b) na Política Interna, a *fides* consistia na aceitação sincera dos designios do Império, fazendo-se necessária a confiança recíproca entre governantes e governados.

Essas duas esferas agiam simultaneamente no principado de Trajano, visto que sua política interna era baseada em expansões e conquistas externas. Isso requeria, do imperador, a *fides*, para que ele pudesse se relacionar de acordo com as obrigações que sua política exigia. Lembremos que a reciprocidade da *fides* nas relações era fundamental, ou seja, tanto o líder quanto o súdito deveriam possuir essa virtude para juntos assegurarem o futuro do Império³³⁴. Assim, diferentemente dos outros tópicos, apresentaremos primeiro uma carta escrita por Trajano, visto que queremos destacar a reciprocidade da *fides* entre o imperador e Plínio:

“Ao obedecer as exigências justas, você agiu corretamente tanto como um cidadão comum quanto como um membro do Senado, e eu estou seguro que você executará os deveres que assumiu de acordo com a confiança colocada em ti”.³³⁵

Essa carta é muito elucidativa quanto à questão da política interna. Vemos o imperador elogiando o seu subordinado no que se refere ao cumprimento de regras justas, referentes ao comportamento e ao dever que qualquer homem deveria ter – tanto o cidadão comum quanto um homem de vida pública. No final da epístola, Trajano fala da “confiança colocada em ti” (*fidem confido*), afirmando que ele sabia que os deveres assumidos por Plínio seriam realizados. Essa total confiança se dava, justamente, pelo valor que a *fides* possuía no ambiente político romano. Se Plínio havia se comprometido a executar algumas tarefas

³³³ ROCHA PEREIRA, op.cit., p.321.

³³⁴ GERVÁS, op.cit., p.80.

³³⁵ Plínio, *Ep.X*, 3(b): “*Et civis et senatoris boni partibus functus es obsequium amplissimi ordinis, quod iustissime exigebat, praestando. Quas partes impleturum te secundum susceptam fidem confido*”.

públicas – no caso dessa epístola, as tarefas relacionadas à Tesouraria de Saturno³³⁶ –, ele deveria cumpri-las, devido à lealdade a seu líder e, também, ao futuro do Império.

Lembremos que Trajano, ao apelar para a *fides* de Plínio, demonstrava que estava ligado a ele por laços de confiança mútua. Sabemos do vínculo de clientelismo entre os dois indivíduos, mas, na epístola em questão, vemos que o imperador esperava o cumprimento dos deveres por parte de seu subordinado devido à confiança depositada nele. Isso aconteceria graças ao fato de Plínio ter aceitado, de maneira sincera, os desígnios do Império, que, em última instância, eram os motivadores de todas as relações pautadas pela *fides*.

Vimos no tópico 1.5 – “*Sistema Social e Manutenção de Interesses: o Clientelismo*” – pequenos trechos de três cartas que exemplificaram o dever e a lealdade de Plínio a Trajano. Dessa forma, analisamos aqui apenas um dos exemplos, visto que o final das epístolas são todos iguais:

“Teu homem-livre e o procurador Maximus, por todo o tempo em que mantivemos contato, sempre se mostraram honestos, trabalhadores, conscientes e mantenedores da disciplina e do teu interesse. É com satisfação que lhe dou este testemunho com toda a boa-fé, como é exigido pelo meu dever a ti”.³³⁷

Plínio, nestas três cartas – Ep. X, 75, 75(a), 75(b) –, elogiou funcionários públicos que atuaram, de alguma maneira, ao seu lado. Pelo final da epístola, notamos que esses testemunhos foram feitos com muita satisfação, mas também estavam de acordo com as exigências da *fides*. Mais uma vez, percebemos o comprometimento de Plínio com o governante, pois demonstra toda sua lealdade ao seguir as exigências do seu “pacto” com Trajano e com o próprio Império. Salientemos, novamente, que, ao se jurar lealdade (*fides*) ao governante, ou mesmo a um amigo, havia a necessidade da recíproca.

Contudo, não encontramos nenhuma carta em que Trajano use o termo *fides* em relação a seu “comprometimento” com Plínio. Mas todo o Livro X contém características de lealdade, confiança e comprometimento demonstradas pelas atitudes do Imperador, não por suas palavras. Todas as cidadanias concedidas aos conhecidos de Plínio, o Jovem, as dicas e

³³⁶ Plínio foi nomeado após a morte de Nerva, 27/28 de janeiro de 98 d.C.

³³⁷ Plínio, Ep.X, 85: “*Maximum libertum et procuratorem tuum, domine, per omne tempus, quo fuimus uma, probum et industrium et diligentem ac sicut rei tuae amantissimum ita disciplinae tenacissimum expertus, libenter apud te testimonio prosequor, ea fide quam tibi debeo*”.

elogios em relação às atitudes tomadas pelo governador de província e mesmo a troca de cartas efusiva entre ambos mostram que o laço de confiança mútua entre os dois estava atado.

Seja pelo envolvimento político, seja pela relação de amizade, encontramos, no Epistolário, diversas indicações da *fides* de Trajano. Interessante notar que essa virtude também foi atrelada ao sentimento que os cidadãos provincianos tinham por seu líder:

“Entrei em minha província, *domine*, em 17 de outubro, e encontrei ali o espírito da obediência e da lealdade que é atribuído a teu gênero. Você considerará, *domine*, se pensarmos ser necessário enviar um agrimensor de terras? Somas substanciais de dinheiro poderiam ser recuperadas de empreiteiros de trabalhos públicos se nós tivermos pesquisas seguras. Estou convencido disso, pois tenho todo cuidado possível sobre as contas de Prusa”.³³⁸

A carta aponta para dois assuntos interessantes: o primeiro, e mais visível, é a lealdade dos cidadãos a seu líder. Isso indica que eles estariam preocupados em manter boas relações com o imperador, visto que, caso isso acontecesse, Trajano retribuiria a *fides* com obras e acertos públicos para a província da Bitínia – reciprocidade do pacto. O segundo refere-se ao que chamamos anteriormente de “esfera da política externa”. Plínio, ao dizer que a província possuía o “espírito da obediência e da lealdade”, dá indícios da capacidade de Trajano em congregar todos os povos sob sua égide.

Dessa forma, compreendemos que *Trajanus* atendia às expectativas que a *fides* impunha: 1º) Os cidadãos das províncias juravam lealdade a ele. Em troca, vemos diversas epístolas em que Trajano concede garantias de melhorias para as províncias; 2º) Trajano e Plínio, o Jovem desenvolvem um laço de *fides* à parte de todo o cenário político; 3º) Ao conseguir a lealdade dos cidadãos provincianos, Trajano conseguiu expandir seus domínios sob a égide de sua vontade e com as marcas do Império Romano. Vendo tantas atribuições e utilidades dessa virtude, encerramos este tópico com a definição proposta pela historiadora Renata Venturini, em seu texto “*As Palavras e as Idéias: o Poder na Antiguidade*”, que, com a devida propriedade, resume a *fides* como “uma forma de influência que consiste no fato de poder

³³⁸ Plínio, Ep. X, 17 (b): “*Quinto decimo kal. Octob., domine, provinciam intravi, quam in eo obsequio, in ea erga te fide, quam de genere humano mereris, inveni. Dispice, domine, na necessarium putes mittere huc mensorem. Videntur enim non mediocres pecuniae posse revocari a curatoribus operum, si mensurae fideliter agantur. Ita certe prospicio ex ratione Prusensium, quam cum maxime tracto*”.

dispor, através de seus amigos e clientes, de um número importante de votos para atuar em favor próprio ou em favor daqueles que sustentam sua ação política”³³⁹.

3.8. *Salus e Victoria*

A palavra *salus* é uma das que possuem significados diferentes de acordo com o contexto onde é usada. De acordo com Manuel Gervás, a *salus* faz parte do corpo das virtudes imperiais, podendo ser ostentada tanto no campo pessoal quanto público. Seu significado básico é o de “salvação material”³⁴⁰, algo que entendemos como a busca pelo bem-estar, pela prosperidade. Notamos claramente que a *salus*, em um indivíduo particular, significa a busca pelo que traz a felicidade, pelas coisas que podem deleitar o cidadão, sejam elas materiais ou sentimentais. Já a ostentação da *salus* por um indivíduo de vida pública designa o bom governante, que, através de suas ações, beneficia a comunidade.

É interessante que adicionemos, a essa discussão, o paralelo que Gervás estabelece entre *salus* e *victoria*: anterior à *salus*, há uma outra virtude, a *spes*, que remete à “esperança da salvação material”. A *salus*, por sua vez, seria o “fato da salvação material”, tendo, na *victoria*, a “benéfica situação que resulta desse ato salvador”³⁴¹. Levando em consideração essa tríade sequencial, notamos que a *salus* torna-se necessária à manifestação da *victoria*, visto que as conquistas resultam da prosperidade consolidada nas comunidades. Contudo, o termo *salus* também é entendido como “saúde”, sendo assim difícil enquadrá-lo como uma virtude. Porém, no contexto do Livro X, entendemos que mesmo a “saúde” pode ser vista como um “bem” a ser procurado pelos indivíduos, através do qual a vida poderia ser próspera. Citamos, como exemplo, a carta 35 do Livro X:

³³⁹ VENTURINI, Renata Lopes Biazotto. *As Palavras e as Idéias: o Poder na Antiguidade*. Diálogos, DHI/PPH/UEM, v.9, n°2, 2005, p. 147.

³⁴⁰ GERVÁS, op.cit., p.80.

³⁴¹ GERVÁS, op.cit.

“Fizemos nossos juramentos anuais, *domine*, para que seja assegurada a tua prosperidade e, assim, a do principado, e pagamos nossos juramentos do ano passado, com orações aos deuses para conceder que esses juramentos sempre possam ser pagos e confirmados”.³⁴²

Essa é uma epístola clássica de “votos” ao Imperador, através dos quais soldados, provincianos, e mesmo Plínio, desejam que o futuro do Império seja cada vez melhor. Como dito anteriormente, a palavra *salus* aparece, aqui, remetendo-se exatamente à noção de “prosperidade”, tanto individual quanto para a instituição. Interessante notar que Plínio construiu seu discurso unificando as duas esferas, marcando uma dependência mútua entre elas. Com isso, mesmo que interpretássemos a *salus* como “saúde”, teríamos o mesmo resultado: o bem-estar de Trajano e, por conseguinte, do Império Romano.

O termo *salus* ainda aparece no epistolário em duas outras oportunidades, nas quais o seu significado pode ser melhor compreendido. Nas cartas 59 – “Flavius Archippus cobrou-me, por tua prosperidade e teu nome imortal, para remeter uma petição que ele colocou em minhas mãos (...)”³⁴³ – e 83 – “As pessoas de Nicéia, *domine*, cobraram-me oficialmente pelo teu nome imortal e tua prosperidade que eu deveria assegurar, pelo que há de mais sagrado, enviar uma petição ao senhor (...)”³⁴⁴. Vimos essas duas epístolas no tópico referente à *aeternitas*, mas, como notamos, a palavra *salus* também aparece nelas.

Tanto na primeira quanto na segunda carta solicita-se o envio de petições para o imperador, solicitação feita com um apelo ao “nome imortal” e à “prosperidade” de Trajano. Nessas duas cartas, entendemos que o apelo é feito à *salus* do homem público, e não do indivíduo dotado de “saúde” e bem-estar. Ao pedir pela *aeternitas* e pela *salus* do Imperador, para que ele atendesse às petições feitas, percebemos que as pessoas, agindo dessa forma, acreditavam que Trajano poderia beneficiar as comunidades com suas ações. Ou seja, apesar de, em outras cartas, os cidadãos desejarem, através de seus “votos anuais”, que a saúde do imperador fosse preservada, entendemos que, nas cartas-petição, a *salus* era vista como a virtude que possibilitaria, ao Imperador, a execução das petições feitas pelos que a ela apelaram.

³⁴² Plínio, Ep. X, 35: “*Sollemnia vota pro incolumitate tua, que publica salus continetur, et suscepimus, domine, pariter et solvimus precati deos, ut velint ea semper solvi semperque signari*”.

³⁴³ Plínio, Ep. X, 59: “*Flavius Archippus per salutem tuam aeternitatemque petit a me, ut libellum quem mihi dedit mitterem tibi (...)*”.

³⁴⁴ Plínio, Ep. X, 83: “*Rogatus, domine, a Nicaeensibus publice per ea, quae mihi et sunt et debent esse sanctissima, id est per aeternitatem tuam salutemque, ut preces suas ad te perferrem (...)*”.

Logo, podemos entender esses dois últimos casos como exemplos de virtuosidade, já que a virtude é algo social, e não individual. Pedir pela saúde ou prosperidade de um particular é simplesmente desejar o seu bem. Apelar para a *salus* em um contexto material – de salvação material – é apostar que seu desejo será atendido graças à prosperidade própria de um bom governador. As cartas apresentadas, portanto, servem como exemplo tanto dos votos para o bem-estar pessoal de Trajano quanto para os pedidos dos cidadãos que viam, no imperador, a esperança de uma salvação material – *salus*.

Vistos os retratos da *salus*, cabe agora falarmos sobre o único exemplo, em todo o Livro X, de aparição da *victoria*. Considerada como o fundamento em que repousava o Império Romano nos períodos de expansão, a *victoria* passou por mudanças de significado com a passagem da República para o Império. No primeiro momento, a *victoria*, chamada muitas vezes de “teologia do triunfo”³⁴⁵, estava intimamente relacionada aos auspícios. O indivíduo que conseguia a aprovação dos auspícios e, assim, voltava vencedor de uma batalha, era temporariamente divinizado, pode-se assim dizer. Isso acontecia quando o líder agia de acordo com os modos de um *iustus triumphus*, sendo que, necessariamente, deveria haver participação pessoal na conquista. Já na época imperial, o líder detinha a *victoria* por qualquer triunfo, estando presente ou não, visto que ele chefiava todo o Império através do *imperium infinitum*³⁴⁶.

Aqui relembremos um ponto discutido anteriormente, referente à posição de Trajano entre a *tradição* e a *inovação*. Algumas das ações do imperador, de acordo com os testemunhos de Plínio, visavam construir um contraponto com o seu antecessor Domiciano, dando a idéia de uma *inovação* governamental. Porém, ao mesmo tempo, existia a preocupação em ligar Trajano a uma tradição republicana, ou do início do principado romano. Essa ligação com a tradição pode ser encontrada, justamente, nos assuntos militares e na exaltação da *victoria*:

“Posso felicitá-lo, *optime imperator*, por teu próprio nome e como *rei publicae*, pela grande e gloriosa vitória na melhor tradição de Roma? Eu oro aos deuses para que teus

³⁴⁵ GERVÁS, op.cit.

³⁴⁶ GERVÁS, op.cit., p.81.

projetos/desígnios encontrem-se com a tua felicidade, e que a glória do teu Império seja renovada e aumentada por tuas destacadas virtudes”.³⁴⁷

Analizamos essa epístola no tópico sobre a *virtus*, mas ela também ilustra o único exemplo de uma carta que faz referência a alguma guerra travada por Trajano. Pela datação proposta nas traduções de Betty Radice, a carta refere-se à 1ª Guerra contra dos Dácios³⁴⁸ (101 – 102 d.C). Como vimos, mesmo que Trajano não estivesse presente nessa guerra, ele seria aclamado como detentor da *victoria* porque chefiava o Império. Contudo, devido aos apelos republicanos encontrados na figura de Trajano somado com as pesquisas historiográficas referentes a esta guerra, sabe-se que Trajano esteve presente nessa guerra, como em várias outras, sendo aclamado com vários títulos e virtudes. No caso específico dessa carta, sabemos que, em dezembro de 102 d.C, ao retornar a Roma, Trajano ganhou o título de *Dacicus*, sendo celebrado o “triunfo sobre os dácios”³⁴⁹. Tudo isso nos mostra que o apelo à virtuosidade guerreira do imperador era legitimado com títulos honoríficos, como também com qualidades expressas na própria carta – “*optime imperator*”.

Interessante discutir o porquê do Epistolário tratar tão pouco das expansões militares³⁵⁰ de Trajano, visto que elas são a característica mais evidente desse imperador. Lembremos que as cartas foram escritas entre 97 e 113 d.C – sendo que o ano de 114 d.C foi estabelecido como o ano da morte de Plínio. Durante esses anos, apenas as duas guerras contra os dácios (101 – 102 e 105 – 107 d.C) foram destacadas, ou seja, poucas foram as grandes oportunidades para exaltar a *victoria*.

Outro ponto é que apenas as 15 primeiras cartas foram redigidas em solo itálico, o restante foi redigido quando Plínio estava na província do Ponto-Bitínia (111 – 113 d.C), a partir do que se conclui que 109 cartas foram trocadas em um período pouco movimentado no

³⁴⁷ Plínio, *Ep. X*, 14: “*Victoriae tuae, optime imperator, maximae, pulcherrimae, antiquissimae et tuo nomine et rei publicae gratulor, deosque immortales precor, ut omnes cogitationes tuas tam laetus sequatur eventus, cum virtutibus tantis gloria imperii et novetur et augeatur*”.

³⁴⁸ *Pliny Letters, Book VIII - X, Panegyricus*. Trad. Betty Radice. Harvard University Press – Cambridge, Massachusetts, London, England, 1969, p.184.

³⁴⁹ BENNETT, op.cit., p.x.

³⁵⁰ A epístola 10 traz alusões a alguma batalha na qual Trajano estaria envolvido: “espero encontrá-lo, *indulgentissime imperator*, para desfrutar quanto antes o prazer do teu retorno que é avidamente esperado aqui; imploro pela tua permissão para que eu possa unir-me a ti”. De acordo com Betty Radice, essa epístola foi escrita por Plínio quando ele ainda estava em Roma e Trajano voltava da Germânia e da Panônia no verão de 99 d.C. Plínio, *Ep. X*, 10: “*Obviam iturus, quo maturius, domine, exoptatissimi adventus tui gaudio frui possim, rogo permittas mihi quam longissime occurrere tibi*”.

que diz respeito a ações militares. Ao invés de guerras, o período teve como característica as construções de monumentos em homenagem a Trajano: em 112 d.C, o fórum e a basílica de Trajano; em 113 d.C, as Colunas de Trajano e a reabertura do Templo de Vênus. Assim sendo, não houveram oportunidades para que se destacasse, no Epistulário, a *victoria* do Imperador, resumindo-se a sua exaltação apenas à carta 14.

3.9. *Providentia*

Vimos que a *providentia* e a *aeternitas* são as virtudes que constam apenas no Epistolário, não aparecendo no discurso laudatório do Panegírico a Trajano. Esse fato é interessante, visto que tal virtude liga-se às noções de sabedoria e precaução, podendo ainda ser relacionada à *prudentia*. Isso que dizer que, no documento em que afloram os elogios, Plínio deixou de lado a virtude pela qual o líder assegura a salvaguarda do Império Romano, tanto contra os perigos vindos do exterior quanto do interior³⁵¹. Alguns autores entendem a *providentia* para além da “precaução”, vendo nela o símbolo da estabilidade do Império e da eternidade de Roma, características tuteladas pelos deuses³⁵².

Notamos que essa virtude caracterizava as ações do soberano, pois era através da *providentia* que o imperador justificava suas decisões de comando ou, ainda, como vemos em alguns textos, proclamava sua legitimidade no poder. A preservação do poder através da *providentia* supunha dois pontos: a proteção por parte dos deuses e a manutenção das forças por meio de uma linha sucessória³⁵³ – com ênfase na prática da *adoptio*. Mesmo com todas essas características importantes para os trâmites políticos do principado romano, Plínio não destacou essa virtude no Panegírico, e, no Livro X, ela aparece apenas duas vezes. Tomemos como exemplo a carta 54:

“Obrigado por tua precaução, *domine*, as quantias devidas pelo fundo público foram pagas sob minha administração, ou estão em processo de sê-las; mas tenho medo que o dinheiro possa permanecer não-investido. Não há nenhuma oportunidade, ou praticamente nenhuma, de

³⁵¹ GERVÁS, op.cit.

³⁵² Dentre esses teóricos, podemos citar J. P. Martin. (GERVÁS, op.cit).

³⁵³ GERVÁS, op.cit.

comprar propriedades, e as pessoas não podem encontrar quem irá emprestar fundos públicos, especialmente à razão de doze por cento, o mesmo que os empréstimos particulares.

Você então consideraria, *domine*, em pensar que o índice de interesse deve ser abaixado para atrair “emprestadores” e, se fossem móveis não vindouros, se o dinheiro poderia ser emprestado entre os camaristas do povoado sobre a segurança dada pelo governo? Eles estão relutantes em aceitar isto, mas será mais leve a eles se o índice de interesse for reduzido”.³⁵⁴

Essa carta representa muito bem a função pela qual Plínio fora enviado à província de Ponto-Bitínia. Vimos, em outro ponto da dissertação, que Trajano enviou Plínio à Bitínia para que ele cuidasse das finanças e das reformas que aquela localidade precisava. Notamos, pelo teor dessa carta, que as preocupações em torno das finanças foram levadas a sério, visto que Plínio sugere aqui algumas propostas. Já em relação à *providentia*, sua aparição é tímida, apenas no início da carta – “*Obrigado por sua preocupação (...)*” –, remetendo-se tão somente a uma das suas possíveis definições. Pela mensagem passada na epístola 54, observamos a ausência de qualquer referência à “linha sucessória”, à “proteção dos deuses”, ou à salvaguarda de perigos internos e externos.

A nosso ver, a *providentia* foi utilizada no sentido de “precaução”, da sabedoria em tratar de assuntos importantes para o Império, como as questões financeiras. Essa “prudência” nos assuntos públicos poderia justificar a estabilidade pela qual o Império passava no momento. Dessa maneira, entendemos que o uso da *providentia* por Plínio, o Jovem direcionava-se, claramente, para os cuidados e a cautela na abordagem de assuntos de interesse imperial, como a preservação econômica de sua província, podendo ser usada também para destacar o interesse do imperador acerca desses assuntos. A resposta de Trajano à carta 54 sustenta a nossa idéia:

“Não posso ver qualquer outra solução, *mi Secunde carissime*, para o problema de investir fundos públicos, a menos que o índice de interesse em empréstimos for abaixado. Você mesmo pode fixar tal índice de acordo com o número potencial de “emprestadores”. Mas forçar um

³⁵⁴ Plínio, *Ep.X*, 54: “*Pecuniae publicae, domine, providentia tua et ministerio nostro et iam exactae sunt et exiguntur; quae vereor ne otiosae iaceant. Nam et praediorum comparandorum aut nulla aut rarissima occasio est, nec inveniuntur qui velint debere rei publicae, praesertim duodenis assibus, quanti a privatis mutantur. Dispice ergo, domine, numquid minuendam usuram ac per hoc idoneos debitores invitandos putes, et, si nec sic reperiuntur, distribuendam inter decuriones pecuniam, ita ut recte rei publicae caveant; quod quamquam invitis et recusantibus minus acerbum erit levioze usura constituta*”.

empréstimo às pessoas relutantes, que talvez não possam ter nenhum meio de utilizá-los, não está de acordo com a justiça de nosso tempo”.³⁵⁵

Sabendo que o seu governador de província estava a par da situação geral da região que governava, a atitude mais cautelosa que Trajano poderia tomar seria concordar com os dados apresentados por Plínio, já que ele fora enviado à Bitínia para cumprir a função de cuidar das finanças. Dessa forma, a sua atitude frente assuntos de interesse público seria tomada com precaução, da maneira correta, aprovando as medidas de seu representante e reafirmando algumas condutas indispensáveis para o prosseguimento das ações – “*estando de acordo com a justiça de nosso tempo*”.

Uma situação interessante nas discussões sobre a *providentia* é que o segundo exemplo da aparição dessa virtude no Livro X também refere-se a uma situação financeira:

“Peço-te, *domine*, que expresse quais os direitos legais que a província do Ponto-Bitínia deve seguir a respeito da recuperação do dinheiro devido a eles através de contratos de aluguel e vendas, ou outras razões. Acho que vários dos governadores senatoriais deram prioridade aos chamados cívicos, e que esse privilégio acabou ganhando força de lei. Penso, no entanto, que você deveria se precaver em fazer algum regulamento permanente para assegurar teus interesses por todo o tempo (...)”.³⁵⁶

Como dito, o tema financeiro foi novamente responsável pela utilização da *providentia*. Assim como na carta 54, não há, na epístola 108, qualquer menção à “linha sucessória” ou à “proteção divina”, mas tão somente à precaução, embora com uma preocupação mais nítida com a “estabilidade do Império”. Tal preocupação pode ser vista no compasso entre a necessidade de um regulamento e o cuidado de que ele dure para sempre, dando a entender que a palavra final de Trajano asseguraria três condições: sua força seria

³⁵⁵ Plínio, *Ep.X*, 55: “*Et ipse non aliud remedium dispicio, mi Secunde carissime, quam ut quantitas usurarum minuat, quo facilius pecuniae publicae collocentur. Modum eius, ex copia eorum qui mutuabuntur, tu constitues. Invitos ad accipiendum compellere, quod fortassis ipsis otiosum futurum sit, non est ex iustitia nostrorum temporum*”.

³⁵⁶ Plínio, *Ep.X*, 108: “*Quid habere iuris velis et Bithynas et Ponticas civitates in exigendis pecuniis, quae illis vel ex locationibus vel ex venditionibus aliisve causis debeantur, rogo, domine, rescribas. Ego inveni a plerisque proconsulibus concessam iis protopraxian eamque pro lege valuisse. Existimo tamen tua providentia constituendum aliquid et sanciendum per quod utilitatibus eorum in perpetuum consulatur (...)*”.

como a de uma lei; ela acabaria, necessariamente, com alguns privilégios; seria respeitada pelos seus sucessores.

Através das epístolas ora analisadas, entendemos que a *providentia* é manifestada por Trajano através da sua precaução, sua cautela e sua vigilância. Em nenhuma dessas formas de manifestação da *providentia* notamos quaisquer sinais das definições de Gervás: “proteção por parte dos deuses e manutenção do poder através de uma linha sucessória”³⁵⁷. Assim sendo, acreditamos que o uso dessa virtude pelas hábeis mãos de Plínio vestiu Trajano com a qualidade de buscar a “estabilidade do Império”, visto que a proteção divina já era garantida por outras virtudes, como a *virtus* e a *pietas*.

3.10. *Gloria*

Começamos este tópico com uma carta do Livro II de Plínio, dirigida a seu amigo Voconio Romano, tratando da morte de um homem público – Vergínio Rufo – considerado por Plínio como um dos homens mais virtuosos do período:

“(…) quero escrever muitas outras coisas, porém meu espírito se acha preso neste único pensamento: penso em Vergínio, vejo a Vergínio, escuto, contesto, e até abraço Vergínio em vãos, mas vívidos sonhos ... Talvez existam ou cheguem a existir cidadãos similares a ele em virtude, porém não em gloria”.³⁵⁸

Essa declaração soa como interessante quando discutimos a construção de uma imagem de soberano ideal. Parece-nos que, ao menos no que diz respeito à *gloria*, Plínio encontra outro indivíduo que a mereça mais do que qualquer cidadão, incluindo o próprio imperador. Já havíamos citado Rufo em outra parte da dissertação, mas agora esse testemunho ganha nova relevância. Com relação ao valor da *gloria*, podemos destacar um dos valores que ela recebeu nos estudos clássicos, especialmente em Cícero, o de que só os melhores deixam-

³⁵⁷ GERVÁS, op.cit.

³⁵⁸ Plínio, Ep. II, I: “Volo tibi multa alia scribere, sed totus animus in hac una contemplatione defixus est. Verginium cogito, Verginium video, Verginium iam vanis imaginibus, recentibus tamen, audio alloquor teneo; cui fortasse cives aliquos virtutibus pares et habemus et habebimus, gloria neminem”.

se conduzir pela *gloria*. Em um trecho das *Filípicas*, Cícero afirmou que a *gloria* era traduzida pela “fama e pelos bons e grandes atos para com a *res publica*, que se comprovam quer pelo testemunho dos homens notáveis, quer pelo da multidão”³⁵⁹.

Essa consideração de Cícero parece que foi levada muito em conta por Plínio ao escrever a Carta 1 do Livro II. Ao colocar a *gloria* no ponto máximo e ligá-la a Rufo, Plínio mostrou que os trinta anos de vida pública, os três cargos no consulado e a escolha de não ocupá-los com uma dignidade imperial³⁶⁰ deram a Vergínio a possibilidade de ser considerado o homem mais “glorioso” do Império. A *gloria* de Rufo foi tamanha que o seu funeral deu prestígio ao próprio imperador e a toda época vivida pelos cidadãos romanos, dando, inclusive, destaque para o Fórum e para os oradores³⁶¹. Plínio afirma que esse homem devia ser considerado por todos como um modelo de vida superior³⁶², e que, durante muito tempo, ele viveria nos pensamentos e diálogos de todos os homens.

Inegavelmente, Plínio considerou Vergínio como um homem público de extrema qualidade – inclusive, não encontramos, no Livro X, nenhum testemunho com esse mesmo teor que se referisse à figura do imperador Trajano. Um ponto que merece destaque é o de que a *gloria* liga-se, intimamente, a nossa proposição sobre os modos de aquisição das virtudes – a *consideração*. Vimos, com Cícero, que um homem só seria considerado “glorioso” se fosse considerado bom pelos homens de bem³⁶³. Isso significa que Rufo foi considerado como o homem de maior *gloria* de sua época devido ao aceite de vários homens de bem, sendo um deles o próprio Plínio. Lembremos que uma das características da *gloria* era o reconhecimento público das qualidades do cidadão, deixando clara a idéia de *consideração virtuosa*.

Contudo, a *gloria* possuía outros valores que um cidadão como Vergínio dificilmente poderia ostentar. Entre eles, estavam as consagrações externas à *gloria*, como o Triunfo e as Saudações³⁶⁴. Nesses quesitos, o imperador Trajano ostentou a *gloria* com maior virtuosidade

³⁵⁹ Cícero, *Filípicas*, I.12.29.

³⁶⁰ Plínio, *Ep. II, I*: “(...) annis gloriae suae supervixit; legit scripta de se carmina, legit historias et posteritati suae interfuit. Perfunctus est tertio consulatu, ut summum fastigium privati hominis impletet, cum principis noluisse”.

³⁶¹ Plínio, *Ep. II, I*: “(...) Huius viri exsequiae magnum ornamentum principi magnum saeculo magnum etiam foro et rostris attulerunt”.

³⁶² Plínio, *Ep. II, I*: “Et ille quidem plenus annis abit, plenus honoribus, illis etiam quos recusavit: nobis tamen quaerendus ac desiderandus est ut exemplar aevi prioris, mihi vero praecipue, qui illum non solum publice quantum admirabar tantum diligebam (...)”.

³⁶³ ROCHA PEREIRA, op.cit., p.332.

³⁶⁴ ROCHA PEREIRA, op.cit.

que Rufo, dados os seus principais triunfos contra os Dácios (102 d.C) e os Partos (116 d.C) e as mais de 11 saudações imperiais³⁶⁵. Essas características nos levam à formulação de uma tríade de considerações públicas para a ostentação total dessa virtude: 1ª) o líder deveria ser amado pela multidão; 2ª) o líder deveria ter a confiança do povo (*fides*); 3ª) o líder deveria ser admirado e digno de honrarias (*honor*)³⁶⁶. Tais pontos denotam que, para a *gloria* ser completa, ela deveria ligar-se a outras virtudes, como a *fides* e a *honor*.

Ao traçarmos alguns parâmetros entre as definições até aqui empregadas com os exemplos de *gloria* do Livro X, vemos que essa virtude aparece como uma consequência de outras, ou mesmo como uma característica inerente a Trajano:

“Em consideração de tua nobre fortuna, que combina com tua posição suprema, penso que eu devo trazer a teu conhecimento quaisquer projetos que são dignos do teu imortal nome e glória, e que possam combinar utilidade com magnificência (...)”.³⁶⁷

“Desejo, *domine*, que este aniversário e tantos outros que virão tragam muitas felicidades a ti, e que com saúde, força e virtudes, você possa adicionar, à fama imortal e à glória de tua reputação, novas realizações”.³⁶⁸

São essas, de acordo com o *Index de Pline le Jeune*, as únicas cartas do Livro X em que a palavra *gloria* refere-se à virtude estudada. Notamos que a forma do discurso empregado por Plínio nos passa a idéia de uma virtude ostentada e passível de expansão. Percebemos, em ambas as epístolas, a idéia de que novas realizações poderiam aumentar a *gloria* de Trajano, acumulando mais honrarias e aumentando sua dignidade. Outra característica das duas cartas é a aparição da *aeternitas* ligada à *gloria*, o que nos leva a crer que a *gloria* do indivíduo também seria guardada/lembrada para todo o sempre.

Assim sendo, propomos, através dos testemunhos de Plínio, o Jovem, a sistematização de algumas características de Trajano capazes de confirmar sua *gloria*: 1ª) a necessidade de

³⁶⁵ BENNETT, op.cit., p.xi.

³⁶⁶ ROCHA PEREIRA, op.cit., p.335.

³⁶⁷ Plínio, Ep. X, 41: “Intuenti mihi et fortunae tuae et animi magnitudinem convenientissimum videtur demonstrari opera non minus aeternitate tua quam gloria digna, quantumque pulchritudinis tantum utilitatis habitura”.

³⁶⁸ Plínio, Ep. X, 88: “Opto, domine, et hunc natalem et plurimos alios quam felicissimos agas aeternaue laude florentem virtutis tuae gloriam et incolumis et fortis aliis super alia operibus augebis”.

ser *considerado* pelos homens de bem como virtuoso entendemos que foi atendida pelo próprio testemunho de Plínio e por tantos outros encontrados no Livro X; 2ª) várias foram as obras e as ações de Trajano que corresponderam à “fama e aos bons e grandes atos em favor da *res publica*”; 3ª) vimos que diversas cartas de Plínio expressam os sentimentos que os cidadãos provincianos tinham pela atmosfera pacífica e honrosa do principado de Trajano, sentimentos que podem ser entendidos como a aprovação do governante por parte do povo; 4ª) a noção de *fides* perpassa todo o Livro X, tanto no tocante às individualidades como às benfeitorias públicas; 5ª) os diversos títulos consagrados ao imperador inibem qualquer dúvida acerca de sua excelência governamental.

Notamos, com essas caracterizações, que a *gloria* é formada pela ligação de diversos símbolos que, tomados em conjunto, moldam uma figura “gloriosa”. De fato, não encontramos nenhum testemunho no Livro X com a mesma formação discursiva que o referente a Rufo no Livro II. Contudo, todas as definições clássicas a respeito da *gloria* são encontradas nas diversas partes do epistolário, que, unidas, formam uma imagem completa e exemplar de soberano legitimado por todos os segmentos sociais. Assim sendo, entendemos que os desejos de Plínio para que Trajano conquistasse “novas realizações” e desenvolvesse “projetos que combinem utilidade e magnificência” seguiam, literalmente, os conselhos de Cícero para os que quisessem ostentar a *gloria*: a melhor herança que se pode deixar é a *gloria* da sua *virtus* e de seus feitos³⁶⁹.

3.11. *Honor*

A *honor* apresenta traços complementares à *gloria*, visto que era outro valor inerente à vida política romana e dependente do reconhecimento público. Sendo assim, sua constituição se baseava no julgamento da comunidade, que estipulava o grau de importância e de prestígio do cidadão através dos serviços por ele prestados à mesma. Várias poderiam ser as formas de celebrar um indivíduo reconhecido pela sua *honor*³⁷⁰, havendo até algumas expressões

³⁶⁹ Cícero, *Dos Devere*, I.33.121.

³⁷⁰ Maria Helena da Rocha Pereira esclarece que as formas gráficas *honos* e *honor* são equivalentes. De acordo com a autora, “a primeira forma é a mais antiga, visto que mantém o “s” originário do tema; a segunda apresenta-se formada por analogia com os casos oblíquos, onde a sibilante, por estar em posição intervocálica, sofria o fenômeno do rotacismo (sonorização seguida de passagem a “r”)”. (ROCHA PEREIRA, op.cit., p.336).

artísticas que serviram especificamente para isso. De tais expressões, podemos destacar, na arquitetura e na escultura, arcos do triunfo e colunas comemorativas, um reconhecimento material das honras alcançadas pelos indivíduos³⁷¹.

Essas manifestações artísticas marcavam fisicamente as conquistas obtidas ou os serviços prestados pelos líderes em prol da comunidade. Vimos, no tópico referente à *gloria*, que essas manifestações – as honrarias – eram necessárias à formação de um líder bem quisto pela sociedade. Inclusive, apontamos a *honor* como um dos pontos da tríade referente à consideração virtuosa do soberano. Dessa maneira, notamos que o conceito de *gloria* engloba o de *honor*, mas é possível fazer uma distinção entre as duas virtudes. Para isso, usaremos uma alusão feita por Cícero em um de seus discursos – *Defesa de Plânicio* –, em que ele afirma que os degraus dos *honores* eram iguais, enquanto os degraus da *gloria* eram díspares³⁷².

Com essa afirmação, conseguimos exemplificar as diferenças entre *honor* e *gloria*: a conquista da primeira virtude se dá pela constância de atos, pelo eterno caminhar no sentido correto, buscando conquistar por meios honestos (*vir honestus*). A *gloria*, por sua vez, legitima-se através de grandes conquistas, com o acúmulo da *honor*, com o reconhecimento pelas obras de grande porte, que, ao mesmo tempo em que podem elevar o líder ao ápice, podem acabar com toda a sua *gloria* (*vir magnus*)³⁷³. Um claro exemplo da distinção entre ambas as virtudes é a própria expressão *cursus honorum* – utilizada em várias partes desta dissertação –, que marca, progressivamente, a ascensão dos cidadãos aos principais cargos da Urbe.

Ao levarmos essa discussão para o Livro X de Plínio, vemos que a frequência de utilização da *honor* é a mesma da *gloria* – apenas duas vezes. Novamente baseamo-nos no *Index de Pline le Jeune* e em nossas análises, que revelaram oito ocorrências de *honor*, mas apenas duas com relevância à questão da virtuosidade. A primeira delas aparece em uma das respostas de Trajano:

“Você me deu vários motivos, assim como explicações oficiais, para tua licença, embora eu devesse ficar satisfeito com a mera expressão dos teus desejos. Eu não duvido que você retorne

³⁷¹ ROCHA PEREIRA, op.cit., p.337.

³⁷² ROCHA PEREIRA, op.cit., p.336.

³⁷³ KNOCHE, *Der römische Ruhmesgedanke*. APUD: ROCHA PEREIRA, Maria Helena. *Estudos de História da Cultura Clássica*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1992, p.336.

em breve aos seus deveres oficiais. Você tem permissão para montar a minha estátua no lugar escolhido; geralmente estou relutando em aceitar essas espécies de honras, mas não desejo parecer que pus qualquer empecilho a teus sentimentos leais em relação a minha pessoa”.³⁷⁴

A epístola 9 foi uma resposta ao pedido de Plínio para construir um novo templo com a estátua de Trajano, que figuraria junto às dos outros imperadores. Na carta-pedido (Ep. X, 8), Plínio não se refere à estátua como uma “honraria”, mas apenas como um adorno ao templo que ele pretendia construir o mais rápido possível³⁷⁵. Como vimos, o reconhecimento público era essencial para a aquisição da *honor*, e as manifestações artísticas eram um dos meios de se demonstrar tal reconhecimento, porém, estátuas são diferentes de arcos e colunas, e por isso temos cuidado em considerar o exemplo da epístola 9 como um sinal de *honor*. Contudo, é inegável que a resposta de Trajano soou como um agradecimento pela honra de ganhar um monumento em sua homenagem. Apesar da aparente relutância à construção de estátuas em seu nome, Trajano aceitou essa manifestação pública como prova da lealdade de Plínio, o Jovem e, por conseguinte, da comunidade que corroborava a idéia de Plínio.

Se uma estátua em um templo poderia significar um sinal material de honra, ou apenas uma homenagem comum aos imperadores, mantemos a dúvida – principalmente por conta das palavras do próprio *princeps* Trajano. Contudo, isso diz respeito somente à dúvida de considerar a estátua uma honraria, visto que a ostentação da *honor* por Trajano foi pautada em diversos outros signos de triunfo e em honrarias proclamadas pelo Senado, pelas legiões e pelos cidadãos. Acerca das manifestações materiais, *Trajanus* foi homenageado em 109 d.C com as construções das *Thermae Trajani* e da *Aqua Trajana*, além da inauguração de sua *naumachia*³⁷⁶. Porém, sua máxima honraria material foi alcançada com a construção das Colunas de Trajano em maio de 113 d.C, juntamente com a reabertura do Templo de Vênus³⁷⁷.

Além das manifestações artísticas que exaltavam a honra do imperador, Trajano demonstrou a sua virtuosidade, mais especificamente sua *honor*, através dos títulos que

³⁷⁴ Plínio, Ep. X, 9: “*Et multas et omnes publicas causas petendi commeatus reddidisti; mihi autem vel sola voluntas tua suffecisset. Neque enim dubito te, ut primum potueris, ad tam districtum officium reversurum. Statuam poni mihi a te eo quo desideras loco, quamquam eius modi honorum parcissimus tamen patior, ne impedisse cursum erga me pietatis tuae videar*”.

³⁷⁵ Plínio, Ep. X, 8: “(...) *Rogo ergo ante omnia permittas mihi opus quod incohaturus sum exornare et tua statua; deinde, ut hoc facere quam maturissime possim, indulgeas commeatum*”.

³⁷⁶ BENNETT, op.cit., p.x.

³⁷⁷ BENNETT, op.cit.

acumulou em seu *cursus honorum*. Como vimos, essa passagem progressiva e constante a que os cidadãos de cargos públicos eram submetidos demonstrava todo o “caminhar em sentido correto e digno”. Dessa forma, os cargos de *quaestor* em 81 d.C, de *praetor* em 86 d.C, *legatus legionis VII Geminae* em 87 d.C, bem como o seu *legatus Augusti* de 92 a 96 d.C, demonstram a trajetória que culminou no cargo de *proconsulare imperium maius* (97 d.C) e, por conseguinte, na sua aclamação em 99 d.C como *princeps*. O *cursus honorum* ilustra o outro meio de se alcançar a *honor*, que, no caso de Trajano, foi progressivamente aumentada com vários outros títulos conquistados durante o seu governo: desde a honra em receber um discurso de agradecimento de Plínio – *gratiarum actio*, ou simplesmente Panegírico –, o título de *Dacicus* em 102 d.C e o título de *Parthicus* em 116 d.C, até a inclusão, em nome oficial, do título de *optimus*, em 114 d.C³⁷⁸.

Com todas essas honrarias – manifestações artísticas e títulos –, parece-nos que a ostentação da *honor* foi a mais clara apresentada até aqui. Contudo, notamos que o espaço dedicado à palavra *honor* no Livro X foi pequeno, justamente por ela ser expressa de tantas outras formas, fato comprovado pelas diversas maneiras pelas quais Plínio remetia-se a Trajano: *optimo princeps*, *imperator optime*, *imperator sanctissime*, entre outras, todas evocando alguma honraria de Trajano. Com toda essa exaltação ao soberano, terminamos com a segunda epístola de Plínio, na qual encontramos, como em outras, vários desejos e votos pelo bem-estar do *princeps* e do principado. Podemos, porém, caracterizá-la como o único exemplo do desejo em conservar a honra de Trajano:

“(…) Oramos aos deuses para que você e o governo gozem de prosperidade e segurança, e mostrem que, devido tuas grandes virtudes, você merece muitos ‘favores’, e que acima de tudo preservem tua santidade, reverência e honra”.³⁷⁹

Por fim, atentamos para o fato de que quase todas as virtudes apresentadas até aqui foram dirigidas, primeiramente, aos deuses romanos, seja em forma de alegorias ou representações plásticas. O fato é que idéias abstratas, como *Honos*, *Virtus*, *Pietas*, *Concordia*, adornavam templos e arcos de triunfo de tal maneira que podiam ser personificadas. Por exemplo, havia o templo da *Fides* dentro do Capitólio, assim como a

³⁷⁸ BENNETT, op.cit., p.xi.

³⁷⁹ Plínio, Ep. X, 100: “(...) *precati deos ut te remque publicam florentem et incolumem ea benignitate servarent, quam super magnas plurimasque virtutes praecipua sanctitate obsequio deorum honore meruisti*”.

deusa alada da *Victoria* adornava os arcos de triunfo, etc. Tudo isso confirma o papel relevante das virtudes na singularidade da política, da sociedade e da religião romanas, demonstrando que essas categorias mantinham-se em harmonia, veladas por qualidades humanas e divinas.

3.12. *Indulgentia*

Assim como a *fides*, a *indulgentia* figurava dentro das relações de clientelismo. Vimos, em outra parte desta dissertação, que esse termo aparece com grande frequência nas quinze primeiras cartas do Epistolário de Plínio, o Jovem. Esse corpo inicial de correspondências representa, claramente, os laços de clientelismo entre Trajano e Plínio, por isso o uso da *indulgentia* é recorrente – nas treze primeiras cartas escritas por Plínio, o termo em questão aparece dez vezes, em todas ligado às noções de “benévolo, complacente”, “permissão, disposição favorável em relação a algo”, dentre outras. Dessa maneira, compreendemos que a *indulgentia* caminha próxima das relações pessoais, sendo esse o motivo da sua aparição no Epistolário.

Fora as dez repetições de *indulgentia* encontradas nas cartas típicas de clientelismo, podemos enumerar ao menos dez outras epístolas carregadas com essa virtude. Contudo, recaímos nas mesmas discussões das primeiras cartas, visto que elas também podem ser caracterizadas através de pedidos, petições e agradecimentos pela benevolência de Trajano. Apenas em duas cartas notamos um viés diferente na utilização da *indulgentia*:

“*Gavius Bassus, domine*, prefeito de Pontic Shore, teve uma postura adequada e respeitável comigo, e esteve aqui por vários dias. Até onde posso julgar, ele é um excelente homem que merece tua bondosa atenção (...)”.³⁸⁰

“Recomendo (...). Ele serviu nas legiões sob teu comando, e ele deve a ti e a tua generosidade pela disciplina/treinamento que recebeu. Aqui estiveram outros soldados e cidadãos que

³⁸⁰ Plínio, *Ep.X*, 21: “*Gavius Bassus praefectus orae Ponticae et reverentissime et officiosissime, domine, venit ad me et compluribus diebus fuit mecum, quantum perspicere potui, vir egregius et indulgentia tua dignus (...)*”.

tiveram experiência junto à justiça e humanidade deste homem, e pediram para oferecer tributos pessoais e públicos a ele (...).³⁸¹

As duas epístolas tratam de assuntos diferentes, são inclusive temporalmente opostas: a primeira (*Ep. X, 21*) remete a uma ação que ainda não foi tomada, mas que Plínio aconselha que Trajano dê atenção. Já a segunda (*Ep. X, 86-b*) mostra sinais de benevolência em atitudes tomadas no passado, quando Trajano comandou um indivíduo em uma legião. Apesar dessa distinção, em ambas encontramos referência à noção de “ser digno de receber tua benevolência” – *indulgentia tua dignus/ indulgentiam tua dignus est*. No primeiro caso, o prefeito *Bassus* era digno de receber a atenção do imperador, caracterizada pelo atendimento de algum pedido; ou seja, *Bassus* possuía uma postura adequada, o que o tornava digno da complacência de Trajano. Na carta 86-b, o legionário era conhecido pelos outros cidadãos como um homem justo e humano, que devia toda a sua formação/disciplina ao imperador Trajano e a sua *indulgentia*.

As diferenças ligadas ao uso da *indulgentia* que encontramos nessas duas epístolas referem-se às seguintes situações: 1ª) Plínio considera que outro indivíduo também era digno de receber a *indulgentia* de Trajano, apesar dessa característica se enquadrar mais especificamente nos laços de favores pessoais; 2ª) ela aparece em uma espécie de “agradecimento” de um terceiro – um legionário – por ter sido digno de receber a benevolência do imperador. Presumimos, nesse caso em específico, que não houve a interferência de Plínio, mas sim um ato “isolado” de bondade com um indivíduo desconhecido, demonstrando, por essa causa, que Trajano não limitou a manifestação de sua *indulgentia* às pessoas do círculo de Plínio.

A manifestação da *indulgentia* com conhecidos de Plínio permeia todo o Epistolário, por isso entendemos que a carta 86-b apresenta algo diferente. Podemos exemplificar isso através de outras cartas que tratam de favores pessoais concedidos aos amigos de Plínio:

“Suetonium Tranquillum, *domine*, não é apenas um erudito competente, mas também um homem da mais alta integridade e distinção. Admiro há muito tempo seu caráter e sua capacidade literária, e desde que se tornou meu amigo próximo, tendo agora a possibilidade de

³⁸¹ Plínio *Ep.X, 86(b)*: “(...) *quam ea quae speret instructum commilitio tuo, cuius disciplinae debet, quod indulgentiam tua dignus est. Apud me et milites et pagani, a quibus iustitia eius et humanitas penitus inspecta est, certatim ei qua privatim qua publice testimonium perhibuerunt (...)*”.

conhecê-lo mais intimamente³⁸², aprendi a estimá-lo ainda mais. Há duas razões para que ele mereça o privilégio do *ius trium liberorum* (...) Sei, domine, que é um grande favor que estou pedindo, mas lembre-se das experiências de tua bondade que até aqui atenderam aos meus desejos; e você pode julgar o quanto isto vale para mim pelo fato de eu não fazer tal petição no período de minha ausência no estrangeiro”.³⁸³

Nessa carta (*Ep. X, 94*), Plínio pede, em favor do seu amigo Suetônio, o privilégio do *ius trium liberorum*³⁸⁴. Notamos, já no início da epístola, uma construção discursiva pela qual Plínio apresenta diversas características que anunciam Suetônio como alguém que merece tal direito. No final, podemos ressaltar a clareza dos laços patronais entre Plínio e Trajano, dada a explicitação de que vários foram os pedidos de Plínio atendidos pela bondade/benevolência do *princeps*. Dessa forma, à *indulgentia* exaltada pelo governador de província soma-se a *fides* – a confiança –, o que faz com que Plínio espere respostas positivas do imperador. Toda essa construção discursiva torna-se legítima ao lermos a resposta de Trajano:

“Está muito certo, *mi Secunde carissime*, em saber que concedo estes favores raramente, sabendo que, freqüentemente, declaro no Senado que não excedo o número de meus desejos quando, primeiramente, uso-os aos membros distintos. No entanto, fiz concessão à tua petição e emiti instruções que oficializam os registros e privilégios do *ius trium liberorum* a Suetonio Tranquillo, em meus termos normais”.³⁸⁵

O interessante dessa resposta é a forma com que Trajano apresenta a concessão do direito. Primeiro, afirma que o pedido de Plínio seria desconsiderado se fossem seguidos os trâmites legais da política imperial, demonstrando que o favor, de fato, não era pequeno. Mas, como alguém que tem *indulgentia*, ou, mais diretamente, que pertencente a um “pacto

³⁸² O termo latino *nunc* sugere que Suetônio está com Plínio na Bitínia, talvez como membro de sua equipe.

³⁸³ Plínio, *Ep. X, 94*: “Suetonium Tranquillum, probissimum honestissimum eruditissimum virum, et mores eius secutus et studia iam pridem, domine, in contubernium adsumpsi, tantoque magis diligere coepi quanto nunc propius inspexi. Huic ius trium liberorum necessarium faciunt duae causae (...) Scio, domine, quantum beneficium petam, sed peto a te cuius in omnibus desideriis meis indulgentiam experior. Potes enim colligere quanto opere cupiam, quod non rogarem absens si mediocriter cuperem”.

³⁸⁴ Essa expressão pode ser traduzida como “direito de três crianças”. Foi um direito instituído por Augusto na tentativa de motivar as famílias a terem mais filhos, concedendo alguns direitos aos pais das crianças. Para os homens, os direitos incluíam vantagens na carreira pública e a liberdade no dever de júri.

³⁸⁵ Plínio, *Ep. X, 95*: “Quam parce haec beneficia tribuam, utique, mi Secunde carissime, haeret tibi, cum etiam in senatu adfirmare soleam non excessisse me numerum, quem apud amplissimum ordinem suffectorum mihi professus sum. Tuo tamen desiderio subscripsi et dedisse me ius trium liberorum Suetonio Tranquillo ea condicione, qua adsuevi, referri in commentarios meos iussi”.

patronal”, ele concedeu o privilégio a Suetônio, evidenciando que tal petição constava nos raros favores imperiais.

Essa carta, em favor de Suetônio, poderia passar a falsa impressão de que Plínio fez apenas esse pedido em prol de terceiros, visto o “raramente” e a “exceção” constantes na resposta de Trajano. Contudo, diversos outros exemplos da ligação clientelar entre os dois, nos quais Plínio recorre ao imperador para que este, através da *indulgentia*, conceda favores de várias naturezas, aparecem em todo o Livro X. Citamos, rapidamente, duas outras passagens para enriquecer a discussão:

“(…) Começo a entender plenamente a extensão da tua generosidade quando ela é graciosamente estendida a toda minha família: não posso me arriscar a pagar por isso, por mais que minha capacidade talvez consiga. Só posso aceitar teu favor e rogar aos deuses para que eu nunca possa ser indigno dos favores que você continuamente outorga”.³⁸⁶

Esse é mais um exemplo da exaltação da *indulgentia* de Trajano. Plínio chega a pedir aos deuses para que continue digno dos favores do imperador, já que ele demonstrou que sua benevolência se estendia a toda a família de Plínio – carta ligada à sogra de Plínio, o Jovem (*Ep. X, 51*). Em outra passagem, Plínio vai além dos pedidos a amigos próximos e a familiares:

“Valerius Paulinus, *domine*, expressou sua vontade, na qual não há menção a seu filho Paulinus, em deixar seu nome para seus homens latinos libertos³⁸⁷. Nesse caso, peço para que você conceda cidadania romana a apenas três deles; temo que possa ser um pedido injusto, e devo ser muito cuidadoso em não abusar da tua generosidade quando dela já gozei em várias outras ocasiões. O nome dos três são Gaius Valerius Astraeus, Gaius Valerius Dionysius e Gaius Valerius Aper”.³⁸⁸

³⁸⁶ Plínio, *Ep. X, 51*: “(…) *Ex illo enim et mensuram beneficii tui penitus intellego, cum tam plenam indulgentiam cum tota domo mea experiar, cui referre gratiam parem ne audeo quidem, quamvis maxime possim. Itaque ad vota confugio deosque precor, ut iis, quae in me adsidue confers, non indignus existimer*”.

³⁸⁷ Eles gozaram da maioria dos privilégios que a lei civil garantia aos homens livres plenos, mas não possuem poder de transmitir propriedades revertidas pelo seu patronus.

³⁸⁸ Plínio, *Ep. X, 104*: “*Valerius, domine, Paulinus excepto Paulino ius Latinorum suorum mihi reliquit; ex quibus rogo tribus interim ius Quiritium des. Vercor enim, ne sit immodicum pro omnibus pariter invocare indulgentiam tuam, qua debeo tanto modestius uti, quanto pleniorum experior. Sunt autem pro quibus peto: C. Valerius Astraeus, C. Valerius Dionysius, C. Valerius Aper*”.

Novamente encontramos, nessa carta, um Plínio preocupado em não exagerar nos pedidos feitos ao imperador – ou a seu patrono? –, já que, em vários outros momentos, fora agraciado pela bondade do *princeps*. O que a epístola 104 traz de diferente é o pedido de cidadania a pessoas distantes de Plínio, visto que o seu conhecido era *Valerius Paulinus*, mas o favor estendia-se aos terceiros de *Valerius*. Igualmente às outras petições desse teor, Trajano concede cidadania aos três indivíduos, e ainda elogia a atitude de Plínio:

“Teu desejo de promover os interesses dos homens-livres confiados a ti por Valerius Paulinos, dão a ti muitos créditos. Para acelerar este processo emiti instruções de que a garantia de cidadania plena às pessoas mencionadas em tua carta deve ser registrada oficialmente, e estou preparado para fazer o mesmo para quaisquer outros que você possa mencionar”.³⁸⁹

Conseguimos, com esses diversos exemplos do apelo à *indulgentia* do Imperador, delimitar alguns espaços de atuação dessa virtude, de acordo com os testemunhos e pedidos de Plínio, o Jovem: a) a *indulgentia* de Trajano só era digna a indivíduos com boa reputação e postura respeitável; b) essa virtude foi encontrada/repassada nos campos de batalha, pois encontramos um exemplo de um legionário justo e humano que devia essas características à benevolência de Trajano; c) devido ao envolvimento do termo nas relações de clientelismo, entendemos que grande parte da exaltação da *indulgentia* por parte de Plínio era ligada a essa rede de favores políticos. Essas petições encontravam-se em diversos ambientes: familiar, amigos próximos e conhecidos de amigos, o que nos mostra o alcance que esse sistema social de manutenção de interesses possuía.

Consideramos, dessa maneira, que Trajano aparece, no Livro X, como detentor da *indulgentia*. Porém, é possível que destaquemos essa virtude em Trajano mais devido ao testemunho da carta 86-b que pelas diversas aparições nas petições de Plínio, o Jovem, que apresentam, em demasiado, as características do patronato. Essa nossa consideração baseou-se, também, na última carta escrita por Plínio, com a qual encerramos a terceira parte desta dissertação. Nessa epístola (*Ep. X, 120*), Plínio demonstra tanta confiança na *indulgentia* de Trajano que emite uma licença de uso imperial sem a autorização do imperador:

³⁸⁹ Plínio, *Ep. X, 95*: “Cum honestissime iis, qui apud fidem tuam a Valerio Paulino depositi sunt, consultum velis mature per me, iis interim, quibus nunc petisti, dedisse me ius Quiritium referri in commentarios meos iussi idem facturum in ceteris, pro quibus petieris”.

“Até agora, *domine*, fiz uma regra fixa de não emitir qualquer licença para o uso do Imperial Post a menos que viaje a teu serviço, mas acabo de me obrigar a fazer uma exceção. Minha esposa teve notícias da morte de seu avô e estava ansiosa para visitar sua tia. Pensei que seria injusto negá-la uma licença por se tratar de um assunto desta natureza, e senti-me seguro que o senhor aprovaria uma jornada feita por razões familiares.

Escrevo assim porque me sentirei em falta de gratidão se, entre muitos dos teus atos de bondade, não mencionar mais este ato da tua generosidade, graças ao qual agi confiante e sem hesitação, como se tivesse pedido a tua permissão; porém, se eu esperasse receber, pensei que poderia ser tarde”.³⁹⁰

Foi por conta dessa carta que nos pautamos pela “desconsideração” da exaltação da *indulgentia* encontrada nas diversas outras petições de Plínio. Fica evidente o caráter pessoal do uso da benevolência estando ausentes quaisquer características de “disposição favorável a algo” relacionado à comunidade. Apesar dessas cartas servirem como testemunhos públicos da postura de Trajano, o conteúdo das petições feitas em prol da *indulgentia* do imperador as colocam, unicamente, na categoria das atitudes privadas. Se dúvidas pairassem em relação à postura adotada por Plínio, a resposta de Trajano serviria para saná-las:

“Você estava certo, *Secunde carissime*, em sentir-se confiante de minha resposta. Não deveria ter nenhuma dúvida em mandar tua esposa na jornada utilizando as licenças que emiti a você para propósitos oficiais; é seu dever fazer uma visita duplamente bem-vinda a sua tia”.³⁹¹

Assim, apesar do número total de ocorrências do termo *indulgentia* extrapolar, em muito, o das outras virtudes, compreendemos que o uso dela se deveu aos laços de clientelismo entre Plínio e Trajano, e não à consideração pública da *indulgentia* – com exceção do caso apresentado na *Ep. X, 86 (b)*.

³⁹⁰ Plínio, *Ep. X, 120*: “*Usque in hoc tempus, domine, neque cuiquam diplomata commodavi neque in rem ullam nisi tuam misi. Quam perpetuam servationem meam quaedam necessitas rupit. Uxori enim meae audita morte avi volenti ad amitam suam excurrere usum eorum negare durum putavi, cum talis officii gratia in celeritate consisteret, sciremque te rationem itineris probaturum, cuius causa erat pietas. Haec tibi scripsi, quia mihi parum gratus fore videbar, si dissimulassem inter alia beneficia hoc unum quoque me debere indulgentia tuae, quod fiducia eius quase consulto te non dubitavi facere, quem si consulissem, sero fecissem*”.

³⁹¹ Plínio, *Ep. X, 121*: “*Mérito habuisti, Secunde carissime, fiduciam animi mei nec dubitandum fuisset, si exspectasses donec me consuleres, an iter uxoris tuae diplomatibus, quae officio tuo dedi, adiuvandum esset, cum apud amitam suam uxor tua deberet etiam celeritate gratiam adventus sui augere*”.

4. De como termina esta História³⁹²

Ao longo deste trabalho, procuramos apresentar algumas idéias sobre a virtuosidade de um soberano, bem como realizar uma análise da construção da imagem de um soberano através da exaltação de suas virtudes. Durante o nosso percurso, saltou-nos aos olhos o fato de que um indivíduo não é considerado virtuoso sem o aval daqueles que o rodeiam, o que gera algumas implicações para a construção dessa imagem: a) é preciso alguém que fale/pinte/escreva sobre os fatos virtuosos de determinado indivíduo; b) na mesma medida, é preciso que a configuração social a que esse indivíduo pertence também o considere uma pessoa destacada; c) as qualidades e as virtudes exaltadas devem compor o imaginário da época.

O destaque necessário dos fatos virtuosos do indivíduo, que é a primeira das implicações, se dá através de uma condição natural do ser humano: a comparação. Esse movimento de comparação³⁹³ deve ser feito de uma forma em que a imagem do soberano se sobreponha a outras imagens – destacam-se, por exemplo, as comparações do soberano com alguns maus exemplos; porém, uma outra forma possível é a comparação com divindades como uma forma de legitimar o soberano. Uma tal exaltação das virtudes pela comparação, por sua vez, deve ser levada a cabo por um indivíduo que possua integridade e legitimidade social, de preferência um sujeito influente em sua sociedade, para que, assim, a exaltação por ele feita seja lícita. Com isso, constatamos que a virtuosidade do líder não depende apenas de suas atitudes práticas, mas carece também de uma fundamentação pelo discurso do outro. Tão importante quanto os atos virtuosos são os testemunhos de terceiros sobre os mesmos.

A segunda implicação diz respeito à aceitação pública. Quanto mais apoio o líder conseguir em seu governo, mais ele demonstra a aprovação que vem recebendo. Essa aceitação é alcançada tanto através de obras, de melhorias públicas e da boa conduta do líder quanto pelas palavras que exaltam sua figura. Por exemplo: um homem de toga ouve uma história de um legionário sobre as belas conquistas e a posterior ostentação da *victoria* pelo líder. Se ele já possuía alguma referência de boas ações dentro do Fórum, caberia agora repassar essa benfeitoria militar. Assim sendo, quanto mais diversificados fossem os contatos

³⁹² Título emprestado da tese de doutoramento do Prof. Dr. José Roberto Braga Portella – *Descrições, memórias, notícias e relações: administração e ciência na construção de um padrão textual iluminista sobre Moçambique da segunda metade do século XVIII*.

³⁹³ Vide discussão sobre a noção de comparação na nota 188.

do líder tantas mais seriam as chances de comprovar o seu valor – ou as suas falhas. Esse é um ponto que mereceu destaque em nossa dissertação quando propomos que uma das *funções* das virtudes levantadas no nosso estudo era justamente a busca por apoio dos diversos segmentos da sociedade – *identificação entre líder e subordinado*.

Por fim, a terceira implicação baseia-se no imaginário e no *habitus* social referente ao líder. Como vimos durante o trabalho, várias são as virtudes passíveis de ostentação, assim como são várias as suas denominações – virtudes *imperiais*, *religiosas*, *cardeais*, *políticas*, etc. Cada uma dessas variantes corresponde a um grupo ou a um local de aplicação, por exemplo: é valioso que um padre ostente as virtudes religiosas, ou que um mosteiro seja regido por boas condutas religiosas; que um príncipe adorne-se de virtudes imperiais; da mesma maneira, que a casa imperial siga os bons costumes imperiais, e assim por diante. Isso implica na formação de um imaginário social das virtudes que cada função social deve buscar/ostentar. Portanto, se a população demonstra que é o momento de um líder punir seus inimigos, não cabe a ele assumir uma conduta de misericórdia, senão a do castigo. Se o líder assim se portar, ele terá a legitimação dos indivíduos que o cercam, sendo, por conseguinte, exaltado através de monumentos, manifestações públicas e discursos, tornando-se então *virtuoso*.

Apesar do tom das implicações propostas versarem sobre a temática de nossa dissertação, notamos que tais formulações podem ser aplicadas em diversos momentos da história, visto que tratam da condição humana de aprovar seus líderes exemplares. Cabe ressaltar que a virtuosidade age nas diversas camadas sociais, contudo, fora os líderes, a grande maioria dos indivíduos não necessita de um rigoroso crivo ligado as suas virtudes. De maneira geral, notamos que a virtuosidade, admirada no todo social, em que se espera que as pequenas ações representem a conduta do indivíduo, pode ser compreendida através da clara oposição entre vício e virtude.

Assim, se um indivíduo proceder de acordo com as regras de conduta impostas pelo seu grupo social – regras pautadas por costumes considerados válidos, ou seja, pela *moral* (bons costumes) – ele se inclinará à disposição firme da prática do *bem* (virtude). De maneira oposta, o indivíduo que se mostrar inadequado a certos fins sociais, apresentando um desvio de conduta ou um desregramento habitual, torna-se uma pessoa inclinada para o *mal* (vício). Para um líder ser considerado virtuoso, o *mínimo* esperado é a obediência às boas condutas,

que, somada às três implicações citadas anteriormente e a obras e melhorias públicas, desenha a figura de um líder destacado e virtuoso.

Como pudemos notar no desenvolvimento deste trabalho, as três implicações necessárias para a construção de uma imagem virtuosa de um líder podem ser verificadas no período do principado de Trajano. Primeiro na figura de Plínio, o Jovem, um porta-voz senatorial que abraçou as causas do principado romano – principalmente quando o poder passou às mãos do *princeps* Trajano. Um cidadão de postura destacada dentro do cenário político romano, dotado de astúcia, credibilidade e erudição, que foi capaz de ocupar cargos de destaque tanto no funesto governo de Domiciano quanto nos tempos de esplendor de Trajano.

Com seu discurso de agradecimento – posterior “Panegírico a Trajano” – e seu epistolário, Plínio nos deixou um rico testemunho das vidas pública e privada do período de 97 a 113 d.C. Apesar do caráter laudatório do Panegírico e dos laços de clientelismo evidenciados nas cartas do Livro X, esse todo documental nos passa a idéia de um indivíduo que acreditava nas palavras que usava e nos feitos que relatava. Mais do que um simples propagandista dos valores do principado, Plínio estava inserido nesses mesmos valores. Devido a isso, conseguiu transmitir o que se passava ao seu redor, demonstrando que a liderança centralizada de Trajano era o que de melhor poderia existir para o momento – por isso o exaltou com tantas cores.

A crença nos valores do principado e na figura de Trajano demonstrada por Plínio foi difundida em outras parcelas da população. Através das leituras de nossos teóricos, vimos que o período de máxima expansão romana aconteceu com Trajano, o que deu respaldo total e muitas glórias ao segmento militar, além de ter sido fundamental para o aumento da aceitação do *princeps* em um período em que a aclamação dos legionários era mais importante que a aclamação dos homens de toga. Todavia, também era necessário contar com o apoio do Senado, principalmente para dar o caráter de legítimo ao governo, posto que repousar o poder nas armas não era um ato aconselhável.

O respeito de Trajano ao segmento senatorial foi demonstrado pela sua conduta de respeito e submissão às leis, o que lhe rendeu uma avalanche de títulos e honrarias senatoriais. Outro segmento importante para a manutenção do poder era o dos religiosos. Nesse ponto, a identificação já fora evidenciada antes mesmo de sua ascensão ao poder, com os sonhos, os presságios e a adoção por parte de Nerva. Como o sacerdócio em Roma era vinculado ao

mundo político e não à vocação, a aceitação de Trajano foi assimilada rapidamente, principalmente com as constantes comparações entre o imperador e Júpiter. Fato é que diversas passagens dos testemunhos de Plínio versam sobre essa ligação com o divino, reforçada através do título de *cosmocrator* – senhor do universo – ostentado por Trajano.

É difícil, porém, que relatemos a consideração de Trajano por parte da população em geral, principalmente por conta dos conteúdos dos textos de autores da antiguidade e das formas com que eles abordavam esse assunto. Contudo, encontramos, de forma indireta, no Livro X, alguns testemunhos desses participantes sem “voz”. Os vários juramentos e preces relatados em algumas das epístolas de Plínio mostram ao menos a preocupação do autor em incluir os diversos cidadãos nas homenagens ao *princeps*. Se de fato esses indivíduos mandavam seus “votos” ao imperador, não saberemos pelas cartas de Plínio, mas notamos, a partir delas, que a população estava agradecida pelo comando do virtuoso Imperador.

Em relação à terceira implicação proposta – *virtudes que condizem com o momento vivido* –, destacamos, na terceira parte desta dissertação, os usos e as implicações de algumas virtudes. Porém, quase todas as virtudes analisadas estão fundamentadas em critérios e padrões religiosos, o que, acreditamos, faz com que elas não se enquadrem na implicação proposta, pois estariam mais ligadas à *religiosidade* que ao *momento*. Sabemos que essa religiosidade poderia ser sintoma do momento do principado romano, assim como da teologia imperial que circundava a figura do *princeps Trajanus*. Contudo, já que as qualidades supremas eram originalmente advindas dos seres superiores, entendemos que essa ligação com o divino era algo próprio das *virtudes*, não do fato de elas serem atribuídas ao imperador. Logo, a desvinculação entre as virtudes, sejam elas exaltadas em imperadores ou em quaisquer outros cidadãos, e as divindades era algo improvável. É importante que salientemos que a condição divina das virtudes, *a priori*, não implica na descaracterização do culto imperial em torno de Trajano, mas o fortalece. O que reforçamos é a noção de que não foi o *momento* de Trajano que caracterizou as virtudes com laços divinos, mas que essa ligação já vinha de tempos anteriores.

Na análise do Livro X, conseguimos entender a ligação entre as virtudes ali destacadas e o momento do principado de Trajano. Como a historiografia vem reforçando ano após ano, tal período foi marcado por grandes expansões e por um imperador muito ligado as suas províncias. Em decorrência disso, aparecem virtudes como *disciplina*, *victoria salus*, *gloria* e *honor*, que dão o tom necessário às necessidades do momento. Os cidadãos precisavam crer

em um líder que lhes trouxesse vitórias e que ostentasse um nome forte, pois com isso o Império também seria forte – tudo isso baseado em preceitos morais e adequados a uma disciplina exemplar. Mas tais características aproximavam-se a noções de autoridade extrema e, quem sabe, propensa ao despotismo. Por isso, Plínio apelou a outras virtudes, como *felicitas*, *virtus*, *providentia* e *pietas*, afastando a imagem de um tirano em busca de poder e fama e construindo a imagem de um líder com pretensões mais justas e íntegras.

Exatamente por essa imagem justa, poderiam nos questionar quanto a ausência, no Livro X, de tantas outras virtudes, tais como *clementia*, *iustitia*, *aequitas*, *concordia*, *moderatio*, entre outras. Em resposta, usamos três argumentos: 1º) devemos lembrar que o Epistolário não é um documento laudatório por natureza. Sua função era, fundamentalmente, a comunicação entre dois indivíduos que viviam em viagem; 2º) a escrita do Panegírico em 100 d.C suprimiu as questões ligadas a imagem de Trajano, e fez com que a figura do *princeps* recebesse toda a caracterização de um *optimus princeps*, o eleito pelos deuses e aceito pelos homens, assim como o justo, o clemente e etc; 3º) o fato de não encontrarmos especificamente as palavras *iustitia* e *moderatio* designando virtudes de Trajano não significa que essas qualidades não sejam consideradas no Livro X. Ou seja, não é a aparição da palavra que denota a virtuosidade – situação já retratada no tópico sobre a *indulgentia*.

Como pudemos notar, o Livro X traz inúmeras possibilidades de estudo, dentre as quais escolhemos trabalhar com a virtuosidade. Notamos, ao longo da pesquisa, que era necessário o conhecimento de várias “frentes” de estudo para formularmos algumas considerações a esse respeito. Responder a problemática proposta em meados de 2007 – *como, através do uso das virtudes, Plínio, o Jovem moldou a figura de Trajano como a de um soberano ideal* – foi, por um bom tempo, impossível, devido ao volume de implicações ao seu redor. O fortalecimento da base contextual, o conhecimento dos outros Livros de Plínio, o Jovem, o entendimento de estruturas políticas como o clientelismo e a busca por definições apropriadas do conceito de *virtude*: todas essas questões foram estudadas com os objetivos de aprimorar o conhecimento e para que pudéssemos propor algo sobre esse tema. Assim, com a intenção de finalizar esta dissertação, daremos uma “resposta” à pergunta que nos impulsionou até aqui.

A primeira condição de resposta é ver, nas *virtudes*, um aparato social legitimador. Como expressamos no título da segunda parte do trabalho, as virtudes eram mais do que simples palavras utilizadas em discursos pomposos, elas expressavam o pensamento e,

principalmente, as características ideais que Plínio acreditava ter em Trajano, a formação final de excelência. Apesar do forte caráter subjetivo das qualidades virtuosas, notamos que a caracterização proposta por Plínio fora de uma objetividade notória. Repleta de intenções patronais, a construção da figura modelar de Trajano não foi a principal intenção encontrada no Livro X, mas, inegavelmente, ela também está lá. Nota-se isso pela aparição de diversas virtudes e pela precoce denominação de *optimus princeps* – título que só foi incluído nas honrarias de Trajano após a morte de Plínio, o Jovem.

Dessa maneira, o uso das virtudes para exaltar Trajano se deu através do *reconhecimento* de Plínio e de sua posterior propagação em meios públicos – não sabemos de seu real alcance no próprio período, apesar de outras fontes (aclamações senatoriais, lendas medievais, etc.) indicarem que os testemunhos de Plínio foram um dos responsáveis pela boa imagem de Trajano. Com o reconhecimento de um intelectual e porta-voz senatorial e com os grandes feitos do *princeps* em prol do Império, bastava que ambos, Trajano e Plínio, usassem de suas habilidades para formalizar a boa fase do período. Essa disposição era fortalecida pelos laços de clientelismo, que se baseava na *fides* e na *amicitia* e, assim, gerava uma colaboração mútua, de grande importância na elaboração e na divulgação das benfeitorias de Trajano – talvez não tão expressivas quanto imaginamos.

Como o relacionamento de Plínio e Trajano mostrava-se consolidado e digno, os testemunhos deixados pelo primeiro acabavam agindo como uma propaganda positiva. Dessa forma, entendemos que, devido à natureza pública das cartas e do Panegírico, as palavras utilizadas por Plínio visavam a busca por *apoio* ao principado de Trajano. Lembremos que a aceitação de Trajano por parte das legiões foi imediata, mas que existiram algumas desconfiças por parte dos senadores, talvez ligadas à origem provinciana do *princeps*. Assim, poder contar com as palavras boas e virtuosas de um membro do Senado era a melhor forma de propaganda política que o imperador poderia esperar.

Mas como Plínio construiu uma imagem modelar de Trajano através das virtudes? Em nosso entendimento, isso foi possível devido aos vários fatores apresentados até aqui: *reconhecimento, palavras certas, apoio, fides e amicitia*. Contudo, acreditamos que propagar essa imagem a ponto de estudarmos até hoje a otimização da imagem imperial de Trajano só foi possível devido à *real* crença de Plínio, o Jovem em seu tempo. Um homem crente nas ações de seu soberano, capaz de entendê-las e repassá-las, com a vontade de preservar seu *amigo* à frente do Império e com a certeza de querer manter-se ao seu lado.

5. REFERÊNCIAS

5.1. FONTES

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Trad. Julio Palli Bonet – Madrid: Editorial Gredos, 1985.

_____. *A Poética*. Madrid: Editorial Gredos, 1974.

CÍCERO. *De Amicitia*. Trad. Valentim García Yebra – Madrid: Editorial Gredos, 1967.

_____. *Dos Deveres*. Trad. Carlos Humberto Gomes. – Lisboa: Edições 70, 2000.

_____. *Sobre el Orador*. Trad: José Javier Iso. Madrid: Editorial Gredos S.A., 2002.

PLATÃO. *A República*. Trad. J. Guinsburg – São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965.

PLÍNIO, O VELHO. *Historia Natural I-II*. Trad: Antonio Fontán, Ana Maria Moure Casas. Madrid: Editorial Gredos, 1995.

EPISTOLÁRIO DE PLÍNIO, O JOVEM E PANEGÍRICO A TRAJANO:

- *Pliny Letters, Book VIII - X, Panegyricus*. Trad. Betty Radice. Harvard University Press – Cambridge, Massachusetts, London, England, 1969.
- *Pline Le Jeune, Lettres I – III*. Trad. Anne-Marie Guillemin. Paris: Société D’Édition “Lês Belles Lettres”, 1987.
- *Plinio el Joven, Epistulae I – VI*. Trad. Dário Sánchez & Diego Márquez. Córdoba: Alción Editora, 2001.

Novo Dicionário da Língua Portuguesa, 2º Ed. – RJ: Editora Nova Fronteira S.A, 1986.

TORRINHA, Francisco. *Dicionário Latino Português*. 8.^a Ed. – Porto: Gráficos Reunidos Lda, 1942.

5.2. BIBLIOGRAFIA

AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV – 4^o Ed., 1996.

ARIÉS, Philippe & CHARTIER, Roger. *História da Vida Privada, 3: Renascença ao Século das Luzes*. Trad. Hildegard Foist. – São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

ARÓSTEGUI, Julio. *A Pesquisa Histórica: Teoria e Método*. Trad: Andréa Dore – São Paulo: Edusc, 2006.

BALSDON, J.P.V.D. *O Mundo Romano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.

BENNETT, Julien. *Trajan Optimus Princeps: A Life and Times*. Taylor & Francis e-Library, London, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Lingüísticas: o que falar quer dizer*. Trad: Sérgio Miceli [et all...]. – São Paulo: Edusp, 2008.

CHIC GARCIA, Genaro. *Trajano y el Arte de Comerciar*. En *Trajano, Emperador de Roma*. Congresso Internacional. Sevilla, Espanha. L'erma Di Bretscheneider. Roma, 2000

CORASSIN, Maria Luiza. *A Idealização do Príncipe na Ideologia Aristocrática de Roma*. Campinas: Boletim do CPA, n^o4, jul/dez, 1997.

CUGUSI, Paolo. *Evoluzione e forme dell'epistolografia latina nella tarda repubblica e nei primi due secoli dell'impero con cenni sull'epistolografia preciceroniana*. Rome: Herder, 1983.

DICKEY, Eleanor. *Latin Forms of Address: from Plautus to Apuleius*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

EHRHARDT, Marcos Luis. *O Arquiteto Social: Sêneca e a Construção de Modelos para a Sociedade Romana nos Tempos do Principado a partir da Historia Magistra Vitae*. Tese de doutoramento no programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, sob orientação do Prof. Dr. Renan Frighetto, 2008.

ESCRIBANO, María Victoria. *Usurpación y Religión en el s. IV d. De C. Paganismo, Cristianismo y Legitimación Política*. Universidad de Murcia, 1990.

FEITOSA, Zoraida Maria Lopes. *A Questão da Unidade e do Ensino das Virtudes em Platão*. Tese apresentada ao programa de pós-graduação em Filosofia Antiga, do Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de doutora em filosofia. Orient: Prof. Dr. Marco Antonio Zingano, 2006.

FRIGHETTO, Renan. *A Imagem do Rei nas Fontes Hispano-Visigodas: Aspectos Teóricos*. Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH) – Anais da XXI Reunião: Rio de Janeiro, 2001

_____. *O Soberano Ideal na Obra de Valério do Bierzo*. Universidad Complutense de Madrid: Gerión - nº16, 1998.

GERVÁS, Manuel J. Rodríguez. *Propaganda Política y Opinión Pública en los Panegíricos Latinos del Bajo Imperio*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1991.

GIARDINA, Andrea. *O Homem Romano*. Lisboa: Editora Presença, 1991.

HIDALGO DE LA VEGA, María José. *Algunas Reflexiones sobre los limites del olkoumene en el Imperio Romano*. Universidad Complutense de Madrid; Gerión, 2005.

_____. *El Intelectual, la Realeza y el Poder Político en el Imperio Romano*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1995.

LESKY, Albin. *História da Literatura Grega*. Lisboa: F.C. Gulbenkian, 1995.

LEVORIN, Paulo. *A República dos Antigos e a República dos Modernos*. Tese de doutoramento no Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), sob orientação do Prof. Dr. Gabriel Cohn, 2001.

LOZANO, Jorge. *Análise do Discurso: por uma Semiótica da Interação Textual*. São Paulo: Littera Mundi, 2002.

MARCHESI, Ilaria. *The Art of Pliny's Letters. A Poetic of Allusion in the Private Correspondence*. Cambridge University Press, 2008.

MILLAR, Fergus. *El Imperio Romano y sus Pueblos Limítrofes*. Madrid: Ed. Castilla, 1973.

_____. *Trajan: Government by Correspondence*. Saggi di Storia Antica 16: Trajano Emperador de Roma – Julián González (ed.). – L'ERMA di Bretschneider, 2000.

MONTERO, Santiago. *Trajano y La Adivinación: Prodígios, Oráculos y Apocalíptica en el Imperio Romano (98 – 117 d.C)*. Universidad Complutense: Gerión, 2000.

NAKAGAWA, Aki. *Le Virtú degli Imperatori e dei Personaggi Notevoli nelle Epigrafi di Comunità Locali: Il caso dell'Italia Settentrionale*. Tese de doutoramento do Departamento de Letras e Filosofia da Universidade de Bologna, sob direção da Prof. Dr. Ângela Donati, ano acadêmico 2006/2007.

NOREÑA, Carlos F. *The Social Economy of Pliny's Correspondence with Trajan*. American Journal of Philology: The Johns Hopkins University Press, 2007.

_____. *The Communication of the Emperor's Virtues*. Journal of Roman Studies, London, v.91, 2001.

PAGOLA, Elena Torregaray. *La Influencia del Modelo de Alejandro Magno en la Tradición Escipiónica*. Universidad Complutense: Gerión, 2003.

PARATORE, Ettore. *A História da Literatura Latina*. Firenze: Sansoni Editore, 1983.

PEREIRA, Virgínia Soares. *Plínio e a Sombra Tutelar de Cícero*. Ágora. Estudos Clássicos em Debate 8, 2006.

QUIRINO, C.L., **VOUGA**, C., **BRANDÃO**, G.M (org). *Clássicos do Pensamento Político*. São Paulo: Edusp, 2004.

ROCHA PEREIRA, Maria Helena da. *Estudos de História da Cultura Clássica*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1992.

RODRIGUES, Maria Aparecida. *Autobiografias: as Formas de Escrita do Eu*. Fragmentos De De Cultura, Goiânia, v.14, n.19, p1693-1717, set. 2004.

ROLDÁN, José Manuel., **BLÁZQUEZ**, José María., **DEL CASTILLO**, Arcadio. *Historia de Roma – Tomo II, El Imperio Romano (siglos I – III)*. Cátedra: Historia, Serie Mayor.

RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica – Teoria da História: os Fundamentos da Ciência Histórica*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

SHERWIN-WHITE, A. N. *The Letters of Pliny: A Historical and Social Commentary*. Oxford: Clarendon Press, 1966.

SUÁREZ, Domingo Plácido. *Las Formas del Poder Personal: la Monarquía, la Realeza y la Tiranía*. Universidad Complutense de Madrid: Gerión, 2007.

TEJA, Ramón. *Emperadores, obispos, monjes y mujeres. Protagonistas del Cristianismo Antiguo*. Madrid: Editorial Trotta S.A, 1999.

VENTURINI, Renata Lopes Biazotto. *As Palavras e as Idéias: o Poder na Antiguidade*. Diálogos, DHI/PPH/UEM, v.9, n°2, 2005.

XAVIER JACQUES, S.J., **JULES VAN OOTEGHEM**, S.J. *Index de Pline Le Jeune*. Extrait des Mémoires in – 8° de l'Académie Royale des Sciences des Lettres et des Beaux-Arts de Belgique, C1. Lettres. T.LVIII, fascicule 3. Bibliothèque de la Faculté de Philosophie et Lettres de Namur. Namur: Secrétariat dès Publications, 1965.

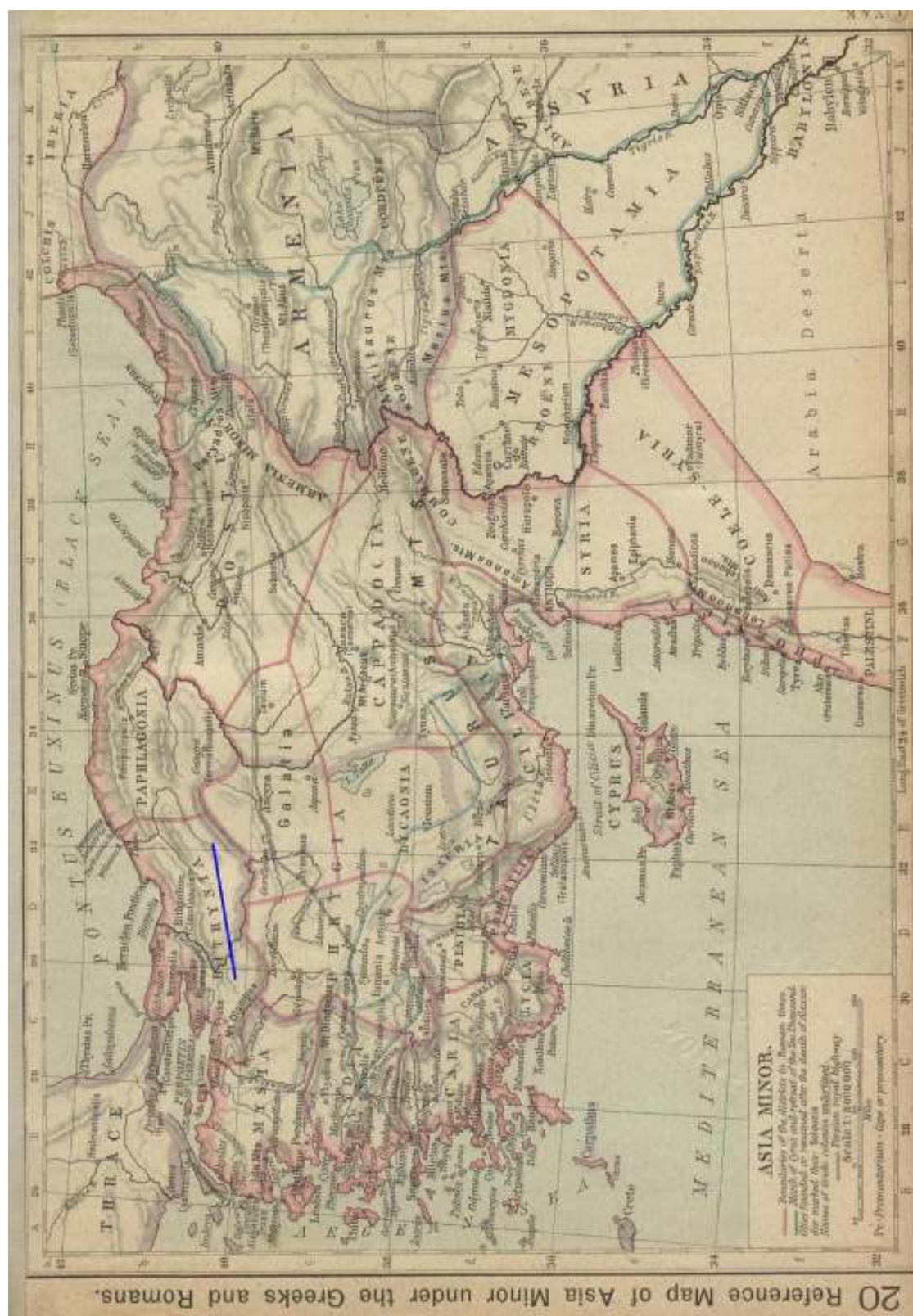
6. ANEXOS

6.1. Cargos da Burocracia Romana

- **Censor:** responsável por revisar a lista de cidadãos e a do Senado. Em algumas circunstâncias decidia que obras públicas seriam custeadas pelo governo.
- **Cônsul:** progressivamente este cargo perdeu suas atribuições, as quais foram dissolvidas em diversas magistraturas. Em princípio tal magistratura acumulava todas as funções republicanas, conservando, ao final, o poder executivo das leis e o comando dos exércitos.
- **Edil:** cuidavam da ordem pública; da organização de jogos e festas públicas.
- ***Legatus Augusti*:** título oficial de governadores de províncias imperiais durante o Principado Romano.
- ***Legatus Legionis*:** o maior comandante das legiões. Este cargo era, geralmente, apontado pelo Imperador. Em uma província onde havia apenas uma legião, o *legatus* era o governador da província.
- **Pretor:** encarregado de presidir os tribunais de justiça.
- **Questor:** encarregados de cuidar do tesouro público.
- ***Tribunus Laticlavius*:** era um dos seis tribunos militares em uma legião. Estava sob ordem do *Legatus Legionis*.
- **Tribuno da Plebe:** representava os interesses das “pessoas comuns”. Podiam sugerir leis e possuíam o direito ao veto em relação às propostas de outros tribunos.

6.3. MAPA DA ÁSIA MENOR – grifo na localidade da província de Ponto-Bitínia. Fonte:

www.encyclopedia.com



6.5. TABELA REFERENTE À ANÁLISE DO LIVRO X – número das cartas (“P” de Plínio, o Jovem e “T” de Trajano), nomes, locais, virtudes, elogios à Instituição imperial e ao tempo vivido, especificidades/resumo)³⁹⁴.

³⁹⁴ Vide nota 285.

CARTA	NOMES	LOCAIS	VIRTUDES	ELOGIOS À INSTITUIÇÃO	ESPECIFICIDADES
1 – P	X	X	<i>pietas, imperator sanctissime, imperator optime, virtutes tuas</i>	Prosperidade de seu tempo(<i>prospera omnia, id est digna saeculo tuo contingant</i>)	Carta de boas-vindas à Trajano.
2 – P	<i>Iuli Serviani</i>	X	X	X	Agradecimento pelo <i>ius trium liberorum</i> . Fala de seus filhos
3 (a) – P	<i>Marium Priscum</i>	X	<i>Indulgentia</i>	Atmosfera pacífica (<i>tranquillitati saeculi tui</i>)	Nomeação de Plínio para tomar conta da Tesouraria de Saturno (após a morte de Nerva – 27/28 de janeiro de 98 d.C)
3 (b) - T	X	X	<i>fides</i>	X	Trajano refere-se as boas atitudesde Plínio como um membro do Senado.
4 – P	<i>Vaconius Romanus</i>	X	<i>Indulgentia, imperator optime, bonitate</i>	X	Pedido de Plínio para Trajano conceder um cargo senatorial a seu amigo, o qual vinha de uma família distinta, de pai bem sucedido. Plínio pede que Trajano estenda o “reconhecimento” que tem por ele a seu amigo.
5 – P	<i>Arpocras , Thermuthin e Theon, Antoniae Maximilla, Hediae e Antoniae Harmeridi</i>	X	<i>Indulgentia</i>	X	Plínio fala sobre um período em que passou doente e contou com a ajuda de um médico não-romano. Pede cidadania a este e a duas mulheres “livres” de uma nobre senhora.

6 – P	<i>Arpocrati</i>	<i>Alexandria, Aegypti</i>	<i>Indulgentia</i>	X	Carta de agradecimento por Trajano ter concedido plena cidadania às mulheres de <i>Antoniae Maximilla</i> . Confusão de Plínio por pedir cidadania romana ao médico que era egípcio, mas morava em Alexandria. De acordo com a lei, Arpocras deveria antes conseguir cidadania alexandrina para depois alcançar a romana.
7 – T	<i>Arpocrati, Pompeium Plantam</i>	Aegypti, Alexandria	X	X	Trajano lembra Plínio que ele não poderia conceder cidadania aos alexandrinos, apenas em casos especiais. Mas que não iria recusar esta petição de Plínio. Trajano escreveria uma carta para o Prefeito do Egito para resolver tal problema.
8 – P	X	<i>Tifernum</i>	<i>Bonitate, indulgentia</i>	X	Plínio quer construir um templo para as estátuas de todos os imperadores, incluindo Nerva e Trajano. Fala que possuiu uma fazenda na região de Tifernum e precisa de licença de um mês para cuidar das finanças e negócios pessoais.
9 – T	X	X	<i>Pietas</i>	X	Trajano concede a licença à Plínio. Mostra relutância em aceitar uma estátua em seu favor, mas não pretende colocar nenhum empecilho na vontade de Plínio.
10 – P	<i>Arpocrati, Pompeium Plantam</i>	“Memphis”	<i>Indulgentissime imperator .</i>	X	Plínio agradece a concessão de cidadania a seu médico. Informa o distrito deste e relembra Trajano a entrar em contato com o prefeito do Egito. Pede a permissão para unir-se à Trajano após a volta deste da Germânia e Pannonia (verão de 99 d.C).

11 – P	<i>Postumio Marino ,Chrysippo, Mithridatis , Stratonicae,Epigon o , L.Satrio Abascanto, P.Caesio Phosphoro, Panchariae Soteridi .</i>	X	<i>Bonitate</i>	X	Carta totalmente voltada para pedidos de cidadania de indivíduos – médico de Plínio e outros indivíduos sem ligação pessoal aparente na carta.
12 – P	<i>Attium Suram</i>	X	<i>Indulgentia</i>	Felicidade de seu governo e de seu tempo (<i>omnia felicitas temporum</i>)	Pedido de um cargo de <i>preatura</i> a um indivíduo. Coloca certa urgência no pedido e evoca a bondade e a boa memória de Trajano.
13 – P	X	X	<i>Indulgentia</i>	X	Plínio estaria recebendo um cargo de sacerdócio – <i>auguratum</i> ou <i>septemviratum</i> – e com isto se propõe a oferecer preces oficiais, além de suas preces particulares.
14 – P	X	X	<i>Victoria, optime imperator, virtus</i>	<i>Glórias do império sejam aumentadas e renovadas (tantis gloria imperii et novetur et augeatur)</i>	Votos de felicidade por uma determinada vitória. Plínio deseja que a felicidade de Trajano encontre-se com os desígnios dos deuses e, com isso, as glórias do Império aumentem.
15 – P	X	<i>Ephesum, "Cape Malea"</i>	X	X	Plínio informa as condições de sua viagem: um pedaço da travessia feita por carruagem e outra de barco.
16 – T	X	X	<i>Secunde carissime, prudenter</i>	X	Trajano agradece as notícias sobre a viagem de Plínio, interessando-se do tipo de viagem que este está tendo no retorno a sua província.

17 (a) – P	X	<i>Ephesum, Pergami, Bithyniam, Prusa</i>	X	X	Relata uma volta conturbada à Bitínia. Apesar disto Plínio comemorou o aniversário de Trajano – 18 de setembro – pois chegou a Bitínia dia 17. Propõe analisar as finanças de Prusa – dinheiro detido nas mãos de privados e ações ilegais de gastos.
17 (b) – P	X	<i>Prusa</i>	X	Espírito de obediência e lealdade (<i>quam in eo obsequio, in ea erga te fide</i>)	Plínio avisa de sua chegada à Bitínia – 17 de setembro. Pede um agrimensor de terras, visto que os gastos públicos em Prusa parecem elevados.
18 – T	X	<i>Bithyniam, Epheso, Romae</i>	<i>Secunde carissime</i>	X	Trajano diz que Plínio foi escolhido como um representante para uma missão especial. Sua primeira missão: inspecionar as finanças dos vários povoados.
19 – P	X	X	X	X	Plínio estava na dúvida de quem escalar para ser carcereiro: se podia usar escravos públicos nesta missão para tentar poupar tempo dos soldados, mas estava receoso com esta “decisão”.
20 – T	X	X	<i>Secunde carissime</i>	X	Trajano responde a dúvida de Plínio: deve-se manter os costumes da província em usar escravos públicos como carcereiros, e evitar ao máximo tirar os soldados de suas “verdadeiras funções”.
21 – P	<i>Gavius Bassus</i>	<i>Ponticae</i>	<i>Indulgentia</i>	X	O prefeito de <i>Ponticae</i> dirige-se para falar com Plínio sobre questões militares. Porém, acaba tomando a decisão de remeter-se diretamente à Trajano para “surtir mais efeito”.
22 – T	<i>Gavius Bassus</i>	X	X	X	Trajano fala que também ouviu <i>Gavius</i> . Aponta que “o interesse público deve ser nosso único interesse” e, ressalta a importância de evitar tirar os soldados da ativa.

23 – P	X	<i>Prusa</i>	X	Prestígio do povoado e esplendor de seu “reino” (<i>dignitas civitatis et saeculi tui nitor postulat</i>)	Petição em que Plínio pede a autorização para construção de um novo banho público em Prusa. Não seria necessário o uso de dinheiro público, visto que ele estava recolhendo dinheiro dos particulares e as concessões feitas para a distribuição de azeite seriam revertidas para este novo fim.
24 – T	X	<i>Prusa</i>	X	X	Se esta construção de um novo banho não afetasse as finanças e não fosse necessário cobrar novos impostos, Trajano autoriza tal empreendimento.
25 – P	<i>Servilius Pudens</i>	<i>Nicomediam</i>	X	X	Curto comentário sobre a chegada de seu assistente à Nicomedia.
26 – P	<i>Rosianum Geminum</i>	X	<i>Indulgentia</i>	X	Plínio pede que Trajano promova seu amigo na carreira pública – consulado, cargo de <i>legatus</i> ou a <i>cura</i> . Este amigo já deveria ser conhecido de Trajano, tanto por trabalhar em Roma, quanto nos exércitos.
27 – P	<i>Maximus; Gemellino</i>	<i>Paphlagoniam</i>	X	X	Plínio libera mais soldados para ajudar na colheita de milho. Ao final da carta pede informações sobre assuntos que poderiam ser úteis.
28 – T	<i>Maximum; Virdio Gemellino</i>	X	X	X	Trajano aprova a decisão de Plínio em ter cedido mais soldados a <i>Maximum</i> .

29 – P	<i>Sempronius Caelianus</i>	X	<i>disciplina</i>	X	Foi enviado para Plínio dois recrutas ilegais, visto que eram escravos. Pede ajuda para tomar a decisão sobre eles, já que este caso serviria como precedente.
30 – T	<i>Sempronius Caelianus</i>	X	X	X	Trajano aponta para uma investigação sobre o caso dos recrutas escravos: se estes fossem recrutas, o culpado seria o recrutando oficial; se fossem substitutos, então os que os ofereceram eram culpados; se fossem voluntários aí sim mereciam a pena capital.
31 – P	X	<i>Nicomediae e Nicaeae</i>	<i>Magnitudine</i>	X	Plínio informa que homens que deveriam cumprir penas pesadas – minas ou arenas – exerciam funções de escravos públicos e recebiam por isso. Pede então a opinião de Trajano sobre isto.
32 – T	X	X	X	X	“Não vamos nos esquecer que a principal razão para enviar você a esta província era a evidente necessidade de muitas reformas.” Trajano é taxativo em dizer que criminosos devem ser tratados como tal, logo esta situação deve ser corrigida.
33 – P	X	<i>Nicomediae, Gerusian, Iseon absumpsit (Clube dos Anciãos e Templo de Ísis)</i>	X	X	Informa sobre um incêndio que destruiu varias propriedades particulares e publicas. Pede para formar um corpo de bombeiros.

34 – T	X	Nicomediae	X	X	Trajano aconselha que é melhor fornecer equipamentos para a população do que formar um corpo de bombeiros. O motivo é a tendência destes grupos transformarem-se em sociedades políticas.
35 – P	X	X	X	<i>assegurar sua segurança e de seu governo (vota pro incolumitate tua, qua publica salus continetur)</i>	Carta referente aos juramentos anuais de prosperidade e segurança ao <i>princeps</i> e ao principado.
36 – T	X	X	<i>Secunde carissime</i>	X	Agradecimento pelo juramento.
37 – P	X	Nicomediae	X	<i>Combinará utilidade com beleza e estará digno de seu tempo (et utilitatem operis et pulchritudinem saeculo tuo esse dignissimam)</i>	Reformas e construções de aquedutos em Nicomédia – altas cifras gastas em reformas abandonadas.
38 – T	X	Nicomediae	<i>Diligentia</i>	X	Deveria ser solucionado o caso dos aquedutos, tendo atenção para o possível desvio de verbas nas construções.
39 – P	X	Nicaeae, Claudiopoliis	X	X	Várias reformas de teatros, ginásios em que Plínio não sabe se deve seguir com os planos originais ou se deve abortar tais comandos.
40 – T	X	Nicaeae, Claudiopoliis	X	X	Os problemas deveriam ser cuidados por Plínio. Trajano aponta como erro achar que arquitetos romanos seriam melhores que os provinciais.
41 – P	X	Nicomediae	<i>fortuna, magnitudine, aeternitate, gloria</i>	<i>Fazer o que os reis da Bitínia podiam apenas pensar (ut cupiam peragi a te quae tantum coeperant reges)</i>	Plínio propõe a construção de uma conexão entre um rio e o mar. Põe em sua carta o desejo/ambição de que Trajano supere o que os reis locais da Bitínia não conseguiram realizar.

42 - T	<i>Calpurnio Macro</i>	X	X	X	Trajano mostra um interesse controlado na proposta de Plínio. Indica um homem para ajudar e diz que mandara alguém com experiência neste tipo de obra.
43 - P	X	<i>Byzantiorum, Moesiae</i>	X	X	Carta sobre inspeção de contas, principalmente referente aos gastos com viagens de representantes oficiais.
44 - T	X	<i>Byzantiorum, Moesiae</i>	<i>Secunde carissime</i>	X	Resposta de Trajano apenas concordando e encorajando Plínio, o Jovem em suas ações ligadas ao lado financeiro das províncias.
45 - P	X	X	X	X	Plínio demonstra desconhecimento sobre prazos e validades de "licenças" imperiais, pedindo a ajuda de Trajano.
46 - T	X	X	X	X	Trajano responde que regras estritas sobre prazos das "licenças" devem ser estabelecidas.
47 - P	X	<i>Apameae</i>	X	X	Carta sobre finanças, dessa vez na região de Apaméia. Plínio enviou alguns dados diretamente à Trajano e pede para que o Imperador o "instrua" em como julgar e agir corretamente.
48 - T	X	<i>Apameae</i>	X	X	Trajano elogia a honestidade dos cidadãos de Apaméia, pedindo para que a próxima inspeção financeira seja feita como um "desejo expresso" dele mesmo.
49 - P	X	<i>Nicomediae, Matris Magnae (Templo da Grande Mãe)</i>	X	X	Um novo templo estava sendo construído em Nicomedia. Plínio queria saber se o templo velho poderia ser removido sem nenhum problema e, também buscava informações sobre práticas de consagração.

50 - T	X	<i>Matris Deum</i> (Templo da Mãe dos deuses)	<i>Secunde carissime</i>	X	Trajano diz para Plínio não se preocupar com as regras de consagração, já que está em <i>peregrinae civitatis</i> .
51 - P	<i>Caelium Clementem</i>	X	<i>Indulgentia</i>	X	Plínio agradece pela generosidade de Trajano em estender a bondade a membros de sua família - no caso sua sogra.
52 - P	X	X	X	<i>Segurança e felicidade do gênero humano dependem da proteção do líder (cuius tutela et securitas saluti tuae innisa est)</i>	Júbilos ao dia de ascensão de Trajano ao Império. Feito vários juramentos de lealdade ao líder.
53 - T	X	X	<i>Secunde carissime</i>	X	Agradecimento pelo juramento.
54 - P	X	X	<i>Providentia</i>	X	Carta referente a administração de fundos públicos. Dinheiro que poderia ser investidos de outras maneiras.
55 - T	X	X	<i>Secunde carissime</i>	<i>Justiça de nosso tempo (iustitia nostrorum temporum)</i>	Opiniões de Trajano acerca dos investimentos do dinheiro público, principalmente no que tange a empréstimos.
56 - P	<i>Servilio Calvo, Iulio Basso</i>	X	X	X	Julgamento de alguns casos de exílio. Plínio pede a juda para resolvê-los, já que foram apresentados de formas incomuns.
57 - T	<i>P. Servilio Calvo, Iulio Basso</i>	X	X	X	Quanto a um dos casos apresentados Trajano ainda não sabe o que se pode fazer. Quanto ao segundo caso Trajano sentencia o exilado.

58 - P	<i>Flavius Archippus, Veli Pauli, Domitiano, Terentium Maximum, Lappium Maximum, Nervae, Tullium Iustum</i>	<i>Prusa</i>	X	X	Carta sobre a questão de <i>Flavius Archippus</i> , o filósofo. Plínio apresenta 4 cartas que legitimam a posição do filósofo. Tais cartas são do Imperador Domiciano e de Nerva.
59 - P	<i>Flavius Archippus</i>	X	<i>Salus, aeternitate</i>	X	Referente ao caso de <i>Flavius Archippus</i> . Nesta carta Plínio envia uma petição do próprio acusado e de sua acusadora.
60 - T	<i>Domitianus, Archippus, Paulus, Furiae Primae</i>	X	<i>Secunde carissime</i>	X	Resposta sobre as acusações contra <i>Archippus</i> . Nela Trajano reafirma a posição de Domiciano, dizendo que ele é "inocente", mas para quaisquer outras acusações que o Filósofo sofresse era para ignorar o sentenciamento passado.
61 - P	<i>Calpurnio Macro</i>	<i>Nicomediae</i>	<i>Providentia, magnitudine</i>	X	Carta sobre possíveis construções de diques em alguns rios que poderiam ajudar no fluxo e aproveitamento das águas.
62 - T	<i>Calpurnium Macrum</i>	X	<i>Secunde carissime, prudencia, diligentia</i>	X	Trajano elogia a inteligência de Plínio em buscar soluções para as construções de diques e pede para ele escolher qual a melhor saída para a questão.
63 - P	<i>Lycormas</i>	<i>Bosporo, "regis" Sauromatae</i>	X	X	Plínio deveria conter quaisquer embaixadas que viessem de Bósforo com destino a Roma.

64 - P	<i>Rex Sauromates</i>	X	X	X	O Rei de Sauromates escreveu para Plínio dizendo que possuía informações que Trajano deveria saber o mais rápido possível.
65 - P	<i>divi Augusti, divi Vespasiani, divi Titi, Domitiani, Avidium Nigrinum, Armenium Brocchum</i>	<i>Bithyniam, Andaniam, Lacedaemonios, Achaeos</i>	X	X	Carta referente a um assunto sem regras fixas ou leis. Trata-se de "crianças rejeitadas", em relação as quais Plínio não sabe que atitude tomar.
66 - T	<i>Domitiani, Avidium Nigrinum, Armenium Brocchum</i>	<i>Bithynia</i>	X	X	Trajano diz não existir uma regra geral em relação às "crianças rejeitadas", nem quanto ao desenvolvimento destas. Sugere que as pessoas nesta condição busquem sua emancipação.
67 - P	<i>Lycormas</i>	<i>Regis Sauromatae, Nicaeae, Bosporo</i>	X	X	Carta sobre o embaixador vindo do Reino dos Sauromates.
68 - P	X	X	<i>maximum pontificem consulendum putavi (títulos)</i>	X	Plínio busca informações sobre mudanças de locais de restos mortais. Pede ajuda do imperador visto que ele era a autoridade máxima.
69 - T	X	X	X	X	Trajano responde objetivamente: siga o exemplo dos governadores anteriores e atenda cada caso individualmente.
70 - P	<i>Claudio Caesari, Claudius Polyaeus</i>	<i>Prusae</i>	<i>Dignum que nomine tuo fiet</i>	X	Plínio fala sobre a construção de um novo banho público em Prusa. Para a construção deste seria preciso reformar uma casa levantada em honra ao Imperador Cláudio, mas ela já estava quase destruída pelo tempo e pelos vândalos.

71 - T	<i>Claudio</i>	<i>Prusa</i>	X	X	Trajano não coloca nenhum obstáculo a construção do banho, apenas alerta que o chão ainda deve estar consagrado ao Imperador Cláudio.
72 - P	<i>Domitiani, Minicio Rufo</i>	X	X	X	Sobre o reconhecimento de crianças e garantia dos escravos recém-nascidos. Estas questões não estavam reguladas, apenas uma carta de Domiciano dizia algo a respeito, mas não se aplicava àquela província.
73 - T	X	X	X	X	Trajano pede para Plínio enviar o decreto do Senado que fala sobre o reconhecimento de crianças e "nascidos-livres", para que assim possa ajudá-lo.
74 - P	<i>Appuleius, Callidromum, Maximo, Dionysio, Laberio Maximo, Susago, Decibalo, Pacoro</i>	<i>Nicomediam, Moesia, Parthiae</i>	X	X	Refere-se a um indivíduo que passou por diversos locais como escravo até fugir e ir parar em Nicomédia. O que o torna o caso especial é o possível furto de um anel do próprio Rei dos Partos - Pacoro.
75 - P	<i>Iulius Largus, Traiani</i>	<i>Ponto, Heraclea, Tium</i>	X	X	<i>Iulius Largus</i> gostaria de doar uma quantidade de dinheiro para construções em duas cidades, ou estabelecimento de jogos de cinco em cinco anos com o nome de Trajano - além de uma doação em dinheiro para o próprio Plínio, o Jovem.
76 - T	<i>Iulius Largus</i>	X	<i>Fides</i>	X	Trajano diz que Plínio está preparado para tomar este tipo de decisão, pois o homem em questão confia nele.

77 - P	<i>Calpurnio Macro</i>	<i>Byzantium, Iuliopolis, Bithyniae</i>	<i>Providentia</i>	X	Plínio elogia algumas movimentações de legionários feita por Trajano, contudo faz uma observação em relação a Juliópolis.
78 - T	X	<i>Byzantium, Iuliopolis</i>	<i>Diligentia</i>	X	Fala sobre a posição estratégica de Bizâncio e sobre a necessidade em manter a paz, devendo ser punido quem contrariar este preceito.
79 - P	<i>Pompeia, divi Augusti</i>	<i>Bithynis</i>	X	X	Referente a estruturação de cargos da magistratura. Plínio relata sobre uma Lei de Pompeu e um Editto de Augusto, onde ele deve encontrar uma saída para alguns problemas de idade e cargos do senado.
80 - T	<i>Divi Augusti, Pompeiam</i>	X	<i>Secunde carissime</i>	X	Afirmativa de Trajano quanto a interpretação que Plínio deu ao editto de Augusto e a lei de Pompeu. Dá também a sua opinião quanto à dúvida deixada por Plínio.
81 - P	<i>Asclepiades, Claudio Eumolpo, Cocceianus Dion, Flavio Archippo</i>	<i>Prusae, Olympum, Nicaeae</i>	X	X	Carta sobre um inquérito levantado por Flavio Archippus contra Dion Chrysostom. Referente a um edifício que continha uma estátua de Trajano e um local onde estavam enterrados a esposa e filho de Dion.
82 - T	<i>Cocceiani Dionis</i>	X	<i>Secunde carissime</i>	X	Trajano pede que Plínio peça a documentação necessário para Dion. Diz também que ele - Trajano - não procura respeito das outras pessoas através de medos e traições.
83 - P	X	<i>Nicaeae, Claudiopolis</i>	<i>Aeternitate, salus</i>	X	Um simples pedido de leitura de uma petição feita pelos cidadãos de Nicéia.

84 - T	<i>Divo Augusto, Virdio Gemellino, Epimacho</i>	<i>Nicaeae, Claudiopolis</i>	X	X	Trajano explica a questão dos cidadãos de Nicéia e pede para Plínio recorrer a dois indivíduos que podem ajudá-lo.
85 - P	<i>Maximum</i>	X	X	X	Alguns elogios a pessoas de confiança de Trajano. Plínio termina com a frase " <i>ea fide quam tibi debeo</i> " como sinal de sua fidelidade ao soberano.
86 (a) - P	<i>Gavium Bassum</i>	<i>Ponticae</i>	X	X	Recomendações e apoio a um oficial. Termina a carta com o sinal de fidelidade ao soberano: " <i>ea fide quam tibi debeo</i> ".
86 (b) - P	X	X	<i>Disciplina, indulgentia</i>	X	Carta incompleta. Fala sobre um soldado que aprendeu com Trajano a justiça e humanidade. Termina com " <i>ea fide quam tibi debeo</i> ".
87 - P	<i>Nymphidium Lupum, Iuli Ferocis, Fusci Salinatoris</i>	<i>Bythinia</i>	<i>Indulgentia</i>	X	Plínio pede para que Trajano aceite um amigo seu como conselheiro na Bitínia, assim como dê um cargo para o filho deste amigo.
88 - P	X	X	<i>Aeternitate, virtus, gloria</i>	X	Carta de Feliz Aniversário (18 de setembro)
89 - T	X	X	<i>Secunde carissime</i>	<i>Prosperidade contínua de nosso governo (Florente statu rei publicae nostrae agam)</i>	Agradecimento pela lembrança do aniversário.
90 - P	X	<i>Sinope</i>	X	X	Relata sobre a falta de água no povoado de Sinope. Acredito que seja possível solucionar este problema com a construção de um aqueduto.

91 - T	X	<i>Sinope</i>	<i>Secunde carissime</i>	X	Trajano apenas confirma os planos de Plínio e diz para ele resolver a questão da água em Sinope.
92 - P	X	<i>Amisus</i>	<i>Indulgentia</i>	X	Carta sobre "sociedades de benefício", as quais Plínio pede a opinião de até que ponto elas serão permitidas ou proibidas.
93 - T	X	<i>Amisus</i>	X	X	Como Amisus segue leis próprias, Trajano diz que não deve-se interferir nas particularidades deste povoado. Contudo, em locais onde a lei romana se aplica, as "sociedades de benefício" devem ser proibidas.
94 - P	<i>Suetonium Tranquillum</i>	X	<i>Bonitate, Indulgentia</i>	X	Carta em que Plínio, o Jovem pede o <i>ius trium liberorum</i> a Suetônio, dizendo que ele era seu grande amigo e merecia a confiança de Trajano.
95 - T	<i>Suetonium Tranquillum</i>	X	<i>Secunde carissime</i>	X	Trajano começa com um discurso de poucos privilégios cedidos, mas termina concedendo o <i>ius trium liberorum</i> a Suetônio.
96 - P	<i>Christo</i>	X	X	X	Carta sobre a questão dos cristãos. Plínio diz que nunca esteve presente em um julgamento destes indivíduos, por isso pede ajuda para saber como agir diante deste caso que ele acredita ser possível reverter.
97 - T	X	X	X	X	Trajano responde que não existe uma fórmula fixa para a punição dos cristãos. Estes não devem ser perseguidos e apenas julgados se provado for a culpa. Cartas anônimas não devem ser aceitas.

98 - P	X	<i>Amastris</i>	X	X	Necessidade em cobrir um córrego imundo na cidade de Amastris.
99 - T	X	<i>Amastris</i>	<i>Secunde carissime</i>	X	Trajano dá o aval para a obra na cidade de Amastris, já que ela se faz necessária para a saúde dos cidadãos.
100 - P	X	X	<i>grandes virtudes, santidade, reverência e religiosidade (plurimas que virtutes praecipua sanctitate obsequio deorum honore meruisti)</i>	<i>prosperidade e segurança (rem que publicam florentem et incolumem ea benignitate servarent)</i>	Carta referente aos juramentos anuais de prosperidade e segurança ao <i>princeps</i> e ao principado.
101 - T	X	X	<i>Secunde carissime</i>	X	Agradecimento ao juramento.
102 - P	X	X	<i>segurança da caminhada humana alegremente a seu cuidado (in te tutela generis humani felicissima sucessionem translata est)</i>	X	Agradecimento pela segurança que Trajano está dando a todos. Feito juramento público aos deuses (dia da ascensão de Trajano)
103 - T	X	X	X	X	Agradecimento pela celebração do dia de ascensão.

104 - P	<i>Valerius Paulinus, Paulino, C. Valerius Astraeus, C. Valerius Dionysius, C. Valerius Aper</i>	X	<i>Indulgentia</i>	X	Pedido de cidadania romana a três "homens-livres" de um amigo de Plínio, o Jovem (Valerius Paulinus).
105 - T	<i>Valerio Paulino</i>	X	<i>Fides</i>	X	Trajano concede a cidadania aos três "homens-livres" e se mostra propenso em ajudar em outras ocasiões desta natureza.
106 - P	<i>P. Accio Aquila</i>	X	<i>Compassivo (Patientiam humanitatem)</i>	X	Um centurião pediu para Plínio enviar uma petição pedindo cidadania para sua filha.
107 - T	<i>P. Accii Aquilae</i>	X	X	X	Trajano dá a cidadania para filha do centurião.
108 - P	X	<i>Bithynas et Ponticas</i>	X	X	Carta sobre possível criação de leis sobre a economia da província de Ponto-Bitínia.
109 - T	X	Bithynae, Ponticae	X	X	Trajano responde que estes problemas de devolução de dinheiro deve ser visto através das leis/acordos individuais.
110 - P	<i>Iulio Pisone</i>	<i>Amisus</i>	X	X	Problemas de "subsídio público" em dinheiro.
111 - T	X	X	X	X	Trajano deixa claro que o "subsídio público" está proibido, mas como o caso aconteceu há vinte anos, deve ser deixado de lado.
112 - P	<i>Anicius Maximus, Pompeia</i>	<i>Bithyni et Pontici</i>	<i>Indulgentia, aeternitate</i>	X	Plínio pergunta sobre a necessidade de pagar taxas de entrada dos novos eleitos para os senados locais.

113 - T	X	<i>Bithyniae</i>	X	X	Trajano toma novamente a atitude de seguir as leis de cada povoado para evitar maiores transtornos. Se o local é a favor de taxas, que assim seja.
114 - P	<i>Pompeia</i>	<i>Bithynia</i>	X	X	Carta sobre a situação de "dupla cidadania" interferindo nos cargos senatoriais.
115 - T	<i>Pompeia</i>	X	<i>Secunde carissime</i>	X	A Lei de Pompeu deve ser observado no futuro, mas no momento era preferível aceitar senadores com "dupla cidadania" nos senados locais.
116 - P	X	X	X	X	Preocupação com grandes festas de aniversário e casamento que poderiam desviar-se para práticas corruptas.
117 - T	X	X	<i>Prudentia</i>	X	Trajano deixa as decisões sobre este assunto nas mãos de Plínio. Pede para usar do bom julgamento e moderação neste tipo de caso.
118 - T	X	X	X	X	Dúvidas sobre vencedores dos Jogos Triunfais. Questão de data de entrada em seus povoados e premiações.
119 - T	X	X	X	X	Trajano reafirma sua posição de não alterar fatos já consumados, contudo demonstra que as condições dos jogos são outras neste momento.
120 - P	X	X	<i>Indulgentia</i>	X	Plínio informa à Trajano que usou o "Imperial Post" para a viagem de sua mulher - falecimento do avô de sua esposa. Pede autorização posterior para isto, mas entendeu que Trajano não iria negar este pedido.

121 - T	X	X	X	X	Trajano confirma o posicionamento de Plínio e diz que ele agiu corretamente em confiar em sua resposta.
---------	---	---	---	---	---